



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Felipe da Silva Duque

Educação para o empreendedorismo: limites e contradições

Rio de Janeiro

2021

Felipe da Silva Duque

Educação para o empreendedorismo: limites e contradições

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Raquel Goulart Barreto

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

D946 Duque, Felipe da Silva.
Educação para o empreendedorismo: limites e contradições / Felipe da Silva
Duque. – 2021.
217 f.

Orientadora: Raquel Goulart Barreto.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação

1. Educação – Teses. 2. Empreendedorismo – Teses. 3. Neoliberalismo –
Teses. I. Barreto, Raquel Goulart. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Felipe da Silva Duque

Educação para o empreendedorismo: limites e contradições

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Currículo: sujeitos, conhecimentos e cultura.

Aprovada em 30 de abril de 2021

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Raquel Goulart Barreto (Orientadora)
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^a. Dr^a. Alessandra Nicodemos Oliveira Silva
Faculdade de Educação da UFRJ

Prof^a. Dr^a. Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho
Instituto de Educação da UFRRJ

Prof^o. Dr^o. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
Instituto Multidisciplinar da UFRRJ

Prof^a. Dr^a. Zuleide Simas da Silveira
Faculdade de Educação da UFF

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

A todos profissionais da educação do Brasil!

Da “tia da merenda”, ao “tio inspetor”, a “tia da secretária”, ao professor e a professora que resistem, apesar do massacre cotidiano aos educadores, que não é característico da contemporaneidade, mas da história da humanidade.

Desde Sócrates, a Jesus, a Galileu, enfim, educadores em seus tempos, onde sequer se pensava na escola moderna, mas onde o ensinar sempre foi um ato de rebeldia.

Na contemporaneidade brasileira, a escola pública é a presença estatal que divide com as incursões dos “caveirões” ou em disputas com milícias, no interior com coronéis, com os religiosos fundamentalistas, dentre outros.

Ser um educador no Brasil do século XXI é acima de tudo, um ato revolucionário!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a toda militância revolucionária organizada responsável por dinamizar a sociedade e ainda acreditar que há uma possibilidade civilizatória para as próximas gerações, aos amigos próximos do SEPE: amigo e professor de militância, Danilo Serafim, companheiro de bebidas e alegrias, Marcelo Santan'na, amigo do futebol e intelectualidade, Armindo, e demais das fileiras: Ítalo. Vanderleia, Rose de Petrópolis, Thais Coutinho e Zeneide.

Aos amigos do grupo de pesquisa Educação e Comunicação: Matheus, Paula, Isa, Clodoaldo, Andrea, Raphael, Fabi, Barbara e Camila. Aos velhos amigos, Rodrigo e Fabrício, Reginaldo, que foram dádivas da vida. Assim como companheiros da RCEE, Gio e André, queridos que percorreram e reconhecem dessa trajetória.

A banca que aceitou gentilmente o convite, o querido Lamosa, companheiro de lutas, professora Zuleide, minha primeira professora na pós, Angélica Coutinho, camarada do cotidiano organizativo e Alessandra Nicodemos, quadro aguerrido em defesa da Educação de Jovens e Adultos. Assim como meus educandos, a quais pude deixar e receber algumas sementes.

A meus pais e família, em destaque, minha mãe, educadora, lutadora, e que me educou com esse bem mais precioso que carrego, a indignação ante a qualquer injustiça que exista nesse planeta.

E, finalmente, a vida, um presente metafísico que, por mais que sejamos materialistas, nunca compreenderemos o porquê de nos ser concebida, ainda mais em um contexto onde ocorre um genocídio no Brasil. Vinicius de Moraes dizia que a vida é “a arte do encontro, embora haja tanto desencontro”, e num desses encontros tive a felicidade de me conectar a minha orientadora e amiga, Raquel Barreto, uma conterrânea na cidade grande e na beleza fria arquitetônica, mas quente e popular da UERJ!

Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Gilberto Gil

RESUMO

DUQUE, Felipe da Silva. *Educação para o Empreendedorismo: limites e contradições*. 2021. 490 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este estudo tem como objetivo compreender a relação desenvolvida entre a noção de empreendedorismo e educação. Em sua trajetória de investigação, o presente trabalho explora a formação do modo de produção capitalista em sua essencialidade, a partir da constituição do Capital e os mecanismos utilizados pela classe dominante para prover sua manutenção, em destaque, a ideologia. A exploração de Gramsci e suas articulações em torno desse tema serão exploradas, com a dimensão concisa do processo que envolve a capilarização de uma visão do mundo, em destaque o empreendedorismo. Este transformado a partir das contribuições de liberais clássicos como Cantillon e Say e em uma tentativa arrojada de caracterização pelo intelectual Schumpeter no início do século XX. Nessa dimensão, a emergente literatura neoliberal, representada, principalmente, por von Mises, viria determinar o empreendedorismo como essência de nossa espécie, devendo ser lapidado em sua formação. Essa perspectiva ganha força a partir década de noventa, com os organismos transnacionais e toma a centralidade em diretrizes educacionais a serem incorporadas nos países periféricos, numa progressiva reverberação da lógica neoliberal de transformação da educação em mercadoria e disputa da consciência dos filhos dos trabalhadores nas escolas, onde se tem como horizonte qualquer fim emancipatório, mas conectado a formação do homem-empresa. Esse debate é reiterado a partir da análise dos periódicos do O Globo, onde a noção de empreendedor toma sentidos híbridos, mas que equaciona em sua forma exata a partir da década de dois mil e dez.

Palavras-chave: Educação. Neoliberalismo. Empreendedorismo.

ABSTRACT

DUQUE, Felipe da Silva. *Education for Entrepreneurship: limits and contradictions*. 2021. 490 f. Thesis (Doctorate in Education) - Faculty of Education, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This study aims to understand the relationship developed between the notion of entrepreneurship and education. In its investigation trajectory, the present work explores the formation of the capitalist mode of production in its essentiality, starting from the constitution of Capital and the devices used by the dominant class to provide its maintenance, highlighted, an ideology. Gramsci's exploration and articulations around this theme will be explored, with a concise dimension of the process that involves the capillarization of a world view, especially entrepreneurship. This transformed from the contributions of classic liberals such as Cantillon and Say and in a bold attempt at characterization by the intellectual Schumpeter in the early 20th century. In this dimension, an emerging neoliberal literature, represented mainly by von Mises, would determine entrepreneurship as the essence of our species, and should be refined in its formation. This perspective gains strength from the nineties, with transnational organizations and takes center stage in educational guidelines to be incorporated in peripheral countries, in a progressive reverberation of the neoliberal logic of transforming education into merchandise and dispute of the awareness of the children of school workers, where any emancipatory end is on the horizon, but connected to the formation of the man-company. This debate is reiterated from the analysis of O Globo journals, where a notion of entrepreneur takes hybrid meanings, but which equates in its exact form from the decade of two thousand and ten.

Keywords: Education. Neoliberalism. Entrepreneursh

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Taxa de informalidade (por cento) (2002-2015).....	133
Figura 2 – Taxas (em %) de empreendedorismo (2002-2019).....	133
Quadro 1 – Primeiras organizações credenciadas pelo CEBRAE	126
Quadro 2 - Diretores presidentes do CEBRAE nos anos 1970.	126
Quadro 3 – Diretores presidentes do CEBRAE nos anos 1980.....	127
Quadro 4 – Porte da Empresa	131
Quadro 5 – Faturamento Bruto Anual	131
Quadro 6 – Curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos (Sebrae).	138
Gráfico 1 – Termo “empreendedor” nas páginas de O Globo nas últimas décadas ...	151
Gráfico 2 – Termo “empreendedorismo” nas páginas Globo nas últimas décadas.....	152
Gráfico 3 – Termo “empreendedorismo” de 2000-2010 nas páginas de O Globo.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES-SN	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
APH	Aparelho Privado de Hegemonia
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CACB	Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CEBRAE	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Comissão
CEPAL	Econômica para América Latina e Caribe
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNDL	Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CONAJE	Confederação Nacional dos Jovens Empresários
CONEMPE	Confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas
ENQA	Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior
EUA	Estados Unidos da América
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FENACON	Federação Nacional das Empresas Contábeis e das Empresas de
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLUPEME	Associação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDEP	Fórum em Defesa da Escola Pública
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
IDEG	Instituto de Desenvolvimento da Guanabara
IDEGRJ	Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEI	Microempreendedor Individual
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MHAERJ	Museu de História e Artes do Rio de Janeiro
OCDE	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCI	Partido Comunista Italiano
PFL	Partido da Frente Liberal
PLENIND	Reunião Plenária da Indústria do Estado do Rio de Janeiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
PSI	Partido Socialista Italiano
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPE	Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro
SESI	Serviço Social da Indústria
UDN	União Democrática Nacional
UE	União Europeia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FLORESCIMENTO E RUÍNAS DO CAPITALISMO: A SAÍDA NEOLIBERAL	18
1.1 Ferramentas teóricas para a discussão	19
1.2 O florescer do capitalismo	32
1.3 A consolidação do capitalismo	40
1.4 Crise sistêmica e saída de emergência	46
1.5 A execução do modelo neoliberal	56
2 O EMPREENDEDORISMO NO CENTRO DAS IDEIAS	62
2.1 Fundamentação da noção	62
2.2 Sua centralidade no debate neoliberal	63
3 AS ORIENTAÇÕES INTERNACIONAIS JUNTO À EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO	95
3.1 O desenvolvimento desigual e combinado e a educação	95
3.2 As primeiras resoluções político-pedagógicas dos organismos supranacionais para a educação e o caso brasileiro	106
3.3 O SEBRAE como ferramenta ideológica do empreendedorismo	121
3.4 O Projeto SEBRAE para o desenvolvimento do empreendedorismo nas escolas	134
4 UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ACERCA DO EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO CONFORME PERIÓDICOS	137
4.1 Teoria da Análise Crítica do Discurso	137
4.2 A noção de "empreendedor" junto ao periódico O Globo	144
4.3 O “empreendedorismo”, movimentação da burguesia para convencimento do trabalhador precariado, segundo o Jornal O Globo	168
4.4 Do otimismo burguês dos megaeventos à agressividade ultraliberal: a década de 2010	188
CONCLUSÃO	204
REFERÊNCIAS	207
ANEXO A	209
ANEXO B	210

INTRODUÇÃO

O aprofundamento do modelo neoliberal resultou no aumento da desigualdade social no planeta, em destaque, nos países periféricos do capitalismo. As transformações no mundo do trabalho corroeram a estrutura clássica das relações com a patronal, garantida por leis de proteção ao trabalhador e de organização da classe. A compreensão desse movimento por parte dos dominados como “perda de direitos” necessitava de uma resposta à altura da burguesia. O legado da intelectualidade neoliberal clássica, que determinava reformular o papel da escola, com uma formação voltada ao mercado, o *empreendedor*, é resgatada em considerável propaganda por parte da burguesia mundial e regional, trata-se de uma ideia de atomização do trabalhador em resposta as organizações coletivas. O objetivo do presente trabalho é desenvolver reflexões a partir uma investigação epistemológica do termo *empreendedorismo*, assim como de suas contradições, sua execução junto a educação e exposição na mídia jornalística através do jornal “O Globo”.

Para organizar tal empreitada, destaco as seguintes questões no presente trabalho a partir de quatro eixos: 1) uma caracterização do modo de produção capitalista e a emergência do neoliberalismo; 2) a dissecação da noção de empreendedorismo; 3) a formulação dessa noção em âmbito global e local e sua condução através do SEBRAE; e 4) a análise das transformações da noção através dos periódicos do “O Globo”.

A perspectiva do tema em questão é desnudar uma noção frequentemente acionada junto à mídia corporativista burguesa e incorporada acriticamente pela classe trabalhadora, a figura do *empreendedor*. Esse objeto a ser destrinchado nesta tese surge a partir de alguns tópicos comuns a serem destacados em qualquer processo de pesquisa: a) o interesse pessoal pelo tema; b) a importância do mesmo; c) a originalidade; d) a documentação e; e) recursos disponíveis (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 483-484), em suma, elementos que se encontram na essência do trabalho.

Cabe um destaque inicial, no item “a”, o que tange à trajetória do objeto deste estudo, onde, a projeção inicial era abordar somente os profissionais da cultura em sua determinação “empreendedora”, em continuidade ao que já havia sido explorado na dissertação “*Para uma crítica da Economia Criativa: empreendendo precarizados*”, defendida em 2015. Porém, diante do aprofundamento do termo *empreendedorismo* em vínculo à *escola*, repensou-se o setor a ser explorado nesse nova apuração, deslocando-se da cultura e tendo como centralidade as políticas para a educação.

Para facilitar a compreensão desse fenômeno, optou-se na investigação o estudo à luz do método materialista histórico dialético. Conforme salienta KUENZER (2012, p. 62), neste método, os “princípios são muito bem definidos”, em contrapartida, os procedimentos, não. Isso ocorre porque metodologicamente, “os procedimentos vão sendo construídos na relação que se estabelece com o objeto, e, neste sentido, o ‘método de investigação’ é caótico e desordenado, marcado por idas e vindas, decisões e negações, clareza e confusão, e, principalmente, porque são únicos para cada investigação” (IDEM).

O rigor da metodologia, MARX (2008, p. 258) havia explorado na *Contribuição da Economia Política* quando afirma que: “parece mais correto começar pelo o que há de concreto e real nos dados [...], todavia, bem analisado, esse método seria falso”. Exemplo é a população, que na economia “é a base e o sujeito de todo o ato social da produção”. Marx destaca, se não levarmos a análise, a classe, por exemplo, a população seria uma abstração, assim como “classe” isolada do todo seria inócua, se desprezarmos os elementos que nela se conectam, como, por exemplo “o trabalho assalariado, o capital etc.”. Assim como o capital “não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc.”. É pela população que se “elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples, do concreto chegando representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples”. Ao chegar esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até voltar a população, que agora seria uma “rica totalidade de determinações e relações diversas”.

Logicamente, quando se toma o método materialista histórico dialético em sua essência, há de se ter coragem, pois o mesmo traz em si o ímpeto de mudanças, ou seja, de transformar a realidade, a partir do conhecimento. LÖWY (2013, p. 251) demarca que tal condição traz consigo como resultado a “prática revolucionária”, ou seja, o acesso à verdade que é “arma de seu combate, que corresponde a seu interesse de classe e sem a qual ele não pode prosseguir”. Sinteticamente, é natural deste método posicionar-se de um lado e não assumir uma falsa neutralidade, características daqueles que trazem como princípio a busca da verdade.

Esse fator foi condicional para se investir no tema e, conseqüentemente, demarcar suas contradições e limites. Cabe um breve retrospecto, que o primeiro contato com o mesmo ocorreu em meados de 2010, quando ainda estava a graduar-me em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Enquanto estagiário do Museu de História e Artes do Rio de Janeiro (MHAERJ), em reunião com a Superintendência de Museus do Estado, destacaram a possibilidade de “incubar” alguns estagiários para se tornarem empreendedores culturais. Tema que tratei na dissertação em discussão a concepção de Economia Criativa. Ao assumir

matrículas na rede básica de ensino como concursado – Valença (2014) e Estado do Rio de Janeiro (2015) – iniciei uma trajetória diferenciada para o magistério, até então havia atuado apenas como voluntário ou no ensino privado. Inevitavelmente, dando sequência ao lastro de militância no movimento estudantil, introduzi-me na militância sindical em defesa dos profissionais da educação, onde a discussão sobre políticas públicas educacionais tomou uma nova dimensão. Nesse contexto, no bojo da Reforma do Ensino Médio de Michel Temer (2016) introduzia-se a discussão do empreendedorismo no currículo, algo que foi incorporado na unidade escolar em que lecionava em substituição ao curso técnico de Administração.

Pareado a isso, o cotidiano das ruas expunha uma desumanizada realidade de ampliação do trabalho informal e a precarização da vida romantizada, onde em esquinas, ônibus e trens, vendedores de bala expunham em alto e bom som: “eu sou empreendedor”. Essa afirmativa tomaria a propaganda de grandes instituições bancárias pela cidade, num roteiro previsível do “camelô que ficou rico”, uma repaginação do fenômeno Silvio Santos do passado que tomaria um viés mais organizado, fundamentado e agressivo em sua proposição. Logicamente, o impacto do empirismo serviu para introduzir aquilo que seria sentimento de inquietação no decorrer do trabalho.

Uma breve pesquisa determinou que a questão era muito mais complexa do que uma reduzida decisão local em torno das políticas públicas para o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a apreensão da concepção de ideologia tornou-se fundamental. Já no doutorado, através do professor Dr^o. Rodrigo Lamosa, regente da disciplina “*Estado, poder e educação: questões teóricas e metodológicas*”, cometida na UFRRJ em 2017, em farta bibliografia sobre Gramsci, elevou-se categorias fundamentais como “aparelhos privados de hegemonia”, “bloco histórico”, “frações”, dentre elementos centrais para melhor compreender como se dá o processo de calcificação da ideologia em seus aspectos de formulação, difusão e reprodução.

Elementar a isso, coube uma precisão acerca das discussões supranacionais e sua determinação para as políticas juntos aos países periféricos com o intuito de compreender o processo de condução do empreendedorismo. A partir da professora Dr^a. Zuleide Simas da Silveira e a retomada da discussão de Estado-Nação de Gramsci, posicionou-se as novas configurações do neoliberalismo para o Brasil e a fundamentação dessas políticas no campo educacional, em destaque, o centro da pesquisa: empreendedorismo. Noção incorporada gradativamente nas políticas públicas educacionais brasileira e que em seu significado passou por uma série de transformações e mudanças.

A mudança se deu, inclusive, no âmbito do discurso, conforme os periódicos do “Globo” assinalam. Para melhor compreender essas transições, tomei como alicerce teórico o autor

Norman Fairclough em sua obra: “*Discurso e mudança social*” (2016) apresentada pela professora e orientadora Dr^a Raquel Goulart Barreto, seja na disciplina “Discurso Pedagógico”, cometida em 2016, ou nos regulares encontros quinzenais do Grupo de Pesquisa “*Educação e Comunicação*”, fundamentais para o desenvolvimento do presente objeto com críticas, discussões e sugestões.

Condição também explorada nos eventos acadêmicos, onde produção parcial da pesquisa foi apresentada e sempre reconstruída, a partir das contribuições dos ouvintes como o Colóquio Internacional Marx e Marxismo (2017), Redes Educativas (2017), Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-RJ (2018), Simpósio Estado e o Poder (2018), II Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento (2018), V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão (2018) e XX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (2020). Esses espaços foram importantes para construir novas reflexões a partir dos questionamentos, assim como no direcionamento da pesquisa, determinante para a sofisticação do objeto.

Arelado a isso, outro espaço importante para elucidar reflexões a partir da práxis, sem distanciar-se da refinada análise científica, foram os inerentes a organização da categoria dos profissionais da educação, seja do ensino formal ou popular. Ali tive acesso a importantes quadros da educação pública como a Dr^a Alessandra Nicodemos Oliveira da Silva, referência em Educação de Jovens e Adultos, portanto, central para o diálogo com o presente trabalho no que tange às articulações do mundo do trabalho para essa modalidade e Dr^a Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho, especialista em ensino e de respeitável lastro em defesa da educação pública de base.

Essas contribuições foram fundamentais para o avanço do presente trabalho, escrito ante uma pandemia que até a entrega do mesmo já contabilizava quatrocentos mil mortos no Brasil. O ataque à pesquisa científica no Brasil e ao livre pensamento exigiram um esforço monumental para compreender que tal tese se demarcou mais que um trabalho acadêmico, mas sim, como uma potência, uma resistência. Lateral a isso, uma forte pressão contra os profissionais da educação de base, principalmente, pelo retorno presencial, onde, enquanto professor de duas matrículas na rede básica e diretor sindical dos profissionais da educação do SEPE Central e Coordenador Geral do SEPE Valença, compreendi o que é a responsabilidade de uma vanguarda histórica e o cuidado com a classe, onde a manutenção não se restringia a apenas a manutenção de direitos trabalhistas, mas a preservação literal da vida.

Todo esse acúmulo de relações sociais e orientações culminaram nos quatro capítulos da presente tese. O primeiro capítulo, que trata da ascensão do neoliberalismo, se divide em

cinco seções, onde a primeira se caracteriza por pontuar e dissertar acerca da constituição das principais categorias marxistas do método histórico dialético e as ferramentas teóricas desenvolvidas para alicerçá-las com a exploração de outros autores, em destaque, Antonio Gramsci. Na segunda seção, pontua-se o processo de constituição do modo de produção capitalista dentro da perspectiva marxiana de determinação do capital. Na seção seguinte, explora-se o desenvolvimento histórico do capitalismo para, em seguida, desembocar em sua crise a partir da década de setenta e as transformações do mundo do trabalho, conforme atesta seção quatro. Por fim, é na seção cinco que há uma breve análise do modelo neoliberal que viria ser incorporada pelos governos de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos dos anos de 1980.

Já no segundo capítulo, é que se desenvolve uma fundamentação mais complexa da noção de *empreendedorismo*, tratando-se de uma apuração epistemológica para melhor compreendê-lo. O mesmo é dividido em duas partes: a primeira procura demarcar os principais formuladores do objeto, com o resgate de Cantillon (XVIII), Say (XIX) e Schumpeter no início do século XX, em que a compreensão é devidamente debatida com o acúmulo marxista. Na segunda seção, analisa-se a compreensão dos autores neoliberais do chamado Monte Pèlerin, acerca do empreendedorismo, sua ideia para a educação e suas perspectivas de compreensão do papel do mercado na formação. A principal referência é o austro-americano Ludwig von Mises.

No terceiro capítulo, estão pontuadas as orientações dos organismos internacionais para o empreendedorismo. Sua divisão em quatro seções, traz em sua abertura a localização histórica do Brasil como região periférica e os desdobramentos da educação na sua trajetória histórica. Já a segunda, dialoga com as discussões pedagógicas elaboradas pelos organismos supranacionais em diversos debates, incluindo o currículo. O Relatório Jacques Delors de 1996 seria um “divisor de águas” na educação para os países periféricos com excursões evidentes nas políticas públicas locais, que pavimentaram até uma ideia de “pedagogia empreendedora”. Na seção seguinte, aborda-se a constituição do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como reflexo da reivindicação de uma fração da burguesia e seu embrião intenção de agir como formuladora e representante política. Condição retomada na última seção, que destaca a constituição da mesma com essa função, já num contexto neoliberal, e com aspectos mais vinculados ao empresariado.

Por fim, no quarto capítulo, explora-se a referência aos termos “empreendedor” e “empreendedorismo” a partir dos periódicos do “O Globo”¹ em diálogo as transformações que

¹ Exploro o período compreendido da fundação na década de 1920 até a década de 2010.

a noção toma e movimentações com frações da classe dominante. Para balizar a discussão, recorre-se a ajuda de Fairclough em sua análise crítica do discurso, determinante para interpretar as metamorfoses da discussão. Nesse sentido, a divisão cronológica delimita grande parte do século XX, com referências pouco concisas do termo “empreendedor”, os períodos referentes a década de noventa e dois mil, onde o “empreendedorismo” enquanto aspecto formativo toma uma dimensão cada mais vez mais central e, por fim, a década de dois mil e dez, compassada uma agressividade da burguesia na retirada de direitos e de inculcação ideológica junto a ideia a erosão da ideia de trabalhador e a transição para empreendedor.

1 FLORESCIMENTO E RUÍNAS DO CAPITALISMO: A SAÍDA NEOLIBERAL

A adoção do modelo neoliberal, para conduzir a economia, é uma temática de extensos estudos no conjunto da Academia. Apesar de oferecer proposições simples para lidar com a eminente crise do capital, reforçada em meados dos anos 1970, o modelo neoliberal, constatatadamente, semeou, em nível mundial, o aprofundamento da desigualdade social, vindo a canalizar, em profundas efervescências sociais, condição impactante para o conjunto da classe dominante. De forma pendular, o mesmo buscou, também, incorporar questões sociais ou agir geopoliticamente, demandado pelas condições locais e regionais, mas que se mostraram deveras limitadas.

Devemos compreender, portanto, o neoliberalismo como uma etapa do modo de produção capitalista – talvez a última deste sistema – que está diagnosticamente fadado à superação ou ao colapso. O capitalismo traz consigo uma característica que lhe é intrínseca: a concentração e o monopólio de capital a fim de maximizar seus lucros e prover a manutenção da classe dominante: a burguesia. Tal assertiva não se vincula a uma postura subserviente da classe dominada que, superexplorada historicamente, desde a formação da classe operária, a partir da I Revolução Industrial, desenvolveu mecanismos de organização que incluía importantes discussões acerca desse novo mundo que surgia, inclusive, com a reconfiguração das instituições a contar da Revolução Liberal Burguesa, na França, em 1789.

Sinteticamente, este capítulo traz uma breve discussão acerca desse processo, tendo o devido cuidado em explorar duas questões principais: i) uma discussão teórica que tangencie a sofisticação do método materialismo histórico-dialético e a discussão acerca da ideologia; e ii) o processo de desenvolvimento do capitalismo. No primeiro ponto, opto por lidar com as três categorias fundamentais – totalidade, contradição e mediação – do método a fim de demarcar o distanciamento de equívocos característicos do denominado “marxismo vulgar”, ou seja, aquele que atribui, mecanicamente, o protagonismo da base, de forma unilateral, à superestrutura sem que a mesma tivesse um papel relevante no conflito de classes, apenas reprodutora da ideologia dominante; tal ideologia que traz, consigo, uma complexidade oriunda de uma construção refinada. Nesse sentido, recorro a Gramsci, com o intuito de esmiuçar como se estrutura esse processo e sua distinção em relação à compreensão reduzida de Estado, vinculada sempre ao debate governamental e, portanto, minimizada às esferas institucionais tradicionais, ou seja, sem avançar num debate qualificado acerca do papel do intelectual e como se dá a sua difusão ideológica a partir do Estado numa condição ampliada.

Além dessa discussão, o capítulo trata do processo de avanço do modo de produção capitalista registrado no tripé orgânico do capital que, além desses, inclui salário e Estado naquilo que Mészáros (2009) nomeia como sistema sociometabólico do capital. Propõe-se, na segunda seção deste capítulo, resgatar cada categoria desse sistema em articulação ao contexto histórico de seu desenvolvimento com o objetivo simples de salientar a articulação que permite o prosseguimento sistêmico, apesar de dadas as contradições do mesmo diante da classe antagonista registrada no mundo do trabalho.

Elementos que nortearão o avanço de sua breve consolidação após períodos turbulentos, mas que consagrarão releituras por parte da classe dominante acerca de um dimensionamento que promova, junto aos países do capitalismo central, orientações norteadas a promover uma suposta conciliação de classes e intervenção estatal balizada em teóricos como Keynes. O objetivo era prover uma manutenção sistêmica sem “sustos”, dado o reconhecimento das limitações desse modo de produção no pós-crise de 1929. Arelado a isso, há todo um corolário que inclui a questão organizativa do mundo do trabalho naquilo que se convencionou a denominar de “fordismo”, algo que ampliava “braços” além do mundo produtivo apenas, mas também na própria dinâmica temporal-espacial do trabalhador.

Por fim, na última seção, buscamos fazer o balanço acerca do processo introdutório de decadência sistêmica com o fim da “Era do Ouro” (HOBSBAWM, 2003) do capitalismo, em que o contexto histórico se demarca por mudanças na organização da produção com profundas influências no mundo do trabalho, por novas convenções econômicas e intervenções de organismos multilaterais internacionais, além da popularização de ideias do denominado neoliberalismo, uma releitura radicalizada no liberalismo que traz uma “cruzada” contra o Estado na condução econômica e questões sociais. A seção aborda, ainda, como se deu a execução e suas transformações no decorrer das últimas décadas quando, em alguns momentos, se flexibilizou a fim de incorporar demandas sociais e, por ora, anexa elementos neoconservadores.

1.1 Ferramentas teóricas para a discussão

Como veremos, o neoliberalismo não é uma doutrina econômica restrita à dinâmica dos números compactados pelos intelectuais da burguesia. Seus “braços” têm determinações fortalecidas no âmbito social, cultural, político e ideológico. Diante disso, uma mera exposição

restritiva ao econômico não contempla a complexidade do tema, além de, conseqüentemente, sucumbir à sedução de reducionismos esquemáticos oriundos, inclusive, pelo materialismo histórico-dialético daquilo que determinamos como “marxismo vulgar”, afirmação que vai de encontro a Kosik (1976, p. 111), que alerta: “O marxismo não é um materialismo mecânico que pretende reduzir a consciência social, a filosofia e a arte a ‘condições econômicas’”.

E, nessa empreitada exploratória, ao analisar o modelo neoliberal à luz do método materialista histórico-dialético, é fundamental estabelecermos aquelas conexões invisibilizadas propositalmente pelos organismos da classe dominante. O método, em questão, traz consigo, logicamente, essa evidenciação das interlocuções da realidade que, *a priori*, inicialmente sucumbidas ao caos quando trabalhadas sob o método, logo avança para uma leitura organizada de mundo, porém, não sob o jugo do mecanicismo criticado por Kosik, mas sim, pelas relações dialéticas oriundas da complexa realidade.

Marx e Engels, ao escreverem a *Ideologia Alemã*, nos anos 1845-1846, trouxeram ao centro do debate com os idealistas e empiristas, a compreensão que a realidade social tem sua origem nas forças humanas e não nas forças sobrenaturais ou naturais. Portanto, as relações sociais estabelecidas pela burguesia nascente do período tinham, como desdobramento conseqüente, a exploração da classe operária e, para fortalecer, naturalmente, tal condição, a produção de ideias torna-se o intercâmbio com a vida real:

São os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. *Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência.* No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo. No segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência (MARX; ENGELS, 2009, p. 32. Grifo nosso).

Para os autores, a consciência é o resultado das interações das relações sociais e, portanto, “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (IBIDEM, p. 67). Elementarmente, essa revisão sobre ideologia nos remete à complexidade do método materialista histórico-dialético, que trata de elevar os processos interativos em detrimento aos reducionismos do empirismo ou do idealismo. Ao destrinchar a ideologia matrizada, a partir das relações sociais, o método recorre a uma série de categorias que desnudam a realidade sob óticas sofisticadas.

Netto (2011) é objetivo ao afirmar que o método se escora, fundamentalmente, em três principais categorias: a) Totalidade; b) Contradição; e c) Mediação. Por mais que demarquemos

cada uma, jamais alcançaremos a riqueza do objeto e a relação das mesmas; porém, pretendo, nessa empreitada, pontuar aqui a importância de tais categorias para retomarmos, analiticamente, a compreensão do neoliberalismo como um fenômeno além do sentido econômico *stricto sensu* balizado nas mesmas. Começaremos pela *totalidade*.

Kuenzer (2012) destaca a totalidade como partes do todo, conectadas em constantes conflitos e relações amistosas. Essa categoria nos auxilia a relacionarmos-nos com o objeto de análise, já que incita num constante movimento de ir e vir, numa relação de aproximação e distanciamento com o mesmo. A totalidade cumpre esse papel, pois, quando se analisa somente uma parte, de forma pragmática, a sedução é evidente em capitularmos àquela leitura restrita, assim como uma abordagem superestrutural, sem demarcar todas as partes em seus devidos conflitos. Para melhor elucidar tal questão, nada como o próprio Marx (2011):

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capítulo I, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não com o a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (IBIDEM, p. 76).

O autor progride em sua explicação, retomando o cuidado anterior nessa movimentação da totalidade com as partes, na qual “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida” (IBIDEM, p. 78). É esse cuidado em não atribuir análises equivocadas, que sugestiona o método materialista histórico-dialético; é o desnudamento do objeto, compreendendo que o mesmo não é uma parte isolada ou somente algo ligeiramente amplificado sem uma radiografia complexa de suas partes. Trata-se de uma investigação cirúrgica, que correlaciona fragmentos que possuem relações na construção de um todo. Mas, como explorar essas relações?

Retomamos as categorias de b) contradição e c) mediação. A segunda, caracteriza-se por captar a riqueza dos movimentos em suas múltiplas determinações e manifestações.

Reforça-se a questão do movimento para compreender a riqueza dessa categoria que imbrica em sua essência a condicional percepção de não se abreviar em determinações estáticas. Embora autores, como Mao Tsé-Tung (2008), expuseram compreensões dessa categoria como apenas contraposição de tendências opostas, ou seja, o que ele chama de unidade de contrários, entende-se que a mesma é muito mais complexa que isso, pois não se determina apenas por antagonismos maniqueístas simples. Envolvido num contexto brutalizado pela guerra contra os japoneses, a disputa interna no Partido Comunista Chinês e, ainda, as ameaças imperialistas norte-americanas, Mao buscou reduzir a discussão da contradição sob signos apenas conflituosos e deslocou, da sua análise, o mais elementar da discussão marxista: a dialética.

Contaminado pelo pragmatismo do “marxismo vulgar”, assim como Stálin, Mao, ao trazer o debate de uma categoria fundamental do marxismo, a reduz e não capta a riqueza da mesma. Deve-se salientar que conflito e contradição são coisas distintas. Marx e Engels (2001), por exemplo, no *Manifesto Comunista*, ao lidar com a disputa de classes, optam por não a compreender como contradição.

[...] a época da burguesia – [caracteriza-se] é por ter simplificado a oposição de classe. Cada vez mais, a sociedade inteira divide-se em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado (IBIDEM, p. 24).

Portanto, caracterizar a contradição enquanto conflito, não dá conta da sofisticação da categoria. Quando falamos em contradição, estamos supondo movimentos e o seu desdobramento que consiste, conforme a dialética, em superação. Mao (2008) se restringe a compreender a contradição como a aniquilação de uma das partes, enquanto a categoria presume, *a priori*, antagonismos que desembocam num movimento complexo de conexões estranhadas e próximas que concluem nessa superação e na construção de uma nova condição sintetizada, ou seja, não a vitória de uma suposição e dizimação da outra. Quando Marx (2011) fala, por exemplo, em contradições do mundo capitalista, ele sugere que o mesmo se caracteriza de elementos que constroem sua própria superação, ou seja, a construção de um mundo novo perpassa por alguns lastros do atual incorporados a uma nova condição, o que chamaríamos de “síntese”.

Por fim, Netto (2011) quando, também, explora a categoria mediação, além da totalidade e contradição, nos coloca frontalmente com a prerrogativa elementar da importância da mesma no que tange, produtivamente, a um esgotamento qualitativo do método materialista histórico-dialético. Konder (1981) pontua que, para irmos além da aparência e reconhecermos

a essência da realidade, “precisamos realizar operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e sobretudo, a dimensão mediata delas”² (KONDER, 1981, p. 47). A partir dessa expressão inicial, o autor conduz o debate sobre mediação da seguinte forma:

Por exemplo este livrinho sobre dialética [...]: é uma realidade imediata, palpável, legível; um conjunto de folhas impressas com símbolos gráficos. Mas não é só isso. Se o leitor parar um pouco para pensar sobre ele, verificará que o fato de o livro estar em suas mãos passa por uma série de mediações, é um fato que está mediatizado por outros fatos e por diversas ações humanas. A mediação mais próxima a ser reconstituída é a do deslocamento do livro: como foi que ele veio parar nas mãos do leitor? O leitor comprou-o numa livraria? Recebeu-o de presente? Está lendo o volume numa biblioteca? Há também uma mediação subjetiva: qual foi o motivo que levou o leitor a se interessar pelo livrinho? Por que este livro e não outro? Quando e como o leitor passou a ter a impressão ou a convicção de que o assunto do livro era digno de atenção e valia a pena lê-lo? Quais foram as experiências pessoais e os condicionamentos culturais que o levaram a isso? [...] Somente levando em conta essas (e outras) mediações é que poderemos avaliar corretamente toda a significação do fato de o livro estar, agora, neste imediato momento, nas mãos do leitor (IBIDEM, p. 47-48).

Diante desse exemplo, fortalece-se uma leitura inequívoca do papel da mediação como um conglomerado de questões que visam, primordialmente, elevar os “porquês” que formam tal objeto em análise desde uma leitura imediata, inicial, pragmática, que oferece elementos introdutórios sobre, até análises mais sofisticadas, mediatas, complexas, que envolvam, não só signos do âmbito econômico, mas cultural, subjetivo, social, político etc. A mediação traz consigo a responsabilidade em apresentar diversas camadas, cada movimento de aproximação e distanciamento analítico.

E, conforme vimos, esse tripé totalidade/contradição/mediação corresponde às principais categorias do método materialista histórico-dialético e, portanto, vão contribuir na nossa fundamentação pertinente à definição do neoliberalismo, assim como serão resgatadas no decorrer da tese. Resumidamente, compreendemos, portanto, a totalidade, como um conjunto de partes que se relacionam entre si de forma contraditória e que, analiticamente, recorre a mediações para captar as riquezas dessas conexões.

Desse modo, quando reiteramos acima a necessidade de compreender a análise do neoliberalismo como algo além do econômico, estamos a efetivar tal movimentação justamente por compreender que a riqueza de leitura proporcionada pelo método materialista histórico-dialético nos oferece esse conjugado de ferramentas categoriais sucintas em nos devolver uma

² Konder (1981) compreende que a dimensão imediata é aquela que percebemos imediatamente em relação ao objeto de análise e a dimensão mediata trata-se do movimento de idas e vindas para analisar esse objeto de forma mais essencial, ou seja, na sua descoberta, construção e reconstrução.

radiografia do estudo abordado. Nosso objeto, aqui, é o empreendedorismo na educação, porém, sua leitura isolada das outras partes que têm relação consigo em nada contribui nos diagnósticos dos mesmos. Por isso, é importante afastar-se do objeto como uma águia após capturar sua presa e, de cima, compreender onde ele se encaixa no âmbito da totalidade, assim como suas contradições e mediações com as outras partes.

Condição que o “marxismo vulgar” peca em reduzir qualquer questão à lógica da base³ de forma tautológica sobre a superestrutura, ou seja, o aspecto econômico é dimensionado verticalmente para as instituições do modo de produção analisado. Esse mecanicismo analítico é contestado por autores que incluem em seus estudos o resgate dos escritos de Marx, principalmente, na discussão sobre ideologia. Raymond Williams (2011), por exemplo, compreendia a base como um estágio das relações sociais de produção correspondente a uma fase das forças produtivas materiais, isto é, distante de qualquer concepção estática, paralisada.

Para reforçar sua afirmação, o citado autor britânico, (IBIDEM, p. 51), trabalha com a ideia de “totalidade” social; um desmembramento da categoria marxista, originada em Luckács (2003), que pontua, no conjunto das instituições reprodutoras da classe dominante, um alvo combativo daqueles que são dominados diante de uma representação palpável do sujeito econômico, ou seja, o movimento de combate às representações ideológicas de dadas entidades do *status quo* traz consigo um elemento dinâmico da cultura que coloca em xeque o modelo econômico em voga. Questões que colocam no centro da discussão a importância da ideologia como elemento “promíscuo” na relação com o econômico, isto é, ambos se complementam em suas perspectivas de reação, seja impedir o avanço de qualquer processo revolucionário ou de fomentar a disputa.

Outro autor que vislumbra uma discussão dessa ordem, anterior a Williams (2011), é o italiano Antonio Gramsci (1891-1937) quando aborda o conceito de “bloco histórico” (GRAMSCI, 2011, p. 188). O autor italiano buscou ressaltar, em seus estudos, o vínculo orgânico estabelecido entre a estrutura e a superestrutura. Portelli (1977) afirma que:

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente das relações com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais (PORTELLI, 1977, p. 15).

³ Também compreendida como infraestrutura.

Ou seja, para Gramsci (2011, p. 187), o bloco histórico deve ser compreendido como o “conjunto complexo e contraditório das superestruturas” em que o mesmo “é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”. Nessa empreitada, Gramsci (2011) vislumbrou aproximar-se, o máximo possível, da totalidade em suas análises, logicamente postulado nas demais categorias aqui abordadas do materialismo histórico-dialético, com destaque à contradição e mediação entre as partes. Esse modo de vida ou sistema de valores culturais, que ele chama de ideologia, “impregna, penetra, socializa e integra um sistema social” (Pizzorno, p. 166 apud PORTELLI, 1977, p. 16).

É quando podemos falar em “integração de um sistema social” (Portelli, p. 16, 1977). Quando o mesmo edifica um sistema hegemônico e dirige uma classe através, fundamentalmente, da gestão de seus intelectuais, daí organiza-se o bloco histórico:

A relação entre intelectuais e massas populares, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, ocorre por meio de uma adesão orgânica na qual o sentimento paixão se torna compreensão e, portanto, saber (não mecanicamente, mas de forma viva), apenas então se cria uma relação real de representação e “se realiza a vida do conjunto, a única que é força social”, e se cria, assim, o “bloco histórico” (GRAMSCI, 2011 *apud* LIGUORI; VOZA, 2017, p. 119).

Essa manutenção do bloco histórico, estruturada através da gestão de intelectuais denomina-se *hegemonia*. Coutinho (1992, p. 38) alerta que essa categoria traz, em Gramsci, uma maior aproximação com Lenin, quando o mesmo desenvolve, na práxis, diante da episódica Revolução Russa (1917), a ditadura do proletariado, ou seja, a construção de um mundo novo alicerçado em novos valores culturais para a classe que tomava a direção do processo histórico e trazia consigo uma nova tarefa. Isso, num contexto em que a Rússia era semifeudal e, portanto, inapta a um processo revolucionário. Conforme prestigiadas teorias do período, que supervalorizavam a base econômica e que, portanto, se reduziam a administrar, contemplativamente, a conclusão de etapas no processo histórico na qual a formação e a consolidação de uma burguesia nacional eram necessárias para o desenvolvimento da etapa posterior ao avanço de ideais comunistas.

Lenin induz à incorporação, em suas análises de movimentações, que se destacavam pelo papel de protagonismo do proletariado, o processo de conscientização para a transformação e a superação do contexto vivenciado, independente da etapa histórica explorada, ou seja, a iniciativa de transformação histórica caberia à classe dominada. A construção de sua hegemonia poderia ser, inclusive, já explorada num período demarcado, conclusivamente, pela democracia liberal burguesa. Debate que Gramsci incorpora, principalmente, diante das

batalhas internas travadas no Partido Socialista Italiano (PSI), no início do século XX, entre maximalistas (revolucionários) e reformistas, conforme narra Coutinho (1992):

Os maximalistas limitavam-se a esperar passivamente a Hora H, o “grande dia”, que chegaria naturalmente pela evolução do capitalismo; enquanto isso, tratava-se de evitar qualquer compromisso com a ordem vigente, empenhando todas as forças numa ação de propaganda radical e intransigente, o resultado dessa ação era uma mistura de radicalismo verbal e impotência prática. Por outro lado, os reformistas – sem avaliarem que a luta pelas reformas não é um movimento unívoco, mas um terreno dinâmico de alternativas, onde a correlação de forças pode se alterar tanto em favor do proletariado quanto da burguesia – limitavam-se a endossar as pálidas reformas propostas pela classes dominantes, na convicção ingênua de que, mais dia, menos dia, “o rio desembocaria no mar” (Turati), ou seja, o socialismo chegaria como que por milagre; e daí até confundir as próprias reformas com o socialismo, o movimento com o objetivo final, como já fazia Bernstein, era um passo que Turati não tardou em dar explicitamente (COUTINHO, 1992, p. 5-6).

Coutinho destaca que o revolucionário italiano se distancia desse dualismo reduzido e, já em suas práticas, há elementos embrionários que culminariam, mais tarde, em formulações teóricas complexas na construção de um *ethos* ético-político na construção de algo alternativo como o “Clube da Vida Moral”, em 1917: um grêmio destinado a educar os jovens para valores como a solidariedade humana ou já, em 1919, influenciado pelos ecos da Revolução Russa, assim como a criação de uma resenha semanal de cultura socialista caracterizada como “centro de difusão e criação da cultura socialista, da preparação ideológica que, como vimos, ele considera elemento essencial da luta para criar as condições da transformação socialista” (COUTINHO, 1992, p. 13). Um período que, também, se destaca por uma militância nas fábricas de Turim onde as experimentações da organização prática contribuem ainda mais para a sofisticação de sua teoria em busca da construção de compreensão da importância do mundo das ideias como dialético: a concretude.

Sua ida à Internacional Comunista, já como representante do recém-criado Partido Comunista Italiano (PCI), lhe dará subsídios, inclusive, para alicerçar suas condições nas dinâmicas internas da organização:

[Num] breve artigo, Gramsci revela duas coisas: 1) que já é capaz, graças a mediação de Lenin, de converter sua velha e enraizada visão fatalista e mecanicista do marxismo [“as massas virão até nós”] num método dialético positivo, concreto, voltado para a análise materialista da realidade; e, 2) que já assimilou – graças novamente a Lenin, mas indo além dele – algumas intuições que mais tarde, nos Cadernos, irão leva-lo a colocar a “guerra de posição” como o método próprio para a conquista da hegemonia e do poder nas sociedades ocidentais desenvolvidas (IBIDEM, p. 32).

A partir do contato com os escritos de Lenin sobre a formação do capitalismo na Rússia, Gramsci desenvolve – depois com mais vigor no cárcere –, a distinção de formação econômico-

social entre “Ocidente” e “Oriente”, ou seja, o primeiro, caracterizado por uma revolução burguesa completa como resultado do conflito de classes e o segundo, com uma burguesia débil limitada a articulações horizontais, com os setores dominantes da aristocracia agrária, condição presente na Itália:

Gramsci crê que a burguesia italiana [...] não é mais capaz de resolver a questão meridional alterando seu sistema de alianças [...] o capitalismo italiano é um capitalismo débil e tardio, não podendo assim desfrutar das vantagens de uma ampla exploração colonial. O Sul, atrasado e semifeudal, funcionou objetivamente como um território colonial explorado pela burguesia industrial do Norte. Essa situação favorecia não apenas a burguesia nortista, mas também os grandes latifundiários do Sul que eram assim protegidos pelo Estado contra as transformações radicais no estatuto da propriedade rural. [...] as grandes margens de lucro desfrutadas pela burguesia nortista, graças ao protecionismo e ao volumoso exército de reserva industrial, favoreciam as tentativas de “cooptação” transformista de alguns setores operários, que se expressavam politicamente no reformismo (COUTINHO, 1992, p. 38).

Diante desse impasse, como desenvolver uma teoria revolucionária que ganhe mentes e corações da classe dominada? Gramsci articula toda essa condição em torno da ideia de hegemonia, ou seja, a construção de um consenso com um viés estratégico além das lutas corporativas das diferentes categorias do conjunto de classe. No caso de uma sociedade “oriental”, é através da construção de uma hegemonia que conspire a favor da aliança operário-camponesa, dissolvendo, também, os interesses pragmáticos reformistas, assim como na fundação de uma classe nacional. Diante da conquista da hegemonia por uma classe, logo se implica na transformação de uma classe nacional, aquisição teórica que Coutinho (1992, p. 39) sintetiza com a seguinte frase “só se pode ser classe dominante quando se é classe dirigente, quando já se detém o consenso da maioria da população trabalhadora”.

Portanto, a construção de uma nova hegemonia é a capacidade de dirigir uma classe, “de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário” (GRUPPI, 1978, p. 5). Nesse sentido, pode-se dizer que a “hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia” (GRUPPI, 1978, p. 5). Conforme vimos, essa sistematização de uma concepção hegemônica se dá, precisamente, no bloco histórico. Diante disso, é importante reconhecer suas superestruturas na qual a teoria gramsciana reconhece duas esferas principais: a sociedade política e a sociedade civil: enquanto a primeira agrupa o aparelho de Estado, a segunda compreende a maior parte da superestrutura.

Ambas são edificadas, em sua forma, pela ideologia, como afirma Gramsci:

No bloco histórico as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma e conteúdo meramente didática, porque as forças materiais não seriam concebíveis

historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais (GRAMSCI CC, v. 1, p. 238 *apud* LIGUORI ET AL., 2017, p. 400).

O italiano prossegue, explicitando que a ideologia “dá o cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao Estado” (IBIDEM, p. 400). Nesse sentido, para avançarmos como se dá essa “cimentação” da ideologia, devemos compreender do que se trata, inicialmente, a noção de sociedade civil para, em seguida, destrincharmos a de sociedade política e como ambas se relacionam. A sociedade civil, para Gramsci (2011, p. 267) é a “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”, que pode ser exercida através “das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.” e é, especialmente, na sociedade civil que “operam os intelectuais” (IBIDEM, p. 267).

Conforme Mendonça (2014, p. 35) reitera “a noção de sociedade civil [como] implicada no conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros”. E, nessa ordem, o intelectual é a peça chave:

O intelectual tem um papel primordial nesse aspecto: O pleno desenvolvimento de uma classe – ou fração – depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e mesmo consciência de sua função, seja no âmbito econômico, político ou ideológico. A partir dessa capacidade organizativa por excelência, os intelectuais respondem não só pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas, também, pela tarefa de atingir a própria organização da sociedade em geral, o que configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração de classe específica por eles representada (IBIDEM, p. 35).

Portanto, se compreende que a disputa de hegemonia se realiza na arena da sociedade civil. Essa conclusão é devido à distinção que o sardo dá aos dois modos de dominação de uma classe: “dirigente” e “dominante”, ou seja, “é dirigente de uma das classes aliadas e dominante das classes adversárias” (GRAMSCI, Q 1, 44, 41 *apud* COSPITO, 2017, p. 365-366). E no caso para conservar sua hegemonia enquanto classe dirigente do bloco histórico, torna-se fundamental a prática da ideologia em “todos os ramos” desde a “arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc.” (PORTELLI, 1977, p. 22). Sua concepção de mundo é “difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente” (IBIDEM, p. 22); é quando, então, se capilariza em “seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore” (IBIDEM, p. 22). Podemos dizer que a direção ideológica da sociedade se articula, no mesmo nível, de três formas: “a ideologia propriamente dita, a ‘estrutura ideológica’ – isto é, as organizações que criam e difundem –, e o ‘material ideológico’, isto é: os instrumentos técnicos de difusão de ideologia (sistema escolar, *mass media*, biblioteca etc.” (PORTELLI, 1977, p. 22).

Para Gramsci (2011, p. 342), “a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não é a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura”. Portelli (1977, p. 28) reforça o destaque do autor italiano no que compete à difusão dessa ideologia, que exige uma articulação extremamente complexa da sociedade civil em seus diversos aspectos. Prerrogativas centrais para a capilarização da ideologia neoliberal no conjunto da sociedade através dos aparelhos privados de hegemonia responsáveis pela sua difusão, como a educação no viés para o empreendedorismo, conforme veremos no decorrer desta tese.

A sociedade civil, portanto, cumpre esse papel de cimentação ideológica junto à classe dominada, porém, isoladamente, o mesmo seria inócuo, afinal, “a história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2001, p. 23) e, conseqüentemente, as ebulições sociais necessitam ser coagidas além das movimentações do campo das ideias; daí, a relação articulada com a sociedade política. *A priori*, uma leitura precipitada do autor as reduziria como questões distintas – sociedade civil e política –, mas, como veremos, ambas cumprem papéis de complementariedade e, às vezes, até se envolvem, tangencialmente, para a conservação de uma classe dominante.

Para não incorrerem em equívocos quanto à definição de sociedade política pelo autor, é importante, de antemão, estabelecermos qual é o seu entendimento de Estado. Gramsci (2011) faz um alerta para distinguirmos Estado e Governo, uma identificação que é “precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política” (IBIDEM, p. 269). Nas sociedades ocidentais, ele enxerga, como vimos anteriormente, dois grandes planos superestruturais: a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia, e a sociedade política, ambas unidas, dialeticamente, sob o conceito de “Estado integral” ou “Estado ampliado” (LIGUORI *et al.*, 2017, p. 261).

Sinteticamente, quando falamos em Estado ampliado, nos referimos à fórmula “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, p. 269). Gramsci (2011, p. 269) reitera que, por Estado, se deve entender “além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”, ou seja, “ditadura + hegemonia” (GRAMSCI, CC, v. 3, p. 227 *apud* LIGUORI *et al.*, 2017, p. 591). Ele faz uma distinção de Oriente-Occidente para definir o grau de complexidade do Estado a fim de usar suas próprias palavras: “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Occidente, havia uma relação justa entre Estado e sociedade civil, e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2011 *apud* LIGUORI *et al.*, 2017, p. 591). Vejamos:

Portanto, não é que o Estado “ocidental” seja fraco, débil; no “Ocidente”, o Estado também é forte, pode até ser mais forte do que numa situação “oriental”, mas o que caracteriza a condição “ocidental” é que temos nela também uma sociedade civil forte e articulada, que equilibra e controla ação do Estado *stricto sensu* (COUTINHO, 2006, p. 188).

Um Estado “ocidental”, segundo Gramsci (2011 *apud* LIGUORI *et al.*, 2017, p. 262), “educa para o consenso”, ou seja, “o Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada [...] organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”. Mesma condição diagnosticada junto à sociedade política, que assume diferentes caracterizações de acordo com a dinamicidade registrada com a sociedade civil. Portelli (1977), inclusive, alerta para as numerosas definições de sociedade política nas obras de Gramsci:

- “Sociedade política ou Estado, que correspondem à (função de) ‘dominação direta’ ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico”.
- “Sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento”.
- “Governo político [...], isto é, aparelho de coerção de Estado, que assegura ‘legalmente’ a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha-o o consenso espontâneo.” (GRAMSCI I, p. 9; Gramsci, L.C. p. 481 *apud* PORTELLI, 1977, p. 30).

Num sistema hegemônico, a sociedade política deve exercer papel secundário, afinal, ela (domínio militar e governo jurídico) é “o aspecto repressivo e negativo de qualquer atividade positiva de civilização realizada pelo Estado” (PORTELLI, 1977, p. 31). Em momentos extremados de coerção, Gramsci (2011 *apud* PORTELLI, 1977) distingue duas condições da sociedade política:

- [...] uma habitual, que consiste no controle dos grupos sociais que não “consentem” na direção da classe fundamental: esses grupos – as classes subalternas – entram em contradição com a classe dirigente em certo grau da evolução das relações sociais e econômicas. Esta utiliza, pois, a coerção, mais ou menos “legal” para manter a sua dominação;
- a segunda situação é mais excepcional e temporária, na medida em que trata dos períodos da crise orgânica: a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apoia-se na sociedade política para lograr manter sua dominação (IBIDEM, p. 31).

Nessa ordem, é preciso alertar da impossibilidade de um sistema social onde “o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação” sendo, neste contexto, a uma dominação “provisória”, que traduz “a crise do bloco histórico em que a

classe dominante, mantém-se artificialmente por meio da força” (GRAMSCI, 2011 *apud* PORTELLI, 1977, p. 32).

Isso reforça o aspecto colaborativo dos órgãos de ambas as sociedades (civil e política) e os órgãos da “opinião pública” não se voluntariam de bom grado para a reprodução de determinada concepção de mundo. Nesse sentido, é necessária a luta pelo monopólio dos “jornais, partido, parlamento, de modo a que uma única força modele uma opinião e, desse modo, a vontade política nacional, dispensando os desacordos numa poeira individual e desorganizada” (IBIDEM, p. 33).

Conclusivamente, compreendemos, então, que o Estado Integral, para Gramsci (2011 *apud* PORTELLI, 1977), assume três características:

- [...] reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto “intelectual e moral”, quanto política;
- seu equilíbrio interno entre esses dois elementos da superestrutura;
- enfim e sobretudo, a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico [...] (IBIDEM, p. 36).

A partir dessa explanação, nosso esforço é pontuar o enigma do capital remodelado pela classe dominante em resposta às transformações estabelecidas a partir dos blocos históricos que culminaria no módulo neoliberal do capitalismo contemporâneo. Para uma análise dessa primorosa tarefa, o método do materialismo histórico-dialético, é salutar responder ao caos inicial que se providencia numa organização das realidades segundo categorias incisivas, que nos dão resposta à altura desse nosso propósito. Com base em totalidade, mediação e contradição, temos ferramentas específicas para desenvolver o objeto em questão desta tese, que traremos com maior vitalidade no último capítulo. Trata-se do *empreendedorismo para a educação*, ou seja, uma ideia refletida desde aparelhos privados específicos a fim de hegemonizar uma concepção de mundo, daí a importância de Gramsci, que ordena, de forma didática, esse estudo acerca da ideologia em seus aspectos de formulação, difusão e reprodução. Mas, para avançarmos nessa proposta, é importante introduzirmos uma compreensão acerca do desenvolvimento desse sistema que baliza tal ideologia, que é o capitalismo.

1.2 O florescer do capitalismo

A naturalização do modo de produção capitalista na contemporaneidade demarcada, principalmente, pela ausência de algo alternativo real, proporcionou perspectivas restritas a reproduzi-lo sem reflexões aguçadas da sua engenharia. O propósito desta seção, é resgatar o seu desenvolvimento histórico e a consolidação sucinta do metabolismo social do capital através da tríade capital, salário e Estado e sua relação ofensiva ao deformar os princípios e fins do trabalho. Nesse sentido, esta seção tem como proposta, ressaltar tais prerrogativas a fim de emergir os mecanismos que sustentam esse sistema em suas entranhas e que se marginalizam, deliberadamente, pela burguesia.

A propósito, comecemos pela análise da burguesia, a classe dominante, em questão, desse sistema. Os donos do capital, conforme a orientação de Trotsky (2011, p. 174) quando diz que “[...] na sociologia marxista o ponto inicial de análise de um fenômeno dado – por exemplo, Estado, partido, tendência filosófica, escola literária etc. – é sua definição de classe”. Nessa lógica, um breve resgate de configuração desse sistema nos dá a profunda dimensão de qual o propósito do objetivo da classe burguesa ao se afirmar como a classe mandatária das relações de produção.

O período compreendido entre 1789 e 1848, é denominado pelo historiador Eric Hobsbawm, como a Era das Revoluções (1977), uma demarcação progressiva do avanço de tecnologias no mundo do trabalho, adoção das novas relações sociais de produção através do assalariamento, assim como a extremização da sociedade com o surgimento das novas classes sociais: burguesia e proletariado no continente europeu. Após séculos de estagnação e retração econômica, diante da reduzida circulação de mercadorias no período medieval, a Idade Moderna (1453-1789) promove novas resoluções e ensaios de um mundo vindouro, que se destacaria pela dissolução do Antigo Regime monárquico, feudal e ultraclerical.

As Revoluções, Liberal Francesa e Industrial Britânica, complementariam a emergência da nova classe que iria dominar o planeta até a data presente: a burguesia. A primeira, ocorrida no Estado mais populoso da Europa e transversalizada pela radicalidade, desdobrou-se em movimentos na América e até no mundo islâmico. Conforme alerta Hobsbawm (1977), essa revolução não foi feita por um partido ou movimento organizado, mas sim, pelo consenso de ideias do grupo emergente da burguesia, impulsionado pelas ideias do liberalismo clássico, formuladas por intelectuais da filosofia e economia e difundidas pelas maçonarias e associações informais expressas, propagandisticamente, na sublime inocência da *Flauta Mágica*, de

Mozart⁴ (1791). A exigência do homem burguês se materializaria, documentalmente, na conhecida *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, porém não manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária:

Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento; mas, se a corrida começasse sem handicaps, era igualmente entendido como fato consumado que os corredores não terminariam juntos. [...] E a assembleia representativa que ela vislumbrava como órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembleia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis. [...], no geral, o burguês liberal clássico de 1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata, mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários (HOBSBAWM, 1977, p. 91).

Esse burguês liberal clássico, localizado ao norte da França, em fronteira com os britânicos, trazia sua personificação evidenciada no “homem de negócios”. A compreensão que o lucro máximo devia ser detido com a organização da Revolução Industrial, e não com o investimento em atividades comerciais mais conhecidas, reconfigurou a demanda do consumo mundial e do processo de circulação de mercadorias. A Grã-Bretanha, com suas modestas indústrias têxteis, a partir do algodão, favoreceu-se do comércio ultramar num contexto de monopólio das relações comerciais com a América Latina e uma política deliberada e sistemática da Índia no que compete ao comércio dos derivados do algodão. Embora, intelectualmente, esse “homem de negócios” britânico não dispusesse da fartura literária rebelde semeada pelo iluminismo francês, era comum a leitura atenta do economista britânico da década de 1780, por “Adam Smith, mas também – e talvez com mais proveito – os fisiocratas e os contabilistas fiscais franceses, Quesnay, Turgot, Dupont de Nemours, Lavoisier, e talvez um ou dois italianos” (HOBSBAWM, 1977, p. 52).

Essas transformações, impulsionadas pelas Revoluções Industrial britânica e Liberal francesa, sobrepujaram processualmente e gradualmente o estabelecimento da ordem mundial capitalista, decifrada pelo tripé *capital, trabalho assalariado e Estado*⁵. Harvey (2011), ao se referir ao primeiro, faz o seguinte alerta:

⁴ O artista de raiz burguesa, Wolfgang Amadeus Mozart, representaria, segundo Elias (1995), as contradições deste período, afinal, estaria diante da confrontação de uma impossibilidade de ascensão e reconhecimento por meio do seu ofício exposto na reconhecida genialidade e se restringiria a “servir” as classes da nobreza e do clero nas suas demandas particulares por arte, algo característico de uma sociedade determinada a estamentos.

⁵ MÉSZÁROS, Istvan. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

O capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Os capitalistas – aqueles que põem esse processo em movimento – assumem identidades muito diferentes. Os capitalistas financeiros se preocupam em ganhar mais dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros. Os capitalistas comerciantes compram barato e vendem caro. Os proprietários cobram aluguéis porque a terra e os imóveis que possuem são recurso intelectual. Comerciantes de bens trocam títulos (por ações e participações, por exemplo), dívidas e contratos (incluindo seguros) por um lucro. Até mesmo o estado pode atuar como um capitalista, por exemplo quando usa receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento e gerem mais receitas em impostos (HARVEY, 2011, p. 41).

O autor afirma que essa forma de circulação de capital industrial ou de produção surge a partir de meados do século XVIII. O capitalista começa com uma certa quantidade de dinheiro e seleciona o tipo de tecnologia ou forma organizacional a adentrar no mercado em conexão às quantidades de força de trabalho e meios de produção necessários (matérias-primas, instalações físicas, produtos intermediários, máquinas de energia etc.) em que a conclusão se dá em torno da busca do lucro. No caso do setor de serviços e entretenimento, por exemplo, o processo do trabalho (cortar o cabelo ou divertir-se) é, em si, a mercadoria ser vendida.

Marx (2008, p. 177-178) torna didática essa forma simples de circulação de mercadoria através da fórmula $M - D - M$ (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria), ou seja, a conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria: vender para comprar. Ao lado dessa fórmula simples, ele apresenta aquela forma que define o capital; trata-se da $D - M - D$ (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro), isto é, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro: comprar para vender. A finalidade do dinheiro é transformar-se em capital.

Vejamos mais de perto a circulação $D - M - D$. Percorre duas fases opostas, conforme sucede com a simples circulação de mercadorias. Na primeira fase, $D - M$, compra, transforma-se em dinheiro em mercadoria. Na segunda, $M - D$, venda, a mercadoria volta a ser dinheiro. O que faz a unidade de ambas as fases é o movimento, conjunto em que se permuta dinheiro por mercadoria e a mesma mercadoria por dinheiro, se compra mercadoria para vendê-la, ou, abandonando-se as diferenças formais entre compra e venda, compra-se mercadoria com dinheiro e dinheiro com mercadoria. O resultado final de todo o processo é troca de dinheiro por dinheiro, $D - D$. Se compro 2.000 quilos de algodão por 100 libras, vendendo-os por 110 libras, terei por fim trocado 100 libras 110, dinheiro por dinheiro (MARX, 2008, p. 178).

O autor diagnostica que, ao realizar esse movimento conscientemente, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista, afinal, o conteúdo objetivo dessa circulação em causa – a expansão do valor –, é sua finalidade objetiva. Essa mudança do valor-dinheiro, transformada em capital, não pode ocorrer no próprio dinheiro; o dinheiro apenas realiza o preço da mercadoria, que

compra ou paga. A grosso modo, na forma “dinheiro”, o capital não produz nenhum lucro. A mudança só ocorre no segundo ato da equação $D - M$, ou seja, quando a mercadoria é revendida sob a forma de valor. Tal condição, é extraída quando o valor-de-uso é transformado na lógica do consumo. Resumidamente, o capitalista deve construir, em torno da esfera de circulação no mercado, uma mercadoria a qual o valor-de-uso possua propriedade de ser fonte de valor cujo consumo seja realmente a encarnação do trabalho, a criação de valor. No caso do possuidor de dinheiro, o capitalista necessita encontrar uma mercadoria especial que transforme o valor-de-uso em valor-de-troca. Nesse caso, Marx (2008) se refere à capacidade de trabalho ou força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto de faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda que produz valores-de-uso em qualquer espécie (IBIDEM, p. 197).

O possuidor de dinheiro deve encontrar, no mercado, a força de trabalho como mercadoria, ou seja, quando ela for oferecida ou vendida como mercadoria pelo próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é força de trabalho. A relação do possuidor de dinheiro e do vendedor da mercadoria da força de trabalho se configura numa suposta igualdade jurídica em que o segundo negocia sua capacidade para o trabalho por tempo determinado – caso a venda de uma vez por todas se configura como escravidão –, que se aliena da sua capacidade sem renunciar da mesma. O vendedor da mercadoria da força de trabalho não possui meios de produção (matérias-primas, instrumentos produtivos etc.). Nessa condição, Marx (2008) pontua que:

Para transformar o dinheiro em capital, tem o possuidor de dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender (IBIDEM, p. 199).

A venda da mercadoria força de trabalho denomina-se salário, uma das categorias que sustentam o tripé do capitalismo junto ao capital e ao Estado – esta última, veremos adiante. O salário é a forma monetária que os trabalhadores são pagos pela venda da sua força de trabalho. Diferente das outras mercadorias, o salário não flutua sintonizado à produção e se consolida como não transformado. Marx alertou quanto à natureza enganosa do salário em contraposição às afirmações dos liberais clássicos que vinculavam o pagamento em relação à jornada de trabalho, ou seja, atribuíam o cálculo da remuneração lateral à exploração do porquê do lucro do capitalista.

O lucro era a forma de excedente característica do modo de produção capitalista e, como o excedente em qualquer outro modo de produção, era resultado da produção. A troca desigual não poderia produzir, mas apenas possivelmente redistribuir o excedente. A maneira específica pela qual o excedente era extraído no modo de produção capitalista tinha de ser explicada com base na produção fundada no trabalho assalariado, forma específica assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, e não com base em uma troca desigual do trabalho pelo salário. A própria forma salário tinha de ser analisada, e era preciso mostrar que se tratava de uma forma ilusória, sob a qual se escondia o mecanismo de exploração, mecanismo esse que não podia, portanto, depender de variações quantitativas do montante de dinheiro que constituía o salário (MARX, *apud* BOTTOMORE, 2001, p. 331).

Esse caráter ilusório do salário, que Marx se refere, é que, conforme vimos, a remuneração que se dá somente por sua força de trabalho, ou seja, apenas parte do dia de trabalho, aquilo que o autor chama de trabalho necessário para produzir uma mercadoria. O excedente não é pago, vindo dali a taxa de mais-valia que condiciona o lucro do dono do capital, portanto, o pagamento por jornada ou horas, é irreal, uma perspectiva aparente, afinal, não corresponde à quantidade da força de trabalho exposta na transformação de uma mercadoria. Decifradamente, capital e salário se conectam em sustentáculos dos pilares sistêmicos do modo de produção capitalista que tem, como último elemento fundamental, o Estado.

Conforme afirma Demier (2017, p. 21) há, inclusive nos estudos marxistas, equívocos pertinentes à caracterização de categorias como “Estado”, “regime” ou “governo”. Conforme vimos acima, a definição de Gramsci (*apud* Portelli, 1977, p. 33) sobre Estado ampliado nos auxilia a não cair nessas armadilhas, pois o autor sardo destrincha a categoria revitalizando Marx, que atribui a mesma como uma determinação da consolidação e manutenção de um modelo vinculado ao *status quo*; no nosso caso, o sistema capitalista reprodutor da dominação burguesa. Essa dominação pode assumir diversas formas: a de uma democracia burguesa (democracia liberal, representativa etc.), fascismo, bonapartismo, ditadura militar etc., conseqüentemente, todas trazem, em perspectiva, a continuidade da burguesia no poder.

Engels (2009) relata a motivação da gênese do Estado, já na Antiguidade:

Como o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo, era sobretudo, o Estado dos donos de escravos para manter os escravos subjugados, tal como o Estado feudal era o órgão de que se valeu a nobreza para manter a submissão dos servos e camponeses dependentes. E o moderno Estado representativo é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital (IBIDEM, p. 211).

E, dentro da suposta universalização que o Estado, sob a direção da burguesia, reivindica, há a demarcação das próprias desigualdades societárias oriundas do modo de produção capitalista:

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração das diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, como formação, como atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob pressuposto delas, ele só se percebe como Estado e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele (MARX, 2010, p. 39-40).

Wood (2011, p. 203) reitera que “enquanto houver Estados, haverá a necessidade de controlar seu poder e proteger os poderes e as organizações independentes que existem fora do Estado”, ou seja, trata-se do controle da classe dominante, representada pela burguesia, em conjunto ao do tripé que Mészáros (2009) compreende como sistema sociometabólico do capital que, além do Estado, tem a adição do *trabalho assalariado* e *capital*, logicamente, onde ocorre uma vinculação orgânica.

E, conforme vimos anteriormente, os eventos revolucionários na Inglaterra e na França do século XVIII, calcificaram esse sistema que alicerça o capitalismo. A partir do momento que a Revolução Industrial consigna a divisão do trabalho, subordinando o trabalho ao capital, e a Revolução Francesa sofisticava a concepção de Estado burguês, determina-se a ampliação do atual modelo sistêmico norteado pela lógica do lucro. Embora decifremos as categorias que compõem esse sistema metabólico social do capital acima, é fundamental pontuar como elas se articulam para a manutenção do capitalismo.

Quando nos referimos ao “social”, trata-se do conjunto estabelecido pelas relações historicamente desenvolvidas pela nossa espécie – *Homo sapiens* – através do trabalho em comunidade num diálogo com a transformação da Terra, onde esta funciona como um “[...] grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos de trabalho como a localização, a base da comunidade” (MARX, 1981, p. 67). Se no período pré-capitalista, ocorre um desenvolvimento da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais, domésticos etc. – a partir da relação de nossa espécie com a natureza, no capitalismo, conforme abordado, há a deformação dessas relações por meio do trabalho assalariado e do capital.

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material de trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural – significa a dissolução tanto da pequena propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental (MARX, 1981, p. 65).

Para Marx (2008), a nossa ontologia, enquanto ser social, encontra-se objetivada no trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes vida útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (IBIDEM, p. 211-212).

Antunes (2009) afirma que o trabalho impulsiona nossa condição enquanto ser social através de um sistema de produção e intercâmbio por meio de mediações combinadas numa totalidade estruturada. As mediações de primeira ordem têm, como finalidade, a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal através dessa transformação e interação com a natureza pelo trabalho. Quando falamos dessas mediações de primeira ordem, estamos a rascunhar um modelo societário distanciado daquilo desenvolvido pelo metabolismo societal do capital e das mediações de segunda ordem, que se configuram pela necessidade de adequação a hierarquias estruturais caracterizadas pela dominação e subordinação. Essa mediação primária ou de primeira ordem inclui:

- 1) A necessária e mais ou menos espontânea regulação da atividade biológica reprodutiva em conjugação com os recursos existentes;
- 2) A regulação do processo do trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas;
- 3) O estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades requeridas, historicamente mutáveis e visando otimizar os recursos naturais e produtivos existentes;

- 4) A organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo;
- 5) A alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes;
- 6) A constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais, em conjunção com as determinações e funções de mediação primárias (MÉSZÁROS, 2009 *apud* ANTUNES, 2009, p. 22).

Esse sistema de primeira ordem, é alterado e subordinado a partir da processualidade histórica advinda com o surgimento do capital e a emergência de uma mediação de segunda ordem, que se nucleie em torno do tripé capital, trabalho assalariado e Estado. A subsunção do trabalho ao capital proporciona ao capitalista agir como dirigente no processo de exploração do trabalho de outrem. Seu aspecto formal, ainda nas oficinas artesanais, transita para o modelo real, já nas grandes indústrias da Primeira Revolução Industrial. O capitalista apenas sofisticava para a lógica do mais valor – via trabalho assalariado – suas determinações adquiridas no exercício de trabalhos anteriores:

Não é por o trabalho se tornar mais intenso ou por se prolongar a duração do processo do trabalho; nem é por o trabalho ganhar maior continuidade e, sob o olhar interessado do capitalista, mais ordem, etc., que se altera em si e para si o caráter do processo real do trabalho, do modo real do trabalho. Surge nisto, pois, um grande contraste com o modo de produção especificamente capitalista (trabalho em grande escala, etc., que, como indicamos, se desenvolve no decurso da produção capitalista e revoluciona não só as relações entre os diversos agentes da produção, mas também simultaneamente o caráter desse trabalho e a modalidade real do trabalho no seu conjunto. É por oposição a esta última que denominamos subsunção formal do trabalho ao capital à subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista. A relação capitalista, como relação coerciva que visa extrair mais sobre trabalho mediante o prolongamento do tempo de trabalho – relações coercivas que não se funda em relações pessoais de dominação e de dependência, mas que brota simplesmente de diversas funções econômicas – é comum ambas as modalidades, porém o modo de produção especificamente capitalista conhece contudo outras maneiras de extorquir mais-valia (MARX, 2004, p. 89-90).

Essa nova formulação do trabalho, adquirida a partir das relações capitalistas em seu interior, vem a deformar aquelas mediações de primeira ordem e emergir o sistema de mediações de segunda ordem, que trazem consigo elementos “fetichizadores” e alienantes de controle social metabólico. Nessa subsunção do trabalho ao capital, há, como desdobramentos nessa nova mediação (ANTUNES, 2009, p. 22-23): a) a separação e a alienação entre trabalhador e meios de produção; b) a imposição dessas condições aos trabalhadores; c) a personificação do capital como um valor egoísta – influenciando subjetivamente – voltado para sua expansão; e d) a criação de uma relação de dependência do operário com o trabalho

subsumido ao capital. Esse sistema do capital, por não ter limites a sua expansão, diferente das formas societárias anteriores que buscavam, em alguma medida, o atendimento das necessidades sociais, o sistema de metabolismo social do capital é, em sua essência, ontologicamente incontrolável.

Portanto, a partir dessa explanação acerca da engenharia desse sistema, cabe-nos compreender agora como ele se calcificou. O tripé sociometabólico do capital, apresentado aqui, evidencia características complexas de um sistema que naturaliza tais questões, de forma abreviada, a fim de reproduzir constantemente seu modelo. A deformação do trabalho, segundo a subsunção ao capital, nos dá a devida dimensão das “amarras” nos diversos aspectos que a classe dominante arraiga no cotidiano da classe dominada, ou seja, no conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Para avançamos nessa discussão, a próxima subseção pretende abordar o processo histórico e suas colaterais desse modelo junto à sociedade.

1.3 A consolidação do capitalismo

A presente subseção tem como proposta traçar uma breve linha histórica acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista que culminaria na transição de esboços a partir da acumulação primitiva do capital e se transformaria em um sistema ampliado e imponente no decorrer do século XX. Para auxiliar nessa tarefa, trago, como referência, o historiador Eric Hobsbawm e sua vasta obra acerca das “eras”, referência a períodos determinados desde movimentações específicas da sociedade e seus desdobramentos. Em destaque, nesta subseção, há referências acerca do modelo de produção fordista, característico da primeira metade do século XX, tópico importante a se destacar diante das transformações do mundo do trabalho no neoliberalismo e que serão, posteriormente, tratadas em relação ao objeto desta tese.

No período correspondido a 1789 e 1848, há a determinação evolutiva da consolidação do sistema capitalista em nível mundial e, conseqüentemente, do desenvolvimento da lógica sociometabólica do capital. Essa etapa anterior vai alimentar condições, a partir de 1850, para a ocorrência do processo considerável de expansão capitalista através das novas relações comerciais intracontinentais em contexto de queda dos antigos regimes. Esse período, que dura até 1875, é definido pelo historiador Eric Hobsbawm (1979, p. 50) como “Era do Capital”, contexto que apresenta um crescimento do comércio de 260% nessa fase.

Nesse mesmo período tem-se a demarcação do Estado-nação, em destaque, Alemanha e Itália, com seus processos de unificação. Um ressalte, é que a escola, nessa fase, cumpre um papel fundamental para providenciar a incorporação da linguagem local:

O progresso era realmente espantoso: entre 1840 e 1880 a população da Europa cresceu em 33%, mas o número de seus filhos na escola cresceu em 145%. Mesmo na bem-educada Prússia, o número de escolas primárias cresceu de mais de 50% entre 1843 a 1871. Mas não era apenas devido ao atraso da Itália que o mais rápido crescimento de população escolar tenha ocorrido ali: 460%. Nos 15 anos que seguiram à unificação, o número de escolas primárias dobrou (HOBSBAWM, 1979, p. 110).

Resumidamente, trata-se da sofisticação do aparato estatal sob a direção burguesa, condição essencial para o avanço do controle sociometabólico do capital. Permanências que sugestionaram, conforme aborda Hobsbawm (1979), altas taxas de migração e urbanização:

Se a redistribuição dos homens do campo através do globo não pode ser negligenciada, é, contudo menos surpreendente do que o êxodo da agricultura. Migração e urbanização andavam juntas, e na segunda metade do século XIX os países mais associados a este processo (Estados Unidos, Austrália, Argentina) tinham uma taxa de concentração urbana não superada em nenhum lugar, exceto na Inglaterra e nas partes industrializadas da Alemanha. "(Em 1890, as 20 maiores cidades do mundo incluíam cinco nas Américas e uma na Austrália.) Homens e mulheres transferiram-se para as cidades, embora talvez (com certeza na Inglaterra) cada vez mais oriundos de outras cidades (IBIDEM, p. 205-206).

As estradas de ferro e as cidades industriais, na Era do Capital, tiveram um *boom* considerável:

A presença de estradas de ferro e, numa escala menor, máquinas a vapor, introduzia então o poder mecânico em todos os continentes e em países não-industrializados. A chegada da estrada de ferro era em si mesmo um símbolo revolucionário, já que a construção do planeta como uma economia única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização (IBIDEM, p. 54-55).

A descoberta e a propagação de invenções, como o telégrafo e o telefone, impulsionaram a redução das distâncias em nível mundial. A maior parte do avanço, na engenharia de produção de massa, veio dos Estados Unidos, pioneiro do revólver Colt, rifle Winchester, relógios produzidos em massa, máquinas de costura e as modernas linhas de montagem. As crises de superprodução eram respondidas pelos "homens de negócios", com reinvenções a fim de retomar os expansionismos. A descoberta de ouro, na Califórnia (Estados Unidos), e na Austrália, retomava o fôlego do crescimento desse novo modelo sistêmico regido pelo capital industrial, assim como os banqueiros emergiam como uma categoria central para a burguesia

mundial. Em contrapartida, o proletariado, de posse das teorias críticas ao sistema que despontavam, se colocava como a nova classe revolucionária.

Esse triunfo de crescimento da Era do Capital, propagado pelas teorias liberais de competitividade, tem seu fim em meados do ano de 1875 em resposta aos eventos da proclamação da Unidade Alemã e a Comuna de Paris, em 1871, ou mesmo a grande queda da Bolsa, de 1873:

A nova era que iria se seguir à era do triunfo liberal seria bastante diferente. Economicamente, iria se desligar rapidamente da competição sem barreiras das empresas privadas, da abstenção governamental em relação a interferências, e daquilo que os alemães chamavam Manchesterismus (a ortodoxia do livre comércio da Inglaterra vitoriana), para passar às grandes corporações industriais (cartéis, trustes, monopólios), grande intervenção governamental, e às mais diferentes ortodoxias de política econômica [...] (HOBSBAWM, 1979, p. 307).

O historiador britânico, Eric Hobsbawm (1979, p. 308), apresenta quatro mudanças significativas, que definiram esse contexto: 1) A entrada numa nova era tecnológica em superação à primeira Revolução Industrial quando se destacam as novas fontes de poder (eletricidade e petróleo, turbinas e motor a explosão), de nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, ligas, metais não-ferrosos), de indústrias baseadas em novas ciências, tais como a indústria em expansão da química orgânica; 2) O período demarcado pela produção em massa, incluindo bens de consumo duráveis em virtude do aumento de renda da população caracterizado por um substancial aumento demográfico (de 1870 a 1910, a população da Europa cresceu de 290 para 435 milhões, e dos Estados Unidos, de 38,5 para 92 milhões); 3) O fortalecimento dos Estados Nacionais industrializados promoveu um protecionismo que culminou no “capitalismo monopolista”, em destaque, Alemanha, Inglaterra e EUA, provendo aquilo que Lenin (2012) cunhou como etapa superior do capitalismo: o imperialismo⁶.

Por fim, Hobsbawm (1979) alerta para a quarta mudança reconhecida no pós-crise de 1929: a intervenção estatal com o devido rigor no contingenciamento do atendimento das massas:

Pelos padrões modernos, o crescimento do papel e das funções do Estado permaneceu bem modesto, embora seus gastos (isto é, suas atividades) tenham crescido per capita em praticamente todo o mundo durante nosso período, muito como resultado do violento aumento da dívida pública (exceto naqueles bastiões do liberalismo, da paz e da empresa privada não-subsidiada, Inglaterra, Holanda, Bélgica e Dinamarca). Este

⁶ “Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido” (LENIN, 2012, p. 124).

aumento nos gastos públicos era muito mais marcado nos países em desenvolvimento, que estavam no processo de construção da infra-estrutura de suas economias – os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Argentina – através da importação de capital. Mesmo assim, os gastos sociais, com a exceção talvez da educação, permaneceram bem negligenciáveis (IBIDEM, p. 310).

A produção em massa, a qual Hobsbawm (1979) alerta no Item 2, é oriunda de uma nova proposição da organização do mundo trabalho. Trata-se da acentuação do capital industrial condicionado à superprodução em massa em um contexto demarcado por mudanças na dinâmica organizativa da produção de mercadorias denominado taylorismo-fordismo. Gramsci (1934 apud LIGUORI et al. 2017, p. 38) caracteriza o “fordismo” como uma dimensão técnico-produtiva do “americanismo”, que seria sua dimensão ideológico-cultural ou ético-política.

O filósofo italiano partia da premissa que o “americanismo” (IBIDEM) seria uma movimentação de valores que, supostamente, intensificariam as relações de produção no modo de vida da população, ou seja, uma supraindividualização, uma breve demarcação territorial que traz consigo elementos europeus, porém características específicas do Novo Mundo ao Norte. Quanto ao “fordismo”, trata-se de uma expressão cunhada a partir das obras relegadas ao empresário americano da indústria automobilística, Henry Ford. De antemão, é importante destacar que o fordismo deve ser compreendido como:

A forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista.; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo do trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2011, p. 24-25).

Ao anunciar o fordismo como fértil em terreno americano, Gramsci fundamenta para a não existência de uma nobreza parasitária, o que permitiu, portanto, uma acumulação de capitais que não negligenciasse acesso aos bens de consumo ao conjunto de trabalhadores caracteristicamente especificados numa heterogeneidade nacional (raciais e étnicos) de quem não sofreu um processo bloqueado como os franceses. Determinação organizativa da produção que, como o próprio Gramsci aborda, poderia expandir-se mundialmente, porém não sob a égide da coerção, mas sim do convencimento, como o próprio salário razoável numa perspectiva de consumo, ou seja, esses novos métodos seriam inseparáveis do modo de vida, de pensar e sentir a vida e, conseqüentemente, teriam desdobramentos no cotidiano das famílias, do Estado, em

questões de sexualidade etc. Modulação organizativa da produção que iria expandir-se, com vigor, planeta afora:

O que havia de especial em Ford (e, que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2012, p. 121).

Essa abordagem, no âmbito do modelo organizativo da produção, tinha, em sua função, a construção de uma nova sociedade que, vinculada ao poder corporativo bem “aplicado”, renderia a construção de um novo sujeito racional. A proposição de trabalho a oito horas a cinco dólares, promoveria a obrigação do trabalhador de responder à disciplina necessária para a alta produtividade na linha de montagem. Tudo isso em sintonia ao lazer e ao consumo em massa da própria produção ampliada, que se renovaria em círculos. Para isso, deveria ocorrer uma vigia junto aos trabalhadores e trabalhadoras do quanto esse dinheiro estava sendo “corretamente” utilizado:

Em 1916 Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas a sua própria existência foi um sinal presciente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que fordismo iria trazer (HARVEY, 2012, p. 122).

O modelo fordista se amplia e se constitui no planeta por quase meio século. Foi o atalho organizativo da produção, que um conjugado de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais encontrou para responder à crise dos anos 1930. A guerra posterior, também, exigiu planejamento em larga escala, assim como a racionalização do processo do trabalho, que trazia interpretações negativas e positivas do fordismo-taylorismo, seja no espectro da esquerda ou da direita⁷.

⁷ “A direita e esquerda desenvolveram sua própria versão de planejamento estatal racionalizado (com todos os seus atavios modernistas) como solução para os males a que o capitalismo estava tão claramente exposto, em particular na situação dos anos 30. Foi esse tipo de história intelectual e política confusa que fez Lênin louvar a tecnologia de produção taylorista e fordista enquanto os sindicatos da Europa Ocidental a recusavam; Le Corbusier aparecer como apóstolo da modernidade enquanto se aliava a regimes autoritários (Mussolini por algum tempo e regime de Vichy na França); Ebenezer Howard forjar planos utópicos inspirados no anarquismo de Geddes e Kropotkin – apenas para serem apropriados por desenvolvimentistas capitalistas – e Robert Moses começar o século como ‘progressista’ político (inspirado pelo socialismo utópico apresentado em Looking

Até os anos 1930, as indústrias europeias trabalhavam com um modelo de produção nucleado por uma produção artesanal sofisticada encarregada de oferecer demanda para o consumo de produtos de luxo a fim do consumo da elite. Isso, inclusive, na própria indústria automobilística, ainda a incorporar, gradualmente, as proposições do fordismo-taylorismo, mas já muito influenciada por intelectuais do período que exploravam o horizonte dessa forma de produção como positiva para o avanço das indústrias no continente.

Recordemos que tal contexto histórico se vincula ao pós-crise de 1929. A relação com o Estado se reformula diante do quase colapso sistêmico na minimizada regulação do período e do “supra protagonismo” dos capitalistas nas decisões junto aos moldes produtivos. A crise de superprodução devia ser respondida com soluções que disciplinassem a produção e refletissem acerca do contingenciamento do setor público a fim de priorizar a infraestrutura (o *New Deal*, de Roosevelt, é o maior exemplo). Teorias nacional-socialistas, que enviesavam o fortalecimento do Estado em argumentos autoritários e disciplinados, se propagam popularmente na Europa, principalmente, nas propostas beligerantes que ascendiam para uma nova compreensão de Estado.

O amadurecimento de uma relação fordista, sintonizada com uma proposta estatal de regulação, só vai ser resolvida no pós-guerra, depois de 1945, caracterizado por um crescimento considerável do sistema capitalista:

O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústria baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série dessas regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Ruhr-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Yokohama. As forças privilegiadas de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida extensão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infraestrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados tendo ápice da hierarquia os Estados e Nova York, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos (HARVEY, 2012, p. 125).

Essa expansão do capitalismo, que duraria até o início dos anos 1970, foi caracterizada, pelo historiador Eric Hobsbawm (2003, p. 255), como “Era do Ouro”, tendo reservado tal

backwards, de Edward Bellamy) e terminar como o ‘corretor do poder’ que ‘levou o moedor de carne’ para o Bronx em nome da automobilização da América” (HARVEY, 2012, p. 123).

condição nos países de centro do capitalismo onde, conforme alertou Gramsci, são caracterizados por sociedades ocidentais, ou seja, uma sociedade civil sofisticada, no que compete às diretrizes pertinentes a reivindicações de direitos, logo, contempladas pelo *Welfare State*, ou seja, *Estado de Bem-Estar Social* em relação à classe dos trabalhadores e trabalhadoras: “Hoje é evidente que a Era do Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos [...], pois a riqueza mundial jamais chegou à vista da maioria da população no mundo” (HOBSBAWM, 2003, p. 255).

O tal “progresso” se desenvolveu às custas dos ataques ecológicos e segundo a padronização no desejo de consumo acompanhada de um desemprego em massa, numa releitura da condição humana, que a vinculava como potencial compradora de bens e serviços. O autor alerta que a Era do Ouro promoveu a “democratização do mercado” (IBIDEM, p. 264). O esvaziamento do campo e a ocupação das cidades sugerem mudanças comportamentais, com novos protagonistas nas reivindicações da classe, como os estudantes. Elementar, junto à reestruturação das padronizações das instituições, como a família e a Igreja, por exemplo. Outro elemento, que o historiador britânico alerta, é para essa revolução cultural que culmina numa “cultura juvenil” muito mais subjetivista, consumista e individualista. Condições importantes, que visualizaram as perspectivas do mundo nas próximas décadas (IBIDEM, p. 319).

Essa etapa do capitalismo iria, portanto, se esgotar a partir dos anos 1970, conforme veremos na próxima subseção. Porém, o de destaque desse período, que Hobsbawm cunha de “Era do Ouro” do capitalismo, são as intervenções estatais e o modo de organização do trabalho no âmbito do fordismo, providenciais para a garantia desse sistema no pós-Segunda Guerra Mundial e temeroso ao socialismo. Sua sustentação, entretanto, se dizima gradualmente após o rearranjo que ocorre a partir dos anos 1970, quando emerge a nova etapa compreendida como a acumulação flexível do capital e profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais permearam o novo momento histórico.

1.4 Crise sistêmica e saída de emergência

A partir dos anos 1970, ocorre um esgotamento das ideias keynesianas diante da crise sistêmica estrutural que emerge e a resposta do capital é a promoção do ideário neoliberal. O postulado do economista britânico, John Maynard Keynes (1883-1946), essencial no contexto do pós-crise de 1929 e da barbárie da Segunda Guerra Mundial, será demonizado na nova crise

do capital. A legitimação de uma teoria que desse plenos poderes ao capital deveria ser o centro das questões, ou seja, a saída para a potencialização dos lucros da burguesia; daí, o neoliberalismo surge como proposta, não só dentro da perspectiva modular econômica, mas como inspiração para intensificar a nova fase do capitalismo nucleada em torno da flexibilidade.

Antes de avançarmos na caracterização do modelo neoliberal, cabe um destaque em relação a Keynes que, assim como Marx, em seus debates acerca do modo de produção capitalista – principalmente, no campo da macroeconomia –, havia um contraste real com a proposição liberal do livre mercado, mas, em diferença ao segundo, que compreendia o sistema capitalista como decididamente fadado ao colapso com crises cíclicas, Keynes intervinha em uma proposição de regulação das crises com uma política governamental adequada:

Ao contrário de Marx, porém, Keynes rejeitou a ideia de que o ciclo econômico (ou o ciclo industrial) era um resultado inevitável das leis do movimento do modo capitalista de produção. Keynes achava que uma política governamental anticíclica correta, particularmente (mas não apenas) em setores como tributação, oferta de dinheiro, expansão e contração de crédito, taxas de juros (“dinheiro barato”), obras públicas e especialmente déficits orçamentários (“financiamento da economia por meio de déficits orçamentários”) e excedentes orçamentários, poderia garantir o pleno emprego, ou quase, e uma taxa significativa de crescimento econômico por longos períodos, talvez para sempre (BOTTOMORE, 2001, p. 207).

Marx, em seus escritos sobre o capital, evidenciou as restrições do sistema capitalista girado à lógica da acumulação, portanto, voraz na busca ofensiva do lucro. Keynes marginalizou essa abordagem ao pontuar que, com uma regulação adequada de intervenção estatal e sintonizada a uma possível responsabilidade da lei da oferta e procura, conseqüentemente, poderia administrar-se o capitalismo. Logicamente, conforme Marx havia alertado, tal proposição tem seu esgotamento na dinâmica do capitalismo a partir dos anos 1970 em conclusão ao fim da Era de Ouro do capitalismo.

Após essa Era de Ouro do capitalismo, caracterizada pela acumulação de capitais e no apogeu do fordismo/taylorismo e das teorias keynesianas, o capitalismo passa por uma nova consideração a partir dos anos 1970. Antunes (2009, p. 31-32) pontua seis fatores fundamentais: 1) Queda da taxa de lucro; 2) Esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; 3) Hipertrofia da esfera financeira; 4) Concentração de capitais; 5) Crise do *Welfare State*; e 6) Incremento das privatizações.

O crescimento efetivado no pós-Segunda Guerra, trazia consigo o encaminhamento da nova ordem mundial, orquestrada por acordos com a ONU, Banco Mundial, FMI e Banco Internacional de Compensações, que definiram, em Bretton Woods, em 1946, uma nova

modalidade de gestão do capital que não sucumbisse ao livre mercado acentuado de 1929 nem ao socialismo planificado soviético.

O livre comércio de bens foi incentivado sob um sistema de câmbio fixo escorado na convertibilidade do dólar norte-americano em ouro a um preço fixo. O câmbio fixo era incompatível com os livres fluxos de capital que tinham de ser controlados, mas os Estados Unidos tinham de permitir o livre fluxo do dólar para além de suas fronteiras para que o dólar funcionasse como moeda de reserva global. Esse sistema existiu sob a ampla proteção do poder militar norte-americano (HARVEY, 2011, p. 20).

Seguros dessa nova configuração, os comitês executivos da burguesia, ou seja, os organismos governamentais dos países de centro-capitalista incorporaram à sua dimensionalidade de “gestão” compassada, elevadas taxas de crescimento que privilegiavam o mercado em expansão (principalmente, na exportação para a América do Sul e o Sudeste Asiático, não contemplados positivamente com a Era do Ouro). O controle das políticas fiscais e monetárias de Keynes trouxe consigo, inclusive, demandas da classe dos trabalhadores nesses países de centro. Porém, a partir do final dos anos 1960, ocorre uma grave crise de acumulação.

O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, culminando numa “estagflação” que duraria boa parte dos anos 1970. As crises fiscais e a legitimidade dos Estados se ampliam (a Grã-Bretanha, por exemplo, é salva com recursos do FMI em 1975-1976), enquanto as receitas de impostos caíam e os gastos sociais disparavam. A falência técnica da cidade de Nova York, em 1975 – um dos maiores orçamentos públicos do mundo –, é o maior exemplo deste novo momento. Sem um rigor na política monetária, essa crise se acentua:

O ímpeto da expansão de pós-guerra se manteve no período de 1969-1973 por uma política monetariamente frouxa por parte do Estados Unidos e da Inglaterra. O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades das instituições financeiras (HARVEY, 2012, p. 136).

Acrescido a isso, tivemos a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo de aumentar os preços do petróleo para o Ocidente durante a Guerra Árabe-Israelense, de 1973. A partir daí, ocorre uma mudança de custos relativa aos insumos de energia de maneira consistente, impulsionando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, com desdobramento junto aos problemas da reciclagem dos petrodólares excedentes, culminando numa instabilidade

representativa nos mercados financeiros mundiais. Fundamentalmente, essa crise acumulativa se desdobra numa potencial redução das taxas de lucro dos capitalistas a partir do final dos anos 1960, principalmente, no coração do capital mundial: os Estados Unidos da América (Anexo 1) (HARVEY, 2012).

Essa crise tem, também, como novo desdobramento, o esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista, que transita para o modelo produtivo de acumulação flexível. Conforme afirma Harvey (2012):

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo em larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariáveis (IBIDEM, p. 135).

E a emergência da acumulação flexível, é marcada pelo confronto direto com a rigidez do fordismo em que seu apoio se dá na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Conforme já abordamos, o fordismo se destaca pela produção em massa; por meio da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através da cronometrização do trabalho; pela lógica fordista de produção em série; pelo trabalho parcializado e fragmentação das funções; a separação entre elaboração e execução no processo do trabalho; pelas unidades fabris concentradas e verticalizadas; e, por fim, do “operário-massa” e do trabalho coletivo fabril. Condições essas que transitarão para o modelo de acumulação flexível (ANTUNES, 2011).

A reinvenção das instituições e um ataque ao que chamam de “burocratismo”, legitimarão essa nova etapa da organização produtiva da acumulação flexível:

A pedra angular da prática administrativa moderna é a crença em que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva que as hierarquias piramidais, como as que governavam a era fordista. A junção entre os nódulos na rede é mais frouxa; pode-se tirar uma parte, pelo menos em teoria, sem destruir outras. O sistema é fragmentado; aí está a oportunidade de intervir. Sua própria coerência convida novas revisões (SENNETT, 2010, p. 55).

Dessas novas revisões, a flexibilidade do processo de trabalho é caracterizada por uma simbiose na qual há um “significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas pequenas e médias, ‘artesaniais’” (ANTUNES, 2011, p. 25) em que novas relações, com o tempo e com o espaço de trabalho, ganham conotações diferenciadas do fordismo/taylorismo. A resposta mais pragmática da condição técnica de produção, que irá balizar a acumulação flexível, é a consolidada pela empresa

automobilística, Toyota, do Japão. Para compreender como isso se desenvolveu, é fundamental explorar suas quatro fases:

Primeira: a introdução, na indústria automobilista japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a importação de técnicas de gestão dos supermercados dos EUA [...], de reposição dos produtos somente depois de sua venda. [...] A necessidade de atender a um mercado interno que solicita produtos diferenciados e produtos pequenos. [...] Por fim, havia que enfrentar o combativo sindicalismo japonês [...] (ANTUNES, 2011, p. 30-31).

Resumidamente, diferente do fordismo, a produção no toyotismo é voltada e conduzida pela demanda e não pela oferta. É o que determina o que será produzido, ao contrário da produção em massa do fordismo. A produção é sustentada no estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (seja transporte, controle de qualidade e estoque), é garantido pelo *just in time*. Nessa nova ordem, o respaldo produtivo é a exigência mais individualizada do mercado, ou seja, a produção se sustenta num processo produtivo flexível no qual o operário opera várias máquinas⁸: ele deve ser polivalente, genérico, multifuncional (ANTUNES, 2011).

O trabalho passa a ser realizado em equipe em contraste ao trabalho parcelar do fordismo. Diferente do verticalismo deste último, o toyotismo lida com a horizontalização ao organizar sua produção, estendendo às subcontratadas, ou seja, as pequenas e médias empresas terceirizadas. Isso promove a flexibilização dos trabalhadores, afinal, a redução de trabalhadores diante da polivalência e o aumento de horas extras se conectam a essas relações trabalhistas de empregos temporários em vinculação à dinâmica das necessidades diretas do mercado consumidor.

É importante destacar que, nesse novo período, ocorre uma redução considerável do trabalhador fabril – a classe operária industrial tradicional –, porém, em resposta a isso, há um aumento do subproletariado⁹ assalariado no setor de serviços. O resultado disso, para a classe, é sua heterogeneização, fragmentação e complexificação. A primeira condição, é a inserção, cada vez mais, fortalecida da mulher no mundo do trabalho (Anexo 2):

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e

⁸ É extinta a condição um operário/uma máquina do fordismo.

⁹ Compreendemos subproletariado, aqui, como aquele trabalhador vivenciado em empregos temporários, precarizados, subcontratados, “terceirizados” e/ou incluídos na economia informal.

heterogeneidades, entre *singularidades* que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da *materialidade* e da *subjetividade*, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. [...] Portanto, também por isso, [a classe é] mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si possibilite também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 2011, p. 51. Grifo do autor).

Adicional a isso, temos a fragmentação dos trabalhadores diante da flexibilização das funções, que permitem sua divisão em dois subgrupos fundamentais: os de trabalho integral, com habilidades de fácil capilarização no mercado, como o pessoal do setor financeiro – secretárias, basicamente –, áreas de trabalho rotineiro e manual menos especializado, caracterizados por uma alta rotatividade no trabalho (ANTUNES, 2011). Pareado a eles, temos o subgrupo situado na periferia do mundo do trabalho, aquilo que Braga (2012, p. 19) denomina de “preariado”, ou seja, basicamente “parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica”. Conforme vimos, os empregados de tempo parcial, empregos casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público – setores que têm ainda menos segurança de emprego do que o primeiro subgrupo.

Logicamente, em comparação ao operário padronizado do fordismo, esse novo trabalhador traz consigo uma complexidade que o constante uso das tecnologias, a nova condição polivalente, a intelectualização do trabalho manual, a nova dimensão organizativa, temporal e espacial¹⁰ e a nova condição em que o trabalho já não aparece no processo de produção, conforme explora Antunes (2011), pois agora, o trabalhador se comporá como supervisor e regulador em relação ao processo produtivo.

Essa flexibilidade no processo e no mercado de trabalho também será efetivada nos produtos e padrões de consumo. Nos produtos, através da desconcentração produtiva, ou seja, a parcialização dos produtos em diferentes países que, conforme abordado, se dá por pequenas e médias empresas, muitas vezes, terceirizadas, seja dentro de um próprio local de trabalho ou geograficamente. Quanto aos padrões de consumo, ele se dá através da incorporação da lógica de demanda, explorado acima, porém pela ampliação da concepção de obsolescência

¹⁰ “As pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis. [...] A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho em equipe [...] que serve a uma política flexível. Apesar de todo o arquejar psicológico da administração moderna sobre o trabalho de equipe no escritório e na fábrica, é o etos de trabalho que permanece na superfície da experiência. O trabalho em equipe é a prática de grupo da superficialidade degradante” (SENNETT, 2010, p. 117-118).

programada, isto é, a adoção de um tempo de vida útil reduzido ao produto a fim de induzir a um consumo inveterado. Essa relação pragmática tem como proposição, inclusive, o aumento da alienação em relação ao processo produtivo, pois a relação dessas duas orientações fomentam a tal condição que, conforme alerta Mészáros (2009), culmina em circunstâncias nefastas para a natureza diante da ausência de regulação da produção.

Elementar a essa nova etapa do capitalismo, temos a hipertrofização do setor financeiro. Como aponta Harvey (2012, p. 152), ocorre a “reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira”. Uma movimentação que desenvolveu, por um lado, a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global e, de outro, uma considerável proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros, com novas ferramentas no âmbito desse mercado. O Relatório da Comissão Hunt Norte-Americana, de 1971, foi o primeiro a impulsionar a dinâmica da desregulamentação das finanças.

A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica dos fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito. [...] As fronteiras entre funções distintivas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc. tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo, que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras (HARVEY, 2012, p. 152-153).

Os Estados Unidos apoiaram, avidamente, a estratégia de empréstimos financeiros para países estrangeiros, ainda mais num contexto demarcado por uma disputa ideológica em torno da extinta URSS. Os banqueiros de Nova York incentivavam empréstimos com altas taxas, principalmente, para os países latino-americanos adquirirem o que colocava estes magnatas financeiros numa situação de fragilidade caso ocorresse a inadimplência. Então, a solução foi fortalecer o organismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se torna uma colateral do Tesouro Norte-americano, responsável por exigir reformas neoliberais para a adoção desses empréstimos.

Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de “expurgo” de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o “ajuste estrutural”. O México foi um dos primeiros Estados

recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em todo mundo (HARVEY, 2011, p. 38).

Sem a regulação estatal, o mercado do dinheiro expandiu de 50 bilhões, em 1973, para quase 2 trilhões, em 1987. A ruptura do acordo de Bretton Woods, em 1971 – da fixação do preço ouro e da convertibilidade do dólar –, reconfigurou a dinâmica flexível para o mercado financeiro no que Harvey (2012) cunhou de empreedimentismo, ou seja, a dinamização competitiva dos grandes conglomerados empresariais que afetaria, inclusive, os aspectos mais micro da sociedade, como veremos nos próximos capítulos diante do empreendedorismo.

A concentração de capitais, é outra característica do atual momento histórico pós-crise do capital de 1970. Logicamente, Marx já alertava para tal questão como natural ao sistema capitalista a partir do processo de acumulação primitiva que se desenvolve para efetivos mais abrangentes diante da operação de formação do grande capitalista:

Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista (MARX, 2008, p. 876).

Sinteticamente, o próprio sistema capitalista, ao ampliar a apropriação dos outros bens, nega a propriedade individual, baseada no trabalho próprio. Marx (2008, p. 877) observa que: “Antes, houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”. Tal determinação vai prover esse espectro natural do modo de produção capitalista, que é a concentração de capitais, questão que vai ser melhor explorada, também, por Rosa Luxemburgo (1970) e Lenin (2012).

Rosa (1970) destaca a distinção entre produção e reprodução ao alertar que a acumulação necessita dos meios de produção não capitalistas para potencializar sua reprodução, recorrendo, então, à invasão de territórios ainda não dinamizados por suas movimentações alinhadas ao sistema dominante. Abordagem reiterada por Lenin (2012) que explora, inclusive, a questão dos monopólios em etapas desde o desenvolvimento do capitalismo:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno

passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LENIN, 2012, p. 7-8).

O revolucionário russo compreende o imperialismo como o desenvolvimento e a continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral, porém pela transição do que o liberalismo clássico reivindicava como livre concorrência para o processo natural dos monopólios. Esse segundo minimiza o primeiro, peculiar à produção mercantil, em geral, através do esmagamento das pequenas empresas e concentração da produção e capitais, com desemboque no monopólio: cartéis, trustes, além da fusão com o capital financeiro. Lenin (2012) alerta para o fato que, acima e ao lado desses monopólios, ainda existe a livre concorrência em suas contradições, fricções e conflitos, particularmente agudos e intensos, culminando na nova caracterização do capitalismo fundamentado na etapa superior do capitalismo: o de viés monopolista. O monopólio é o potencial elevador do fenômeno imperialista, que traz consigo as seguintes características:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2012, p. 43).

A abordagem de Lenin (2012) é referente ao início e ao final do século XIX e princípio do XX, período demarcado pelos avanços imperialistas junto às colônias africanas e asiáticas, mas que oferece subsídios sofisticados para compreendermos a realidade contemporânea demarcada pelo capitalismo de acumulação flexível na qual, conforme vimos, se potencializa esta relação do setor financeiro em sua voracidade a cometer o imperialismo com os países periféricos. Harvey (2011) disserta sobre essa relação promíscua com o FMI a fim de extorquir os países fora do centro-capitalista numa concepção acentuada de exploração da mais-valia; e a concentração de capitais desse novo modelo se escora, fundamentalmente, no Estado. Os negócios e corporações, não só colaboram intimamente com atores do governo, como chegam a intervir, decididamente, na formulação de leis junto a políticas públicas e nas estruturas regulatórias (que, “coincidentemente”, os beneficiam).

O Estado produz tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócios etc. Em muitos casos das parcerias público-privadas, em especial no nível dos municípios, o governo assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros (HARVEY, 2011, p. 87).

Logo, a formulação liberal clássica, que reivindica a livre concorrência se dissolve nesse novo contexto, afinal, o espectro natural da monopolização é desenvolvida sem parcimônias no modelo neoliberal de capitalismo flexível em que ocorre uma crescente consolidação do poder em uma ou duas multinacionais centralizadas:

O mundo da competição dos refrigerantes se reduz a Coca-Cola *versus* Pepsi, a indústria de energia a cinco enormes corporações transnacionais, e uns poucos magnatas da mídia controlam o fluxo de notícias, boa parte das quais se torna pura propaganda (IBIDEM, p. 90).

O antigo modelo do *Welfare State*, que contemplava a classe trabalhadora do capitalismo de centro, também, é eliminado nesse novo contexto modal sistêmico. O fim da “era dourada do capitalismo” exige repostas concisas da classe dominante para responder à queda nas taxas de lucros. A impossibilidade de oferecer registros vinculados à concessão de direitos ao conjunto da classe dominada, ainda mais num contexto dominado pela Guerra Fria e uma opção real ao sistema hegemônico, encaminha-se à incorporação de um ideário que emerge aquelas teorias dissonantes, as proposições keynesianas de intervenção estatal e, consequentemente, direitos aos trabalhadores e trabalhadoras do centro-capitalista.

As teorias neoliberais se ampliaram na nova etapa histórica que se vislumbrava. Decididamente, as mudanças estabelecidas por esse novo contexto não se encaminharam, isoladamente, por uma decisão unilateral da burguesia mundial, mas sim, pela execução do comitê executivo da burguesia, em destaque, Margareth Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, e Reagan (1981-1989), nos EUA, além de Pinochet, no Chile (1974-1990). Conforme vimos em Gramsci (2011, p. 269), desde a noção de Estado ampliado, trata-se da articulação orgânica de uma sociedade política coercitiva na aplicação de o ideário neoliberal formulado alguns anos antes junto a aparelhos privados de hegemonia por intelectuais destacados da economia, como Friedman, Hayek e Von Mises.

1.5 A execução do modelo neoliberal

O processo de execução do neoliberalismo traz consigo etapas mais complexas, como a primeira consagrada através de Thatcher e Reagan e outras reorientadas a partir de balanços da própria burguesia, como a adesão do social-liberalismo pela incorporação da filantropia a fim de atenuar possíveis ebulições sociais mundo afora. Por outro lado, o neoliberalismo foi responsável por traduzir uma mudança radicalizada no modo de vida e no mundo do trabalho, além de ressignificação do papel do Estado. Nesta seção, veremos como se deu sua aplicação em distintas etapas.

Conforme vimos, as mudanças no mundo do trabalho já promoviam a desestabilização de uma regularidade no que compete suas centralidades labutares, algo que vai ser sancionado através do ideário neoliberal e sua execução junto a figuras do comitê executivo da burguesia, como a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher (1979-1990), e o presidente norte-americano, Ronald Reagan (1981-1989). Nesse novo bloco histórico, conforme vimos em Gramsci, é de central importância haver um balizamento intelectual para fomentar sua reprodução e execução. O primeiro passo para tal condição seria sucumbir o keynesianismo como protagonista da macroeconomia, respaldado em políticas de Estado, norteado pela ideia de responder às crises cíclicas do capitalismo, determinando-as controláveis, com políticas governamentais – como o *Welfare State* – para os novos liberais que encaravam a administração destas crises junto a organismos internacionais –, conforme vimos com a presença do FMI e do Banco Mundial.

O principal intelectual a formular e iniciar as teorias neoliberais foi o ganhador do Prêmio Nobel de 1974, Friedrich Hayek. Em resposta ao projeto de Keynes – intervenção estatal –, o austríaco reúne no Mont Pèlerin, Suíça, em 1947, emblemáticas figuras do conservadorismo, como Lionel Robbins, Karl Popper, Mises e Milton Friedman a fim de desenvolver uma doutrina para o que determinavam como o capitalismo do futuro cuja crença da sociedade estaria na centralidade do mercado; uma metafísica que colocava o mesmo como um Deus responsável por conduzir e responder às crises do capitalismo.

Para responder a essa nova lógica, na qual o mercado seria o comandante de todas as instâncias do processo de reprodução da sociedade, adotou-se alguns tópicos que norteariam essa nova fé travestida de doutrina econômica como:

Limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessárias para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade. Com o passar do tempo, juntaram-se a esse conjunto de prescrições regras de pilotagem de juros, câmbios e finanças públicas que, algo contraditoriamente, transformam a política econômica neoliberal numa *Business Administration* de Estado (PAULANI, 2006, p. 71).

Esse receituário, financiado por abastados e líderes corporativos, se articula a partir dos anos 1970, em continuidade ao acúmulo protagonizado junto aos aparelhos privados de hegemonia (APHs), em destaque, a Universidade de Chicago onde reinava Milton Friedman, por exemplo. Assim como Hayek, Friedman vence o prêmio Nobel de Economia, em 1976, em um contexto de fortalecimento das teorias neoliberais que se ampliavam com uma rapidez considerável nos EUA e na Grã-Bretanha sob o incentivo intelectual dos APHs, como a *Mont Pèlerin Society*, o *Institute of Economic Affairs*, em Londres e a *Heritage Foundation*, em Wasghinton¹¹.

A eleição de Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha, em 1979, é fundamental para a execução dos propósitos neoliberais naquele território, até então, hegemônico pelas políticas keynesianas e comprometidas com o *Welfare State*. Os argentinos, Féliz e López (2012, p. 26) compreendem esse momento como a primeira etapa do desenvolvimento neoliberal que já havia se estruturado no Chile com a derrubada do Governo Popular de Salvador Allende, em 1973, e o golpe empresarial militar de Pinochet, assim como o golpe na Argentina, em 1976. Essa movimentação se destacou pelo uso massivo da violência aberta direcionada ao povo organizado para atender à demanda do grande capital. Nesse projeto, a sociedade política (categoria explorada por Gramsci em sua proposição de Estado ampliado) cumpre um papel fundamental para executar as perspectivas econômicas neoliberais.

O que os autores compreendem como segunda etapa, é a incorporação dos intelectuais responsáveis e formuladores do neoliberalismo junto à estrutura tecnocrata estatal. Vide o Plano Austral (1985-1987), na Argentina: uma tentativa reduzidamente monetarista de transformar moedas locais naquilo que se tornaria a emblemática insígnia dos neoliberais latino-americanos e suas políticas desastrosas no bordão vazio do “conter a inflação”, caricatura sempre presente

¹¹ Mais adiante, desenvolveremos melhor a importância de alguns desses intelectuais neoliberais no debate sobre empreendedorismo.

nos intelectuais da burguesia neoliberal e de profundo diálogo com a classe média reacionária regional.

A terceira etapa, é o diagnóstico equivocado do final da luta de classes, com o famoso artigo do intelectual, Francis Fukuyama (1989, p. 3-18), que caracterizava o “fim da história”, após a queda do Muro de Berlim e a soberania do capitalismo. Essa intenção do intelectual se dá com a pulverização dos governos neoliberais, mundo afora, potencializados após o Consenso de Washington, em 1991.

O Consenso de Washington foi a denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada nos diversos países. Em novembro de 1989, pela primeira vez na história, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo daquele país e dos organismos financeiros internacionais especializados em assuntos latino-americanos - FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo do encontro era fazer uma avaliação das políticas econômicas implantadas até então. Para relatar as experiências locais, também participaram do evento diversos economistas latino-americanos. Às conclusões desta reunião dar-se-ia, posteriormente, o nome informal de Consenso de Washington. A novidade era o consenso estabelecido entre as diversas fontes do ideário neoliberal. As políticas recomendadas por aquelas agências e organismos internacionais seriam finalmente unificadas. A mensagem seria transmitida de forma mais vigorosa e seria absorvida pela maior parcela da elite econômica e intelectual da região como sinônimo de modernidade (MARIANI, 2007, p. 5).

O desdobramento dessa nova etapa foi a experimentação e execução de tal lógica em países, mundo afora, junto a estadistas como Menem, na Argentina (1989-1999); Salinas, no México (1989-1994); Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), no Brasil (1989-2002); Fujimori, no Peru (1990-2000) etc. Iniciava-se uma cruzada frontal, principalmente, nos países periféricos, que implicaria em determinações econômico-sociais sem precedentes na história do capitalismo moderno. Elementar a esse novo desdobramento, o alvo do Estado, sob a égide do público e indústrias nacionais, no caso da América Latina¹², se consolidou no novo movimento característico dos neoliberais: a privatização.

Thatcher iniciou esse procedimento na Grã-Bretanha: a privatização de todos os setores da economia que estavam na mão do governo. A justificativa é que livraria o governo das obrigações futuras com empresas deficitárias e a estratégia foi “enxugá-las”, com demissões de trabalhadores para potencializar seu valor nos leilões de entrega dos patrimônios públicos:

Em vários casos, esconderam-se subsídios na própria forma de avaliação – empresas de água e esgotos, estradas de ferro e mesmo empresas geridas pelo Estado no setor

¹² Na campanha à presidência de 1989, o neoliberal Collor já rascunhou o que seriam os novos “ventos” ao proclamar duas frases clássicas: “O Brasil não produz carro, produz carroça” – justificativa para dissolver a indústria nacional – e “Servidor público é marajá” – o ataque às empresas públicas e ao servidor público.

automobilístico e na indústria do aço detinham propriedades fundiárias em locais nobres de alto valor, o que foi excluído das avaliações de maneira definitiva. A privatização e os ganhos especulativos da propriedade vendida caminharam de mãos dadas. [...] A British Aerospace, a British Telecom, a British Airways e empresas nas áreas do aço, da eletricidade e do gás, do petróleo, do carvão, da água, dos serviços de transporte rodoviários, estradas de ferro e muitas outras empresas estatais menores foram vendidas numa maciça onda de privatizações (HARVEY, 2011, p. 70).

Essa entrega do Estado ao grande capital para a exploração privada e lucrativa, inclusive, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros) avançou para os países periféricos numa sintonia decifrada entre desnacionalização e acordos corruptos de favorecimento das elites locais¹³. Para Netto e Braz (2012, p. 240), ao caracterizar esse movimento contemporâneo de “globalização”, a intenção do grande capital é impor uma “desregulamentação universal” que vai além das desregulamentações das relações de trabalho:

O objetivo declarado dos monopólios é garantir uma plena liberdade em escala mundial, para que os fluxos de mercadorias e capitais não sejam limitados por quaisquer dispositivos. Não empregamos a expressão objetivo declarado por acaso: é que, de fato, se os grupos monopolistas e os Estados que os representam declaram que pretendem o fim de todas as barreiras a mercadorias e capitais, na prática das relações internacionais eles continuam mantendo barreiras e limites que protegem os seus mercados nacionais – os intermináveis debates que se realizam nos marcos da Organização Mundial do Comércio/OMC, contrapondo países centrais e países periféricos, mostram claramente que os países imperialistas dificilmente “desregulam” os seus mercados internos; a receita que recomendam é para “uso externo”, ou seja, para os países dependentes periféricos (NETTO; BRAZ, 2012, p. 240-241).

Tal caracterização, como as anteriores apresentadas, determinaram o modelo neoliberal *stricto sensu*, que atuou com vigor no planeta até meados dos anos 2000. Féliz e López (2012), em crise, após o balanço negativo da própria burguesia diante da ampliação da desigualdade social e a resposta dos movimentos sociais, obrigando a classe dominante a incorporar questões sociais para a manutenção desse modelo econômico. A saída conduzida por intelectuais dessa vertente, é atuar em áreas periféricas a fim de controlar qualquer faísca que desemboque em agudeza da luta de classes, sem abrir mão dos alicerces do neoliberalismo, logicamente.

Nesse contexto, a figura do filantropo é muito importante, conforme ressalta Ball (2014, p. 121) quando cunha a expressão “nova filantropia” ou “filantropia 3.0” para definir a doação

¹³ A “privataria tucana” e o favorecimento de quadros do PSDB, como o José Serra e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, são um caso emblemático desse processo no Brasil, assunto relatado pelo jornalista Amaury Ribeiro Junior, no livro que traz no título a expressão citada entre aspas (Belo Horizonte: Geração Editorial, 2011).

a iniciativas sociais com o objetivo especificado de retorno lucrativo das mesmas, sem o viés cristão anterior, que atribuía às doações uma mera recompensa de comprometimento metafísico. Os novos filantropos defendem um modelo neoliberal, porém diferente do neoliberalismo agressivo, há um olhar para o debate social sob uma perspectiva mercadológica, concluindo no que se convencionou de *social-liberalismo*.

Nesse novo modelo, o Estado tem uma função diferenciada, que é agir em sinergia com o mercado para promover uma suposta justiça social. A intelectualidade responsável por difundir tal concepção junto aos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), tomou a tarefa de romper com algumas características agressivas do modelo anterior, caracterizado pelo receituário apresentado anteriormente. Eles conduzem a três questionamentos fundamentais:

1) Tecendo críticas contra o liberalismo extremado da globalização, que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social; 2) discordando da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”; e 3) dando destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos (CASTELO, 2013, p. 264).

Essa concepção tem sua ascensão na primeira década do ano 2000, coincidentemente, no mesmo território que se iniciou o neoliberalismo agressivo com Margareth Thatcher: o Reino Unido. Na figura da ex-liderança do Partido Trabalhista Britânico, Blair assume como primeiro-ministro (1997-2007), incumbido a “aparar as arestas” perigosas no âmbito social que o neoliberalismo *stricto sensu* demarcou. O modelo do sincretismo Estado-mercado com parcerias público-privadas, programas assistenciais e horizontes para o terceiro setor da filantropia 3.0 serão determinantes para providenciar a aplicabilidade deste programa junto a outros países, incluindo, os periféricos, como o Brasil, na figura de Lula (2002-2010), Nestor Kirchner, na Argentina (2003-2007), dentre outros, que deram prosseguimento à política neoliberal, porém, com atenuantes.

Condições que seus sucessores teriam dificuldades de prosseguir diante do retorno de uma lógica conservadora, que trazia consigo um discurso norteado pelo revanchismo do pilar reprodutor ideológico do capitalismo moderno: a *classe média*. Formada num discurso anterior neoliberal de crítica ao assistencialismo estatal e impactada pela crise do capitalismo, em 2008, redundante de mais uma crise cíclica do capital, a classe média assumia o *ethos* meritocrata, tanto reproduzido pelo discurso neoliberal tradicional e culpava as “questões sociais”, mesmo

as conectadas junto à configuração mercadológica, como responsáveis por suas crises de renda. Seja na América Latina, consumida por uma história de negligenciamento a indígenas e negros, onde a violência se tornou uma forma popular de resposta à desigualdade social; seja nos países de centro; no continente europeu; ou nos EUA, onde os alvos passaram a ser os imigrantes, primordialmente, árabes e latinos.

Diante desses novos paradigmas, o discurso neoliberal do indivíduo, apesar das suas transformações nas quatro décadas recentes, trouxe consigo a necessidade de fundamentar propostas junto aos APHs, que reproduzissem reforçar uma oposição à movimentação coletiva que visasse a intervenção estatal nas questões sociais e, conseqüentemente, expurgasse resquícios do mundo de trabalho na dinâmica fordista-taylorista. Daí, a compensação do modelo sem horizonte temporal, característico do capitalismo flexível, conjugado à intensificação do autojulgamento diante da crise estrutural sistêmica e a ampliação considerável do exército de reserva através da prerrogativa do *empreendedor*, ponto fundamental a ser discutido no próximo capítulo.

2 O EMPREENDEDORISMO NO CENTRO DAS IDEIAS

O *empreendedorismo* se tornou uma discussão lugar-comum no período recente. Conforme vimos anteriormente, há uma relação imediata com a proposição do modelo neoliberal, que não só resultou em mudanças no mundo do trabalho e a ampliação do desemprego estrutural, sendo, portanto, o empreendedorismo uma saída quase que inequívoca, conforme prega o capital ansioso a evitar convulsões sociais e, conseqüentemente, a sindicalização dos trabalhadores. Em sintonia a isso, temos a elevação do individualismo e a competitividade encaradas pelos formuladores da ideia do empreendedor como natural ao ser humano.

Diante disso, esse capítulo pretende trazer uma radiografia da noção de empreendedorismo a partir do liberal clássico Cantillon (2002) e sua fundamentação acerca do mesmo relacionada à ideia de “aventureiro”. Porém, é no francês Jean Batiste Say (1983), que há uma caracterização mais refinada da noção ao vinculá-la a um contexto em que a I Revolução Industrial era uma realidade e a terminologia acerca do mundo produtivo era discutida pela burguesia, proporcionando a Say trazer interlocuções com o termo questões como oferta e demanda, e a centralidade do empreendedor em regular tal condição através de uma “régua”, que culminasse na estabilidade produtiva. Posterior a ele, temos o austríaco Schumpeter (1961, p. 108-113), que desenvolve o importante conceito de “destruição criadora”, ou seja, a compreensão que a dinamicidade do sistema capitalista seria por meio da criação de uma nova demanda através da “inovação”.

Logicamente, que tais autores, dadas as devidas proporções, pois os mesmos se encontram em etapas específicas do desenvolvimento do capitalismo, trazem, em suas resoluções, a necessidade de manutenção sistêmica a partir da figura do empreendedor. Porém, conforme observamos acima e que será reiterado neste capítulo, busca-se promover saídas que envolvam a continuidade de um sistema inexoravelmente direcionado ao fracasso diante de suas características implícitas, reflexão que será abordada, principalmente, desde os estudos de Marx sobre essa discussão.

Por fim, na segunda parte deste capítulo, temos a reorientação que os intelectuais neoliberais dão à discussão do empreendedor, em especial, Von Mises. A noção toma uma proporção central para esses autores, afinal, o que está em jogo é a legitimação do modelo neoliberal e, portanto, os insumos que embasam uma lógica pautada pela competitividade e concorrência; se antes, restrita ao mundo corporativo em nível macro, agora, é ordenada ao

conjunto da classe trabalhadora a partir da ideia do homem-empresa. A culpabilização individual acerca daquilo que deveria ser encarada como desdobramentos da crise sistêmica, é reforçado numa defesa intransigente do capitalismo encarado como uma ideologia a ser terceirizada, inclusive, para aqueles que não detêm capital. Nesse sentido, a proposição deste capítulo, é dar suporte às discussões anteriores que esmiuçaram o âmbito do empreendedorismo enquanto ideologia a ser difundida nas escolas.

2.1 Fundamentação da noção

A noção de empreendedorismo sofreu uma série de transformações conforme as mudanças históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais a imputavam historicamente. Para o pesquisador da área de administração, Degen (2009, p. 6), a palavra “empreendedor” é derivada da palavra inglesa *entrepreneur*, que traz, anteriormente, a derivação do francês antigo, resultado da formação de duas palavras: *entre*, do latim *enter* – reciprocidade –, e *preneur*, do latim *prehedere* – comprador. A combinação das duas palavras (*enter + preneur*) se desdobraria em algo próximo a **intermediário**.

Para melhor elucidar tal significação no francês arcaico, o autor usa como exemplo o navegador veneziano Marco Polo¹⁴, ainda no século XIII. O sentido de *empreendedor* como **intermediário** se evidencia ali, quando Polo apresenta seu projeto ambicioso de viagem comercial para os “protobanqueiros” venezianos que exigem, na contrapartida, a venda exclusiva dos produtos adquiridos na viagem, além do pagamento de juros a 22% em relação aos empréstimos. Os navegadores-aventureiros deviam arcar com todos os riscos da viagem, portanto, o *empreendedor* era, inicialmente, uma intermediação que favoreceria, dadas as devidas proporções, “protobanqueiros” e navegadores-aventureiros.

Conforme o período denominado Revolução Comercial (XII-XVIII) avança e, consequentemente, ocorre a sofisticação das trocas comerciais mediadas, agora, pela monetarização, assim como o desenvolvimento de cartas de crédito fortalecidas pelas Grandes

¹⁴ Marco Polo (1254-1324) se consagrou ao buscar efetivar uma rota terrestre que interligasse o comércio entre a Europa e o Oriente, pois seria o primeiro europeu a chegar à China. Seus manuscritos, popularmente conhecidos como “As viagens de Marco Polo”, narravam, em detalhes, suas experiências e contato com os orientais. Posteriormente, os mesmos seriam explorados, séculos depois, pelos protagonistas do movimento histórico que ficou conhecido como “Grandes Navegações” (XV-XVII), em destaque, Cristóvão Colombo.

Navegações, no final do século XV, ocorrem tentativas de racionalizar, economicamente, os embrionários Estados-nações em doutrinas como, por exemplo, o mercantilismo.

Inicialmente, os tímidos comerciantes que realizavam trocas para a mera subsistência, agora, ampliam essas transações e assumem, crescentemente, a condição de uma nova classe social: a burguesia. Classe essa que, fundamentada numa condição perseverante de estruturar o seu crescimento na defesa da propriedade privada e da liberdade comercial, dimensiona, intelectualmente, suas relações comerciais através do avanço da economia clássica a partir do século XVII até o XVIII protagonizada, principalmente, por autores de viés liberal, como John Locke (1632-1704); Montesquieu (1689-1755); Kant (1774-1804); Adam Smith (1723-1790); Humboldt (1767-1835); Benjamin Constant (1767-1830); Alexis Tocqueville (1805-1859); e John Stuart Mill (1806-1873).

O espectro resolutivo em prover a “liberdade” das relações comerciais, toma corpo nesse período e novas noções e categorias para fortalecer tal proposição se avolumam, conseqüentemente, no contexto apresentado: o *empreendedorismo* é uma dessas noções. Um dos introdutores de tal categoria, no âmbito da economia política de matriz liberal, chama-se Richard Cantillon (1680-1734), um dos pioneiros na prática de especulação imobiliária no mundo. Próximo ao economista John Law¹⁵ (1671-1729), o irlandês Cantillon reafirma seus propósitos no *Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral*¹⁶, escrito em 1730 e publicado em 1755, após pesada censura do governo francês e pouco reconhecido no período.

Situado num período histórico caracterizado pelas monarquias absolutistas em franca decadência e, portanto, impactadas por medidas repressivas para a manutenção daquele modelo de governo, alvo dos pensadores entusiastas de prerrogativas que incorporem novos espaços de decisão da crescente burguesia, Cantillon vislumbra, em sua obra, esboços de uma sociedade experimentada num modelo que julgue norteado pela “liberdade”, portanto, na defesa da propriedade privada individual e, conseqüentemente, sintonizado às características que fortaleçam tal condição como a transformação da noção de empreendedorismo.

O economista crê que a terra e o trabalho investido nela são o que determina, conseqüentemente, o valor das coisas, ou seja, o valor empregado na sua transformação e a modalidade (matéria-prima) do que é produzido ali, orienta o conjunto das relações comerciais

¹⁵ Law é considerado o pai do sistema moderno bancário. Caracterizou-se por defender, em seus estudos, a introdução do papel-moeda único, junto ao Estado, num contexto de moedas diversas, algo que limitava para as transações comerciais, além de compreender terras como um potencial derivado do crédito.

¹⁶ Publicado originalmente em francês, com o título *Essai sur la Nature du Commerce en Général*, ficou conhecido, familiarmente, entre os economistas da época e posteriores, como *Essai*.

e lida com a concepção clássica do liberalismo de oferta e demanda. Para isso, a mesma deve ser regulada a fim de estar sintonizada à condição de propriedade:

Ainda que as terras fossem deixadas ao primeiro que as ocupasse quando de uma nova conquista, ou quando do descobrimento de um novo território, mesmo assim, se acabaria tendo que recorrer a uma regra que fixasse a propriedade para poder chegar a estabelecer uma sociedade de homens. Neste caso, pouco importa que seja a força ou ordem política que decidam desta regra (CANTILLON, 2002, p. 23).

A “sociedade de homens”, que o economista referencia, trata-se, exclusivamente, do avanço da produção organizada, no contexto ali estabelecido, principalmente, da agricultura. Cantillon compreendia que a terra deveria sempre exercer alguma função no mundo produtivo, seja para a criação de animais, cultivo de alimentos ou, em aspectos mais desenvolvidos, construção de aldeias, burgos e cidades; estes, segundo ele, fundamentais para o avanço de sujeitos caracterizados como empreendedores¹⁷ e pequenos comerciantes, o que, para Cantillon (2002), não seriam antagonistas dos proprietários de terras, mas sim, complementares:

Se um príncipe ou senhor, que recebeu grandes concessões de terras quando da conquista ou descoberta de um território, fixa sua residência em algum lugar agradável, e se muitos outros vêm nele estabelecer também a sua residência para estar em condições de verem-se frequentemente e gozar de uma companhia agradável, este lugar tornar-se-á uma cidade. Serão construídas grandes casas para estes senhores viverem [...]. Para atender a esses senhores serão necessários padeiros, açougueiros, cervejeiros, mercadores de vinhos, fabricantes de vinho de toda espécie. Estes empresários construirão suas casas no local em questão ou alugarão casas construídas por outros empresários (IBIDEM, p. 27).

Para o autor, a sobrevivência do empresariado se dá na forma que os proprietários de terra conduzem a sua produção; caso contrário, devem recorrer ao comércio exterior caracterizado por uma enorme quantidade de ônus. E é a partir dessa condição, que Cantillon (2002) procura explorar uma determinação mais concreta do que reconhece como empreendedor. Para ele, são aqueles que conduzem a circulação, a troca de gênero e mercadorias, assim como a produção, o que se distingue, consideravelmente, do proprietário¹⁸.

¹⁷ Na referida tradução de 2002 do *Essai sur nature du commerce en general*, pela editora francesa do *Institut National d'Études Démographiques*, de 1952, a palavra *entrepreneurs* é registrada como “empresários”. Conforme veremos adiante, a noção de “empreendedorismo” toma forma mais ampliada a partir do aprofundamento do neoliberalismo nos anos 1990 quando o vocábulo ainda vai circular timidamente. Diante disso, opto pela tradução mais recente, logo, nas citações diretas as colocarei entre colchetes.

¹⁸ Cabe um ressaltado, que proprietário, na presente obra, tem o devido peso dado o contexto histórico, do século XVIII, na Europa ainda majoritariamente rural e com resquícios de servidão. Porém, o termo se aplica, também, à condição dos capitalistas, donos dos meios de produção.

Cantillon (2002) definiria o empresário ou empreendedor como um formulador dos riscos das suas conduções em meio às incertezas. Ele traz, como exemplo inicial, o arrendatário:

O arrendatário é um empresário [empreendedor] que se compromete a pagar ao proprietário, pelo arrendamento da terra, uma soma fixa em dinheiro que, em geral, se supõe igual ao valor de um terço do produto da terra, sem, contudo, ter certeza do lucro que auferirá com a empresa. Ele usa parte desta terra para criar gado, produzir, a seu critério, vinhos, cereais, feno, etc., sem, no entanto, poder prever qual destes produtos lhe renderá um preço melhor. O preço destes gêneros dependerá em parte das estações e, em parte, do consumo. Se houver excesso de trigo em relação ao consumo, seu preço será muito baixo; se houver escassez, o preço será muito alto. Quem pode prever o número de nascimentos e mortes no decorrer do ano? Quem pode prever o aumento ou redução dos gastos que pode sobrevir nas famílias? [...] é em meio a incertezas que ele leva a cabo seu empreendimento (IBIDEM, p. 43-44).

Sinteticamente, o citado autor distingue o proprietário do arrendatário pela particularidade dos riscos que o último assume. Enquanto o primeiro conserva uma estrutura sem riscos, engessada numa propriedade estabelecida, o segundo lida com as incertezas que envolvem desde questões climáticas, demográficas e oscilações econômicas, ou seja, situações reticentes, que definirão o futuro dos seus empreendimentos. Para aprofundar sua exemplificação à noção do empreendedorismo, o autor recorre aos que impulsionam a circulação de gêneros e mercadorias nas cidades:

É a cidade que consome mais da metade dos gêneros do arrendatário. Ele mesmo os leva para serem vendidos no mercado da cidade ou os vende no mercado do burgo mais próximo, ou, então outros se erigem empresários [empreendedores] para efetuar este transporte. Estes últimos obrigam-se a pagar ao arrendatário um determinado preço por estes gêneros – o preço do dia – enquanto arriscam-se a só conseguir, na cidade, um preço incerto, o qual, no entretanto, tem que ressarcir-los das despesas do transporte, além de deixar-lhes um certo lucro pelo empreendimento. Não obstante, a variação diária dos preços dos gêneros na cidade, mesmo não sendo considerável, torna seu lucro incerto. [...] Isto leva muitas pessoas, na cidade, a se converterem em mercadores ou empresários [empreendedores]. [...] São atacadistas se lã, dos cereais, os padeiros, açougueiros, manufatureiros, mercadores de todas as espécies que compram os produtos para elaborá-los e revendê-los à medida que deles têm necessidade os habitantes da cidade. [...] Tudo isto causa uma tal incerteza entre estes empresários que diariamente alguns vão à bancarrota (IBIDEM, p. 43-44).

Cantillon (2002) avança na sua caracterização de empreendedor como todos os que vivem das incertezas junto às suas possibilidades de renda, incluindo aqueles que ele define como que “empresam o próprio trabalho nas artes e ciências”, como “pintores, médicos, advogados”, ou seja, “todos os habitantes de uma cidade” (IBIDEM, p. 46), inclusive, ladrões e mendigos. Resumidamente, qualquer um que retire “sua subsistência do fundo dos proprietários de terra” e a eles “são dependentes” de alguma forma (IBIDEM, p. 47).

Além dos proprietários de terra e do Príncipe, Cantillon (2002) distingue aqueles que a) recebem salários estáveis e os b) herdeiros e ex-empresários que adquiriram propriedades¹⁹.

Em relação a esses, ele cita:

- a) O general que recebe um soldo, o cortesão que tem uma pensão, o criado que recebe um salário;
- b) Algum habitante que dispõe de grandes rendas ou algum ex-empresário que poupou bens e riquezas, isto é, se “ele tem armazéns de trigo, de lã, cobre, ouro e prata, ou qualquer outro gênero ou mercadoria de grande consumo no país” que lhe permita adquirir hipotecas (IBIDEM, p. 46-47).

O economista prossegue em sua exposição com um destaque pertinente à questão dos juros, ou seja, o vínculo que se estabelece do empresário e seus riscos, numa relação natural com os juros. Cantillon (2002) é “encaminhativo” ao afirmar que o modelo ideal de empréstimo a juros é aquele dado ao empresário sem posses, que propõe, em sua defesa, uma perspectiva de empreender um novo negócio, e abomina os empréstimos encaminhados aos homens de negócios que estão à beira da bancarrota:

Para determinar o lucro de um empreendimento é preciso sempre abater o montante necessário à subsistência do empresário [empresário], [como, por exemplo o] arrendatário e o chapeleiro, mas que não conseguimos distinguir de modo nenhum com um microempresário²⁰. Estes, quando devem, quase sempre vão à bancarrota (IBIDEM, p. 121-122).

Nesse sentido, podemos compreender a impulsão dada por Cantillon à noção do empreendedorismo. Ao distinguir o empresário, o sujeito que assume riscos em seus negócios, seja pela possibilidade de acumulação ou da bancarrota, do dono dos meios de produção, seja o capitalista, aquele sujeito estabelecido que fornece o capital diante de uma contrapartida. Essa distinção, dada por Cantillon, traz consigo aspectos inovadores, pois viria balizar, séculos posteriores, um dos maiores dogmas da doutrina neoliberal: a meritocracia.

Se o irlandês Cantillon rascunhou seus escritos na França, é de lá, também, que outro economista viria explorar a noção de empreendedorismo: trata-se de Jean-Baptiste Say (1767-1832). Como veremos, Say expõe uma análise mais complexa pertinente à noção do empreendedorismo, compreendendo-o dinamizado, na cadeia produtiva, em vínculo com as ideias do *laissez-faire*, ou seja, o mercado se autorregula. Cabe um ressaltado, pois Say era o

¹⁹ Classe que Marx definiria como capitalistas.

²⁰ Microempresário, aqui, tem a definição de comerciantes estabelecidos no período. Ele dá, como exemplo, os taberneiros.

caçula da emergente tropa de economistas clássicos britânicos e admirador de Adam Smith. Diferente de Cantillon, forjado na prática enquanto banqueiro e especulador, Say transita da condição de comerciante para acadêmico e inova ao criar o ensino de Economia na França: no *Athénée* (1815-1816), no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (1820) e, finalmente, no *Collège de France* (1831). Tal demarcação, expande a ciência econômica de “muleta” para orientação do principado²¹ e avança como manual de coordenações para produtores. Sua principal obra *Tratado de Economia Política* (1803), é caracterizada, por ele, como uma forma de “popularização da economia política” (SAY, 1983, p. 7).

Sua referência, ancorada em Adam Smith, o orienta à defesa das novas condições do trabalho no contexto da I Revolução Industrial, como a divisão do trabalho, por exemplo. Seu encantamento com a manufatura e a dinamização, proporcionada no impacto do mundo produtivo, o estimula a um menosprezo aos fisiocratas restritos à defesa da terra, isoladamente. Say providencia uma explicação global da produção ao discutir que a agricultura dialoga, por exemplo, com todo um emaranhado de outras produções e que a indústria restrita, sem relação com outros setores, é inativa. Para isso, ele sugestiona a proposição do capital produtivo, que se dividiria da seguinte forma:

- 1) Os utensílios, os instrumentos das diferentes artes. O agricultor nada poderia fazer sem sua enxada ou sua picareta, o tecelão sem seu tear, o navegador sem seu navio;
- 2) Os produtos que devem propiciar a manutenção do homem industrioso até que o mesmo tenha terminado sua parcela de trabalho na obra da produção. O produto de que ele se ocupa ou o preço que com ele obterá deve, na verdade, reembolsar tal manutenção; mas ele está obrigado a antecipá-la continuamente;
- 3) As matérias-primas que sua indústria deve transformar em produtos acabados. É certo que essas matérias, algumas vezes, lhe são fornecidas gratuitamente pela natureza. Em grande parte, entretanto, elas são produtos anteriormente criados pela indústria, como as sementes fornecidas pela agricultura, os metais devidos à indústria do mineiro ou do fundidor, as drogas trazidas pelo comerciante dos mais longínquos pontos do globo. O industrioso que as trabalha também se encontra obrigado a adiantar o correspondente a seu valor (SAY, 1983, p. 77).

Nesse sentido, para Say, toda produção decorre de uma sofisticada teia onde cada setor da economia tem relações recíprocas e, conseqüentemente, o capital produtivo fortalece esta condição, pois, inevitavelmente, no intercâmbio, entre si, das trocas comerciais, se encontram ligeiramente vinculadas à dinâmica que concilia oferta e demanda. Sinteticamente, ele compreende períodos recessivos, como o desdobramento da falta de um planejamento da produção e não por insuficiência de demanda, por exemplo. Tal conclusão, supera os

²¹ A influência do Iluminismo e da Revolução Industrial tem uma importância fundamental nessa condição.

economistas anteriores a Say, que atribuíam, geralmente, o núcleo da dinâmica produtiva a apenas um setor da economia.

Ao partir da premissa que o detentor do capital produtivo, através do trabalho, influencia diretamente na criação da demanda, Say dará uma nova abordagem para a noção de empreendedorismo. Diferente de Cantillon (2002), que reduzia o empreendedor a um sujeito envolvido em negócio de riscos e distinto do capitalista-proprietário, Say (1983) vai revigorar a noção, dando-a uma maior ambição para essa caracterização, principalmente, quando procura demarcar, criteriosamente, o que compreende como empreendedor.

A terra, o capital e a indústria encontram-se, às vezes, reunidos nas mesmas mãos. Um homem que cultiva às suas próprias expensas o pomar que lhe pertence possui a terra, o capital e a indústria. Ganha sozinho os proveitos do proprietário, do capitalista e do homem industrioso [trabalhador].
O amolador de facas ambulante, que exerce uma atividade para a qual não necessita em absoluto de propriedade fundiária, carrega em suas costas todo o seu capital e traz toda a indústria na ponta dos dedos: é simultaneamente empresário [empreendedor], capitalista e operário (IBIDEM, p. 83).

Say está, num contexto diferenciado, apregoado às ideias iluministas que orientavam para uma era em que classes estamentais não mais cabiam; assim, logicamente, essa ambição em sinalizar para uma possível transitoriedade de classes. Na presente obra, o economista é crítico, inclusive, aos principados e desenvolve um capítulo específico que proporciona, aos nascentes governos, algumas bases no que compete à administração pública no âmbito da economia, com tópicos específicos às despesas, não só com a administração civil e judiciária, mas também ao exército, ensino público, instituições de caridade e prédios públicos. O que o distancia do contexto de Cantillon, experimentado numa sociedade monárquica, onde os principados determinavam, administrativamente, o uso dos impostos de seus súditos quase sempre canalizados para os luxos da nobreza; o que não impediu a Cantillon (2002) explorar um contexto de pequenas aberturas, em que o “aventurismo” do empreendedor de riscos se supunha, enquanto Say via o empreendedor como uma peça de constituição responsável da estrutura econômica racional de Adam Smith.

Jean Baptiste Say (1983, p. 153) reforça que “a natureza dos produtos adapta-se sempre, naturalmente, às necessidades da sociedade”. Para o autor, a dinâmica da demanda é induzida pelo consumo da população e é o que molda, portanto, a racionalidade da produção, daí sua recusa na intervenção governamental nos assuntos pertinentes à economia, pois desequilibraria as relações de oferta e procura. A anterioridade diagnosticada pelo economista em relação ao

consumo, que desenvolveria racionalmente a estrutura econômica e moldaria as demandas, é fundamental para definir o tipo de empresário que o modo de produção capitalista necessita.

Conforme abordado, Say vê o empreendedor incorporado a uma estrutura racional e dinâmica sistêmica e que, portanto, quando o mesmo sucumbe à bancarrota, trata-se, fundamentalmente, não de “aventureirismos” típicos como Cantillon (2002) explorou, mas sim, da inoperância em diagnosticar a mecânica da produção originada a partir da demanda.

O empresário [empreendedor] de Say é um agente econômico racional e dinâmico que age num universo de certezas. Ele procura alcançar não só o equilíbrio financeiro de sua empresa, como também, e sobretudo, o máximo de lucro e vendas. No centro do processo produtivo, o empresário constitui, em definitivo, o verdadeiro “aval”. A racionalidade do empresário [...] é, sem dúvida, a condição que determina o bom funcionamento do sistema de Say (SAY, 1983 *apud* TAPINOS, 1983, p. 16).

Jean-Baptiste Say aborda outra questão característica de seus estudos: trata-se do desenvolvimento técnico, elemento condicional para o êxito do empreendedor. Ao ilustrar o empreendedor como “o intermediário entre todas as classes de produtores e entre os produtores e consumidor” e compreender “crises de superprodução” (SAY, 1983, p. 376) como desequilíbrios parciais e temporários do sistema, esse economista enxerga o progresso técnico como fundamental para a estabilidade sistêmica e potencialização do papel do empreendedor. O avanço técnico, para Say, promove desenvolvimento, induz ao aumento da empregabilidade e barateia o produto. Para exemplificar sua questão, ele apresenta a máquina de impressão:

No momento em que foi empregada, um grande número de copistas, viram-se desocupados, pois se pode estimar que um único operário gráfico faz um serviço igual ao de duzentos copistas. É forçoso então pensar que 199 entre duzentos operários ficaram sem emprego. Pois bem, a maior facilidade de ler as obras impressas, em comparação com as manuscritas, o reduzido preço alcançado pelos livros, o estímulo que essa invenção deu aos autores para redigirem livros em muito maior número, seja de instrução, seja de divertimento, todas essas causas fizeram com que, ao fim de muito pouco tempo, houvesse um maior número de operários gráficos empregados do que o número de copistas antes existente. E se atualmente fosse possível calcular com exatidão, não somente o número de gráficos, mas ainda dos industriais que a imprensa põe a trabalhar, tais como os que gravam caracteres, os que fundem, os fabricantes de papel, os transportadores, os revisores, os encadernadores, os livreiros, constataríamos talvez que o número de pessoas ocupadas pela fabricação dos livros é cem vezes maior que ela ocupava antes da invenção da imprensa (IBIDEM, p. 93).

Esse otimismo com o desenvolvimento técnico, é o último encaixe à sua teoria de racionalização sistêmica a partir do consumo. E, nessa perspectiva, o empreendedor tem um papel fundamental no que compete à intermediação desse processo, afinal, segundo o próprio autor, é ele que antecipa o equilíbrio e dinamiza as relações de produção. Nessa ordem, o autor não discrimina quem é o potencial empreendedor, pois, ao racionalizar o sistema, conforme

vimos, todos cumprem um papel de incorporar a noção do empreendedorismo em si, o que se evidencia nos seus escritos quando não discrimina, de forma evidenciada, trabalhador, capitalista e empreendedor. Curiosamente, o primeiro, é somente referenciado em partes que tratam de aspectos ludistas²² do período ou de pauperização²³.

O autor reconhece, inclusive, a incongruência de interesses entre patrão e operário, mas delega ao governo tratar desses conflitos. Embora compreenda, globalmente, a demanda como norteadora de transitoriedades produtivas do sistema, Say não desenvolve seus estudos em relação a essa classe e a demarca, também, como empreendedores quando sucumbem à miséria, ou seja, não souberam fazer a leitura adequada da racionalidade do sistema. Seja em seus aspectos “impulsivos” (SAY, 1983, p. 92), ao destruir máquinas na ampliação, desconhecendo o progresso técnico, ou pela própria pauperização, que se trata de uma incapacidade individual do operário ou governamental de intervir equivocadamente no conjunto da produção.

Ambos os autores que trataram da temática do empreendedorismo, trouxeram consigo uma abordagem, exclusivamente, vinculada à naturalização do modelo capitalista, principalmente, em virtude do contexto histórico vivenciado, quando sequer havia sido organizado de forma mais complexificada qualquer teoria pertinente ao conjunto da emergente classe que se desenvolvia: o proletariado. Nesse sentido, seus estudos serão norteados pela condicionante simples de compreensões resolutivas da eternidade do sistema que despontava no período.

Incorporando as contribuições desses autores para desenvolver a discussão pertinente ao empreendedorismo na era contemporânea, temos o economista, nascido no Império Austro-Hungáreo²⁴, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950). A exemplo de Say, Schumpeter foi um acadêmico de economia, com passagens marcantes na Universidade de Bonn nos anos 1920, da qual teve que se desligar e partir para os EUA no final daquela década, ali estabelecendo residência até o final da sua vida. Schumpeter teve forte influência do marxismo em sua formação²⁵, o que sempre o levou a trazer o debate social em suas análises, principalmente, quando diferencia crescimento de desenvolvimento.

Sua compreensão e admiração por Marx são visíveis na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942) na qual é perceptivo o conhecimento do autor, principalmente, por explorar,

²² Os ludistas se referem aos trabalhadores ingleses do ramo da fiação no início do século XIX que se notabilizaram pela destruição de máquinas como forma de protesto a superexploração da I Revolução Industrial.

²³ Mesmo aqui, o autor recorre a um rodapé e alerta que operário e empreendedor são termos similares.

²⁴ Schumpeter nasceu na região onde seria, hoje, a República Checa e morreu em Connecticut (EUA).

²⁵ Inclusive, aproximou-se do Partido Socialista Alemão durante o Armistício do “entre-guerras”.

com facilidade, explanações pertinentes ao capital. Nessa obra, Schumpeter explora a inevitabilidade da derrocada do sistema capitalista e da possível transição ao modelo socialista diante da inconsistência sistêmica da acumulação e da concentração, que proporcionam colapsos sociais inerentes à marginalização do debate pertinente aos dominados:

A tese que nos esforçaremos por provar é que as realizações presentes e futuras do sistema capitalista são de tal natureza que repelem a idéia da sua derrocada sob os efeitos do colapso econômico, mas, também, que, por outro lado, o próprio êxito do capitalismo solapa as instituições sociais que o protegem e criam, inevitavelmente, as condições em que não lhe será possível sobreviver e que apontam claramente o socialismo como seu herdeiro legítimo (SCHUMPETER, 1961, p. 86).

Profundo crítico do monopólio e do oligopólio na economia, Schumpeter recorre à competitividade como única formulação possível para a conservação do sistema capitalista. Essa competitividade, porém, destoa, decisivamente, de economistas anteriores que se limitavam à lógica da própria matriz de circulação de mercadorias como, por exemplo, o preço. O economista crê que a competitividade se dá em torno da destruição de toda uma estrutura para se criar algo novo:

O primeiro conceito que se descarta é o tradicional *modus operandi* da concorrência. Os economistas emergem, por fim, de uma fase em que se preocupavam apenas com a concorrência dos preços. Tão logo a concorrência de qualidade e o esforço de venda são admitidos no recinto sagrado da teoria, o fator variável do preço é apeado da sua posição dominante. Nada obstante, é ainda a concorrência, dentro de um conjunto rígido de condições invariáveis, métodos de produção e particularmente de formas de organização industrial, que continua praticamente a monopolizar-lhes a atenção. Mas, na realidade capitalista e não na descrição contida nos manuais, o que conta não é esse tipo de concorrência, mas a concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização (a unidade de controle na maior escala possível, por exemplo) — a concorrência que determina uma superioridade decisiva no custo ou na qualidade e que fere não a margem de lucros e a produção de firmas existentes, mas seus alicerces e a própria existência. Tal tipo de concorrência é muito mais eficaz do que o outro, da mesma maneira que é mais eficiente bombardear uma porta do que arrombá-la, e, de fato, tão mais importante que se torna indiferente, no sentido ordinário, se a concorrência faz sentir seus efeitos mais ou menos rapidamente. De qualquer maneira, a poderosa alavanca que, a longo prazo, expande a produção e reduz os preços é constituída de outro material (SCHUMPETER, 1961, p. 112).

Ao apontar que a concorrência se dá na introdução de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento e novos tipos de organização, Schumpeter (1961, p. 125) apresenta um elemento fundamental da sua teoria no que compete à manutenção do sistema capitalista; trata-se do que ele compreende como “inovação”. E, ao explorar tal elemento, o economista não distingue a economia socialista da capitalista. Para ele, ambas estão factíveis a serem seduzidas pelo estacionamento às inovações:

Sustenta-se também que [...] a administração privada deixará de adotar o método de redução dos custos até que a fábrica e maquinaria existentes tenham sido completamente amortizadas, ao passo que a administração socialista, em benefício de todos, substituiria o sistema antigo pelo novo logo que o método surgisse, isto é, sem levar em conta os valores de capital. Mas, na verdade, isso não ocorre (SCHUMPETER, 1961, p. 125).

Enquanto ele compreende a inovação no socialismo como algo determinado pelas demandas sociais exclusivamente, no capitalismo, a inovação estaria vinculada à ideia de evolução. Para Schumpeter (1961):

[...] o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (IBIDEM, p. 110).

Para exemplificar sua afirmação, ele destaca todo o avanço produtivo que demarca o período de 1760 até 1940:

A história da aparelhagem produtiva de uma fazenda típica, desde os princípios da racionalização da rotação das colheitas, da lavra e da engorda do gado até a agricultura mecanizada dos nossos dias – juntamente com os silos e as estradas-de-ferro – é uma história de revoluções, como o é a história da indústria de ferro e aço, desde o forno de carvão vegetal até os tipos que hoje conhecemos, a história da produção da eletricidade, da roda acionada pela água à instalação moderna, ou a história dos meios de transporte, que se estende da antiga carruagem ao avião que hoje corta os céus. A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão a firmas, como a U.S. Steel, servem de exemplo do mesmo processo de mutação industrial – se é que podemos usar esse termo biológico – que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos (IBIDEM, p. 110).

Ele compreende esse processo de “revolução da estrutura econômica”, que substitui o antigo pelo novo de “destruição criadora”²⁶ (IBIDEM, p. 108). Na sua formulação, o autor explora esse elemento como dinamizador do sistema capitalista, ou seja, aquilo que lhe dá a sobrevida e impede qualquer possibilidade de sua extinção e uma possível transição ao modelo socialista. Ele recomenda, porém, que a destruição criadora deve ser conduzida com a devida cautela, com medidas restritivas, a fim de promover o equilíbrio sistêmico, principalmente, em períodos de recessão. Contraditoriamente, o autor ressalta a importância dos cartéis como providencial para restringir o progresso desordenado que poderia resultar numa catástrofe na produção. Embora não seja incisivo nessa questão, faz uma breve referência reticente a períodos

²⁶ Traduções recentes substituíram o termo por destruição criativa.

quando tais eventos ocorreram, provavelmente, com destaque à crise de 1929 (SCHUMPETER, 1961).

Diferente de Say, que atribui a demanda como o racionalizador do sistema e seu dinamizador, Schumpeter opta, em sua avaliação, na centralidade junto à figura do empreendedor. Ambos comungam da leitura pertinente à importância da inovação e do avanço técnico como fundamentais para o desenvolvimento sistêmico, porém, enquanto Say compreende o empreendedor como um mero intermediário, que ecoa as necessidades do consumidor, Schumpeter dá um papel protagonista ao mesmo, numa leitura bem afinada com Cantillon. Sinteticamente, Schumpeter extrai, das contribuições de cada um, o que seria sua caracterização de empreendedor no cenário contemporâneo e qual seria o seu papel em diálogo com as articulações do capital.

O economista, nascido no extinto império austro-húngaro, caracteriza de forma simples que a função do empreendedor é, basicamente:

Reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante (SCHUMPETER, 1961, p. 166).

Ele alerta para as diversas invenções que ocorreram antes da I Guerra Mundial, que envolvem desde a eletricidade até a escova de dentes, por exemplo. Empreendedores que romperam resistências, seja de financiamento ou de incorporação do seu produto e, através da inovação, criaram demandas de consumo para a população. E, conforme citado, ele se diferencia de Say quando determina no empreendedor essa responsabilidade em dinamizar a economia; e isso se dá por meio dos seguintes passos, que se desdobram em:

1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1997, p. 76)

Essa nova combinação, que transita de meios de produção antigos para novos, Schumpeter (1997, p. 76) compreende como “desenvolvimento”, formulação distinta de outros economistas que veem o desenvolvimento apenas como o avanço de rendas monetárias ou de capitais²⁷. E, para efetivar o desenvolvimento, no modelo “schumpeteriano”, deve-se perseguir os “empreendimentos”, ou seja, as tais combinações novas que dinamizam o sistema, função exercida pelo empreendedor. Há similaridades junto a noção de Cantillon, que distingue o empreendedor do capitalista, mas a amplia quando vai além do mero “homem de negócios” e do “sujeito que corre riscos” e generaliza para “todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados ‘dependentes’ de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria etc.” (SCHUMPETER, 1997, p. 84).

O empreendedor, para Schumpeter (1997), não precisa, necessariamente, estar vinculado a uma empresa para modalizar a função que culmine na inovação dos meios de produção; pode ser um acionista ou um promotor comum. Ele exclui, dessa categoria de empreendedores, aqueles que já dirigem negócios, mesmo que não sejam capitalistas, como dirigentes de empresas, gerentes ou industriais, algo similar ao que nomeamos, atualmente, de alto executivo. Ao prosseguir com a definição do que seria um empreendedor, há um alerta de que os mesmos não se configuram como uma classe social, como o capitalista e o trabalhador, mas sim, como alguém que seja intermediário a ambos, passível de ascender, segundo ele, à condição de capitalista.

O autor prossegue em sua caracterização ao reforçar que, cabe ao empreendedor, assumir aspectos de liderança no sentido de traçar seguidores para suas inovações junto aos meios de produção e, acima de tudo, ser racional e egoísta. Racional, para elaborar projetos que vislumbrem o êxito em sua função e egoísta porque sua tarefa – teórica e histórica:

[...] consiste precisamente em demolir a velha tradição e criar uma nova. Embora isso se aplique primariamente à sua ação econômica, também se estende às consequências morais, culturais e sociais desta (SCHUMPETER, 1997, p. 97).

Uma análise curiosa do economista, em relação ao empreendedor, é uma leitura “psicologizante”, que atribui à tarefa do mesmo sob um viés hedonista, ou seja, o prazer por cumprir sua função e, logicamente, secundarizar possíveis rendimentos:

²⁷ Ele compreende isso como crescimento.

Há então o desejo de conquistar: o impulso para lutar, para provar-se superior aos outros, de ter sucesso em nome não de seus frutos, mas do próprio sucesso. Nesse aspecto, a ação econômica torna-se afim do esporte — há competições financeiras, ou melhor, lutas de boxe (SCHUMPETER, 1997, p. 99).

Para impulsionar o empreendedorismo, Schumpeter destaca o papel fundamental exercido pelo crédito, que deveria ser restrito ao empreendedor por sua função de proporcionar o desenvolvimento. Ele acentua que:

[...] a função essencial do crédito, no sentido em que o tomamos, consiste em habilitar o empresário [empreendedor] a retirar de seus empregos [trabalhos] anteriores os bens de produção de que precisa, ativando uma demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais (IBIDEM, p. 110).

Caso o empreendedor esteja esgotado de seus bens anteriores, o economista orienta a tomar como garantia seus pertences, como uma hipoteca, por exemplo. A reiteração do crédito, para contribuir junto ao desenvolvimento, é fulcral para o autor:

O crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência de poder de compra existente. A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito (IBIDEM, p. 111).

Determinado por essa lógica, Schumpeter (1997, p. 118) reitera o quanto o capital é a “alavanca com a qual o empresário subjuga ao seu controle os bens concretos de que necessita, nada mais do que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção”. Reiteradamente, a “função principal do mercado monetário ou de capital é o comércio de crédito com o propósito de financiar o desenvolvimento. O desenvolvimento cria e alimenta esse mercado” (IBIDEM, p. 127).

Curiosamente, o economista atribui os riscos, não ao empreendedor, mas sim, a quem concede o crédito. Nesse movimento, atribuído, diagnosticamente, ao empreendedor como sujeito protagonista por fundar novos negócios e tornar insignificante os velhos, naquilo que ele chama de destruição criadora, o “correr riscos não é, em hipótese nenhuma, um componente da função empresarial. Mesmo que possa arriscar sua reputação, a responsabilidade econômica

direta do fracasso não recai nunca sobre ele”, ou seja, “quem concede crédito sofre os reveses se a empresa fracassar” (SCHUMPETER, 1997), p. 136).

Antes de avançarmos em relação à determinação que o empreendedorismo toma no neoliberalismo, é importante o ressaltado das limitações que o mesmo traz consigo quando resgatamos o debate natural de oligopolização ou monopolização explorados por Rosa Luxemburgo e Lenin, no primeiro capítulo, o que torna inviável qualquer possibilidade de emergência abrupta de um empreendedor a uma etapa mais ampliada na pirâmide da classe dos capitalistas.

Porém, o mais fundamental, é registrar as orientações desses autores que mobilizadores da conceituação de empreendedorismo, por mais bem intencionadas que sejam, se dissolvem na dinâmica de um sistema incapacitado à sua manutenção diante da desregulação acentuada do seu modelo produtivo e que traz, consigo, chances reais de notificar a extinção de nossa espécie antes da chegada do século XXI por descomprometimento com a natureza e, acima de tudo, com a reprodução da paz entre a humanidade, inviabilizada em disputas imperialistas e demarcada por classes sociais.

É importante destacar que cada autor (Cantillon, Say e Schumpeter), na confecção do conceito de empreendedorismo, o desenvolveu a partir da relação sintética do seu contexto histórico. É perceptível que suas orientações, junto ao conceito, ora se aproximam, ora se distanciam, mas o mais fundamental de tudo é: todas partem da premissa que o empreendedorismo é uma saída de emergência para conduzir a continuidade de um sistema que apresenta, consigo, limitações em sua manutenção.

No caso de Cantillon (2002, p. 22), um ardoroso defensor do “sagrado direito de propriedade”, há referências curiosas, como compreender qualquer sujeito sem previsão de futuro a um empreendedor, equalizando um mendigo a um proprietário de terras. O contraditório é que o autor oferece subsídios teóricos para promover características “empreendedoras” no uso da terra para os arrendatários, ou seja, uma espécie embrionária de marketing para investimento em propriedades enquanto administrava uma companhia de especulação de terras, denominada *Companhia de Mississipi*, criadora de uma bolha especulativa que o levou a ser ameaçado, constantemente, por seus credores.

Porém, o maior agravante de Cantillon, é naturalizar a propriedade privada agrícola como algo quase democrático e omitir todo o processo de acumulação primitiva, que se destacou pela expropriação compulsória de camponeses na Inglaterra através das políticas de cercamentos:

Os yeomen, os abastados camponeses independentes, foram substituídos por pequenos arrendatários, com contratos anualmente rescindíveis, gente servil, dependente do arbítrio do grande proprietário. Demais, o roubo sistemático das terras comuns, aliado aos furtos das terras da Coroa, contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados, no século XVIII, de fazendas de capital ou fazendas comerciais, e que tornaram a população agrícola disponível para a indústria (MARX, 2008, p. 839).

Esse processo, que viria culminar no modo de produção capitalista a partir da já citada I Revolução Industrial inglesa, tinha total respaldo parlamentar que desenvolvia leis propícias à expropriação desses pequenos capitalistas e ao fomento do monopólio no campo a fim de abastecer as nascentes indústrias têxteis e expulsar o campesinato para as cidades. Cantillon (2002, p. 22), ao defender o “direito a propriedade” e oferecer teorias da “imprevisibilidade”, tocante aos arrendatários e aos miseráveis da cidade, invisibilizava o processo que culminou nos antagonismos de classes e fundamentava uma falsa condição em comum diante do empreendedorismo, afinal, ambos poderiam ser “ousados em seu futuro” (IBIDEM, p. 41-43), com uma considerável diferença de que um, arrendatário, era ampliado pela lei em suas ações monopolistas e, conseqüentemente, privilegiado a ser um empreendedor diversificador em sua produção, enquanto o outro buscava empreender uma possível sobrevivência diante de um novo mundo que despontava.

Diferente de Cantillon, o francês Say trazia consigo uma outra visão da noção de empreendedorismo, aquela que partia da premissa de que tal ação tem vínculo orgânico com a demanda da produção. Say nasceu três décadas depois do autor irlandês e acompanhou, privilegiadamente, a revolução burguesa liberal francesa que viria tornar-se, inclusive, membro do *Tribunate* no governo consular, instância que congregava intelectuais responsáveis por debater os projetos de lei do Consulado. Um acadêmico estudioso de Smith, Say trazia consigo uma sofisticada leitura acerca da dinâmica de circulação de mercadorias e, por sua familiaridade na administração de uma indústria têxtil, um devido enfoque ao debate da técnica.

Porém, a exemplo de Cantillon, conforme pontuado acima, Say dá pouca importância às relações sociais de produção. Forjado num contexto de expansão do modo de produção capitalista, e onde a França viria rivalizar com a principal potência industrial do período, a Inglaterra, Say se restringe a centralizar o empreendedor como o sujeito perspicaz a prover a regulação da produção através da noção de antecipação da demanda na qual a técnica cumpriria um importante papel.

Say é cirúrgico quando atribui a importância da técnica no processo de modernização da produção e, conseqüentemente, na formulação de novas demandas, vide toda a complexidade atribuída a nossa espécie a partir do controle do fogo, que viria a concluir em novas descobertas

responsáveis por nossa evolução, mas peca ao atribuir ao empreendedor como potencial regulador no controle abstrato da produção via intervenção na demanda.

Seu equívoco está, *a priori*, em não definir quem é esse empreendedor num contexto societário pós-Revolução Francesa em que as classes sociais já se rascunhavam e traziam consigo funções demarcadas por um modelo de distinção enquanto tal. Porém, uma das limitações de Say, é o de buscar regular a produção no sistema capitalista a partir de uma possível procura, algo impossível num sistema que não controla sua produção e são criadas e motivadas demandas sem o devido prognóstico e, em casos extremos, a oferta sobrepuja a procura:

Quando a oferta ultrapassa a procura, isso quer dizer que a produção capitalista, que é uma produção anárquica, uma produção não planificada, não organizada, investiu anarquicamente, gastou num ramo industrial mais horas de trabalho do que era socialmente necessário, forneceu uma série de horas trabalho em pura perda, dissipou, portanto, o trabalho humano, e que esse trabalho humano dissipado não será recompensado pela sociedade. Inversamente, um ramo industrial para o qual a procura é ainda superior à oferta é, se quiserem, um ramo industrial que ainda está subdesenvolvido relativamente às necessidades sociais e é, portanto, um ramo social que gastou menos horas de trabalho do que é socialmente necessário e que, por isso, se recebe da sociedade um prêmio para aumentar essa produção e leva-la a um equilíbrio com as necessidades sociais (MANDEL, 2006, p. 25).

Podemos dizer que, a grosso modo no capitalismo, temos três tipos de empresas ou ramos industriais: a) aquelas que estão, tecnologicamente, na média social; b) aquelas que estão atrasadas, “fora de moda”, em perda de velocidade, inferiores à média social; e c) as que estão, tecnologicamente, na vanguarda, superiores à produtividade média. Segundo essa caracterização, fica evidenciado que a demanda, pura e simples, não é capaz de promover a regularidade sistêmica num modo de produção que sucumbe ao caos produtivo, ou seja, não localiza a questão do trabalho de forma necessária em um ramo e gira, o tempo todo, novas composições impossíveis de administrar equilibradamente.

Por fim, um dos autores mais resgatados pelos propagadores do empreendedorismo: trata-se de Joseph Schumpeter. Contemporâneo de Mises, ele sempre procurou relacionar o campo da Sociologia em seus escritos, vindo, inclusive, conforme vimos, a fazer uma leitura aprofundada de Marx para dialogar com suas perspectivas inexoráveis da necessidade de conservar o sistema capitalista. O austríaco promove uma curiosa formulação ao fugir das receitas lineares para a economia e dar centralidade ao sujeito na produção da demanda, daí a figura do empreendedor como o inovador, o sujeito capaz de destruir o produto presente para a construção de algo novo.

Compreendia que as crises do capitalismo eram cíclicas e que buscar a regulação da produção, via Estado, era inútil, assim como aguardar o consumo por produtos, por parte da humanidade, sendo responsável ao empreendedor introduzir um novo bem ou modelo produtivo a partir de uma descoberta científica, encontrar novos mercados ou novas matérias-primas para dinamizar o capitalismo. Feito uma dessas descobertas, o capitalismo seria oxigenado até se iniciarem réplicas desta descoberta e, conseqüentemente, o retorno a mais uma crise, exigindo que um novo empreendedor recriasse essas demandas.

Essa descoberta era pontuada, pelo autor, como destruição criativa, ou seja, apresentar uma novidade ao consumidor para dar novo fôlego sistêmico e sucumbir à obsolescência às anteriores, proposição, inclusive, incorporada no capitalismo flexível como vimos anteriormente. A Teoria de Schumpeter traz uma resolução simples para um sistema que não se autossustenta e, inclusive, abre precedentes para a exploração desenfreada da natureza, sem comprometimentos ambientais, ou proporciona produtos cada vez mais descartáveis, com impactos agressivos junto à absorção do planeta.

E, a exemplo dos seus predecessores, o austríaco, apesar de seu interesse pela Sociologia e profundo conhecimento de Marx, lateraliza o debate de classes. Seguindo o modelo liberal do indivíduo, crê que, a cada crise do capital, algum sujeito criativo no planeta vai promover ideias ou descobertas mirabolantes para oxigenar um sistema à beira do colapso. Além da relação irresponsável com a natureza, Schumpeter não se ateu à concentração e acumulação de capital (conforme debatido no capítulo anterior), que eleva a discussão da crise sistêmica não como solucionável através da criação de uma nova demanda, mas sim, como natural ao processo e reprodutora do avanço da desigualdade social oriunda desse modo de produção.

2.2 Sua centralidade no debate neoliberal

Conforme pontuei acima, ao explorar a discussão do empreendedorismo como uma proposição salutar para a manutenção do sistema, os autores traziam consigo o embrião das discussões que norteariam o modelo neoliberal a partir dos intelectuais do já citado Mont Pèlerin, afinal, renovavam as discussões inerentes às políticas macro de reprodução do sistema capitalista com o deslocamento para o indivíduo, discussão acentuada entre os neoliberais, ou seja, era a base psicologizante que fundamentava a adoção desse modelo.

E toda essa movimentação tem interlocuções explícitas com as metamorfoses do mundo do trabalho e as novas dinâmicas do modelo neoliberal. Para projetar o quanto essa discussão tem relações com tais perspectivas dadas, fundamentarei o mesmo em três prerrogativas: a) Desenvolvimento da perspectiva meritocrática; b) Novas formulações para a classe média; e c) Empreendedorismo como solução para o mundo do trabalho metamorfoseado.

Os intelectuais formuladores do Estado liberal reinventado se posicionaram frontalmente quanto ao modelo keynesiano de Estado intervencionista, conforme abordamos anteriormente. Porém, tal premissa é parcial quando destrinchamos o núcleo da discussão desses intelectuais e a defesa de um Estado subsidiário do que eles chamam de intervenção para garantir a “liberdade” e a “competição” entre homens e mulheres que, supostamente, seria a formulação de defesa dos mais aptos nesse processo concorrencial:

Apoiado na evidência dos benefícios da competição, esse intervencionismo abandona a fobia [...] do Estado e combina a herança do concorrencialismo social e a promoção da ação do Estado. Seu objetivo é restabelecer incessantemente as condições da livre concorrência ameaçada por lógicas sociais que tendem a reprimi-la para garantir a vitória dos mais “aptos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 86).

E como deveria portar-se esse Estado provedor do espectro competitivo através do mérito? De antemão, fortalecer as prerrogativas do liberalismo clássico, que se nucleia em torno da contratualidade, ou seja, dinamizado pela presença estatal a partir da condição de mediador de conflitos para a garantia do “direito sagrado a propriedade” (CANTILLON, 2002, p. 48-52). Essa postura deve vincular-se a um Estado que cumpra uma função de autoridade imparcial sobre os particulares.

O colóquio organizado na França, em 1938,²⁸ pelo jornalista Walter Lippmann (1889-1974), é o “divisor de águas” no aprofundamento dessa discussão. Lippmann, além de um jornalista extremamente relevante no meio conservador, tinha o aval internacional de inúmeros chefes de Estado devido às suas intervenções na construção de documentos junto ao Tratado de Versalhes no pós-Primeira Guerra Mundial (1918) ou até na construção de termos que ficaram consagrados na história como “guerra fria”. Porém, o que nos interessa aqui é a exploração que Lippmann (2008) faz da mídia, em geral, quando aprofunda seus estudos no âmbito das funções midiáticas na construção de uma *opinião pública*. Crítico à sociedade fordista e à padronização estabelecida pelo consumo de massa, ele procura desenvolver, em seus estudos, proposições

²⁸ Foi o que permitiu o desenvolvimento do ideário neoliberal e a construção da Sociedade Monte Pèlerin, em 1947.

acerca dos monitoramentos individuais através do imagético junto aos órgãos de informações hegemônicos.

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar de opinião pública. As imagens da cabeça destes seres humanos, as imagens de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupo de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome de grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas (LIPPMANN, 2008, p. 40).

Em diálogo a teorias psicanalíticas freudianas, Lippmann (2008) inova ao compreender que a mídia, na sua configuração, ao dar destaque a uma notícia ou posicionar uma determinada foto, por exemplo, é capaz de criar uma opinião pública em que a população apenas reproduzia um pseudoambiente veiculado pela mídia, que se distanciava do mundo real. Lippmann desenvolveu essa tese no início dos anos 1920; coincidentemente, na Itália, o então jornalista Antonio Gramsci também rascunhava, na sua fase pré-carcerária, a importância da mídia como potencial reprodutor da ideologia dominante. Porém, enquanto a esquerda “torcia o nariz” para os estudos do revolucionário sardo – que alertava para o avanço do fascismo e sua ideologia de massas –, Lippmann propunha articular, na prática, seus escritos a fim de contribuir com maior vigor no debate dialogado às ideias liberais.

Crítico ao socialismo, Lippmann argumentava que o liberalismo era um processo natural da evolução da nossa espécie e que o norte de sua aplicação estava em torno de adaptar nossa espécie à lógica da meritocracia, da competição. Para isso, a educação tinha um papel fundamental, pois, logicamente, naquilo que naturalizasse junto à humanidade, o que ele compreendia como avanço natural diante do que se iniciou na I Revolução Industrial, uma composição meritocrática de mundo.

Em auxílio, essa transformação “natural” – que ele se negava a assumir formalmente –, havia a necessidade de construir esse modo de governo liberal, estruturado numa composição civilizacional congregada em comunidade, dimensão fundamental para Lippmann. Para isso, ele enxergava na prática jurisprudencial do *Common Law* uma resposta interessante em oposição ao modelo parlamentar de construção de leis.

Para Lippmann, a nova governamentalidade é essencialmente judiciária [...]. O legislador não é uma autoridade que ordena e impõe, mas um juiz que decide entre interesses. O modelo mais puro é, pois, o do *Common Law*, em oposição ao direito romano, do qual provém a teoria moderna da soberania. [...] A regra liberal do governo

consiste em confiar na ação privada dos indivíduos e não apelar para a autoridade pública para determinar o que é melhor fazer ou pensar. Esse é o princípio do limite da coerção do Estado (LIPPMANN, 1956 *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p. 96).

E para o respeito dessa lei comum, há a necessidade de um Estado forte, governado curiosamente por uma elite, segundo Lippmann²⁹. O autor traz essa reflexão a partir de suas discussões acerca da opinião pública que, em seu distanciamento do mundo real, apenas promovia a fraqueza congênita das democracias:

O povo deve nomear quem o dirigirá, e não dizer a cada instante o que deve ser feito. Essa é a condição para evitar que o Estado seja conduzido a uma intervenção generalizada e ilimitada. Daí a necessidade de uma tecnologia política que o impeça de ser submetido aos interesses particulares, como é o caso do parlamentarismo (LIPPMANN, 2005 *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p. 99).

Essa concepção vai ser abraçada pelos neoliberais do Mont Pèlerin que, em suas determinações, sequenciarão tal abordagem no curioso binômio Estado forte para a adaptação dos sujeitos à dinâmica meritocrática e individual e Estado mínimo para as relações mercadológicas, proposição que fortalece o jargão do neoliberalismo neoconservador através do “liberal na economia e conservador nos costumes”, condição abordada por Silva (1994):

A retórica liberal pode pregar um Estado mínimo e menos governo exatamente porque a constituição histórica da sociedade capitalista pode ser equacionada com a dispersão dos centros de poder e de governo das populações, embutidos numa série de dispositivos institucionais e em inúmeros mecanismos da vida cotidiana. A aliança neoconservadorismo/neoliberalismo não dispensa o controle e a regulamentação central da vida das populações – o Estado mínimo na retórica liberal significa apenas menos regulamentação da atividade econômica do capital, mas na sociedade contemporânea eles já não são menos centralizados (IBIDEM, p. 18).

Podemos compreender, portanto, o neoliberalismo como natural a essa égide em sua essência: *mais Estado*, para a garantia plena do processo de reificação da vida, ou seja, o alargamento da concepção mercadológica, meritocrática ou competitiva, característica desse modelo no âmbito privado do modo de vida mesmo que, muitas vezes, tal procedimento se confunda com questões conservadoras como Igrejas neopentecostais e a Teologia da

²⁹ Concepção que, depois, seria reproduzida por Hayek (2015, p. 48) ao tratar a redefinição da democracia como “demarquia”, proposição em que o Estado deveria intervir somente em conflitos, num viés coercitivo através da *Common Law*.

Prosperidade³⁰; e *menos Estado*, no processo de regulação dos meios de produção, com destaque às empresas estatais e públicas, além das trocas comerciais transnacionais.

Atrelado a esse encaminhamento da meritocracia, fundamental para fortalecer a perspectiva do empreendedorismo, temos o enfraquecimento da reivindicação da categoria *trabalhador* junto à classe. Conforme observamos, as mudanças no mundo do trabalho se flexibilizaram na nova dinâmica do toyotismo e concepções encaradas a longo prazo tiveram, inclusive, dissolução, tendo influenciado em vocábulos como *emprego*, por exemplo, que vêm, paulatinamente, sendo minimizados pela classe dominante.

A questão do ataque à reivindicação da categoria *trabalho*, tem como ordem a pavimentação do neoliberalismo sob um viés de conflito estabelecido junto às frações da classe dominada. E, nesse sentido, a categoria *classe média* é vividamente explorada por corresponder uma caracterização confortável por parte dos neoliberais, afinal, ao não postular no âmbito da classe trabalhadora e da classe dos capitalistas, contribui para motivar duas percepções: a) “não depender” das políticas estatais e b) vislumbrar alcançar o grau de grande capitalista pelo esforço próprio, ou seja, pela meritocracia.

A própria caracterização do que é classe média, é objeto de profundo debate entre sociólogos e economistas. Alguns atribuem uma caracterização vinculada ao debate de capital cultural, já outros se restringem às rendas mensais. Marx e Engels, por exemplo, não ofereceram uma versão definitiva do que seria a classe média. Muitos estudiosos do marxismo vinculam, automaticamente, à pequena burguesia, mas ocorrem distinções entre ambas como na clássica obra escrita, em 1852, denominada *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, quando, ao distinguir os apoiadores da República burguesa, em 1848, contra um possível governo proletário, ele determina a aprovação da “aristocracia financeira, da burguesia industrial, da *classe média*, dos pequenos-burgueses, do exército, do lumpemproletariado organizado como guarda móvel, das capacidades intelectuais, dos padrecos e da população do campo” (MARX, 2011, p. 35. Grifo do autor). A caracterização de classe média avança, brevemente, no prefácio que Engels desenvolve para o Manifesto comunista na edição inglesa de 1888, na qual vincula a categoria aos socialistas utópicos, intelectuais e reformistas, enquanto os operários, comunistas, compunham as aspirações do Manifesto.

Logicamente, isso não nos ajuda muito para fazermos uma caracterização do que definiríamos como classe média e nem nos importa uma caracterização aprofundada sobre o

³⁰ Com uma profunda popularização, a partir dos anos 1990, a Teologia da Prosperidade é uma releitura da Bíblia, que ponteia uma relação pactual com Deus e a Igreja na doação de bens e renda; tem, como desdobramento, o acúmulo de riquezas por parte do fiel.

que compreendemos enquanto tal, mas sim, a exploração do neoliberalismo em relação à categoria. A questão que pontuamos, é que as políticas determinadas ao enxugamento do Estado, dentro da perspectiva neoliberal, traziam, como espetáculo, um fortalecimento junto a setores que não se enxergavam como trabalhadores. O exemplo de Thatcher é didático ao executar os ataques aos trabalhadores nas greves do final dos anos 1970 e recorrer à mídia para angariar aquilo que Lippmann (2008) determinou como “opinião pública”:

A corrente principal da mídia atacou com força total sindicatos gananciosos e perturbadores da ordem pública, e o apoio público aos trabalhadores caiu bastante. O governo trabalhista se desfez, e na eleição que se seguiu, Margareth Tatcher obteve uma ponderável maioria, com um claro mandato emitido por seus apoiadores de classe média para restringir o poder sindical do funcionalismo público (HARVEY, 2011, p. 68).

É interessante pontuar que, a partir desse período, o neoliberalismo compreende que buscar o consenso – no sentido gramsciano – junto à classe média³¹, era uma forma eficaz de neutralizar as falhas sistêmicas como o aumento do exército de reserva diante das privatizações e flexibilizações no mundo do trabalho, por exemplo. Thatcher utilizou, por exemplo, como tática especificada a ganhar parte da classe trabalhadora para o ideário individualista, a ampla venda de habitações públicas aos trabalhadores ocupantes de moradias cedidas provisoriamente pelas antigas empresas estatais privatizadas no seu governo (HARVEY, 2011). Isso contemplou aquele ideal tradicional de propriedade individual como sonho da classe trabalhadora e agradou a classe média envolvida no mundo especulativo das imobiliárias que viram o aumento dos seus ativos.

A voracidade da Primeira-Ministra em aplicar o receituário neoliberal esbarrou, por exemplo, em setores como a saúde e ligados à assistência social. O consentimento junto à classe média ou pequena burguesia encontrou seus limites (IBIDEM), porém, por outro lado, implantou, à força, uma cultura que envolvia o empreendedorismo e as regras de controle no âmbito privado, como a economia financeira – deslocando a crise para a família –, além da incorporação da lógica produtivista nas universidades, ou seja, os tentáculos do neoliberalismo atingindo prerrogativas vinculadas ao debate da competitividade. Pode-se dizer, então, que a “primeira-ministra forjou o consentimento mediante o cultivo de uma classe média que adorava os prazeres da casa própria, da propriedade em geral, do individualismo e da liberação de oportunidades de empreendimento” (IBIDEM, p. 71). Nesse contexto, a classe trabalhadora

³¹ Recordemos, por exemplo, da “marcha das panelas vazias”, em 1972, protagonizada por senhoras da classe média chilena contra Allende que, em sua deposição, seria substituído pelo ditador neoliberal Pinochet.

perde a identidade e incorpora esse *ethos* do modo de vida da classe média diante da cultura do consumo a partir da abertura do país para o livre mercado e a cultura da dívida com a valorização das instituições financeiras.

Para Dardot e Laval (2016, p. 296-297), a capilarização do discurso voltado para a classe média transita no ataque ao Estado de matriz keynesiana, com chavões providenciais à “burocracia estatal” e ao “funcionalismo público”. A figura do “burocrata” é vinculada ao sujeito “preguiçoso” e “pouco produtivo”, cuja repartição pública é “uma organização que não visa ao lucro e cujos agentes não tiram sustento da venda de um produto”. Ancorados em Hayek (2015), a crítica aos parlamentares se torna evidenciada ao reduzi-los à lógica de “parasitas do Estado”, enquanto os pobres querem apenas recorrer aos programas assistencialistas do Estado contra uma classe média atacada e “extorquida” pelos impostos. Uma fórmula que vai ter o devido respaldo nas campanhas dos candidatos sintonizados com o modelo neoliberal e que será atravessada pela ideia de que “a empresa deve substituir a burocracia em tudo que for possível e, quando não o for, o burocrata deve conduzir-se o máximo possível como um empreendedor” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 300).

O consenso, junto à classe média, se amplia de forma mais aguda com a proliferação de conceitos do mundo empresarial que são transferidos para a administração pública como concorrência, parcerias, auditorias, regulações por agência, flexibilização de pessoal, indicadores de desempenho, dentre outros. Nesse “governo empresarial”, o sujeito transita da condição de *cidadão* para *cliente* que traz as seguintes características:

Ele repousa sobre os princípios da “gestão de desempenho” e emprega ferramentas importadas do setor privado (indicadores de resultado e gestão de motivações mediante um sistema de incentivos que permitem um “governo a distância” dos comportamentos). Esse governo supõe um controle estrito do trabalho dos agentes públicos por meio de avaliações sistemáticas e subordinações destes à demanda de “cidadãos-clientes” convidados a exercer sua capacidade de escolha diante de uma oferta diversificada, de acordo com o princípio do “controle pela demanda” (IBIDEM, p. 305).

Tal proposição, é deliberada a fim de retirar a população dos espaços decisórios da administração pública. Dadas as premissas da compreensão do Estado como uma grande empresa, as soluções simplistas como “enxugamento” de despesas sociais serão atrativas no consenso da classe média. Inclusive, a interlocução junto à população será forçada às redes sociais virtuais numa obstinada redução das ferramentas históricas do conjunto da classe trabalhadora, como sindicatos, no contexto de metamorfoses do mundo trabalho, consternados a vilões, a partir do consenso estabelecido pela classe média.

Por fim, conforme exploramos anteriormente, as mudanças no mundo do trabalho, segundo o capitalismo flexível, reorientaram a determinação pertinente à concepção fordista de administração do modelo produtivo sob um viés que encarasse prognósticos de médio e longo prazos nas relações de produção, numa estrutura piramidal, verticalizada, onde se consagrava a garantia mínima de direitos trabalhistas. Essa reconfiguração providencia uma dinamização que respalda a flexibilização contratual, sem a relativa formalidade do mundo produtivo capitalista de outrora, assim como uma concepção naturalizada de emprego, ou seja, a projeção do trabalhador de identificação com as relações estabelecidas ali e projetos que envolviam, inclusive, aspectos subjetivos e familiares (o modelo nuclear/padronizado de família), que agora sucumbe à informalidade ou ao contrato temporário, o consagrado “bico”, segundo o jargão popular, que sintoniza ao imediatismo do capitalismo contemporâneo.

Nessa determinação, é fundamental, para a ideologia dominante, buscar justificar a crise estrutural do capitalismo, que se desdobra na ampliação significativa do exército de reserva e, conseqüentemente, a partir do modelo neoliberal, o refluxo do Estado tocante às políticas sociais. Acrescido a isso, conforme Gramsci explora no Estado, em seu sentido ampliado, a sociedade política deve estar, atrevidamente, relacionada com a sociedade civil na contenção da classe dominada. No âmbito da sociedade civil, da promoção da ideologia dominante, o modelo neoliberal toma para si a veiculação aguda do aspecto individualista em seu *ethos*, mas como potencial inibidor de lutas coletivas, como resposta à natural, à rapidez de ampliação da desigualdade social do mundo sob a égide desse modelo.

E uma concepção fundamental para tratar da potencialização do individualismo na sociedade contemporânea, é o *empreendedorismo*. Conforme vimos, trata-se de um propósito legitimador no desenvolvimento do capitalismo desde a acumulação primitiva e que vem se transformando de acordo com o contexto histórico do modo de produção capitalista. Porém, é no neoliberalismo que tal premissa se fortalece como saída subjetiva para responder a esse novo trabalhador do capitalismo flexível.

O principal formulador de tal concepção é o austro-americano, Ludwig Heinrich von Mises (1881-1973). Mises compunha os intelectuais do neoliberalismo junto ao Mont Pèlerin e se distinguia pela sua preocupação de inculcação subjetiva da compreensão de compenetrar o sujeito à ótica ultraliberal, individual, e sua postura anticomunista tendo, inclusive, atuado como conselheiro econômico do governo fascista do austríaco Engelbert Dollfuss, na Áustria (1932-1934). Ele compreende que o fascismo é um movimento legítimo para impedir o avanço do comunismo no mundo, conforme afirma na obra *Liberalismo - segundo a tradição clássica*:

A ideia fundamental desses movimentos (os quais, com base no nome do mais grandioso e ferrenhamente disciplinado deles, o italiano, podem ser designados, em geral, como fascistas) consiste na proposta de fazer uso dos mesmos métodos inescrupulosos na luta contra a Terceira Internacional, exatamente como esta faz contra seus oponentes. [...] As ações dos fascistas e de outros partidos que lhe correspondiam eram reações emocionais, evocadas pela indignação com as ações perpetradas pelos bolcheviques e comunistas. Ao passar o primeiro acesso de ódio, a política por eles adotada toma um curso mais moderado e, provavelmente, será ainda mais moderado com o passar do tempo (MISES, 2010, p. 74-75).

Sua conclusiva e conspirativa relação anticomunista, legítima a compreensão curiosa da defesa de um governo fascista, imbricado na lógica de extermínio dos opositores em contrassenso às suas argumentações do liberalismo como defesa da liberdade em que essa modalidade, executada por líderes como Mussolini, seria um “expediente de emergência” (MISES, 2010, p. 77) para a contenção de ideias divergentes e, conseqüentemente, a pavimentação das políticas liberais, conforme o governo de Pinochet melhor incorporaria tal determinação, assim como a efetiva repressão permitida para adequar tal política nos governos de Thatcher e Reagan.

Diferente de Lippmann, por exemplo, que prega uma minimizada intervenção estatal para a defesa da “ordem” nas relações humanas, Mises é seguidor de uma concepção *laissez faire* extremista na defesa do Estado somente para garantir o modelo liberal. Vinculado à metodologia da *praxeologia*, o austríaco é taxativo na determinação da ação humana, como orientar a alcançar algum objetivo ou fim, negando a discussão do inconsciente e subconsciente no campo da psicologia e da psicanálise. Em *Ação Humana* (2010), o autor afirma que o ser humano é liberto em suas escolhas e, portanto, não existe influência externa em suas ações quando acontecem, como o clima, por exemplo; a renúncia é uma decisão:

O campo da nossa ciência é a ação humana e não os eventos psicológicos que resultam numa ação. É isto, precisamente, que distingue a teoria geral da ação humana, praxeologia, da psicologia. O objeto da psicologia são os fatores internos que resultam ou podem resultar numa determinada ação. O tema da praxeologia é a ação como tal. É isto também que estabelece a relação entre a praxeologia e o conceito psicanalítico do subconsciente. A psicanálise também é psicologia, e não investiga a ação, mas as forças e fatores que impelem o homem a agir de uma determinada maneira. O subconsciente psicanalítico é uma categoria psicológica e não praxeológica. Quer uma ação provenha de uma clara deliberação, quer provenha de memórias esquecidas e desejos reprimidos que, das profundezas onde se encontram, dirigem a vontade, sua natureza não se altera. Está agindo tanto o assassino, cujo impulso subconsciente (o id) conduz ao crime, quanto o neurótico, cujo comportamento aberrante parece sem sentido para o observador superficial; ambos, como todo mundo, procuram atingir certos objetivos. É mérito da psicanálise ter demonstrado que mesmo o comportamento de neuróticos e psicopatas tem um sentido, que eles também agem com o objetivo de alcançar fins, embora nós, que nos achamos normais e são, consideremos sem sentido o raciocínio que lhes determina a escolha de fins, e inadequados os meios que escolhem para atingir esses fins (MISES, 2010, p. 36).

Essa abordagem, vinculada a uma prerrogativa do “subjetivismo” para a defesa do capitalismo tem, também, no austro-americano Hayek um certo eco, porém, para o estudo do nosso objeto (empreendedorismo), em específico, Mises assume maior centralidade. Esses autores têm notável relevância, em suas formulações, por determinarem a defesa sistêmica unilateral do sistema dominante, algo que era exclusivo somente para a classe que dominava. Sofisticam as ideias de Lippmann a fim de popularizar, junto à classe dominada, representações de um mundo onde a perspectiva meritocrática assume uma centralidade. Na condução dessas formulações, é importante destacar, também em Mises, aquela característica que seria comum a uma determinada casta de liberais: o ataque aos intelectuais, escritores e artistas. Em *A mentalidade anticapitalista* (2010), ele direciona críticas contundentes na base argumentativa, de âmbito subjetivo, a fim de elucidar uma característica que seria contestada por seus críticos ao seu pensamento: o anticientificismo. Essa obra, em questão, é fundamental na história do autor, pois conjuga o contexto do período macarthista³² e um oportuno momento para a defesa do capitalismo numa discussão de viés altamente subjetivo.

Vejamos esta crítica direcionada a um sujeito construído sob a ótica imagética de Mises (2010) a qual ele categoriza como “colarinho branco”:

Por outro lado, esse empregado, como os demais profissionais, sofre com a convivência diária com pessoas que obtiveram mais sucesso do que ele. Vê alguns companheiros de trabalho que começaram no mesmo nível progredirem na hierarquia da empresa, enquanto ele fica para trás. Ainda ontem Paulo e ele estavam no mesmo nível. Hoje, Paulo tem um cargo mais importante e ganha mais. Ainda assim, ele acha que Paulo, de qualquer ponto de vista, lhe é inferior. Com certeza, conclui, Paulo deve seu progresso aos golpes baixos e aos artifícios que ajudam a carreira de uma pessoa sob o injusto sistema capitalista, denunciado por todos os livros e jornais, pelos letrados e políticos como fonte de toda desordem e miséria (IBIDEM, p. 25-26).

Ainda nessa estratégia argumentativa em que se explora o discurso *ad hominem*, ou seja, o ataque ao sujeito, mas não à ideia, Mises (2010) baliza, estruturalmente, seus ataques aos artistas da Broadway e de Hollywood:

As inúmeras pessoas a quem o capitalismo proporcionou rendimentos confortáveis e lazer vivem à busca de divertimento. Multidões frequentam os teatros. Há dinheiro no mundo do espetáculo. Atores populares e dramaturgos recebem somas compostas de, no mínimo, seis algarismos. Vivem em verdadeiros palácios com mordomos e piscinas. É evidente que não passam fome. Mesmo assim, Hollywood e Broadway, os famosos centros da indústria do espetáculo, são focos de comunismo. Autores e atores

³² Fortalecido por um período de anticomunismo, os EUA desenvolveram uma política conspiratória de invasão soviética ao país. Promovido pelo senador republicano, Joseph McCarthy, iniciou-se um período conhecido como “caça às bruxas”, que perdurou de 1950-1957, quando se levantavam falsas suspeitas de colaboração com os comunistas, principalmente, no campo do jornalismo e das artes.

podem ser identificados entre os mais fanáticos defensores do regime soviético (IBIDEM, p. 30).

Essa característica argumentativa de Mises, vai balizar a defesa do regime capitalista sob uma ótica individual, que menospreza o macro debate econômico sofisticado e o rebaixa ao consumo cotidiano oriundo de um sistema especificado na circulação de mercadorias em diálogo com uma classe dominante que visa ampliar seu capital em exploração a outra que, compulsoriamente, necessita vender sua força de trabalho em troca de um salário, conforme vimos anteriormente. Para Mises (2010), essa complexidade sistêmica, do modo de produção capitalista, é negligenciada a partir de um tópico simples: a competição. Vejamos como o autor lida com essa abordagem segundo uma afirmação deveras simples:

A tão falada dureza do capitalismo consiste no fato de ele tratar cada um de acordo com a contribuição que este oferece ao bem-estar do seu semelhante. A força do princípio a cada um de acordo com seus feitos não dá margem a escusar falhas pessoais. O indivíduo sabe muito bem que existem pessoas iguais a ele que obtiveram sucesso onde ele falhou. Sabe que muitos daqueles que inveja são pessoas que se fizeram pelo próprio esforço e que partiram do mesmo ponto onde ele começou. E, muito pior, sabe que os outros também sabem disso. Ele vê nos olhos da mulher e dos filhos a reprovação silenciosa: “Por que você não foi mais esperto?” Ele vê como as pessoas admiram quem obteve mais sucesso do que ele e como contemplam com desprezo ou com piedade o seu fracasso (IBIDEM, p. 19).

Para o austro-americano, “quem reclama da injustiça do sistema de mercado, cabe somente um conselho: se quiser enriquecer, tente satisfazer o público oferecendo-lhe algo mais barato ou de que ele goste mais”, pois o “mercado é democrático”, inclusive, para aqueles que não queriam “enriquecer” e optem por “escrever poemas ou filosofia” (MISES, 2010, p. 18). E qual a conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista que constrói essa “concorrência democrática”? Trata-se do núcleo deste trabalho: o *empreendedorismo*.

É a dimensão antropológica do homem-empresa. Diferente do liberalismo clássico e do empreendedorismo nos contextos anteriores, os autores neoliberais, ao priorizarem a dimensão agnóstica da competição e rivalidade no âmbito dos agentes individuais, obstruem a formulação determinada a características de compreensão macro e adicionam determinações subjetivas a fim de individualizar a vida econômica, ou seja, o espírito empreendedor é o que determina o êxito nas oportunidades e o Estado é um obstáculo ao buscar regular tal condição.

Para Mises (2010), em *A ação humana*, qualquer intervenção estatal no âmbito de regulação do mercado deve ser encarada como despótica; a função única do Estado é garantir a “democracia do mercado” (IBIDEM, p. 452) através do espírito do empreendedorismo e, nessa formulação, o mercado se autorregula, não pela “mão invisível”, como prega o liberalismo

clássico, mas por algo psicologizante atribuído a uma ação consciente e determinada a atingir um objetivo, conforme se escora a praxeologia de Mises:

O mercado não é mais o “ambiente” natural no qual as mercadorias circulam livremente. Não é o “meio” dado de uma vez por todas, regido por leis naturais, governado por um princípio misterioso do equilíbrio. É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autoregulador (isto é, que conduz ao equilíbrio perfeito) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. E, se não necessita de poderes reguladores externos, é porque tem sua própria dinâmica. Uma vez instaurado, poderia prosseguir em perfeito movimento perpétuo, autopropulsivo, se não fossem desacelerados ou pervertidos por entraves éticos e estatais que constituem atritos nocivos (MISES, 1992 *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p. 139).

Mises compreende, portanto, que o mercado é autoconstrutivo, ou seja, o ser humano funciona como sujeito ativo nesse ativo. A finalidade da ação humana é o mercado, é que poderíamos compreender como uma ontologia do ser empreendedor, onde seu desenvolvimento passaria por um processo educativo para reproduzir tal dimensão. Se para Marx, a ontologia da nossa espécie é o trabalho, onde nos recriamos e nos autoconhecemos, conforme atesta as primeiras ações, já na pré-história quando o sujeito, para cumprir suas funções básicas, necessitava produzir ferramentas para transformar a natureza, temos uma outra definição desses autores neoliberais, de matriz austro-americana, onde é através do mercado que o sujeito se reconhece, ou seja, pelo empreendedorismo:

A ação humana tem uma finalidade. Esse é o ponto de partida, e é essencial: a partir do impulso para realizar essa finalidade, ele não vai trocar aquilo que por acaso tem a mais – peles de coelho ou peixes com os quais não sabia o que fazer –, como supunham os primeiros teóricos da ordem do mercado, mas vai empreender e, ao empreender, vai aprender. Vai estabelecer um plano de ação e se lançar em empresar, vai eleger objetivos e destinar recursos a eles, vai construir, como diz o discípulo e continuador de Von Mises, Israel Kirzner, “sistemas fins-meios” em função de suas próprias aspirações. [...] O ser referencial desse neoliberalismo não é primeiro e essencialmente o homem da troca que faz cálculos a partir dos dados disponíveis, mas o homem da empresa que escolhe um objetivo e pretende realiza-lo. Von Mises deu a fórmula desse homem: “Em toda economia real e viva, todo ator é sempre empreendedor” (MISES, 1992 *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140)

O papel do Estado, nessa nova movimentação, é incentivar a potencialidade “subjetiva” empreendedora do sujeito no processo formativo. O governo de si mesmo, através do *ethos* do empreendedorismo, deve ser fortificado em conjunto à movimentação da democracia da circulação de mercadorias e do consumo, a “democracia do consumidor”, qualquer coisa distante disso é “ditadura de Estado” (MISES, 1995 *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p.154).

Hayek, no clássico artigo “Economia e conhecimento” (1937) – reproduzido, anos depois (1948), pelo famoso polo neoliberal acadêmico da Universidade de Chicago –, esboça, inclusive, uma proposição de currículo que atenda tal determinação receitada nos valores do sujeito da ética do empreendedorismo. Sua crítica é direcionada ao ensino na área de Humanas, na qual não teria nenhuma função em um contexto demarcado por um sistema nucleado no propósito competitivo. A função do ensino deveria ser maximizar um conhecimento voltado estritamente ao mercado, conforme ele alerta:

A conclusão, portanto, que devemos tirar, é que o conhecimento relevante que a pessoa deve possuir para que o equilíbrio possa prevalecer é o conhecimento que é obrigado a adquirir levando em conta a posição na qual encontra-se originalmente, e os planos que então formula. Certamente, não é todo o conhecimento que, caso o adquirisse por acidente, seria-lhe útil e levaria a modificar seu plano. Podemos, portanto, ter muito bem uma posição de equilíbrio somente porque algumas pessoas não têm chance de aprender sobre fatos que, se conhecessem, teriam feito com o fato de que alterassem seus planos. Ou, em outras palavras, é provável que um equilíbrio seja atingido somente com respeito ao conhecimento que uma pessoa é obrigada a adquirir no transcurso de sua tentativa de realizar seu plano original. [...] Mesmo que tenhamos saltado por cima de um ponto essencial em nosso argumento, ainda acredito que, pelo que está implícito em seu raciocínio, a economia chegou mais perto do que qualquer outra ciência social de uma resposta para a questão central de todas as ciências sociais: como é possível que a combinação de fragmentos de conhecimento existentes nas diferentes mentes possa produzir resultados que, para serem provocados de forma deliberada, exigiriam um conhecimento da parte da mente dirigente que nenhum indivíduo pode possuir? Mostrar que, neste sentido, as ações espontâneas dos indivíduos irão, sob condições que podemos definir, produzir uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se estivesse seguindo um único plano, embora ninguém o tenha planejado, parece-me de fato uma resposta ao problema que tem sido metaforicamente descrito, algumas vezes, como o problema da “mente social” (HAYEK, 2015, p. 68-69).

Objetivamente, ao compreender o mercado como ontologicamente determinado ao sujeito, os neoliberais alertam que, quanto mais conhecimento os sujeitos têm acerca da dinâmica do mercado, conseqüentemente, eles terão uma renda maior que profissões formadas no ensino convencional, portanto, para esses autores, o mercado é uma escola, é “um processo de formação em si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145). Nessa ordem, o espírito do empreendedorismo não está vinculado somente a uma conjectura “economizante”, mas vai além: é o sujeito atento às possibilidades de “descobrir, detectar ‘boas oportunidades’” (IBIDEM, p. 145) num processo que envolve equilíbrio, aprendizado e adaptação.

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo um inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor de crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por suas intervenções específicas na circulação de bens (IBIDEM, p. 145).

Mises (2010), em *A ação humana*, resume o empreendedor como aquele sujeito que se arrisca em torno das diferenças de preço entre os fatores de produção e os produtos, ou seja, sua diretriz deve pautar-se pelo monetarismo presumido pelas incertezas das demandas reivindicadas pelos consumidores, conclusivamente, a partir dos riscos:

A força motriz do processo de mercado não provém dos consumidores nem dos proprietários dos meios de produção – terra, bens de capital e trabalho –; provém dos empresários que inovam e especulam. São pessoas que buscam o lucro, tirando proveito das diferenças de preços. Mais perspicazes e com maior visão do que os outros homens, procuram descobrir oportunidades de lucro. Compram quando e onde consideram que os preços estão muito baixos e vendem quando e onde consideram que os preços estão muito altos (MISES, 2010, p. 390).

Schumpeter (1961) acreditava que a inovação, através da destruição criativa, proporcionaria o desequilíbrio necessário para a manutenção sistêmica. Esses autores vão além: Israel Kirzner (1930), ex-aluno de Mises, na obra *The meaning of market process* (2001), determina que o empreendedor traz consigo equilíbrio ao mercado ao se atentar à demanda e critica essa “lacuna” no autor que popularizou o debate do empreendedorismo, principalmente, quando o mesmo não expõe a centralidade do “subjativismo” nessa compreensão:

Evidentemente, o que Hayek destrinchou em Schumpeter foi o diagnóstico em relação ao mercado onde a informação referente à demanda e à avaliação do consumidor é dispersa. O que precisa ser introduzido na visão de Schumpeter de sistema econômico é o reconhecimento do empreendedor ativo e criativo direcionado ao processo do conhecimento acerca de mercado – diante das incertezas de um futuro desconhecido. Foi a lacuna de Schumpeter – embora tenha sido pioneiro na compreensão do papel do empreendedor – em não compreender a dimensão subjetiva do mercado e o levou a se restringir à discussão do sistema produtivo (KIRZNER, 2001, p. 76. Tradução nossa).

Essa incerteza que os neoliberais destacam, é uma “ignorância” (KIRZNER, 2001, p. 85) dos participantes potenciais do mercado que proporciona um certo desequilíbrio econômico; e é num processo de descoberta que progride o equilíbrio no mercado. Nesse sentido, o empreendedor tem um papel central, pois cabe a ele desenvolver o sentido “competitivo-empresarial”, ou seja, a partir da “criatividade”, vislumbrar “oportunidades” (IBIDEM, p. 221) de demandas a fim de regular o mercado e na seleção do consumo, naquilo que ele julga mais vantajoso:

Se descobrimos por acaso, durante um passeio, que um comerciante vende a um dólar as frutas que compramos de outro a dois dólares, o espírito de empreendimento que nos mantém alertas fará com que nos desviemos do mais caro. O sujeito do mercado

entra numa experiência de descoberta na qual o que ele descobre primeiro é que não sabia que ignorava (KIRZNER, 1986 *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p. 148).

A centralidade do homem-empresa, esse sujeito dotado de perspicácia a fim de reconhecer oportunidades de forma criativa junto a elemento de imprevisibilidade, é o que define o empreendedor para os neoliberais. Distante da proposição inicial de Cantillon, Say e Schumpeter, que enxergavam, nessa categoria, uma figura elementar no processo produtivo, capaz de prover a manutenção do sistema sem surpresas ou num viés quase pessimista, os neoliberais confeccionam uma teoria complexa, que atribui a esse sujeito uma relação essencial à sociedade diante da premissa ontológica do mercado a partir da condição inequívoca de responsabilidade individualizada de ser a vanguarda de um sistema inexoravelmente eterno como o modo de produção capitalista. Para os autores, as determinações macro se sustentam a partir do fomento com os sujeitos de uma perspectiva que os vise munir de ferramentas analíticas acerca da demanda e, conseqüentemente, de intervenção junto à realidade através da criatividade desde a necessidade dos consumidores. Proposição essa que seria melhor potencializada segundo a formação do ser humano nessa tarefa, vinculação à dinâmica do que seria a ontologia da nossa espécie: o mercado.

3 AS ORIENTAÇÕES INTERNACIONAIS JUNTO À EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO

3.1 O desenvolvimento desigual e combinado e a educação

A incorporação das discussões inerentes ao debate especificado da educação para o empreendedorismo se desenvolveu junto a organismos supranacionais, em destaque, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO). Essas entidades trazem consigo um papel de capilarizar um ideário de formulação e difusão de uma fração dirigente da classe dominante exercida pelo bloco histórico neoliberal-conservador. Também trazem consigo traços de uma dada visão de mundo especificado para a educação envolvida pela lógica do ideário individual, estabelecido em diretrizes que não comungam de uma educação voltada para a lógica de emancipação.

Antes de avançarmos para a discussão acerca do desenvolvimento desse ideário do empreendedorismo junto aos documentos de tais organismos, cabe uma melhor definição dessas entidades. Conforme vimos no capítulo anterior, que trata dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), as mesmas cumprem a função de conduzir uma percepção da realidade e difundi-la. Porém, tais entidades trazem consigo uma peculiaridade dada a sua dimensão, afinal, estamos falando de organismos supranacionais que incitam a internacionalização do conhecimento.

Para melhor elucidá-los, trabalharei com a ideia de partido de Gramsci, segundo as reflexões da pesquisa de Zuleide Simas da Silveira (2011), que traz consigo a vinculação dos mesmos com a dinâmica do Estado-Nação. De antemão, quando destacamos “partido”, estamos a falar não da caracterização do senso comum de “partidos políticos” de legenda, mas sim, da prerrogativa gramsciana que trata do sujeito coletivo em sua tomada política de afirmar uma condição que vise a “reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2007 *apud* SILVEIRA, 2011, p. 17) a partir da reforma econômica da sociedade, o que caracteriza, portanto, os organismos supranacionais citados.

A reflexão da autora acerca dos mesmos, é incorporá-los numa dinâmica que envolve o processo de construção do consenso e da hegemonia numa complexa relação entre Estado-Nações, que compreende as relações entre os países do capitalismo central e periférico.

Os organismos supranacionais intensificam indicações sobre o cumprimento de metas por parte dos Estados-Nações, sobretudo, no campo educacional como parte do projeto de desenvolvimento econômico, modernização e competitividade dos Estados-Nações e respectivos blocos econômico-regionais. No plano internacional fazem pressão, entre outros, Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO); em nível regional, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União Europeia (UE), Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA) (SILVEIRA, 2011, p. 19).

A difusão de ideologia praticada por esses organismos supranacionais encontra mediações nas entidades locais e regionais, além de fundações. Palavras-chave, como “modernização”, “desenvolvimento” e “reestruturação”, são reforçadas em seus documentos, conforme aponta Silveira (2011, p. 179). Tais determinações têm seus “braços” localizados nas mais variadas esferas do *consenso*³³, ou seja, há a difusão de tal visão de mundo a partir de um projeto construído pela burguesia supranacional, que traz consigo adaptações de acordo com as peculiaridades de dada região/país.

Essa movimentação tem, como alvo, delinear prerrogativas para o principal aparelho de *consenso* estabelecido na Idade Moderna: a escola, uma das principais expressões da educação no mundo ocidental. Uma instituição que se vincula a um propósito iluminista de reconstrução de um Estado intervencionista nas questões morais e que seria reposicionado a partir de dois eventos históricos: a Revolução Francesa ou Revolução Burguesa (1789) e a adoção dos valores liberais e a I Revolução Industrial (a partir do final do século XVIII). O binômio representado pelo desenvolvimento de uma democracia liberal-burguesa e um modo de produção capitalista fundamentaram, no aspecto do consenso, um modelo padronizado escolar que visasse transferir uma dada concepção de mundo que naturalizasse as demandas colocadas pela classe dominante.

Nesse sentido, cabe ao educador reforçar e transferir esses esboços formulados pelos intelectuais desse novo contexto histórico:

[..] o educador imagina que serve ao saber e a quem ensina, mas, na verdade, ele pode estar servindo a quem o constituiu professor, a fim de usá-lo, e ao seu trabalho, para os usos escusos que ocultam também na educação — nas suas agências, suas práticas e nas idéias que ela professa — interesses políticos impostos sobre ela e, através de seu exercício, à sociedade que habita. E esta é a sua fraqueza (BRANDÃO, 1989, p. 5).

³³ Resgatar esta categoria em Gramsci nos capítulos anteriores.

O educador torna-se um agente de difusão e reprodução das necessidades estabelecidas pelas forças produtivas em voga, inclusive, incorporando as resoluções renovadas de acordo com as mudanças de organização da produção. Logicamente, que estamos falando, a “grosso modo”, dessas representações, pois inevitavelmente, as contradições de classe e do mundo material sofisticam estas relações e os atores podem assumir um papel de construção de uma nova hegemonia.

Nesse sentido, o que nos interessa é compreender como e o porquê se desenvolvem determinadas concepções de mundo e como se dão suas incorporações no universo escolar. Para isso, é fundamental trazer uma leitura que fuja do mecanicismo, que atribua uma relação verticalizada, sem compreender as diferenças geopolíticas, históricas e contraditórias que mediam a pulverização de tais concepções.

De antemão, é importante localizar o que representa o Brasil nesse contexto. Estamos a falar de um país periférico, nucleado em torno daquilo que Leon Trotsky (1977, p. 25) caracteriza como um “desenvolvimento desigual e combinado”. Diferente das revoluções burguesas clássicas, que elevaram essa nova classe social à situação dominante, como a Inglesa, em 1688, que transita de um Estado autoritário para uma Monarquia Parlamentarista, e a já citada Francesa, em 1789:

Não se deve confundir a *revolução prussiana* de março com a revolução inglesa de 1648, nem com a revolução de 1789.

Em 1648 a burguesia estava aliada com a nobreza moderna contra a monarquia, a aristocracia feudal e a Igreja dominante.

Em 1789 a burguesia estava aliada com povo contra a monarquia, a nobreza e a Igreja dominante.

[...] As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo europeu. Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincianismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios feudais. [...] Não houve nada disso na revolução prussiana (MARX, 1989, p. 42-43).

A “revolução prussiana”, citada por Marx (1989) é compreendida por Neder (1993) como a penetração do capitalismo na agricultura e manutenção do domínio de setores agrários. Em suma, não há uma mudança de fundo que dissolva uma classe dominante e instaure uma nova ordem produtiva preponderante, mas sim, relações conciliatórias que se confundem em seu projeto comum de antagonismo aos dominados e manutenção do seu *status quo*. Trotsky (1977, p. 25), ao tratar do “desenvolvimento desigual e combinado”, sofisticou a leitura de Lenin,

ampliando-a para a esfera do capitalismo em nível global, além de uma mera análise local. Em resposta a um contexto de II Internacional Comunista³⁴ no qual um mecanicismo analítico da realidade se transmite a uma percepção etapista; em que o pré-capitalismo de países, como a Rússia, deveria ser transitado ao desenvolvimento de uma “burguesia-nacional” para fundação de uma democracia liberal burguesa e, assim, calcificada à lógica capitalista, que se pavimentasse a caminho para uma revolução dos trabalhadores que tomassem os meios de produção.

Trotsky, desde o acúmulo de Lenin, destacaria que o desenvolvimento desigual desses países pré-capitalistas, segundo aspectos conciliatórios da burguesia local e aristocracias agrárias, trazia consigo uma relação combinada com o capitalismo no resto do planeta. E, a partir disso, “a formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social” (LÖWY, 1998, p. 74). O revolucionário bolchevique destaca a existência de uma burguesia local “fraca”, devido à influência do capital estrangeiro maximizado de forma assertiva nesses países dependentes que, segundo Löwy (1998), ele chama de “coloniais e semi-coloniais” (TROTSKY, 1928 *apud* LÖWY, 1998, p. 76). Portanto, a relação do arcaico e primitivo é harmônica com os avanços tecnológicos do capital estrangeiro:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de nomenclatura apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas (TROTSKY, 1977, p. 25).

O trabalho de Trotsky (1977) para explicitar a relação dos países periféricos em desenvolver características arcaicas com traços modernos, numa relação harmônica e conectada em nível econômico global, encontrou novas interpretações de autores brasileiros que diagnosticaram essa noção conforme a nossa realidade. Destaque para Francisco de Oliveira e sua obra clássica *Crítica à razão dualista* (2003), que disserta sobre essas peculiaridades locais, denominadas, curiosamente, de *ornitorrinco*, animal excêntrico em sua anatomia (um mamífero com bico de pato), metaforicamente, relacionando-o à estrutura econômica brasileira:

Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da

³⁴ A II Internacional Comunista dura de 1889 a 1916.

Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela Terceira Revolução Industrial, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, abarca uma alta parte do PIB (OLIVEIRA, 2003, p. 133).

Essa condição subalterna, porém, conectada à economia global, traz consigo determinações específicas no que tange às orientações dos denominados organismos supranacionais para os países periféricos, em destaque o Brasil, fundamentado num alicerce de manutenção da noção desenvolvida por Trotsky do desenvolvimento desigual e combinado. E, se tal representação tangencia aspectos econômicos, a mesma referenda “braços” no campo ideológico, como vimos inicialmente, em destaque, a escola³⁵.

No contexto das transformações da organização da produção, o tratamento estabelecido pela ideologia dominante, é o naturalizar uma concepção junto aos dominados que configure a determinação de uma mão de obra que vislumbre contemplar os anseios da classe dominante, no modo de produção capitalista, a não contestação da mais-valia e a exploração da classe trabalhadora. Logicamente, diante das efetivas mutações do capitalismo, coube aos intelectuais, referências pró-sistema formularem normativas que comungassem das novas demandas do mundo trabalho, impactados pelas mudanças.

No caso brasileiro, dadas as condições históricas do país, a classe dominante teve, como protagonismo na disputa de um modelo educacional, as frações representadas pela Igreja Católica e do empresariado industrial a partir do início do século XX. Se o primeiro foi hegemônico, em todo o período colonial, no que tange ao processo de catequização jesuítica junto aos indígenas e da formação inicial de uma elite local, mesmo com as reformas pombalinas no século XVIII e sua dissolução parcial, ainda assim, iria manter em disputa a hegemonia do projeto de ensino do país. A constituição de um empresariado brasileiro, vitalizado nos anos 1910, colocaria uma aliança católica-liberal em defesa do ensino privado³⁶ que atuaria com vigor nas décadas seguintes, em destaque, no período getulista correspondente aos anos 1930 e 1940, caracterizado pelo fortalecimento de um Estado brasileiro centralizado na figura de Getúlio Vargas (1930-1945) e de asfixiamento da configuração fragmentada de

³⁵ Sobre o debate ideológico, resgatar o primeiro capítulo, que trata do conceito segundo Gramsci.

³⁶ Cabe considerar os movimentos educacionais anarquistas no Brasil do início do século XX e os liberais da Escola Nova, que lançaram um Manifesto em 1932. Não daremos ênfase a tais movimentos por trazermos uma preocupação, junto a este trabalho, de analisar os movimentos da classe dominante.

federações, comum nos primeiros anos da República, sob a hegemonia dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Em 1931, o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, estabeleceu sete decretos, conhecidos como Reforma Francisco Campos, que impunham uma inovação na história do Brasil: tratar a educação como uma questão nacional. O destaque fica por conta do Decreto nº 19.441, que introduzia a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, fruto da pressão dos católicos:

No início dos anos 1930, a principal bandeira de luta dos católicos na frente educacional foi o combate à lascização do ensino [...]. Assim, conforme os católicos, a escola leiga e preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar, deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normais morais, incitando atitudes negadoras de convivência social e do espírito coletivo. Somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável à reforma da sociedade (SAVIANI, 2011, p. 257-258).

Na década de 1940, com as reformas estabelecidas pelo Ministro Capanema, houve a contemplação da fração empresarial industrial determinada a formar uma mão de obra brasileira que respondesse aos seus anseios, ou seja, um ensino estritamente voltado à incorporação simples de técnicas que habilitassem a manusear ferramentas e máquinas das indústrias localizadas no país, deslocado de uma formação intelectual:

O conjunto de reformas [de Capanema de 42 a 46] tinha o caráter centralista, fortemente burocratizado, dualista, separando o ensino secundário, destinado as elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo, conduzido apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões aos ofícios requeridos pela organização social (IBIDEM, p. 270).

O interesse formador dessa fração empresarial industrial trazia consigo, também, a constituição do monopólio da formação desse setor configurado de acordo com seus interesses. Para isso, se destacaria por um aparelho privado de hegemonia em que se pudesse ter exclusividade na formação. É quando se desenvolve a tríade SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria) e IEL (Instituto Euvaldo Lodi), na década de 1940, aparelhos de difusão configurados diante da organização da Confederação Nacional da Indústria. Segundo Rodrigues (1998, p. 129), eles surgem diante da necessidade de “(com)formação da força de trabalho demandada pelo parque industrial brasileiro” e avançam para os “valores éticos-morais, da saúde e do lazer”, recriando até uma concepção alienada do corpo do trabalhador frente aos períodos de não trabalho nas indústrias.

Essas vitórias parciais dos setores “privatistas” da educação vão obstaculizando-se à medida que esboça uma sociedade civil no Brasil, com setores atuantes em prol da classe dominada: a União Nacional dos Estudantes (1937), as Ligas Camponesas (1945) e o Movimento Unificador dos Trabalhadores (1945). Todos eram influenciados, em grande parte, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁷ que, após a derrota do nazifascismo, em 1945, sai da ilegalidade, se torna um partido de massas (com 200 mil filiados, em 1947) e uma relevante representação parlamentar.

Esses novos atores, emissários da classe trabalhadora, disputam uma concepção de educação que sacramento o público e gratuito para a população a partir da estrutura estatal, indo em desencontro da frente Igreja-Empresários (diversas em suas frações internas). A movimentação para a construção de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vai percorrer os meandros do Congresso Nacional desde o “pontapé” do educador Anísio Teixeira, no início da década de 1950. O conflito esmiuçado na arena parlamentar se desdobrou na primeira LDBEN da história do Brasil, promulgada em 20 de dezembro de 1961. Segundo Saviani (2011), esse primeiro documento pode ser compreendido como uma “meia vitória” para a educação pública, pois, dentre outras coisas, determinava:

Tratamento igualitário conferido aos diversos ramos do ensino médio, abolindo a discriminação contra o ensino profissional que marcou as leis orgânicas herdadas do Estado Novo. Por essa legislação, apenas o ensino secundário possibilitava o acesso a qualquer carreira do nível superior. Os outros ramos do ensino médio só davam acesso às carreiras a eles correspondentes. E se um aluno quisesse transferir-se de um ramo a outro do ensino médio perderia os estudos já feitos e teria de começar do início do novo ramo. [...] Em consequência, buscou-se por meio de leis específicas, modificar essa orientação. Assim, já em 31 de março de 1950, foi aprovada a Lei n. 1076, que permitia aos concluintes do primeiro ciclo dos cursos comercial, industrial e agrícola, a matrícula nos cursos clássico e científico (SAVIANI, 2011, p. 308).

Essas “pequenas vitórias”, de parte da classe trabalhadora no Brasil (calcificadas para além da educação, logicamente), substanciaram uma intervenção coerciva em 1964, um projeto empresarial-militar que vinha desenvolvendo-se décadas antes em sintonia ao capital estrangeiro.

Os interesses multinacionais e associados estavam fortemente representados na estrutura dos think-tanks técnicos do início da década de sessenta. Em 1962, a maioria dos tecno-empresários mencionados anteriormente, assim como os técnicos do IBRE e FGV, constituíram parte da estrutura política dos aparelhos ideológicos dos

³⁷ O PCB é fundado em 1922 por nove delegados representando cinquenta membros. Em sua fundação é incorporada a matriz teórica marxista-leninista, no período em questão, o mesmo é registrado em Diário Oficial da União em 4 de abril de 1922.

interesses multinacionais e associados em sua campanha contra a convergência de classe populista e seu Executivo, ou então tomavam parte, de várias maneiras, na ação política organizada da burguesia para derrubar o regime em 1964 (DREIFUSS, 1981, p. 77).

As *think-tanks* ou aparelhos privados de hegemonia (conforme vimos no primeiro capítulo) tinham uma função simples: convencimento de parte da sociedade civil (em destaque, a baixa patente dos militares e setores da pequena burguesia urbana) sobre a necessidade de repressar os avanços sociais e dos movimentos representativos da classe trabalhadora através de um frontal golpe coercitivo que tomaria as rédeas do Estado burguês liberal brasileiro. O setor da reação era diverso, com forte presença do capital estrangeiro:

O relatório do Departamento de Estado apresentava uma lista de quatro categorias gerais de atividade econômica, nas quais era agrupado todo o capital transnacional no Brasil. As quatro categorias eram: 1) indústrias de base e indústria pesada; 2) indústria de base e industrialização de alimentos; 3) atividades não industriais e 4) serviços de utilidade pública. Os interesses americanos predominavam em três dessas categorias através de suas subsidiárias brasileiras. O relatório indicava também que o capital americano abrangia cerca de 40% do investimento estrangeiro em indústrias de base, seguido da Alemanha Federal com 15% e da Grã-Bretanha com 11%. Na indústria leve brasileira, 38% dos investimentos estrangeiros eram de origem americana; a Argentina representava cerca de 13% do capital estrangeiro nesse setor e a Grã-Bretanha 12%. Os EUA haviam investido 40% do capital estrangeiro privado em financiamento e comércio, contra 10% da Grã-Bretanha e França (IBIDEM, p. 57).

O avanço progrediu, na década de cinquenta, com uma sofisticação desse ideário que trazia consigo uma formulação mais sofisticada dos intelectuais orgânicos. Dreifuss (1981, p. 66) chama de “bloco oligopolista”: desenvolvia-se, ali, um processo lento e gradual de capilarização no interior do Estado. Conseqüentemente, executado o golpe empresarial-militar, em 1964, retomamos a discussão anterior da contenção de qualquer ofensiva do campo social protagonizada por representações da classe trabalhadora. A resolução estabelecida pelos organismos supranacionais, da condição de periferia para os países latino-americanos e, conseqüentemente, uma associação submissa ao capital estrangeiro se evidenciava nesse período de forma coercitiva.

A projeção desses setores não tardou a delinear um projeto de educação brasileira, com o retorno do elemento *stricto* tecnicista:

Como já se observou, os elementos que vieram a dar forma à pedagogia tecnicista começaram a ser dispostos na segunda metade da década de 1960. Além dos eventos organizados pelo Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (IPES) e dos acordos MEC-Usaid, esse processo também pode ser constatado na literatura divulgada no período (SAVIANI, 2011, p. 369).

As transformações ocorridas no capital a partir da década de setenta³⁸ sacramentaram, frontalmente, essas mudanças. O advento das teorias do *capital humano*, de Theodor Schultz, se popularizou através da obra *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, lançada no país em 1973. Nesse período, podemos constatar que:

Procura-se difundir que a questão da educação se resolve a partir de uma gestão eficaz das mesmas formas vigentes de organização pedagógica, associada a novas tecnologias educativas, responsabilização, meritocracia e privatização, motivando a consolidação de um neotecnicismo educacional (FREITAS, 2014, p. 1088).

Saviani (2011, p. 380) resgata que “as palavras de ordem, nessa época, [...] eram eficiência e eficácia [...], produtividade, racionalização, operacionalização, plena utilização de recursos”. Essa pedagogia tecnicista se amplifica com rigor no período empresarial-militar, estabelecendo as pautas pedagógicas das unidades escolares:

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Se no artesanato o trabalho era subjetivo, isto é, os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação é invertida. Aqui, é o trabalhador que deve se adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado de forma parcelada. Nessas condições, o trabalhador ocupa o seu posto na linha de montagem e executa determinada parcela do trabalho necessário para produzir determinados objetos. O produto é, pois, uma decorrência da forma como é organizado o processo. O concurso das ações de diferentes sujeitos produz assim um resultado com o qual nenhum dos sujeitos se identifica e que, ao contrário, lhes é estranho (IBIDEM, p. 382).

Elementar às novas demandas do mundo do trabalho, colocadas pelo capital na década setenta, constata-se uma ingerência do capital estrangeiro na realidade da educação brasileira, tudo em comunhão com o empresariado local e os militares, que incorporavam, acriticamente, as perspectivas da pedagogia tecnicista. Embora a burguesia transnacional ainda se articulasse, de forma tímida, em torno de entidades amplas, como a UNESCO, Banco Mundial e BID, o experimento da teoria do capital humano, de Theodor Schultz, seria embrionária para ocorrerem organizações mais articuladas da classe dominante visando intervenções reais junto à educação mundial, principalmente, nos países periféricos.

Logicamente, é no avanço do neoliberalismo, na década de oitenta, que tais organismos supranacionais assumem um peso mais decisivo para a costura de políticas em nível mundial.

³⁸ Principalmente, a partir da influência do neoliberalismo, como vimos no capítulo anterior.

O caso específico do Brasil, que ia em desencontro à perspectiva do modelo neoliberal, nesse período, fortaleceu ainda mais a necessidade de ter o controle das políticas, em destaque, as educacionais nos países periféricos. O definhamento da ditadura empresarial-militar, depois de vinte anos no Poder, abria espaços para setores combativos da sociedade brasileira.

As greves de metalúrgicos do ABC, no final dos anos setenta; a reestruturação da União Nacional dos Estudantes, nos anos oitenta; a demanda por “Diretas” nas eleições de 1984; a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980; da Central Única dos Trabalhadores (1983); e o Movimento dos Sem Terra, nos anos oitenta, abriram um processo que ia na contramão do neoliberalismo mundial. O conjunto da classe trabalhadora, após anos sob a tutela da repressão, censura e perseguição, se organizava em tempo recorde para melhor reivindicar um projeto de país que contemplasse seus anseios.

Essa movimentação teria respaldo considerável nos movimentos educacionais com o desenvolvimento de entidades específicas da educação, representativas dos profissionais dessa área, seja no âmbito educação básica ou do ensino superior, e da intelectualidade acadêmica estudiosa das políticas públicas para a Educação. No final dos anos setenta e início dos anos oitenta, ocorreu uma efervescência das discussões sobre projetos educacionais para o país, com o surgimento de entidades, como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), em 1980, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), em 1982, e, finalmente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em 1990, que reunia a base dos sindicatos representativos dos profissionais da educação de todo o Brasil. O impulsionamento de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as disputas com os velhos setores entusiastas da educação privada (Igreja e empresários do ensino particular), proporcionaram uma frente em torno da escola pública, que era o Fórum em Defesa da Escola Pública (FNDEP) nos anos oitenta:

Integravam o Fórum mais de trinta entidades, entre elas, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Associação Nacional de Educação (ANDE); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA); Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

(MST); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); composição política suprapartidária e pluralista do Fórum (BOLLMAN, 2010, p. 660).

As pautas do movimento eram transparentes e concisas em torno de uma administração pública que potencializasse o papel da educação, conforme Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 40) destacam, quando reiteram que demandas por “melhoria da qualidade na educação”, a partir da diminuição da evasão, merenda de qualidade, transporte, material didático, bibliotecas, laboratórios, além da:

[...] valorização dos profissionais da educação (plano de carreira nacional com piso salarial unificado); democratização da gestão (eleição para diretores, conselhos educacionais; financiamento (exclusivo para o público) e ampliação das escolas (IBIDEM, p. 40).

Essa fração da classe dominada impacta o restante da América Latina e dos demais países periféricos de outros continentes. Profissionais da educação organizados, com a presença de educandos organizados e em diálogo com outros movimentos da sociedade civil representativa da classe, como trabalhadores do campo e outros, asfixiava a manutenção de consignas retrógradas para a educação, a partir de setores em defesa dos empresários e da religião.

Em contrapartida, o mundo passava por mudanças sensíveis, como o avanço neoliberal a passos largos. O exemplo mais evidente, é das experiências pinochetistas no Chile³⁹, responsável por privatizar toda a educação pública do país; Ronald Reagan, presidente dos EUA no período 1981-1989; e Margareth Thatcher, primeira-ministra britânica entre 1979-1990. Esses dois últimos, dadas as condições de centro do capitalismo de seus países, coube promover um convencimento do conjunto da classe, a partir de valores morais, legitimando o bloco histórico neoliberal-conservador. O ataque à educação pública e seu esvaziamento social, passavam por uma lógica que imputasse um projeto da área que se vinculasse à intelectualidade neoliberal⁴⁰, que cabia à escola formar o sujeito apto à competição selvagem: o empreendedor.

A experiência brasileira era uma “abominação” em relação ao resto da frente neoliberal-conservadora que se desenhava no mundo. A desintegração da União das Repúblicas Socialistas

³⁹ Referência ao ditador chileno, Augusto Pinochet que, através de um golpe em 1973, depôs o socialista Salvador Allende, que havia sido eleito por meio de um processo da democracia burguesia liberal. O governo autoritário de Pinochet duraria até 1990.

⁴⁰ Resgatar tal discussão nos capítulos anteriores.

Soviéticas (URSS), em 1991, só fortalecia ainda mais o bloco histórico que despontava desde a década de setenta. Dada a especificidade do contexto, cabia desenvolver um projeto especificado para a educação mundial, que comungasse das demandas da nova fração dirigente da classe dominante, entusiastas de um convencimento do conjunto da classe com o fim da reestruturação produtiva e enxergasse a educação sob um viés de mercado.

Nesse sentido, a grande burguesia mundial viria a investir em formuladores/intelectuais que organizassem essa concepção via organismos supranacionais que dessem uma legitimidade desde as considerações regionais, conforme aponta Silveira (2011). A determinação era escamotear as diferenças regionais e a lógica construída do “desenvolvimento desigual e combinado” rumo à falsa ideia de “crescimento econômico” (IBIDEM, p. 179) de um Estado-Nação, segundo a contemplação das metas estabelecidas pela educação. Nessa dinamização, veremos a gênese desse ideário, a partir da década de noventa, como as resoluções da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO).

3.2 As primeiras resoluções político-pedagógicas dos organismos supranacionais para a educação e o caso brasileiro

O contexto representado pela emergência do bloco histórico neoliberal-neoconservador se fortalece no início da década de noventa para melhor capilarizar as novas transformações do modo de produção capitalista, seja na reestruturação produtiva seja na maximização da lógica de mercado, incidida nos chamados setores de serviços, como saúde e educação. Conforme vimos, o Brasil representou um entrave por estar a desenvolver, num pós-ditadura empresarial militar, uma organização de setores representativos da classe trabalhadora. Coube à burguesia transnacional, formular racionalmente pareceres que visassem incidir nos países periféricos, a partir das realidades especificadas do mesmo. Nesse sentido, os organismos amplos da burguesia surgem como fundamentais para esse processo.

A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO), um organismo supranacional da grande burguesia mundial, daria o “pontapé” em políticas mais concisas para a educação em nível mundial. Sua perspectiva girava em torno de dois eixos: a) Desenvolver o consenso, desde a escola, em torno da reprodução para o conjunto da classe trabalhadora aos ditames das transformações do mundo do trabalho,

erodido dos vínculos clássicos mediados por legislações trabalhistas; e b) Resignificar o papel da escola como espaço exclusivamente social e reintegrá-lo à dinâmica do lucro, em suma, transformar a educação em mercadoria.

Nesse sentido, a UNESCO cria a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada pelo francês Jacques Delors. O chamado “Relatório Delors”, produzido entre 1993 e 1996, incide em uma revisão educacional para vários países do mundo:

[...] o documento assinala os três grandes desafios do século XXI: a) ingresso de todos os países no campo da ciência e da tecnologia; b) adaptação das várias culturas e modernização das mentalidades à sociedade da informação; c) viver democraticamente, ou seja, viver em comunidade. [...] Esse novo conceito de educação seria alcançado partir de quatro tipos de aprendizagens: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver junto (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 56).

Antes de avançarmos para a discussão especificada da aprendizagem, é importante reiterar a normatização desse mundo do trabalho transformado, onde a ampliação do setor de serviços e o aumento do trabalho precarizado, comungado à terceirização da mão de obra, desindustrialização (principalmente, dos países periféricos) e novas profissões, que exigem uma formação genérica (como o atendente de telemarketing), culminaram em novas bases ponderadas pela burguesia. A mesma caracterizou tal contexto como “sociedade da informação” ou “cognitiva” (IBIDEM, p. 56):

Para sobreviver na sociedade da informação ou sociedade cognitiva é necessário que todos adquiram, atualizem e utilizem os conhecimentos. Habilidades que supõem a existência anterior de uma educação básica apta a construir a necessária competência na leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas e, no plano do comportamento, possibilitar o desenvolvimento de aptidões, valores, atitudes. Ou seja, cabe à educação básica assegurar a base sólida para a aprendizagem futura (IBIDEM, p. 56-57).

Nesse Relatório, já temos o rascunho daquilo que é o centro dessa tese: uma formação, em nível médio, voltada para o empreendedorismo, quando salienta que o objetivo seria:

[...] a revelação e o aprimoramento de talentos, além de preparar técnicos e trabalhadores para o emprego existente e desenvolver a capacidade de adaptação a empregos inimagináveis. Os alunos aqui são vistos como atores criadores, futuros empreendedores (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 57).

No âmbito da aprendizagem, inova-se com o lema “aprender a aprender”, isto é, “aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas. E o papel do professor deixa de ser o daquele que ensina para ser o de auxiliar o aluno em seu próprio

processo de aprendizagem” (SAVIANI, 2011, p. 431). Essa determinação pedagógica trazia consigo a formação de um educando que melhor administrasse conteúdos mínimos exigidos pelo novo mundo do trabalho, centrado em tarefas do setor de serviços que se reduzia ao domínio de contas simples e uma articulação mínima para a comunicação, seja na escrita ou oral, conforme salienta Saviani (2011):

[...] liga-se à necessidade de constante atualização exigida pela necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade [...] a mundialização da economia exige a gestão do imprevisível [...] o segredo do sucesso estaria na ‘capacidade de adaptação e de aprender a aprender e a reaprender’, pois os postos de trabalho se vêm reduzindo tanto na agricultura como na indústria, o que faz com que “os postos de empregos que restam vão ser mais disputados’, devendo ser ocupados pelos trabalhadores mais bem preparados [...] a adaptação à sociedade atual exige novos tipos de raciocínios, o desenvolvimento da capacidade de comunicação e a recuperação de funções cognitivas deterioradas pelo trabalho do tipo puramente mecânico, buscando atingir níveis flexíveis de ocupação simbólica (IBIDEM, p. 432).

Atrelada a essa nova formação dos educandos, voltada para um mundo do trabalho metamorfoseado, a partir da precarização das relações trabalhistas, desenvolve-se, também, uma dinâmica de compreensão da educação como mercadoria. Tal relação não deve ser compreendida segmentada, mas sim, numa complexa simbiose que contemple as articulações da burguesia pró-neoliberal, que reavalia a função da escola.

Como regra, as elites historicamente sonegaram até mesmo a dimensão do conhecimento às camadas populares. Ao longo de décadas o empresariado viveu muito bem com o analfabetismo e com a baixa qualidade da educação, até que a complexificação das redes produtivas e do próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada derrubando as taxas de acumulação de riqueza. A questão com a qual o capital passou a se defrontar foi: como libertar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir o espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escolanovista. Como em quadro de escassez de mão de obra barata, incorporar cada vez mais as camadas populares na escola básica, submetendo-a à preparação para o mercado de trabalho? (FREITAS, 2014, p. 1089).

Freitas (2014, p. 1089) se refere a tais setores como “reformadores empresariais”. Seu diferencial aos setores de viés, em defesa da educação privada das décadas anteriores, é incorporar um programa estabelecido pelos organismos supranacionais, de matriz sofisticada, que tangencie os aspectos programáticos, junto às políticas públicas e os aspectos da aprendizagem, visando contemplar a simbiose formação e nova função da escola. Os setores pró-educação privada objetivavam a contemplação de suas frações localizadas entre a classe dominante, sem uma interlocução mais complexa em nível mundial. O exemplo mais didático,

são a Igreja Católica e os empresários proprietários de unidades escolares tradicionais, que apenas buscavam aumentar o número de matrículas em suas redes.

Os novos reformadores empresariais brasileiros tinham um objetivo além: redesenhar a estrutura da educação no Brasil a partir das orientações junto aos países periféricos, num complexo programa que esboçava a incorporação de intelectuais, formuladores e difusores com espaço, inclusive, da grande mídia burguesa tradicional brasileira.

Os reformadores chegam agora com mais força pela experiência que acumularam em 20 anos de atuação sistemática, não só no Brasil, mas especialmente dentro dos Estados Unidos [...] e pelo fato de que há novos mecanismos de pressão atuando na direção da internacionalização da política educacional, dentre os quais se destacam a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as ramificações nacionais expressas por organizações locais dirigidas e financiadas por empresários, como Movimento Todos Pela Educação, no Brasil (IBIDEM, p. 1106).

Essas “inovações” do neoliberalismo vão se capilarizando junto às políticas para a educação, principalmente, diante de uma ideia publicitária, que busca reduzir qualquer aspecto social da educação e vinculá-lo a uma ideia de *gestão*.

Outra das operações centrais do pensamento neoliberal em geral, e em particular, no campo educacional, consiste em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas. Nessa operação, os problemas sociais – e educacionais – não são tratados como questões políticas, como resultado – e objeto – de lutas em torno de distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, mas como questões técnicas, eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais. Assim, a situação desesperadora enfrentada cotidianamente em nossas escolas por professoras/es e estudantes é vista como resultado de uma má gestão e desperdício de recursos por parte de poderes públicos, como falta de produtividade e esforço por parte de professores/as e administradores/as educacionais, como consequências de métodos “atrasados” e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos. Dado um tal diagnóstico, é natural que se prescreveram soluções que lhes correspondam. Tudo se reduz, nessa solução, a uma questão de melhor gestão e administração e de reforma de métodos de ensino e conteúdos curriculares inadequados (SILVA, 1994, p. 19).

Nessa dimensão, a ideia de educação, enquanto mercadoria, é a melhor caracterização, pois estamos a destacar novas resoluções que esvaziam o eixo justiça social a partir de uma compreensão da desigualdade e vinculando-a a uma ideia meritocrática de qualidade e competição, comum aos tempos neoliberais⁴¹. Conforme salienta Silva (1994, p. 23), presume-se uma ideia de que a Educação não é mais financiada diretamente pelo Estado, mas sim,

⁴¹ Embora tenhamos franquias educacionais que possuem ações na Bolsa de Valores e trabalhem em torno de uma lógica do lucro, não podemos considerar a terminologia “privatização” da educação, afinal, não se reconhecem iniciativas que entreguem instituições públicas, integralmente, à iniciativa privada.

“repassada” e os pais devem tornar-se “consumidores” e não mais partícipes da construção de um projeto educacional para sua unidade junto à comunidade escolar.

A disputa estabelecida por esses atores, os reformadores empresariais brasileiros, e as sínteses das lutas dos educadores pró-educação pública nos anos 1980, se estabeleceriam em dois documentos fundamentais: a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional⁴², em 1996. No primeiro documento, tivemos um avanço fulcral para a educação pública brasileira, com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino e uma tendência gradual, dessa ordem, ao ensino médio:

O texto constitucional obriga o Estado a oferecer ensino fundamental gratuito para todos, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, menciona, ademais, que o seu dever para com a educação será efetivado mediante o oferecimento de outras garantias escolares. Cita-se a progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade ao ensino médio; a atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; a oferta do ensino noturno regular, adequando às condições do educando. Como todas essas garantias estão mencionadas no mesmo artigo, mas em itens diferentes, fica claro que o Estado está obrigado apenas com o ensino fundamental, permanecendo as demais referências apenas como áreas de atuação desejável (CUNHA, 2001, p. 446).

Logicamente, a disputa em torno do projeto educacional, representado no citado documento, também vai contemplar setores do âmbito privado que serão contemplados, dentre outros artigos, o especificado duzentos e nove:

O ensino foi declarado “livre à iniciativa privada” (art. 209) com a condição de cumprimentar das normas gerais da educação nacional e de funcionar com autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Aí está um ponto importante. Embora grupos privados façam propaganda em benefício de todos os empresários que atuam na educação, alardeando a alta qualidade do ensino ministrado em suas escolas, é sabido como a imensa maioria dos estabelecimentos de ensino praticam uma verdadeira contrafação educacional. E o pior é que são justamente esses contraventores educacionais os beneficiários mais vorazes dos recursos públicos, especialmente nos graus inferiores (fundamental e médio) (CUNHA, 2001, p. 450).

Fávero (2005, p. 284) destacou as diferentes conceituações que o “público” toma na Constituinte, seja na lógica de: a) mantida pelo Estado; b) o público não-estatal; e c) o público como serviço público. Cada uma dessas interações, havia a disputa determinada dos grupos em disputa:

A cada uma dessas conceituações correspondeu a defesa de uma proposta concreta. A do público estatal continha a reivindicação da exclusividade dos recursos públicos para a escola pública; a do público não-estatal a de recursos para do Estado [não

⁴² Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

lucrativas] e a escola comunitária, confessional ou filantrópica; e a do público como serviço público a recursos para a educação em geral. [...] Foi em torno deste problema que se concentrou fundamentalmente o conflito público-privado na Constituinte (IBIDEM, p. 280).

A entrada dos reformadores empresariais, após o Relatório Delors e as intervenções dos organismos supranacionais da burguesia, se desdobraram em novos princípios na constituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, já no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2001). Logicamente, as discussões referentes a essas diretrizes para a educação brasileira vinham de um longo processo a partir de diversas atualizações e versões. A primeira delas, é de vinte de dezembro de 1961, referente à Lei nº 4.024, cuja velha disputa “público/privado” norteava o documento. Sob a liderança do histórico deputado reacionário, Carlos Lacerda (mandato de 1955 a 1960), foram incluídos dispositivos que envolviam a liberdade de acesso às famílias para o ensino privado e o repasse orçamentário público para instituições privadas como resposta às demandas de setores da Igreja Católica e embrionários setores de escolas privadas.

No período correspondente à ditadura empresarial-militar, através das Leis nº 5540/68 (Plano Atcon) e nº 5692/71 (Relatório Meira Matos), norteada pelo acordo internacional entre o Ministério da Educação (MEC) e pela *United States Agency for International Development* (USAID), que culminaria, no ensino superior, em alterações orientadas pela vigilância, perseguição a setores opositores ao regime e financiamento de pesquisas pró-militares. No âmbito da Educação Básica, o esvaziamento e a extinção de disciplinas críticas, como História e Geografia; a redução, em um ano, na formação dessa rede; o reforço à dualização do ensino e o aumento do “funil” ao avanço da formação, prejudicando ainda mais os filhos dos trabalhadores, delinearão o típico projeto limitado para a educação brasileira.

Conforme vimos, somente na redemocratização, com a entrada de entidades pró-escola pública, gratuita e de qualidade, é que se desenvolveram debates amplos e de fôlego, que culminariam na LDB, de 1996. Até o final dos anos 1980 (simultâneos à Constituição), o documento referente trazia consigo sínteses sofisticadas para a educação pública brasileira. Porém, com o avanço neoliberal no Brasil e a reorganização da burguesia brasileira em diálogo a setores internacionais, o projeto inicial vinha desgastando-se e “perdendo fôlego”, tendo, como o resultado, o famoso projeto de Darcy Ribeiro, de 1996. Diversas mudanças, no texto, buscaram sintonizar aos “novos tempos” neoliberais do Estado Mínimo. Palavras, como “liberdade” e “família”, foram inseridas, contemplando demandas de valorização da esfera privada e reducionismo do Estado.

Quanto à liberdade da iniciativa privada de exercer o ensino, a lei se limita ao disposto na Constituição, não as condições mais específicas definidas no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados Alegou-se que aquele detalhamento implicaria cerceamento à liberdade de iniciativa, sendo, portanto, inconstitucional. [...] Considerando-se os abusos que se têm cometido em nome da liberdade de iniciativa, a mercantilização do ensino, os expedientes escusos envolvendo corrupção, o que levou, inclusive, ao fechamento do Conselho Federal de Educação, esperava-se que a lei fosse mais específica na regulamentação do direito à liberdade de ensino (SAVIANI, 1998, p. 204).

Nessa dimensão, as discussões em torno de proposições pedagógicas, que vinculassem ao ideário neoliberal – de maximização do indivíduo –, diluído de direitos trabalhistas, transversalizado pela informalidade, principalmente, no setor de serviços, dá o tom das “novidades” surgidas na década de noventa. Ideias pedagógicas, como a crítico-reprodutivismo ou histórico-crítica, seriam caracterizadas como “ultrapassadas” enquanto emergiam concepções advindas de uma pós-modernidade, ou seja, a racionalidade não daria conta dos “novos tempos”, seja no campo das políticas públicas, no âmbito macro para a educação ou nos aspectos pedagógicos, como o currículo. Conforme vimos, as exasperadas intervenções do conjunto da classe trabalhadora, nos anos noventa, e a apresentação concreta de uma proposição para a educação, culminaram em perspectivas inovadoras acerca dessas ideias pedagógicas. A teoria histórico-crítica, de Dermeval Saviani, é o exemplo mais acabado dessa discussão.

Mas, antes de avançarmos nessa discussão, é importante destacarmos o que compreendemos como “currículo”. Saviani (2016, p. 57) o entende “como um conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. Oliveira (2013) alerta para a caracterização de um currículo, que comungue do ensino e da aprendizagem como propostas unidas, assim como as políticas e práticas, ou seja, há a compreensão de que o currículo e as teorias que contemplam devem ser visualizados de forma ampliada, seja em suas questões macro e micro.

Historicamente, quando falamos em teorias de currículo, Young (2014) as compreende iniciadas nos Estados Unidos dos anos 1930, segundo a derivação do gerenciamento científico por F. W. Taylor. Em seguida, desenvolveram-se manuais para os professores do que ensinar aos trabalhadores⁴³. Enquanto isso, na Inglaterra, tivemos uma tradição diferenciada do que deveria ser ensinado na escola sob uma abordagem de “educação liberal” (IBIDEM, p. 190),

⁴³ É, por isso, que muitos departamentos de currículo nas universidades estadunidenses se chamam Departamento de Currículo e Instrução I.

em que se partia da premissa de que uma teoria não era necessária e, conseqüentemente, se os alunos não aprendiam era porque lhes faltava inteligência⁴⁴.

A partir dos anos 1960-1970, essas teorias perdem credibilidade, embora, como aborda Young (2014, p. 190), há a compreensão de que a escola tem que ser tão “eficiente” quanto uma fábrica. E novas linhas curriculares são exploradas, essencializadas nas críticas às duas primeiras pontuadas, transversalizam-se questões da sociologia e história para contemplar essas novas abordagens. Young (2014, p. 199) descreve os teóricos do currículo como especialistas em uma forma específica de conhecimento aplicado, ou seja, aquilo que seria “ensinável” como “aprendível” por alunos em diferentes etapas e idades. Para isso, o conhecimento do currículo se especializaria em: a) fontes disciplinares: geografia, história etc.; e b) grupos de aprendizes: aqueles direcionados aos aprendizes (alunos), cientes de seus conhecimentos anteriores.

Dentre esses teóricos do currículo, podemos citar o educador Dermeval Saviani. Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Saviani se consagrou por contribuir na construção de entidades como a Associação Nacional dos Pós-Graduandos em Educação (ANPED), nos anos oitenta, assim como na constituição da teoria histórico-crítica para a educação, além de ser o responsável por dar o pontapé no interior da segunda LDEBEN junto aos movimentos docentes. Porém, fundamentalmente, a educação se tornava o eixo das discussões, desse período, com a organização da categoria de diversos profissionais da educação pelo Brasil, em todas as modalidades, níveis e tipos de ensino. Conferências amplas e reivindicações por planos de carreira e autonomia pedagógica foram elementos importantes para se pensar a educação brasileira no período (CUNHA, 2001).

Nesse sentido, Saviani (2011) procura posicionar-se numa reformulação das teorias crítico-reprodutivistas dos anos setenta, elaboradas por Althusser e Bourdieu, e, junto à pedagogia crítico-social dos conteúdos de Libâneo, confeccionada também nos anos oitenta. Denominada Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani (2011) assim a sintetiza:

Numa síntese bastante apertada, pode-se considerar que a pedagogia histórico-crítica é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida Escola de Vigotsky. A educação é entendida como ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termo, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social põe-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social em que o professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação

⁴⁴ Dadas as devidas dimensões, algo parecido com os escolanovistas no Brasil dos anos 1920.

fecunda na compreensão e no encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social (IBIDEM, p. 422).

O teórico insiste em suas recomendações ao afirmar que “enquanto as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade através da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso” (SAVIANI, 1989, p. 41). Ao desenvolver o que chama de “teoria da curvatura da vara”, Saviani (2011) reitera:

Simplesmente, estou querendo dizer que o movimento que vai da síncrese (“a visão caótica do todo”) à síntese (“uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”) pela mediação de análise (“as abstrações e determinações mais simples”) constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o processo de transmissão-assimilação de conhecimentos (o método de ensino) (IBIDEM, p. 83).

O mesmo encerra sua conclusão e caracteriza tal condição de “pedagogia revolucionária” (IBIDEM, p. 75), fundamentada na transformação dos meios de produção. Nesse sentido, Saviani considera fundamental a reiteração da cientificidade junto ao currículo no que abrange a sua formulação. Condição que, para o teórico, são potenciais à transformação da sociedade, afinal, ao articularem, dialeticamente, conhecimentos consagrados pela humanidade, os educandos e os professores, através da mediação social, são passíveis de transformarem-se, também, nesse processo.

Com as citadas mudanças a partir da década de noventa, percebe-se no Brasil, o desembarque de novos elementos no currículo escolar, ou seja, o fortalecimento de uma concepção que disserte acerca da “identidade”, em detrimento de “classe”, alicerçada em um ideário de pós-modernidade. O abandono de legado iluminista cientificista das revoluções burguesas do século XVIII e, conseqüentemente, um questionamento acerca da racionalidade e de métodos de análise, que tenham como paradigma a leitura materialista e dialética do mundo.

Quando falamos em pós-modernidade, torna-se inevitável a observação de Harvey (1992) quando a contextualiza na nova etapa sistêmica condicionada pela acumulação flexível e representada pela efemeridade de valores, gostos e modas tendo, como “pano de fundo”, o ritmo de obsolescências revitalizadas na busca de identidades, unidades dentro da fragmentação, religião, família etc. Sennett (2010, p. 59) define essa especialização, por exemplo, como “a tentativa de pôr, cada vez rápido, produtos mais variados no mercado. [...] A especialização flexível é a antítese do sistema de produção incorporado no fordismo”. A fragmentação é inerente nessa nova etapa e a rapidez é intrínseca na condição pós-moderna.

Tais efemeridades sugestionam a constatação de quebra de paradigmas engessados pertinentes a verdades absolutas, a grosso modo, normatizações. A “experiência” (RANNIERY, 2017, p. 57) se torna urgente nesse novo contexto, assim como resoluções alicerçadas em questões tocantes às identidades. Ocorrem relativizações de conclusões até, então, inequívocas como a ética, por exemplo, vinculadas ao campo da psicanálise (TAUBMAN, 2010) e de elementos mais sofisticados do cotidiano, embasados nos debates culturais e seus desdobramentos junto à discussão de espaço-tempo (MACEDO, 2006). E, dentro dessa lógica, o currículo é questionado em sua condição formatada.

Antes de destrincharmos como tais questões são incorporadas ao currículo, é importante frisar a compreensão anterior do que se compreende como “projeto de educar” (IBIDEM, p. 289), compreendido, por Macedo (2006), como resultado de um movimento duplo: de um lado, a temporalidade continuísta e, de outro, uma temporalidade performática. O primeiro, seria um conjugado de saberes culturais legitimados por uma cultura hegemônica, portanto, apresentados como história, como espaço-tempo de repetição. Já o segundo, referenciado em Bhabha (1998), é a negação de uma temporalidade anterior, sintetizando um outro cultural que não é visto desde as culturas legitimadas pelos currículos escolares, mas que se desenvolve na temporalidade introduzida pelo performativo.

Nesse sentido, para a autora, o currículo é um espaço-tempo onde culturas presentes negociam com a “diferença do outro” (MACEDO, 2006, p. 192). Há a convivência de culturas locais, dos variados pertencimentos de alunos e professores, com as culturas globais – dos currículos escritos e da vivência na sala de aula, ou seja, diante dessas “negociações”, a cultura iluminista tem suas limitações no que compete a uma transmissão integralizada.

As contribuições determinantes para se repensar o currículo, além do aspecto conteudista, remontam ao fenômeno de Reconceptualização, nos anos setenta:

Reconceptualização que pensou a teorização como uma tarefa intelectual criativa ao invés de uma base para prescrições ou para um conjunto de princípios e relações testáveis e mensuráveis. Então, para as perspectivas da Reconceptualização, o trabalho do currículo, em todas suas manifestações, não é uma “ciência” que promove o consenso universal sobre um “conteúdo”, desenhado e desenvolvido para todos. Nem é o ensino considerado uma “ciência” que gera “práticas melhores” – métodos, técnicas e capacidades que podem ser perfeitamente “praticadas”, e então replicadas em todos os contextos pedagógicos. Em vez disso, revisões constantes do que e de quem pode constituir conceitos de “currículo” em qualquer contexto educacional são todas parte da “conversa complicada” que é o currículo (MILLER, 2014, p. 2045).

Esse fenômeno, que promoveria críticas frontais ao currículo denominado de “fechado” ou de apego aos conteúdos, estaria sintonizado às novas determinações de organismos

supranacionais, de uma percepção liberal em defesa do Estado Mínimo, sem intervenção social, e de abandono natural à ideia de “trabalhador”, contextualizada nas transformações do mundo do trabalho e erosão dos direitos. O novo currículo trouxe consigo um apreço à um contexto da “transitoriedade” (SENNETT, 2009, p. 82), conforme determinavam os novos tempos, incomodados com temporalidades longas e engessadas, típicas de uma organização da produção fordista. A “experiência” é supervalorizada em detrimento da formalidade e a “iniciativa” dá lugar ao previsionismo, esvaindo-se num discurso “salvacionista” (SHIROMA *et all*, 2011, p. 16) da educação.

Para o novo currículo, deve-se atentar mais ao “criativo” do que ao “programado”, ponderações típicas do empreendedorismo: em destaque as mudanças do mundo do trabalho que Antunes (2009) destacou como a “flexibilização” e a capacidade de se “reinventar”. A referência à escola, como algo “ultrapassado”, a ser superado pelas novas demandas do mundo do trabalho, pouco convergente com o mundo mais fugidio, rápido, dinâmico, apressado, dão a tônica desse novo contexto. O espaço-tempo não é um determinante de análise para acesso ao conteúdo crítico, mas sim, ao próprio conteúdo. Os subsídios a serem apresentados para o conjunto dos educandos, no caso, os mesmos conteúdos da elite, são substituídos por dinâmizações cotidianistas, blindadas das ferramentas que permitiram uma leitura iluminista de mundo. Percebe-se que há a demarcação liberal burguesa de “cidadania”, para à ideia atomizada de “identidade”. Logicamente, para a escola pública, frequentada majoritariamente pelos filhos da classe, essa abordagem toma outras determinações, pois compartilha um contexto político de ausência do público e democracia local, dando espaços para ferramentas de ordem privada, como organizações não governamentais, tráfico e milícia, logo, a identidade é mais cômoda que a ideia de classe.

A identidade do “favelado”, “periférico”, dentre outros, substitui o da classe e o seu motor, que é o conflito. Trucida-se o senso de coletivo e responde-se com o mérito e o “bem sucedido”. A pobreza é romantizada, vista como “resistência”, até um dado limite, quando assume um papel de organização local, no aspecto thompsoniano de “experiência”⁴⁵ (THOMPSON, 2004 *apud* MARTINS; NEVES, 2013, p. 342), a partir de uma organização coletiva e de expressividade de uma realidade própria, logo é criminalizada, como os bailes

⁴⁵ Thompson (2004 *apud* MARTINS; NEVES, 2013) compreende a constituição da classe como resultado de experiências comuns herdadas ou compartilhadas que, ao se articularem, confrontam-se com outro grupo social que possui interesses distintos. E, nessa experiência, devemos salientar a projeção que se dá na arena de conflitos e conscientização da classe.

*funks*⁴⁶. Para o novo contexto, a reivindicação deve se circunscrever ao raio da identidade, sem compromissos antissistêmicos ou de questionamentos coletivos; pauta-se o individual e o mérito.

Portanto, na nova fase neoliberal, a educação fomenta essa concepção. O Relatório Jacques Delors (1998), ao trabalhar com “as novas competências” (IBIDEM, p. 107) como medida de adaptação ao novo mundo do trabalho precarizado e em erosão dos direitos, desenvolve os chamados quatro pilares da educação. Escorados nessas proposições do novo currículo e críticas à matriz iluminista da escola, com apreço ao individualismo, o Relatório tem, em um dos seus tópicos, algo fundamental para melhor balizar nossa discussão; trata-se do subtítulo nomeado “Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros” (DELORS, 2003, p. 96).

Entende-se que a classe é algo a ser escamoteado e o seu “motor”, a “luta de classes”, deve ser dissolvido em negociação com uma suposta pacificação:

É de louvar a idéia de ensinar a não-violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos. A tarefa é árdua porque, muito naturalmente, os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo que a pertencem e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. Por outro lado, o clima geral de concorrência que caracteriza, atualmente, a atividade econômica no interior de cada país, e sobretudo em nível internacional, têm a tendência de dar prioridade ao espírito de competição e ao sucesso individual. De fato, esta competição resulta, atualmente em uma guerra econômica implacável e numa tensão entre os mais favorecidos e os pobres, que divide as nações do mundo e exacerba as rivalidades históricas. É de lamentar que a educação contribua, por vezes, para alimentar este clima, devido a uma má interpretação da idéia de emulação (DELORS, 1998, p. 98).

Em reiteração aos postulares abordados, o presente Relatório deforma a ideia de “violência” como desdobramento de desigualdades, cabendo à experiência e à identidade serem reguladores dessa suposta “pacificação”. A proposta, para esse objetivo, é o que o documento caracteriza como “descoberta do outro” e “tender para objetivos em comum” (DELORS, 1998, p. 97). O primeiro, explora a ideia de respeito às diferenças étnicas; já o segundo, demarca uma suposta harmonia entre as classes a partir de questões sociais em comum, especulação subjetiva de voluntariado entre os chamados “diferentes”, a ideia de cooperação (debate muito incorporado pelas novas empresas no recente mundo do trabalho).

⁴⁶ Fonte: Câmara de SP aprova projeto de lei que proíbe bailes funk em via pública, *G1 São Paulo*, São Paulo, 06 dez. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/12/camara-de-sp-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-bailes-funk-em-publica.html>>. Acesso em: 15/01/2020.

Essa orientação de um mundo harmônico, sem conflitos, traz consigo uma ideia de supervalorização da discussão cotidianista da sala de aula e marginaliza os debates reais, materiais. Discussão fundamental para as novas demandas do mundo do trabalho e do debate empreendedor, muito calcado na ideia subjetiva de mérito, de exploração da comunicação para reprodução do êxito. O empreendedorismo, nesse mundo de uma noção para projetos ambiciosos, para racionalizá-lo como uma nova “corrente pedagógica”. Um dos expoentes brasileiros, que disserta sobre tal demarcação, é Fernando Celso Dolabela Chagas, no livro *Pedagogia Empreendedora*, de 2003. Intelectual de referência no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o autor, a partir do Relatório Delors e das transformações do mundo do trabalho, formulou uma concepção original para o que compreendia como “pedagogia empreendedora”.

Entusiasta das críticas à racionalidade da escola, ele vincula ao iluminismo como um empecilho à criatividade, a exemplo das teorias pós-modernas da educação:

Na escola convencional, os conteúdos são tratados como verdades definitivas, destinadas a transmitir, a quem os adquire, a sensação de segurança, e a quem os propaga, a aparência de autoridade. No entanto, no campo empreendedor, a incerteza substitui a suposta verdade como componente estrutural. Por essa razão, pela necessidade de trilhar caminhos nunca trilhados, a educação empreendedora deve desenvolver a autoestima e valorizar o potencial de persistência dos alunos diante de resultados não esperados, diante do erro e do que os outros consideram “fracasso” (DOLABELA, 2003, p. 30).

Transpondo parte da ideia de subjetividade do Relatório Delors, Dolabela (2003) reitera as questões de “descoberta do outro” e “objetivos em comum” (IBIDEM, p. 32), e afirma que:

O autoconhecimento e a autoestima são elementos fundamentais na aprendizagem e na construção da pulsão empreendedora, influenciando tanto o processo cognitivo quanto as relações do indivíduo com o outro e com o mundo (IBIDEM, p. 33).

O autor continua caracterizando sua formulação de Pedagogia Empreendedora da seguinte forma:

A Pedagogia Empreendedora é uma estratégia didática para o desenvolvimento da capacidade empreendedora de alunos da educação infantil até o nível médio, que utiliza a Teoria Empreendedora dos Sonhos, não se propondo a ser uma metodologia educacional de uso amplo. Restrita ao campo do empreendedorismo, conviverá com as diretrizes fundamentais de ensino básico adotadas no ambiente de sua aplicação: a escola (DOLABELA, 2003, p. 55).

O que ele chama de “Teoria Empreendedora dos Sonhos”, se refere à concepção construída, pelo próprio autor, de autorrealização, ou seja, a partir de uma “pulsão empreendedora” (IBIDEM, p. 76). Para expor seu exemplo, o autor destaca:

Uma pessoa cujo sonho é ajudar crianças subnutridas poderá construir diversas visões: abrir uma ONG, ser médico pediatra, ser economista e trabalhar em um órgão não governamental que lida com saúde, ser administrador e operar sistemas de distribuição de alimentos que barateiam o custo de intermediação, ser engenheiro agrônomo e desenvolver alimentos mais baratos. A escolha dependerá de suas tendências pessoais, experiência de vida e oportunidades (IBIDEM, p. 76).

Essa curiosa teoria determina que o sonho é “um objeto de ação” (IBIDEM, p. 76) e, em posse dessa caracterização, ele resgata as formulações do Relatório Delors (1998, p. 84-99): “O empreendedor deve descobrir sozinho o que é necessário para alcançar o que deseja. Essa é a capacidade central. Quanto mais rápido ele conseguir isso, maiores serão suas chances”. A partir daí, busca-se: o que aprender? Por que aprender? Como aprender? E quando aprender? Nesse movimento, para a concretização do sonho, gera um impulso em direção do saber empreendedor que tem quatro fases (DOLABELA, 2003).

Adaptando as formulações dos quatro pilares do Relatório da UNESCO, Dolabela (2003) desenvolve a seguinte afirmação:

a) o “saber ser”: fecunda a pulsão empreendedora; b) o “saber fazer”: específico e individual, dirige-se à formulação do sonho e ao que é necessário para a sua realização, como recursos, competências, conhecimentos; c) o “saber conviver”: rede de relações; d) o “saber conhecer”: conhecimento sobre o sonho e seu ambiente (IBIDEM, p. 81).

Essa formulação ganha peso, em meados da década de 2010, quando é lançada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), organismo transnacional ligado à ONU, presente no Brasil desde a década de sessenta. Busca, em sua caracterização, elaborar políticas para a redução da desigualdade social na região e impulsionar a economia, em suma, contribuir com a lógica, já abordada, do desenvolvimento desigual e combinado, além de “consensualizar” políticas dos Estado-Nações de Centro. Em 2016, a Cartilha “Promoção Social do Empreendedorismo e da Inovação Social Juvenil na América Latina” é lançada.

No presente documento, com o suporte da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fazem um balanço do considerável desemprego da juventude na América Latina e a baixa escolaridade, além de um pequeno avanço de jovens autônomos, o que eles caracterizam como “empreendedorismo”. Porém, para nosso estudo, interessa o Capítulo 3, denominado “Iniciativas que promovem o empreendedorismo e a inovação social juvenil” (PNUD, 2016, p. 25). Esse capítulo faz um breve balanço de iniciativas, como incubadoras, que buscaram promover o consenso do ideário do empreendedorismo e tornaram-se limitadas. Então,

recomenda uma interferência curricular para adoção dessa “disciplina” e a promoção de ferramentas que a consolide nas unidades escolares:

Gerar um número maior de jovens empreendedores requer influenciar na percepção e disposição que possuem sobre esta alternativa para a sua trajetória trabalhista. As intervenções para incentivar os jovens a considerar a opção de estabelecer o seu próprio negócio focam-se na *interação do empreendedorismo com a educação*. Entre as intervenções comumente utilizadas encontram-se a introdução de conteúdos sobre empreendedorismo e educação financeira no *currículo escolar* em nível primário, secundário e/ou superior; o uso de metodologias de “aprender fazendo” na sala de aula que incluam a simulação de projetos e a implementação de negócios na própria escola como parte da aprendizagem; e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais – na escola ou em programas de emprego – como a iniciativa, o alcance de metas, a resiliência, a autorregulação, o trabalho em equipe e a resolução de problemas, habilidades que constroem empregabilidade em geral e necessárias para um perfil empreendedor. Outra intervenção, nesta etapa, é fornecer informações sobre os retornos ocupacionais correspondentes ao trabalho assalariado, autônomo e empregador; porque é difícil que os jovens tenham acesso a este tipo de informação – especialmente para aqueles socioeconomicamente segregados – em uma etapa onde definem a passagem da escola para o mercado de trabalho. Além disso, os concursos que convocam os jovens a propor ideias para empreender e dão um prêmio ao ganhador são uma ferramenta para concentrar a atenção dos jovens em gerar projetos, visibilizar os que empreendem e propiciar um efeito demonstrativo através de histórias de sucesso e assim estimular a cultura empreendedora (PNUD, 2016, p. 26. Grifo do autor).

O Capítulo seis, denominado “Orientações de Política”, sintetiza um conjunto de encaminhamentos a serem incorporados pelos países da América Latina e Caribe, que estimule o empreendedorismo entre a juventude. Mais uma vez, o balanço das incubadoras é destacado como limitado, devido ao “voluntarismo” (IBIDEM, p. 49) da juventude. Para isso, a escola tem um papel central:

O desenvolvimento de uma cultura empreendedora é uma tarefa de longo prazo que pode ter um alcance massivo e ser sustentável se estão sob a ação de políticas públicas. Para este fim, tendo como grande aliada a *escola* para a incorporação de tópicos e metodologias de trabalho participativas ligadas ao empreendedorismo nos currículos escolares (auto-gestão, liderança, alfabetização financeira), intervém-se assim no primeiro elo do processo de empreender (IBIDEM, p. 50. Grifo do autor).

As orientações de organismos transnacionais encarariam a escola como central para a adoção das políticas do empreendedorismo. Para facilitar, tivemos a formulação pedagógica denominada “Pedagogia Empreendedora”, que traz, como proposição, inculcar tal ideologia dentro de premissas subjetivas que recorrem a uma lógica liberal-meritocrática em contraste a uma educação de viés emancipador.

3.3 O SEBRAE como ferramenta ideológica do empreendedorismo

Conforme vimos no primeiro capítulo, Gramsci construiu uma interessante ferramenta de análise para compreender a ideologia segundo os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), organismos responsáveis por difundir e prover a manutenção de dada perspectiva da burguesia através do convencimento. Um desses principais aparelhos para a difusão do empreendedorismo nas escolas é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Antes de explicitarmos as condições que demarcam esse aparelho como nuclear para a difusão desse ideário da noção de empreendedorismo, cabe um destaque do porquê explorar tal entidade.

Um dos pontos fundamentais, é sua relação direta com o Estado burguês num vínculo que surge desde a demanda de alguns segmentos da burguesia brasileira, a partir da década de setenta. Estamos falando de pequenos e médios empresários, entorpecidos pelo novo contexto em que o país se encontrava, que era o de ampla urbanização e ampliação do setor de serviços. A necessidade de uma ferramenta ideológica, que fomentasse um ideário de impulsionamento a pequenos e médios empresários, numa matriz que se desenvolvia das ideias neoliberais do *ethos* da liberdade econômica, culminou na construção dos primeiros passos do SEBRAE, em 1972, com o nome de Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE).

Conforme destacamos, anteriormente, o Brasil passava por um regime empresarial-militar desde o Golpe, em 1964. Para compreendermos os atores que culminaram na instituição SEBRAE, é importante destacarmos que os militares são alçados à estrutura estatal ainda no Estado Novo, a partir de 1937. Dreifuss (1981, p. 24) aborda o quanto da importância do “Estado Novo na industrialização permitiu e propiciou a participação de profissionais das classes médias e de militares, juntamente com os próprios empresários, no aparelho administrativo do Estado”. A presença dos militares fortaleceu um discurso “nacionalista”, identificado com o desenvolvimento privado da nação. Porém, essa “burguesia brasileira era, com certeza, nacional, apesar de não ser necessariamente nacionalista” (DREIFUSS, 1981, p. 26). Isso se evidencia no “entreguismo” de um grupo ou de um setor da burguesia, registrado como polo de influência transnacional específico de subordinação à nação hegemônica: os Estados Unidos. O discurso “nacional-reformista”, de intelectuais e políticos nacionalistas, destoava totalmente dos interesses industriais.

A Segunda Guerra Mundial consolidou, ainda mais, essa lógica quando “o capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista” (IBIDEM, p. 49). A partir da década de cinquenta, “os interesses multinacionais e associados cresceram e se fortaleceram rapidamente, tornando-se, indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta” (IBIDEM, p. 66).

Nos anos 1960, esses interesses se consolidam e tornam-se a força socioeconômica dominante; e, desde então, um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparece na economia e na política brasileira. Eles serão responsáveis por formar um aparelho civil e militar modernizante, responsável pelos “assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado” (IBIDEM, p. 71). Podemos definir os intelectuais orgânicos desse novo bloco orgânico em formação da seguinte forma:

- a) Diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional;
- b) Administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que fazem parte da tecnoburocracia;
- c) Oficiais militares (DREIFUSS, 1981, p. 71).

Os primeiros, também conhecidos como empresários ou tecno-empresários, se tipificavam como lideranças nacionais localizadas nas multinacionais de países periféricos, ou seja, “como membros de uma burguesia internacional, eles se preocupavam com crescimento, e não com independência nacional” (IBIDEM, p. 72). Sua função inicial era organizar a estrutura de suas corporações, porém, eles se tornariam a “vanguarda da classe capitalista, sistematizando interesses particulares em termos gerais, isto é, tornando-os ‘nacionais’” (IBIDEM, p. 72).

Eram os principais técnicos e administradores das companhias instaladas no Brasil e responsabilizavam-se por combinar fatores econômicos e diretivos tocantes à produção. Apesar de não fazerem parte da burguesia oligopolista multinacional, representavam-na, cumprindo um papel de portador e legitimador da economia. Essa rede de tecno-burocratas exercia influência dentro do aparelho estatal e era formada pelas camadas mais altas da administração pública e “pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado” (DREIFUSS, 1981, p. 73). Eles asseguravam os “canais e formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública” (IBIDEM, p. 73). Havia uma gama de intelectuais responsáveis por articular tais prerrogativas:

Para o tecno-empresário Eugenio Gudín, mentor ideológico de toda uma geração de economistas político-empresariais como Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Simonsen e Delfin Netto, toda ênfase deveria ser dada às inovações organizacionais e técnicas que, então, estavam sendo introduzidas pelas corporações multinacionais. Aqueles valores eram disseminados e persistentemente apurados pelos intelectuais orgânicos empresariais através de seminários e conferências para as “elites” na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais e, finalmente através da criação de organizações de ação que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas (IBIDEM, p. 74).

Nesse período, criaram-se várias escolas de administração e de empresas e agências tecno-burocráticas governamentais. Elas tinham um duplo objetivo, que era:

[...] o de preparar quadros para a administração pública e privada e também sugestões para diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como think-tanks empresariais e governamentais (IBIDEM, p. 77).

Dentre os exemplos dessas escolas e agências, podemos citar:

A Escola de Administração de Empresas (fundada em 1950), o Instituto Brasileiro de Administração de Empresas, o Instituto Superior de Administração e Vendas, O Escritório de Planejamento Econômico e Social – EPEA, precursor do atual Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, os Centros para Treinamento Administrativo (estabelecidos no Rio e em São Paulo sob os auspícios da American Management Association) e, finalmente, dois centros ideológicos-chave: o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE – e a Fundação Getúlio Vargas – FGV – que haviam sido criados anteriormente (IBIDEM, p. 77).

Os interesses das multinacionais estavam ali presentes e esses organismos funcionavam como APHs para implementar tal concepção e delinear, intelectualmente, o modelo ideológico dos protagonistas que executaram o golpe empresarial-militar, em 1964.

Por fim, temos os oficiais militares. Dreifuss (1981) aponta que eram representados por um pequeno número de oficiais dentro das Forças Armadas; constituíram-se no pós-Segunda Guerra Mundial e estabeleceram-se como importante grupo modernizante-conservador dentro daquele contexto. Alguns, receberam instruções nos Estados Unidos, inclusive, com filiação posterior à União Democrática Nacional (UDN). Sua participação, em empresas privadas, já era uma realidade, mas se tornariam mesmo conhecidos pela presença em conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964.

O que ocorre, naquele ano, não é um golpe militar conspirativo, mas sim, “o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica” (DREIFUSS, 1981, p. 230). As táticas da elite orgânica compreendiam a ação ideológico-social e a ação político-

militar. Conforme veremos, o CEBRAE exerce um importante papel nesse processo, contribuindo enormemente enquanto “megafone” de setores industriais e dos comerciantes.

Seu surgimento, em 1972, é ligado diretamente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em conjunto com a Associação Nacional dos Bancos de Desenvolvimento e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A justificativa, para sua criação, é a de orientar o pequeno e médio empresário. Apesar de localizada na sociedade política, seu funcionamento, desde o início, se confunde com setores da sociedade civil, afinal, a atuação da entidade não é direta nesse processo de orientação.

Estabeleceu-se que seria através de parcerias com entidades regionais para a difusão da ideologia do micro e pequeno empresário. À entidade, habilitada pelo CEBRAE, era exigida: a) Banco de Desenvolvimento local; b) Universidade; e c) Associações da classe empresarial. Segundo a edição de O Globo (1972), tais exigências se justificam porque:

[...] o primeiro é sempre um órgão que tem experiência com a pequena e média empresa. A universidade é importante já que, através de seus alunos de graduação e pós-graduação, fará parte das equipes técnicas. As associações de classe são um importante veículo de contato com os empresários locais, o que facilita a chegada a eles (IBIDEM, p. 28).

Definiu-se que o CEBRAE agiria através da assistência gerencial, de estudos setoriais e de treinamento para empresários. Para escamotear o oligopólio empresarial no Brasil, a entidade, nesse primeiro momento, transfere a solução da pequena e média empresa apenas como uma deficiência meramente formativa desse tipo de empresário. Alinhada aos interesses multinacionais, é emblemática a fala do primeiro diretor da entidade, João Lourenço do Lago, que atribui essa dificuldade, também, ao acesso tecnológico:

- Os institutos de tecnologia estão mal orientados, dedicando-se muito mais à pesquisa pura do que a voltada para a tecnologia. Acredito que esta situação deve ser invertida, pois as necessidades são realmente muito grandes. Uma das soluções imediatas acredito que seria a *importação da tecnologia básica*, e a partida para o desenvolvimento e adaptação de tudo recebido (IBIDEM, p. 28. Grifo do autor).

Afinada com a ideologia do bloco histórico, no período, a entidade surge, nesse primeiro momento, como resposta da sociedade política às questões de uma determinada fração da classe dominante, caracterizada pelos industriais e, posteriormente, comerciantes. Sua proposição em desenvolver a formação é, também, uma maneira de ocultar questões mais amplas, como o oligopólio das multinacionais, o que tornaria inócua qualquer possibilidade de competitividade

de um pequeno e microempresário, facilitar créditos e introjetar, mesmo que de forma embrionária, aspectos do liberalismo no pequeno empresário.

Para facilitar nossa análise, dividiremos a atuação da entidade em décadas a fim de compreendermos qual é o seu papel, em cada período, e suas relações com o bloco histórico a que está submetida. De antemão, por razões óbvias, iniciaremos com sua década fundacional, nos anos 1970, período do milagre econômico, que se estende até a crise do capitalismo e a reestruturação produtiva no final daquela década.

Podemos compreender o CEBRAE como o setor da sociedade política, conjugado à sociedade civil, responsável por fomentar APHs, que irão formular, sistematizar e difundir a ideologia de uma fração da classe dominante, no caso, dos industriais e dos comerciantes que, *a posteriori*, reivindicarão, com maior rigor, o desmonte da estrutura pública. Porém, interessamos aqui, nesse primeiro momento, reconhecermos cada setor vinculado ao CEBRAE. Lembremos que o seu funcionamento inicial é vinculado, regionalmente, a uma categoria do empresariado (para reproduzir sua concepção ideológica) em parceria com universidades locais.

Introdutoriamente, a entidade realiza convênios com o Instituto de Desenvolvimento da Guanabara; o Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina; a Confederação Nacional dos Clubes de Diretores Lojistas; a Fundação Centro de Desenvolvimento Estadual; o Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais e o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo. Logicamente, esses convênios se estenderão no decorrer dos anos, principalmente, pela facilidade de financiamento do Banco de Desenvolvimento Regional.

Devido às complexidades locais e nuances regionais, nos ateremos, por ora, ao parceiro do CEBRAE no extinto Estado da Guanabara: o Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (IDEG)⁴⁷. Esse órgão de pesquisa, era ligado à Federação das Indústrias do Estado da Guanabara⁴⁸. O IDEG continha revistas periódicas desenvolvidas por intelectuais que abordavam estudos pertinentes à situação industrial do Estado da Guanabara, anuários com diagnósticos e resultados de conferências de industriais da região. O Instituto se destacava por mesclar industriais formados, principalmente, em Engenharia, ou seja, uma camada de intelectuais que detinha um conhecimento da cadeia produtiva, além de praticar relações amistosas com a tecnoburocracia do regime.

⁴⁷ O atual Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Gerencial (IDEMP).

⁴⁸ Em 1975 – quando da fusão da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ) –, a nova entidade passa a se chamar Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), nome que é mantido até hoje.

As relações expandiriam e, em 1973, o IDEG ampliou o acordo de formação, além da própria Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Isso fortaleceu essa fração da burguesia, proporcionando que se ampliassem mais relações com o CEBRAE e fundamentassem suas resoluções com sua concepção de mundo.

Vejamos outras entidades filiadas ao CEBRAE:

Quadro 1 – Primeiras organizações credenciadas pelo CEBRAE

ANO	ORGANIZAÇÕES
1972 (entre julho e novembro)	IDEG-RJ, IBAGESC, CEAG/MG, IDEIS/ES, CEDIN/BA, NAE/CE, IPAG e NAI/PB
1973	Conselho de Desenvolvimento Econômico do Sergipe (CONDESE); Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS); Núcleo de Assistência Industrial (NAI/PE); Núcleo de Assistência Empresarial do Maranhão (NAE/MA); Centro Goiano de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEGEM); Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Estado de São Paulo (CEAG/SP); Comissão Des. do Estado do Amazonas (CODEAMA) e Núcleo de Assistência Gerencial do Piauí (NAG/PI)
1974	Núcleo de Assistência Empresarial do Rio Grande do Norte (NAE/RN); Centro de Assistência Gerencial do Pará (CEAG/PA) e Centro de Assistência Gerencial do Acre (CEAG/AC).

Fonte: Mancuso (2002).

Se fizermos uma radiografia de todas essas entidades, veremos como se assemelham, na sua condição, a frações da burguesia representadas por industriais e lojistas locais: possuem um órgão de pesquisa próprio dos empresários, têm ligações protocolares diretas com a tecnoburocracia estatal e contam, em seu quadro de intelectuais, com figuras advindas da formação em Engenharia, concomitante a algum negócio industrial ou comercial próprio, portanto, cientes e estudiosas do mundo produtivo sob o viés do empresariamento.

Essa mesma condição se encontra, por exemplo, na condução do próprio CEBRAE, nos anos 1970, onde os tecnocratas que presidiram, comungam dessas mesmas características:

Quadro 2 - Diretores presidentes do CEBRAE nos anos 1970

PRESIDENTES	ANO	FORMAÇÃO
João Lourenço Corrêa do Lago Filho	1972-1974	Engenheiro, exerceu essa mesma função, anteriormente, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
Valternômem Coelho dos Santos	1974-1978	Engenheiro, metalúrgico e ex-funcionário do Banco de Desenvolvimento de MG
Paulo Dehner	1978-1979	Formado em Economia, trabalhou em diversos órgãos públicos: Eletrobrás, BNDES e Nuclebrás

Fonte: Próprio autor (Adaptado, 2020).

A década de 1970, que culmina na criação do CEBRAE e sua ampliação, é compreendida como um importante período em que a entidade se desenvolve, de forma acentuada, com os mais variados ramos do empresariado brasileiro. Isso fica evidente quando da representação constante nos congressos, seminários e demais eventos que congregavam os diferentes setores da patronal no Brasil. Outra questão, é sua constante reivindicação nos manifestos, mesmo nas frações críticas à classe dirigente, como potencial aliado de reprodução de um determinado modelo ideológico.

A crise estrutural do capitalismo e a reestruturação produtiva, no final dos anos 1970, teriam repercussões diretas no bloco histórico brasileiro. O regime empresarial-militar sucumbe diante do novo período. As discussões pertinentes ao neoliberalismo, antes surgidas de forma tímida, se intensificam como bandeira de frações da burguesia local. O CEBRAE assume um papel de referência dentro do Estado, como porta-voz dessas questões, incidindo, inclusive, em debater com o setor financeiro para a adoção de recursos. De antemão, vamos destacar uma breve exposição dos presidentes da entidade nos anos 1980:

Quadro 3 – Diretores presidentes do CEBRAE nos anos 1980

PRESIDENTES	ANO	FORMAÇÃO
Rubem de Freitas Novaes	1979-1982	Economista formado em Chicago, professor da FGV, ex-diretor do BNDES e atual intelectual do Instituto Millenium
Paulo Roberto Nicolli	1982-1986	Formado em Administração e integrante da Comissão de Desestatização, em 1983.
Antônio Guarino de Souza	1986	Empresário fluminense do ramo da indústria de plásticos
José Martins de Oliveira Itapary	1986	Jurista e professor da UFMA
Paulo de Tarso Lustosa da Costa	1987-1989	Formação acadêmica em Administração de Empresas e político junto ao, então, PFL

Fonte: Próprio autor (Adaptado, 2020).

Nesse período, o CEBRAE assume diretrizes totalmente sincronizadas com o desembarque de ideais liberais no Brasil e estabelece a defesa aberta de questões como “desnacionalização”, “livre mercado”, ataque a direitos trabalhistas e naturalização do trabalho informal como “saída empreendedora” para escamoteio de questões de fundo, como a precarização das relações junto à crise sistêmica.

O novo bloco histórico, que se esboçava mundialmente caracterizado pelas novas relações de produção, desempenhadas pela égide da acumulação flexível, vinha ao encontro da fração burguesa representado pelos industriais e lojistas brasileiros. O CEBRAE emerge uma

horda de intelectuais fundamentados nos parâmetros ideológicos das escolas liberais mundo afora.

Outro elemento fundamental, é a incorporação de novos atores, como a agroindústria citada no III Plano Nacional de Desenvolvimento Brasileiro, no início de 1980, reconhecidamente, como alvo de formação junto ao CEBRAE. Os micro e pequenos empresários são representados, nessa nova lógica, como “sujeitos injustiçados” diante da alta carga tributária, altos salários e da incapacidade de concorrência. Porém, a crítica não se direciona aos grandes conglomerados empresariais, mas sim, às empresas estatais consideradas, nesse novo período, um “entulho” ao “crescimento do Brasil”.

O registro de uma pesquisa realizada pela entidade, em 1982, demarca as prioridades de conformação às novas resoluções definidas na nova etapa do capitalismo mundial: o afrouxamento das relações de produção. A pesquisa demarca a discussão da patronal do setor de pequenos e médios empresários sobre salários e concluiu que 80% deles creditam que a melhor opção, nessa ordem, é a exclusão dos sindicatos nas negociações e a relação direta patrão-empregado.

Na Primeira Reunião Plenária da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (1ª Plenind), realizada em 19/06/1980, foi adotada a seguinte resolução por essa fração da classe dominante: “Deve ser dada maior representação às empresas privadas no sistema CEBRAE”, medida que já vislumbrava o desligamento da entidade como representante da sociedade política nos anos 1990.

Dois fatos demonstram o fortalecimento dos empresários na apropriação integral da entidade que culminaria nessa condição. O primeiro deles, é a sua transferência, enquanto subpasta do Ministério do Planejamento, para a autarquia do Ministério da Indústria e Comércio, em 1986. O outro, é a situação do empresário do ramo das indústrias de plásticos, Antonio Guarino de Souza, que assume a presidência do CEBRAE, em 1984. Guarino não tinha qualquer formação intelectual; a exemplo de seus predecessores, era apenas um médio empresário, que liderava um movimento no Rio de Janeiro, em 1982, de construção de uma entidade civil paralela chamada Associação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas (FLUPEME) em contraposição ao CEBRAE. Para estabelecer homogeneidade do bloco dirigente, o Governo incorpora Guarino à presidência do CEBRAE para reconhecimento da mesma enquanto fração administrável à classe dominante e dirigente.

Outro exemplo, é do empresário paulista, Afif Domingos, então presidente da Associação Comercial de São Paulo que, em 1984, realiza o IV Congresso Brasileiro da

Pequena e Média Empresa em pleno Senado Federal onde tece críticas ao governo dos militares por, supostamente, “despriorizar” a fração da burguesia comercial de São Paulo⁴⁹.

Diante da crise de autoridade do Estado militarizado, a burguesia local das iniciativas privadas regionais se desliga daquele bloco histórico e ponteia a adesão de um novo modelo de sociedade política, que permita pavimentar caminho para a desestatização e flexibilização das legislações trabalhistas. Parcela do empresariado brasileiro enxerga no CEBRAE um espaço institucional para a instalação de um “tumor maligno” representado por loteamento de cargos na entidade por empresários, em detrimento dos tecnoburocratas, e a reprodução do receituário neoliberal para a América Latina.

É no Decreto nº 99.570/90 (depois, Lei nº 8.029, de 12 de abril), no Governo Fernando Collor, que há a transformação do CEBRAE em SEBRAE, ou seja, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa passa a denominar-se Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Essa condição desvincula o órgão do Estado (sociedade política) e o insere como entidade autônoma representativa de uma fração dos empresários brasileiros (sociedade civil). O contexto era a lógica neoliberal da “desburocratização” do Estado, culminando na extinção ou transformação de diversas autarquias ou fundações ligadas à administração pública federal.

O Sebrae, agora, é ligado ao Sistema S (junto ao SENAI, SENAC e outras entidades envolvidas na capacitação técnica de trabalhadores), porém, diferentemente destas, como o próprio presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e conselheiro da entidade, Arthur João Donato, afirma: “Os centros do SEBRAE são os Cieps dos empresários”⁵⁰.

Quando observamos a formação do Conselho deliberativo, ocorre um esclarecimento da nova etapa conduzida por diferentes frações da burguesia brasileira:

Art. 3º O Sebrae terá um Conselho Deliberativo composto por treze membros, um Conselho Fiscal composto por cinco membros e uma Diretoria Executiva, cujas competências e atribuições serão estabelecidas nos seus estatutos e regimento interno.

§ 1º O Conselho Deliberativo será composto de representantes:

- a) da Associação Brasileira dos Centros de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Abace);
- b) da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei);
- c) da Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec);

⁴⁹ Fonte: Sem autor, Micros terão Conselho e o Cebrae executará tudo, *O Globo*, Rio de Janeiro, ano LX, n.18.627, 7 nov. 1984. Empresas, p. 22.

⁵⁰ Fonte: GEORGE VIDOR, “Cieps de empresários”, *O Globo*, Rio de Janeiro, ano LXVI, n.21.006, 28 maio 1991. Economia, p. 51.

- d) da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB);
- e) da Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- f) da Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- g) da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- h) da Secretaria Nacional da Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;
- i) da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE);
- j) do Banco do Brasil S.A.;
- l) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- m) da Caixa Econômica Federal (CEF); e
- n) da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (Decreto no 99.570/1990)

Conforme o Conselho evidencia, apesar da “transformação” do Sebrae em entidade autônoma do poder público, seu vínculo ao Estado permanecia através do BNDES, FINEP, da Secretaria Nacional da Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Desdobramentos da ditadura, que concluem no que Cunha (2014) chama de simbiose Estado-capital, ou seja, não ocorre qualquer dualidade público-privada, seja na educação ou na economia, mas sim, uma relação harmônica e complementar.

Apesar de recorrer aos créditos do setor público para financiar iniciativas da entidade, a mesma explora uma condição retórica de “autonomia junto ao Estado”, direcionada à opinião pública –, fortalecendo a concepção neoliberal de demonização do Estado – para consolidar uma possível representatividade restrita aos empresários brasileiros, conforme o presidente Augusto Assumpção Brito afirma quando diz que parte de seu orçamento provém, exclusivamente, de contribuições da iniciativa privada e recursos próprios⁵¹.

A década de noventa iria convencionar, de forma articulada, a demanda dessa fração dos pequenos e médios empresários, que emergiam desde os anos setenta. O SEBRAE vai contribuir para impulsionar essa relação a partir da lógica do convencimento de uma transformação das pessoas físicas em pessoas jurídicas, ou seja, a tal vulgarização denominada “pejotização” dos trabalhadores e o abandono do vocábulo “empresário” em substituição ao “empreendedor” numa busca de distingui-los.

Mas antes de avançarmos nessa relação, é importante destacar as transformações que essas determinações tomam no decorrer das últimas décadas. De antemão, para compreender o que são Pequenas e Médio Empresas, é importante resgatar Montaño (1999), que as localiza nas recentes transformações do capitalismo, em sua reestruturação produtiva, e que trazem consigo a perspectiva de desonerar as grandes empresas da produção de insumos, ou seja,

⁵¹ O decreto não determina a origem dos recursos da entidade. Fonte: LUIS CARLOS FERRARI, Sebrae não atuará como centro de informações, *O Globo*, Rio de Janeiro, ano LXVII, n. 21.305, 22 mar. 1992. Economia, p. 38.

menos gastos com mão de obra e produção, cabendo às micro e pequenas empresas arcarem com gastos trabalhistas – muitas vezes, subcontratações e até trabalhos análogos à escravidão.

Para facilitar o entendimento dessas empresas, Montañó (1999) as divide em duas: a) de produção final, que se encerram no consumo final, geralmente, familiares, sem pretensões de competir com grandes empresas como, por exemplo, padarias de bairro, pequenas carpintarias, oficinas mecânicas etc.; e b) empresas-satélites, aquelas que fornecem serviços para uma grande empresa, conhecidas vulgarmente como “terceirizadas”, que englobam desde as que produzem peças específicas para montadoras de automóveis (pinos de porta, para-brisas etc.) até serviços de limpeza, que podem ser em um escritório ou numa escola, por exemplo.

Em nível legal, delimita-se uma pequena empresa pelo seu porte (número de empregados e faturamento bruto anual):

Quadro 4 – Porte da Empresa

Porte da empresa	Número de empregados	
	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa	Até 9	Até 19
Empresa de Pequeno Porte	10 a 49	20 a 99
Empresa de Médio Porte	50 a 99	100 a 499
Empresa de Grande Porte	>99	>499

Fonte: SEBRAE (2020). Classificação utilizada pela área de Pesquisa.

Essa segmentação, de acordo com a quantidade de funcionários, foi complementada pelo faturamento, alterada pela Lei nº 9.732/98 (Lei do Simples Federal), que regula o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

Quadro 5 – Faturamento Bruto Anual

Porte da empresa	Faturamento Bruto Anual	
	Estatuto	Simples Federal
Microempresa	Até R\$ 244.000,00/ano	Até R\$ 120.000,00/ano
Empresa de Pequeno Porte	De R\$ 244.000,01 até R\$ 1.200.000,00	De R\$ 120.000,01 até R\$ 1.200.000,00

Fonte: Lei Federal nº 9.317/96 (alterada pela Lei nº 9.732/98).

A presente Lei Federal viria a sofrer alterações com a Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006, adicionando o objeto desta tese: a figura do Microempreendedor Individual (MEI). Essas mudanças jurídicas, no âmbito de caracterização

das empresas privadas, são fundamentais para compreendermos como a burguesia vai atomizando a ideia de trabalhador e diluindo a figura clássica do “patrão”.

A pressão das frações dos pequenos e médios empresários, nos anos oitenta, determinaria a inclusão dos artigos 170 e 179 na Constituição de 1988, que reconhecia, genericamente, as microempresas e empresas de pequeno porte, incitando redução de impostos e incentivos fiscais por parte da União, Estados e Municípios, porém, é com o chamado Simples Federal, em 1996 (Lei nº 9.317/96), que tal determinação toma ares de legalidade, com determinações concretas para que essas ações ocorressem. Porém, em 1999 (Lei nº 9.841/99), é aprovado o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, no Brasil; essa Lei seria revogada para a aprovação da Lei Complementar Nacional nº 123, de 2006.

É importante registrar que, essa última lei, é o desdobramento da mobilização de setores da burguesia brasileira reunidos na “Frente Empresarial pela Lei Geral”, representado pelas Confederações Nacionais da Indústria (CNI); do Comércio (CNC); da Agricultura (CNA); dos Transportes (CNT); e de Dirigentes Lojistas (CNDL), além das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), dos Jovens Empresários (CONAJE), das Entidades de Micro e Pequenas Empresas (CONEMPE) e da Federação Nacional das Empresas Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon). O SEBRAE atuou como organizador da Frente, promovendo eventos nos diversos estados do Brasil, com destaque ao discurso de “desburocratização” para simplificar os impostos para as micro e pequenas empresas num único, chamado “Simples Geral”. Conforme disse o presidente do SEBRAE, no período, Paulo Okamoto, no lançamento da Frente, no dia 19 de maio de 2005, o objetivo era “promover a cidadania empresarial”⁵² dos brasileiros. Em junho do mesmo ano, ocorreu uma “Marcha à Brasília” dessas entidades para a entrega do anteprojeto junto aos, então, presidentes: da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti; do Senado, Renan Calheiros; e do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

A Lei Complementar nº 128/2008 instituiu, finalmente, a figura do Empreendedor Individual, que seriam aqueles com receita bruta, no ano-calendário, de até R\$36.000,00, em suma, a transformação em pessoa jurídica. Essa lei sacramentou, com mais intensidade, o discurso acerca do empreendedor como resposta a um processo de informalidade que avançava no seio do mundo do trabalho. Conforme o gráfico abaixo denuncia, há a redução de trabalhadores informais e o aumento de empreendedores no Brasil.

⁵² Fonte: *Revista Pequenas Empresas, Grandes Negócios*, 19 de maio de 1985. Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/0,3916,971392-2999-1,00.html>. Acesso em: 25/01/2020.

Figura 1 – Taxa de informalidade (por cento) (2002-2015)



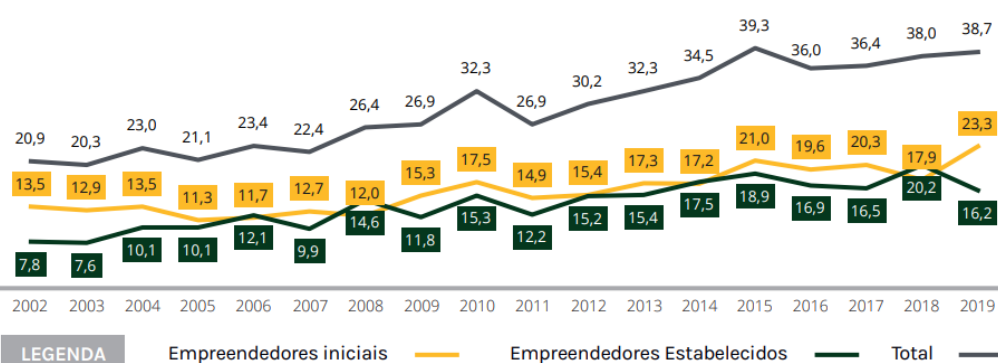
Fonte: Próprio autor (Adaptado, 2020)⁵³.

Percebe-se uma redução desse trabalho informal (sem carteira assinada e garantias trabalhistas) a partir de 2002 e com quedas consideráveis a partir de 2009, no processo de consolidação da nova lei referente às micro e pequenas empresas, como veremos no aumento do número de empreendedores.

Figura 2 – Taxas (em %) de empreendedorismo (2002-2019)

GRÁFICO 1.1

Taxas¹ (em %) de empreendedorismo segundo estágio de empreendimento TEA, TEE, TTE - Brasil - 2002:2019



Fonte: GEM Brasil 2019

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos.

Fonte: GEM Brasil (2019)⁵⁴.

⁵³ Fonte: <<https://www.dw.com/pt-br/informalidade-a-cara-da-crise-no-brasil/a-37604603>>. Acesso em: 25/01/2020.

⁵⁴ Fonte: <<https://empreender360.org.br/empreendedorismo-no-brasil-gem-2019/>>. Acesso em: 26/01/2020.

O aumento dos tais “empreendedores” tem relação direta com a flexibilização das leis referentes ao microempreendedor e de ferramentas tecnológicas que facilitavam o consumo, como aplicativos de celular e transações em sua forma eletrônica. A partir da década de 2010, temos um aumento considerável de compras pela internet, como vemos nos balanços trazidos pela E-Bit, empresa especializada em comércio eletrônico, quando demarca o aumento de compras em 40%, no ano de 2010, em relação ao ano anterior⁵⁵.

Empresas, como a PagSeguro, irão desenvolver ferramentas ainda mais acessíveis para esse trabalhador informal, agora nomeado empreendedor, como transações com cartão de crédito e débito através do meio físico, inicialmente, com o pagamento entre dois celulares, em 2010, findando com a popular “Moderninha”, em 2014: uma máquina popular que faz a leitura dos cartões de débito, crédito e vale-refeição. Sua compra é simples, não determinando aluguel (como máquinas anteriores) e de fácil acesso para qualquer autônomo/empreendedor.

O novo contexto, demarcado pelo desenvolvimento desigual em relação aos países de centro do capitalismo, combinava-se às inovações tecnológicas para o consumo. A erosão dos parques direitos trabalhistas e o “empurrão ao abismo” da informalidade, “perfumava-se” com a ideia de “empreendedorismo”: fenômeno inerente ao contexto neoliberal, projetado por frações da classe dominante, numa aliança comum, que foi desonerar pequenos empresários e escamotear estatísticas acerca do desemprego. E, nessa perspectiva, o SEBRAE era o catalizador e formador de frentes para as demandas desses setores. Porém, essa entidade, tinha um papel ainda mais diferenciado: o de promover o consenso da população brasileira em relação ao empreendedorismo e, nesse sentido, o melhor local para tal perspectiva eram as escolas, como veremos a seguir.

3.4 O Projeto SEBRAE para o desenvolvimento do empreendedorismo nas escolas

O SEBRAE trouxe consigo um movimento duplo: o de defesa de fração do empresariado brasileiro e o de formador de uma concepção pedagógica emergente no neoliberalismo: o empreendedorismo. O enraizamento dessa proposta, junto à classe trabalhadora, necessitava alcançar espaços formativos consolidados, como as unidades

⁵⁵ Fonte: <<https://pt.slideshare.net/GersonR/relatrio-webshoppers-23-balano-geral-de-2010>>. Acesso em: 26/01/2020.

escolares. Nesse sentido, o SEBRAE desenvolve um programa especificado para investir nos filhos da classe, em especial: naturalizar a dinâmica do “empreender” como alternativa à caracterização clássica do trabalhador.

Essa responsabilidade, que a entidade toma para si, tem seus primeiros movimentos no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999, com o que a entidade chama de “Reinvenção do Sebrae”⁵⁶. Até então, a entidade era apenas uma representação mediativa dos micro e pequenos empresários, que formava sujeitos com técnicas básicas de Administração em cursos de curta e média duração, que pleiteavam abrir um pequeno comércio ou pequena indústria. Nesse novo contexto, a entidade assumia um papel mais agressivo e profissional de inculcar o ideário das transformações do mundo do trabalho, onde a “informalidade” devia transformar-se num rótulo conivente de “empreendedorismo”.

Para compreender o porquê dessa mudança, é importante resgatar o seu presidente no período, o intelectual Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira⁵⁷. Diferente dos presidentes anteriores, geralmente, engenheiros ou empresários de ofício, Julio Moreira, além de um quadro técnico e político, é um intelectual orgânico da burguesia neoliberal brasileira. Um dos parlamentares em defesa das “Diretas Já!”, em 1984, Julio seria um dos criadores da Fundação Teotônio Vilela⁵⁸, um embrionário aparelho privado de hegemonia do Partido Social da

⁵⁶ Fonte: <<https://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1999>>. Acesso em: 26/01/2021.

⁵⁷ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (1982). Atualmente, é consultor e membro do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e do Conselho de Administração da Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ) desde 2007. Foi Secretário do Planejamento e do Orçamento do Estado de Alagoas, de 2007 a 2010; Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento de Alagoas, de 2009 a 2010; Secretário interino de Infraestrutura do Estado de Alagoas, em 2007; e membro do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), em 2007. Atuou como Consultor do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN)/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de 2004 a 2006. Foi *Senior Adviser* do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), de 2003 a 2004. Conselheiro Comunidade Solidária, de 1999 a 2002. Vice-Presidente da Associação Mundial das Micro, Pequenas e Médias Empresas (WASME), em 2002. Presidente da Organização Latino-Americana das Micro, Pequenas e Médias Empresas (OLAMP), no ano de 2002. Foi Presidente em exercício da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), em 2000, e 1º Vice-Presidente, de 2000 a 2002. Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), de 1999 a 2002. Presidente da Comissão Gestora do Programa Emergencial de Frentes Produtivas, de 1998 a 1999. Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 1998 a 1999. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Coordenador Nacional da Agenda 21, de 1997 a 1998. Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, de 1997 a 1998. Membro do Conselho de Administração da CHESF, de 1993 a 1997. Diretor-Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), de 1993 a 1997. Presidente da Fundação do Instituto do Planejamento de Alagoas, de 1987 a 1988. Secretário de Planejamento do Estado de Alagoas, de 1987 a 1988. Secretário de Administração do Estado de Alagoas, de 1987 a 1988. Deputado Federal pelo Estado de Alagoas, de 1984 a 1987 e Diretor Superintendente da Usina João de Deus, de 1981 a 1986. Fonte: <<http://lattes.cnpq.br/3503571035792718>>. Acesso em: 26/01/2020.

⁵⁸ Com a hegemonização do Partido dos Trabalhadores (PT), no governo brasileiro, cria-se, em 2005, a Instituição Teotônio Vilela sob a liderança de Aécio Neves. O objetivo era ressignificar o partido, incorporando algumas pautas sociais e identitárias no seu programa.

Democracia Brasileira (PSDB), responsável por formular um programa neoliberal para o partido e reproduzi-lo junto aos seus quadros.

É na gestão de Julio Moreira, em 1999, que se cria o *Desafio Sebrae*, em parceria com os ensinos Médio e Superior. Segundo a própria instituição, o objetivo desse desafio é “disseminar a cultura empreendedora para os universitários que buscam caminhos para o início de sua vida profissional. O jogo difunde conceito de competitividade, ética e associativismo e desenvolve a capacidade gerencial dos participantes”⁵⁹, afinal “nenhuma faculdade, por melhor que seja, prepara o aluno para o mercado de trabalho quanto o Desafio Sebrae”.

O Desafio se caracteriza por envolver equipes ou grupos de alunos que competem entre si numa carga de desafios, que têm de lidar com a administração de uma empresa, segundo os jurados, aptas a estarem sintonizadas com o mundo corporativo; portanto, “potenciais vencedoras no mercado”⁶⁰. O velho linguajar da “criação”, “inovação”, reproduzido à exaustão no novo modelo produtivo (GENTILI; SILVA, 1994), baliza e naturaliza a “selva” competitiva para uma juventude.

A incorporação ideológica do SEBRAE, nessa nova etapa (Governo FHC), é compreendida pela classe dominante como fulcral para o estabelecimento do consenso numa classe média emergente qualificada. A naturalização do desemprego, nessa nova ordem, é respondida com a “criatividade” do mundo *business*, eufemisticamente, agora denominado “espírito empreendedor”. Conforme vimos, a organização e a representação dos setores dos micro e pequenos empresários, culminariam com o encaminhamento de legislação contemplativa no final dos anos 2000, tendo, em destaque, a figura do empreendedor individual no ano de 2009. Executada essa primeira tarefa, as iniciativas introduzidas por Julio Moreira, seriam intensificadas a partir dos anos 2010.

Agora, sintonizada a construção do consenso e impulsionando a construção de uma legislação pró-formação para a ideia do empreendedorismo, o SEBRAE assume um papel central no Brasil na condição de aparelho privado de hegemonia para tal lógica. A formulação de um projeto especificado para a educação, tangenciou os diferentes níveis e modalidades de ensino. Em 2013, é criado, pela entidade, o Programa Nacional de Educação Empreendedora. O objetivo “era ampliar, promover e disseminar a temática por meio da inclusão de conteúdos

⁵⁹ Fonte: <<http://www.pr.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PR/desafio-sebrae-2011-testa-capacidade-de-universitarios,67732a4132e16410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 15/02/2017.

⁶⁰ Fonte: <<http://desafiouniversitarioempreendedor.sebrae.com.br/plataforma/index.xhtml>>. Acesso em: 15/02/2017.

de empreendedorismo nos currículos dos diferentes níveis da Educação: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação Superior”⁶¹.

Em parceria com: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários da Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, Movimento Todos Pela Educação, Brasil Junior e *Junior Achievement*; os dois últimos, frentes de empresas de fomento a “jovens empreendedores e/ou empresários”. Conforme o Manual de Gestão do Programa Nacional da Educação Empreendedora do Sebrae, de 2017, reitera, cabe ao SEBRAE articular em:

[...] conjunto com os gestores de atendimento e de demais programas, bem como parceiros externos (instituições de ensino, secretarias de educação, entre PNEE objetivando disseminar os principais diferenciais de cada produto, bem como orientações relevantes sobre qualidade e benefícios dos produtos e serviços (SEBRAE, 2017, p. 7).

Os programas são segmentados da seguinte forma: ensinos Fundamental (Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos), Médio (Despertar; Formação de Jovens Empreendedores; Crescendo e Empreendendo e Jovem Empreendedor no Campo), Profissional (Disciplina de Empreendedorismo e Sebrae Aprendiz Empreendedor) e Superior (Disciplina de Empreendedorismo; Disciplina de Empreendedorismo e Inovação; Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto Social e Desafio Universitário: empreendedor; Empreendedorismo em Dois Tempos; Sebrae Experience).

Para o nosso estudo, interessa aquele restrito à educação básica regular (níveis Fundamental e Médio). Os mesmos são apresentados no Manual de Gestão como “projetos” prontos a serem comprados por secretarias de educação ou unidades escolares da rede privada de ensino. O Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), é apresentado como o mais antigo da entidade (teve sua origem em SP, em 2001) e tem, como público alvo, crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Trabalhando com a já citada ideia de competências, ele resume sua intenção da seguinte forma:

O Curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) tem por objetivo a disseminação da cultura empreendedora entre crianças e adolescentes do ensino fundamental, para despertar e fortalecer o espírito empreendedor. Para tanto, o curso incentiva comportamentos empreendedores, de forma a estimular o protagonismo juvenil e a iniciativa futura na busca de possibilidades de inserção no mundo do trabalho por meio de uma postura empreendedora ou da criação de negócios próprios.

⁶¹ Fonte: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-educacao-empreendedora,61d97e573644d610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 27/01/2020.

Por meio dos nove cursos, espera-se que o estudante desenvolva as seguintes competências (SEBRAE, 2017, p. 14).

O curso é aplicado através de oficinas, que duram de duas a três horas, em dois dias na semana. Cada ano, tem uma oficina específica e o total de horas é de 22 a 30 horas. Os cursos se dividem da seguinte forma:

Quadro 6 – Curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos (Sebrae)

ANO	TEMÁTICA	FAIXA ETÁRIA DO ESTUDANTE	Nº DE ENCONTROS	DURAÇÃO
1º ano	O mundo das ervas aromáticas	6 anos	13	26h
2º ano	Temperos naturais	7 anos	12	24h
3º ano	Oficina de brinquedos ecológicos	8 anos	13	26h
4º ano	Locadora de produtos	9 anos	11	22h
5º ano	Sabores e cores	10 anos	11	22h
6º ano	Ecopapelaria	11 anos	15	30h
7º ano	Artesanato sustentável	12 anos	15	30h
8º ano	Empreendedorismo Social	13 anos	15	30h
9º ano	Novas ideias, grandes negócios	14 anos	10	25h

Fonte: SEBRAE (2017).

Segundo o próprio Manual, após fechado o acordo com a secretaria municipal de educação dos municípios interessados ou a escola privada, no que eles chamam de “palestra de sensibilização”, é avançada a negociação. Inicia-se, então, a “capacitação da fundamentação teórica e metodológica para os professores” (SEBRAE, 2017, p. 17). A única contrapartida que a entidade reivindica é “que todo o material didático (livros) para os estudantes seja oferecido pelo SEBRAE, bem como a capacitação para professores” (IBIDEM, p. 17). Em suma, no oferecimento do seu produto, a entidade atua na difusão do ideário empreendedor, na formação de novos quadros, da rede pública ou privada, desde formulações já desenvolvidas, anteriormente, pelo SEBRAE. Mesmo rito adotado, também, no Ensino Médio, que apenas adapta o programa de acordo com a modalidade (Educação de Jovens e Adultos ou Regular).

Essa liberdade de parcerias do SEBRAE para intervir no convencimento da lógica empreendedora nas escolas, tem relação sinérgica com as movimentações, junto às articulações políticas da entidade no Congresso, Senado e Câmaras Legislativas de Estados e Municípios. O primeiro projeto dessa ordem no Congresso Nacional, é do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, do Paraná, em 2006. Hauly é um dos intelectuais orgânicos do Partido Social Democrata do Brasil, em que foi presidente do Instituto Teotônio Vilela no biênio 1999-2000. Segundo o

Projeto do ex-parlamentar, a disciplina de “empreendedorismo” seria incluída na grade curricular dos ensinos Fundamental, Médio, Profissionalizante e Superior sob a seguinte justificativa: “num país como o nosso, em que a falta de emprego é patente, torna-se importante que se invista no ensino do empreendedorismo, para que o mesmo seja alternativa para se entrar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo” (PL 7607/2006)⁶².

Logicamente, devido à correlação de forças ainda incipiente sobre o tema, determinou-se uma vagarosidade no seu andamento, apensando-o, depois, a propostas similares e mais sofisticadas. Analiticamente, podemos dividir em duas proposições a adoção do empreendedorismo nas escolas brasileiras, a partir das discussões em Câmaras no Brasil e no Senado. A primeira delas, é desde programas voluntários adotados em parceria com o poder público e, a segunda, é a incorporação compulsória nos currículos escolares em alteração à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O primeiro tópico tem sido aplicado com devido êxito no Brasil, seja via SEBRAE (o principal formador) ou outros APHs de menor relevância. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, foi instituído o Programa Educação Empreendedora nas Escolas através da Lei nº 6.340, de 06 de novembro de 2012. O artigo 4º demarcava parcerias com o SEBRAE para o programa que executaria as aulas no período de férias dos estudantes, com os próprios técnicos do SEBRAE. Logicamente, com o programa nacional do SEBRAE no ano seguinte, que incluía a “capacitação” de professores da rede conveniada, a Secretaria Estadual de Educação, através da Portaria nº 649, de 23 de novembro de 2017, firmou convênio com o SEBRAE para o “estabelecimento de mútua colaboração para apoiar na formação vocacional do empreendedorismo em unidades da rede estadual de ensino”.

Foram determinadas a adoção de escolas integrais, Ensino Médio Profissionalizante de Técnico em Administração, com ênfase em Empreendedorismo. Só em novembro de 2018, já havia 70 escolas em mais de 25 municípios do Estado. Assim como o Rio de Janeiro, diversas prefeituras e estados do Brasil, iniciaram tais acordos para o ensino do empreendedorismo nas escolas. No âmbito do Ensino Médio, temos, como segunda proposição, a adoção desse objeto nas escolas devido a mudanças curriculares, a partir da Lei nº 13.415/2017, também, conhecida como “Reformulação do Ensino Médio”. Numa reestruturação da Base Nacional Comum Curricular que, dentre outras ações, dissolveu as disciplinas segmentadas em itinerários formativos, com destaque para a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 3/2018, Art.

⁶² Fonte:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=428662&filename=PL+7607/2006>. Acesso em: 27/01/2020.

12, que determinou a organização em alguns eixos estruturantes, dentre eles, o do empreendedorismo:

IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (BRASIL, 2018).

Seguindo as determinações dos organismos supranacionais e da pedagogia do “empreendedorismo”, tais alterações buscaram intervir no currículo escolar e pavimentar uma estrutura para a adoção do empreendedorismo naquela condição que os intelectuais neoliberais defendem em sua forma plena: a sua adoção, enquanto essência da escola, para proporcionar o fim único, a formação única para tornar-se um átomo do capital sem interlocução com a solidariedade de classe e regido pela competição como padrão para sua auto-gestão.

4 UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO ACERCA DO EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO CONFORME PERIÓDICOS

Neste último capítulo há a exposição referentes as fontes dos periódicos “O Globo” a partir da sua fundação na década de 1920 até o final dos anos 2010. A ambição do presente capítulo é demarcar as transformações que a noção “empreendedor” toma no jornal, em questão, e desenvolver, principalmente, a partir dos anos 2000 sua relação com a educacional e a importância que toma o SEBRAE como polo de formação para essa noção com a flexibilização a ideia de “empreendedorismo”, período que o termo ganha força em diálogo ao contexto social-liberal que o país vivenciava.

Nessa empreitada irei recorrer a Fairclough e a Análise Crítica do Discurso como ferramenta de análise com ênfase nas transformações da noção que viriam canalizar num projeto acabado voltado para a formação numa perspectiva educacional, justamente no intuito de corroborar os capítulos anteriores onde desenvolvo o processo de capilarização da noção a nível epistemológico e através do seu principal vetor no Brasil: o SEBRAE.

Logicamente, a investigação nos periódicos vai evidenciar como a noção traz uma hibridez em suas primeiras aparições, ora se aproximando dos autores clássicos citados, como Cantillon e Say, mas também como há uma tentativa de delimitação mais inequívoca a partir dos anos 2000. Os anos 2010 serão fulcrais para elucidar o projeto que confirma sua relação direta com a educação a partir de um diálogo direto com as mudanças do mundo do trabalho numa confirmada questão que determina: a quem interessa a formação para o empreendedorismo?

4.1 A Teoria da Análise Crítica do Discurso

A presente seção tem como proposição trazer as transformações do discurso do empreendedorismo na educação a partir de alguns periódicos, sem abrir mão do Sebrae como referência de formulador, difusor e executor desse ideário no Brasil. Para melhor elucidar nosso estudo, tomarei, como ferramenta, a Análise Crítica do Discurso pautada fundamentalmente no linguista, Norman Fairclough, caracterizada por desenvolver uma abordagem de investigação da língua que traga utilidade nos estudos sobre mudança social e cultural.

No clássico *Discurso e Mudança Social* (2016), o autor adota a análise linguística como um método para compreender a mudança social; em suma, uma compreensão da linguística

como algo além de um objeto isolado, em permanente diálogo com outras ciências como história, psicologia, sociologia, dentre outras:

Na linguística, o “discurso” é usado algumas vezes com referência a amostras ampliadas de diálogo falado, em contraste com “textos” escritos. Nesse sentido, “análise textual” e “análise de discurso” não partilham a limitação tradicional da análise linguística a frases ou unidades gramaticais menores; ao contrário, focalizam propriedades organizacionais de nível superior do diálogo (por exemplo, tomada de turno, ou a estrutura de aberturas e fechamentos conversacionais) ou de textos escritos (por exemplo, a estrutura de uma reportagem de crime em um jornal). Mas comumente, entretanto, “discurso” é usado na linguística com referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. Além de preservar a ênfase em aspectos organizacionais de nível superior, esse sentido de “discurso” enfatiza a interação entre falante e receptor (a) ou entre escritor (a) e leitor (a); portanto, entre processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso linguístico. “Texto” é considerado aqui como uma dimensão do discurso: o “produto” escrito ou falado do processo de produção textual. [...] Finalmente, “discurso” também é usado em diferentes tipos de situação social (por exemplo, “discurso de jornal”, “discurso publicitário”, “discurso de sala de aula”, “discurso de consultas médicas”) (FAIRCLOUGH, 2016, p. 21).

O mérito de Fairclough é conectar a análise linguística com a teoria social no que ele chama de “tridimensional”, ou seja, qualquer evento discursivo (qualquer exemplo de discurso) tem que ser encarado por meio de três dimensões: a) do texto; b) da prática discursiva; e c) da prática social. Segundo o autor, esses tópicos nos dão elementos para compreender fenômenos como, por exemplo, “relexicalização” de atividades e relações, como aprendizes em “consumidores” ou “clientes”, cursos como “pacotes” ou “produtos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 25). No caso, sintonizada a dinâmica do mundo envolvido na lógica do mercado. Ele, inclusive, exemplifica com a ideia de transformação do “operário” em “empreendedor” (IBIDEM, p. 26).

Além da abordagem tridimensional, importante para “avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social” (IBIDEM, p. 27), o autor adiciona um método de análise multidimensional, que englobaria o método de análise histórica em que se observa a articulação do discurso com outros para construir, a longo prazo, “ordens de discurso” e um método crítico, que “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem” (IBIDEM, p. 28). Em resumo, uma luta pela estruturação dos textos e ordens de discurso.

É importante ressaltar que, para Fairclough (2016, p. 95), o termo “discurso” deve ser considerado no uso da linguagem enquanto forma de prática social, que implica em um modo

de ação que leva as pessoas a agirem “sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Trata-se de “uma relação dialética entre discurso e estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social, a última é tanto uma condição como um efeito da primeira”. Nesse sentido, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. A partir dessa explanação, o autor considera três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: i) a chamada “construção” do que é referido como “identidades sociais” e “posições do sujeito” para os “sujeitos” sociais e tipos de “eu”; ii) a construção de relações sociais; e iii) a construção de sistemas de conhecimento e crença. Logicamente, essa prática discursiva pode tanto reproduzir um padrão convencionado social como pode transformá-lo.

Segundo o autor, o horizonte dialético dessa relação discurso e estrutura social, é central para compreender essas articulações e não incorrer em equívocos que dê ênfase para cada categoria. O discurso deve ser encarado como reflexo de uma realidade social mais profunda e não algo emanado “de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando para elas” (IBIDEM, p. 97). Fairclough (2016, p. 98) reitera que “a perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória”.

Ainda sobre o discurso, ele destaca que o mesmo pode assumir práticas políticas, econômicas, culturais, dentre outros. Quando se destaca a sua função política e ideológica, ele disserta a seguinte conclusão:

O discurso como prática estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classe, blocos, comunidades e grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício de poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política não é apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre as convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98-99).

O discurso, em sua concepção tridimensional, traz consigo três tradições analíticas que nos auxiliam para uma percepção refinada do estudo. Quando exploramos a análise textual, por exemplo, estamos pontuando itens que incluem vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A estruturação desses em um texto determina qual percepção ideológica se quer atingir.

Um enunciado com a frase: “Desemprego aumenta no Brasil e informalidade cresce” traz consigo um sentido diferenciado de “Brasileiro recorre à criatividade e número de empreendedores expande”. É perceptível um investimento ideológico que trata da mesma notícia, com destaque à relexicalização, que já exploramos, do “trabalho informal” para “empreendedor”, assim como o vocábulo “criatividade”, que surge em disputa ante a discussão do “desemprego”. Nesse sentido, o texto assume um papel fundamental, até na ligação entre as orações, determinando uma “arquitetura” que incita a uma dedução de categorias, como, por exemplo, “desemprego-informalidade” ou “criatividade-empreendedores”.

A relação do texto é vinculada à prática discursiva, envolvida em processos de produção, distribuição e consumo textual. Uma espécie de cadeia produtiva do texto, que leva em conta os contextos sociais específicos e a intenção do autor, suas transformações, ao serem referenciados para qual setor será distribuído e seu retorno, assim como sua inculcação a partir de um grupo, classe, indivíduo. Esses elementos de análise se complexifica a partir de uma relação de aproximação e distanciamento:

[...] a análise da prática discursiva deve envolver uma combinação do que se poderia denominar “microanálise” e “macroanálise”. A primeira é o tipo de análise em que os analistas da conversação se distinguem a explicação do modo preciso como os participantes produzem e interpretam textos com base nos recursos dos membros. Mas isso deve ser complementado com a macroanálise para que se conheça a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens do discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos, e se isso procede de maneira normativa ou criativa. Na verdade, não se pode realizar microanálise sem esse conhecimento. E, naturalmente, a microanálise e a macroanálise são requisitos mútuos. É devido a sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva em minha teoria tridimensional pode mediar a relação entre as dimensões da prática social e do texto: é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto (FAIRCLOUGH, 2016, p. 120).

Em relação à terceira dimensão, o discurso como prática social, Fairclough (2016) resgata o conceito de ideologia, já debatido no primeiro capítulo. Destaque também para a categoria de hegemonia na qual ele se referencia em Gramsci. O autor reitera que a “prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta de luta hegemônica” (IBIDEM, p. 129). Para tornar didática sua formulação, o linguista traz, como exemplo, o discurso da ex-primeira-ministra britânica neoliberal, Margaret Thatcher, que rearticula características de viés “conservador tradicional, neoliberal e populista em uma nova mescla” num “discurso de poder político sem precedente para uma líder mulher” (IBIDEM, p. 129). O objetivo é “rearticular um projeto hegemônico para a constituição de uma

nova base e agenda política” (IBIDEM, p. 130). Nesse mesmo discurso, você tem elementos contraditórios como referências autoritárias coexistindo com elementos democráticos e igualitários (a mescla dos pronomes inclusivo “nós” e indefinido “você”) e elementos patriarcais com feministas. Essa mescla discursiva, tem a intenção da manutenção de uma dada hegemonia, com a promoção discursiva de elementos caros a campos progressistas no intuito de consentimentos.

Esse fenômeno de ressignificar elementos anteriores, ou seja, desenvolver textos a partir de textos anteriores e reestruturar convenções existentes (gêneros discursivos e discursos), é o que o autor chama de “intertextualidade” (IBIDEM, p. 139). Ela é a fonte de grande parte da ambivalência dos textos:

A fala de outro pode ser representada no que é tradicionalmente chamado “discurso indireto” (por exemplo, “Os estudantes disseram o quanto eles gostam da flexibilidade e da variedade de escolha de curso”); nesse caso, há sempre uma ambivalência sobre se as palavras reais são atribuíveis à pessoa cuja fala é representada ou ao autor do texto principal. Há aqui a reivindicação de que os estudantes realmente disseram, “Eu gosto da flexibilidade e da variedade de escolha de curso”, ou palavras para produzir esse efeito? De quem é essa “voz” a dos estudantes ou a da administração universitária? (IBIDEM, p. 144).

A “representação do discurso” determina aonde o autor pretende legitimar sua concepção e, por isso, a intertextualidade tem um papel fundamental, pois, ao heterogeneizar um texto, promovendo um segundo autor, determina-se a intenção de um dado grupo hegemônico. A representação, em discurso direto ou indireto, imputa uma releitura de uma voz original que pode ser ressignificada, assim como as marcas formais discursivas, muito exploradas em títulos sensacionalistas de periódicos. Trata-se de uma estratégia, que não esclarece o que seria “reportagem” ou “opinião”, culminando numa ambivalência de voz. Incitações como, por exemplo, explorar um viés privado de uma pessoa pública são elementares na contemporaneidade da frente neoliberal-conservadora.

Conforme vimos, o discurso de Mises evidencia uma estratégia argumentativa que elenca questões do âmbito privado e empírico para omitir discussões complexas de caráter mais globalizante. Representações muito utilizadas por figuras públicas do campo da direita, que destacam adereços de uma suposta “espontaneidade” e “simplicidade”, assim como a utilização de redes de comunicação próprias em detrimento de uma representação formal pública, seja no trânsito dos patrimônios republicanos ou em discussão direta a representações de categorias.

Essa prática contemporânea, tem relação com o esvaziamento de um discurso qualitativo em conteúdo e norteado pelo esvaziamento publicitário do tipo “informação-e-publicidade ou falar-e-vender” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 157). É a lógica do consumo:

A comoditização, a expansão do consumismo e a mercadorização têm efeitos generalizados sobre as ordens do discurso institucionais, sob o impacto do movimento colonizador do discurso da publicidade, do mercado e da administração, até a ubíqua “relexicalização” de público, clientes, estudantes e assim por diante como “consumidores” ou “fregueses” Essas tendências provocam uma resistência, uma luta hegemônica para a estruturação das ordens do discurso, e dilemas para os produtores e intérpretes de textos que tentam desenvolver formas de acomodar, conter ou subverter a colonização” (IBIDEM, p. 158).

O uso da informalidade nos textos, inclusive, é central para a publicidade a fim de aproximar o interlocutor, prática muito comum nos mais variados segmentos da propaganda. A representação discursiva ainda traz consigo uma série de incitações que constroem, na mente do leitor ou leitora, uma visão de mundo conjugada às orientações da hegemonia. A pressuposição é um exemplo, pois ela já estabelece uma condição, deformando algo que é meramente especulativo. Geralmente, traz uma oração:

[...] introduzida pela conjunção “que” pressupostamente segue verbos como “esquecer”, “lamentar” e “perceber” (por exemplo, “Eu esqueci que sua mãe tinha casado novamente”); e os artigos definidos indicam proposições que têm significados “existenciais” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 161).

O autor dá o exemplo de “a ameaça soviética”, ou seja, se pressupõe que exista uma “ameaça”.

Deve ser observado que as pressuposições, quer sejam baseadas em textos anteriores do (a) produtor (a) do texto, quer em textos de outros podem ser manipulativos, assim como sinceras. Isto é, o (a) produtor (a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele (a) mesmo (a) desonestamente, insinceramente e com a intenção manipulativa. As pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar. Um entrevistado, em uma entrevista da mídia, que desafia uma pressuposição em uma pergunta do (a) entrevistado (a), pode aparecer facilmente como quem está se esquivando do problema. As pressuposições manipulativas também requerem sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, assim fazendo, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos (IBIDEM, p. 163).

O mesmo impacto de recurso discursivo, é referente a frases negativas que têm, como finalidade, polemizar. Elas “carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 163). Um enunciado que aborda: “Professores não voltarão às aulas!” para se referir a um processo de greve cujas pautas não foram atendidas, traz um efeito semântico negativo ao omitir todas as reivindicações dos profissionais e o que fundamentou a

continuidade de uma greve. Há a intertextualidade a partir da incorporação de textos anteriores, ressignificando num viés negativo, de forte impacto.

O elemento do metadiscurso, é uma outra ferramenta discursiva que semeia uma ordem discursiva de distanciamento por parte do produtor do texto. Marcações como “tipo de”, “semelhante a”, dentre questões que sacramentam uma melhor administração do texto, desonerando o autor de tê-la afirmado.

Por exemplo, um ministro do governo pode oferecer paráfrases do termo-chave “empreendimento” no decorrer de um discurso tratando de “cultura empresarial”: “Cedo na vida temos muito empreendimento, iniciativa, a habilidade de identificar uma oportunidade e tirar rápida vantagem dela” (IBIDEM, p. 164).

Exemplo ilustrativo de como a cultura do empreendedorismo pode ser calcificada em diversos aspectos da vida cotidiana e que é território de nossa análise. O metadiscurso é uma ferramenta bastante explorada a fim de vincular sentidos, ideologias em nosso cotidiano.

Segundo Fairclough (2016), quando resgatamos a intertextualidade em suas transformações, evidenciam-se cadeias complexas que tomam diferentes significados, diferentes modalidades. Uma declaração do presidente dos Estados Unidos da América, por exemplo, será transformada em variados textos midiáticos, em diversos países do mundo, em diferentes reportagens, comentários de diplomatas, artigos da Academia, livros, numa infinidade de outros discursos. O autor usa, como exemplo de transformação, a partir de uma cadeia intertextual, os discursos do Secretário de Estado Britânico do Comércio e Indústria Inglês (nos anos correspondentes a 1985-1988), quando ele renomeia o seu departamento para “Departamento de Empresa”, o que podemos compreender da seguinte forma:

[...] a palavra “empresa” é submetida a um processo de engenharia semântica [...] que envolve articular em volta da palavra um conjunto de qualidades associadas com a capacidade empresarial, como é entendida pelos proponentes da cultura empresarial, incluindo a autoconfiança e a autoajuda. Parece haver uma relação entre a construção teórica nesses discursos de sujeitos empreendedores, “o eu empreendedor” e a publicidade exibida pelo Departamento de Comércio e Indústria (DTI) sobre a “iniciativa empresarial” de Young. O que está contido no vocabulário dos discursos é transformado aqui em um estilo comunicativo particular (FAIRCLOUGH, 2016, p. 175).

As cadeias intertextuais trazem consigo essas relações transformacionais, em destaque, associadas à “cultura empresarial”. Isso tangencia textos referentes à saúde, educação, serviços sociais, mídias etc., como o citado acima, que trata da ressignificação do Departamento de Comércio e Indústria na Inglaterra, reduzindo-o a uma semântica compatível à ordem liberal,

do mérito, liberalismo, característica de empresa e empreendedorismo, diferente de uma leitura ampla proporcionada aos vocábulos “comércio” e “indústria” (IBIDEM, p. 176), que trazem consigo uma referência ampliada de economia e impulsiona uma leitura de compreensão além do consumo, que se vincula a “empregos” (IBIDEM, p. 176), por exemplo.

Essas considerações são importantes para o nosso estudo, pois se pretende abordar, nos próximos tópicos, a partir de análise do Periódico “O Globo”, duas movimentações: a primeira, é referente ao vocábulo “empreendedorismo” no Brasil: como o mesmo sofreu transformações em interconexões com a conjuntura mundial e brasileira, que trazia consigo o avanço das ideias neoliberais e de fermentação do acúmulo discursivo estabelecido pelos intelectuais neoliberais destacados nos primeiros capítulos. Isso facilitará nosso diagnóstico das recorrências do uso da noção e como ela se conectava ao contexto de emergência do novo bloco histórico que despontava no Brasil.

Em seguida, faremos um estudo especificado acerca da relação “empreendedorismo” e “educação” a partir do Jornal O Globo. O objetivo é fortalecer a tese da importância dos organismos multilaterais transnacionais na elaboração de formulações para a temática e, fundamentalmente, a presença do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na condução de difusão dessa noção e a forma como a empresa se coloca em torno do mesmo.

4.2 A noção de “empreendedor” junto ao periódico O Globo

O Periódico O Globo é uma ferramenta importante na difusão de valores neoliberais no Brasil. Seu histórico de aliança com setores multinacionais e com a intelectualidade privatista e pró-meritocrática determinam a centralidade das disposições de um ideário de mundo a favor da classe dominante, que tem profunda repercussão junto a setores da população de consciência de classe rebaixada ou impactado pelo cômodo discurso da elite brasileira, certa no ataque aos programas sociais e diluição dos direitos trabalhistas e defensora de uma pauta que comungue da acumulação de capital e ampliação dos lucros para o grande empresariado. Nesse sentido, faremos um breve resgate da trajetória do periódico, sua relação de reprodução apreciativa do neoliberalismo e o desenvolvimento das referências à ideia de “empreendedor” na falta de uma formulação inequívoca do “empreendedorismo” até o final dos anos 1990.

Conforme destaca Âreas (2012), o Jornal foi fundado no Rio de Janeiro, em 1925, por Irineu Marinho, um jornalista já conhecido por atuar em outros periódicos da cidade no período, e que deixaria seu legado para o filho, Roberto Marinho⁶³ (em 1931), responsável por ampliar a marca para o rádio e a TV nas décadas seguintes. Sua política sempre esteve envolvida, lado a lado, com setores conservadores do udenismo⁶⁴, banqueiros e do capital internacional. Teve um papel central na construção da “Rede de Democracia”, com o Jornal do Brasil e Diários Associados, na década de cinquenta, responsável por difundir uma atmosfera de medo contra o governo de João Goulart. Denunciava-se a “subversão”, “perigo comunista” e a “República Sindicalista” (ÂREAS, 2012, p. 63). O Jornal também recebia, com conivência, grupos conservadores em seus espaços, como a primeira reunião da Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), que foi em seu auditório. O Golpe de 1964, que resultou no regime empresarial-militar, foi destacado com entusiasmo pelo periódico.

A TV Globo, nesse regime, crescería exponencialmente, muito contemplada por uma parceria com tal sistema, que trazia consigo uma relação promíscua em que havia a imagética de um “Brasil moderno e arrojado” (ÂREAS, 2012, p. 71) para omitir a abissal desigualdade social, torturas e perseguições que ocorriam no Brasil. Âreas (2012, p. 73) alerta para o crescimento da Fundação Globo, nesse período, e as capas dos periódicos, principalmente, nas décadas de sessenta e grande parte da de setenta, ressaltavam um “país estável” economicamente, de preocupação social e com grandes estadistas vindos da “revolução de 1964”, com profundas críticas aos “vândalos” e “comunistas” críticos ao regime.

Na década de 1980, porém, com a ditadura empresarial-militar já “moribunda” e incapaz de prover sua manutenção, a linha editorial de O Globo promove um “giro” em suas coberturas, dando mais espaço para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁶⁵, mas logicamente, sem abandonar o horizonte de ataques a qualquer mobilização da classe trabalhadora, como as famosas greves do ABC paulista, a partir do final dos anos setenta, ou a omissão de cobertura do Movimento Diretas Já!, em 1984.

A Fundação Globo, em suas representações de comunicação, daria sequência ao seu aspecto pró-classe dominante, principalmente, com a chegada agressiva do neoliberalismo no

⁶³ Irineu Marinho falece 25 dias depois de assumir o Jornal, sendo conduzida a administração pelo seu amigo, Eurycles de Matos, até seu falecimento, em 1931, quando assume Roberto Marinho.

⁶⁴ Referente à União Democrática Nacional, grupo reacionário e grande opositor de Getúlio Vargas na década de 1950.

⁶⁵ Partido político que agregava os opositores ao regime, representados pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), numa configuração parlamentar atravessada pelo bipartidarismo.

Brasil, no governo de Fernando Collor de Melo, nas eleições de 1989. O papel que o jornalismo da Globo assumiu foi de apoio integral a qualquer candidato à presidência que tomasse, em seu programa, a agenda neoliberal, como Fernando Henrique Cardoso (1994-1998; 1998-2002). Vejamos o caso de Collor:

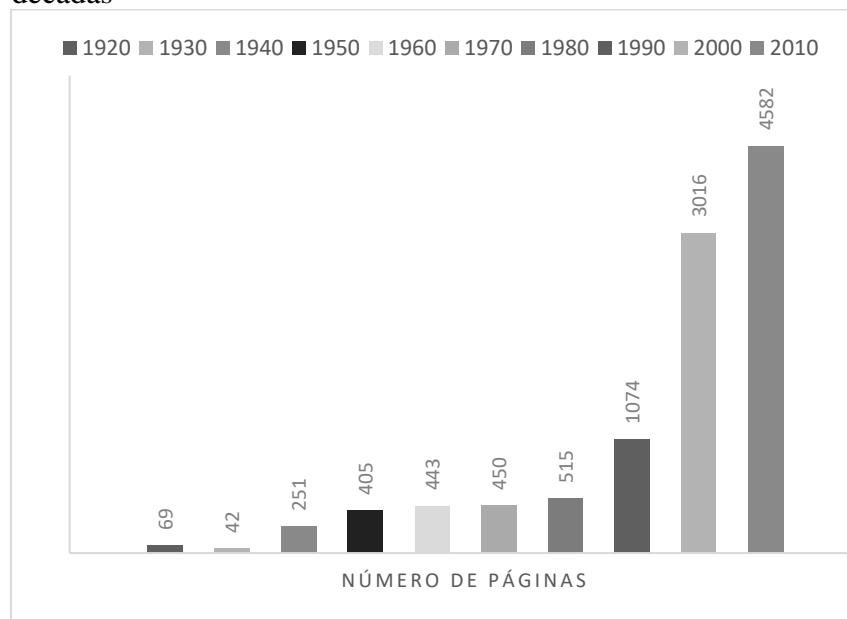
As organizações Globo estiveram articuladas com os governos federais eleitos nos anos 90. Um exemplo disso é o fato de Alberico Souza Cruz – com quem Fernando Collor tinha relações próximas desde a campanha eleitoral – ter passado a chefia da Central Globo de Jornalismo. Mais tarde, Souza Cruz foi denunciado por Vianey Pinheiro, editor regional de São Paulo, em entrevista à Folha de São Paulo. Pinheiro declarou: “a empresa [Organizações Globo] se rendeu de maneira declarada ao governo Collor”; “Alberico tem sido, ao longo desses tempos, o principal articulador dos interesses do novo governo dentro da Globo” (ÂREAS, 2012, p. 154).

Conforme reitera Âreas (2012, p. 155), “o conglomerado midiático suava sua influência para contribuir com a vitória eleitoral de candidatos e partidos políticos identificados com o neoliberalismo”. Determinação, que se daria em campanhas com frações privatistas num movimento de propaganda contra empresas estatais no Brasil:

Na área de telecomunicações, as entidades patronais empreenderam um amplo esforço, tanto em associações da sociedade civil quanto no Estado em sentido restrito, para que o monopólio estatal do setor fosse abolido. Foi realizada pressão sobre os parlamentares em prol da abertura das telecomunicações e buscou-se adesão às mudanças em curso. Durante o governo de Collor, criou-se o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações (IBDT), organização lobbyista defensora da privatização do setor. O IBDT era integrado por grupos empresariais como as Organizações Globo, Unibanco, Bradesco, N. Odebrecht, Andrade Gutierrez e o Grupo Estado de São Paulo. Já sob o governo FHC, a agência estatal Telebrás gastou, entre outubro de 1997 e julho de 1998, R\$36 milhões em campanhas publicitárias privatistas (ÂREAS, 2012, p. 157).

Essa mesma determinação, encontrou-se presente na disputa, junto à sociedade, na busca por elementos que naturalizassem a dissolução de direitos trabalhistas. Conforme vimos em Fairclough (2016), a recorrência a fundamentos de uma “cultura empresarial”, através da figura do empreendedor, tornou-se recorrente para invisibilizar a ideia do “trabalhador”. Quando se faz um balanço do termo “empreendedor” às páginas do Periódico O Globo, nas últimas décadas, vemos sua recorrência com intensidade desde a década de noventa:

Gráfico 1 – Termo “empreendedor” nas páginas de O Globo nas últimas décadas

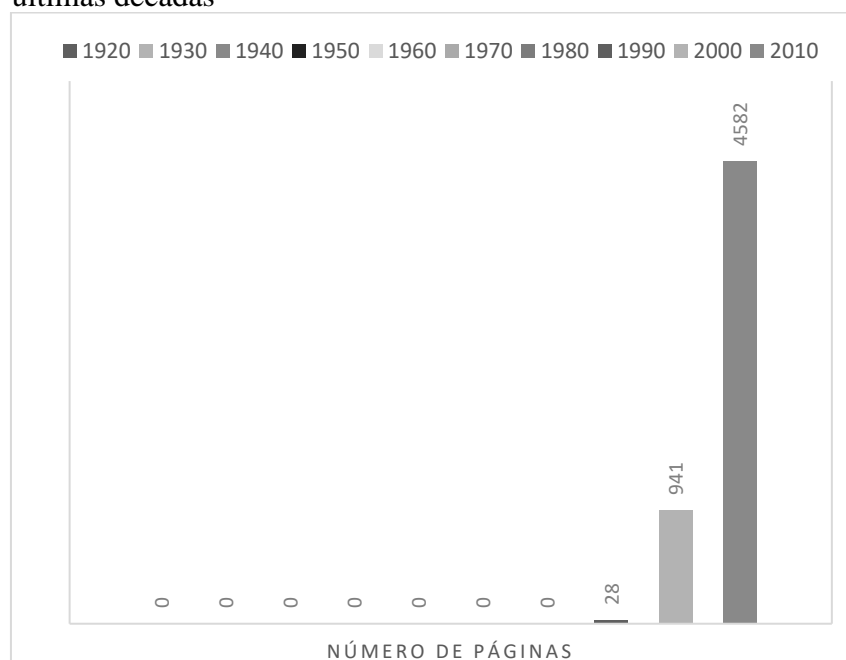


Fonte: Próprio autor (Adaptado, 2021)⁶⁶.

É interessante destacar que estamos abordando o adjetivo “empreendedor”, uma característica do sujeito que tem diversas ressignificações no decorrer das décadas. A noção de “empreendedorismo”, de fato, vem a aparecer, timidamente, nos periódicos somente a partir do final da década de noventa:

⁶⁶ Consulta feita até 17 de fevereiro de 2021.

Gráfico 2 – Termo “empreendedorismo” nas páginas de O Globo nas últimas décadas



Fonte: Próprio autor (Adaptado, 2021)⁶⁷.

É importante essa distinção dos vocábulos “empreendedor” e “empreendedorismo”, pois reitera o que apresentamos nos capítulos anteriores: a) das transformações que a noção sofreu, em destaque, com a formulação dos intelectuais neoliberais; e b) como o termo se esvazia de um sentido genérico e toma uma dimensão categórica, de ocupação, conforme diretrizes tomadas pelos organismos transnacionais e as políticas públicas em referência ao mesmo.

O primeiro registro de “empreendedor”, no periódico, é de 8 de dezembro de 1927, período em que o meio de comunicação ainda era administrado por Eurycles de Matos. A referência se encontra na Seção intitulada “O Globo nos theatros”⁶⁸ e faz referência ao famoso aniversariante daquele dia: o empresário da cultura, Francisco Serrador (1872-1941), um dos precursores do ramo do entretenimento no Brasil. Ele foi fundamental para o desenvolvimento do cinema no país, contribuindo para a construção de diversos circuitos do ramo, em destaque, a famosa Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro. Ele é descrito como “grande empreendedor da arte de scena muda”⁶⁹ e felicitado por construir arranha-céus e grandes obras arquitetônicas, sendo legitimado como “homem empreendedor e progressista”.

⁶⁷ Consulta feita até 17 de fevereiro de 2021.

⁶⁸ Sem autor. “Francisco Serrador”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1927, n. avulso, 8 de dezembro de 1927, *O Globo nos theatros*, p. 5. Disponível em: “Acervo O Globo”, Geral. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁶⁹ Referência ao cinema mudo.

Essa mesma noção de empreendedor nos jornais desse período tem uma relação muito próxima àquela descrita por Richard Cantillon, no segundo capítulo, que trata do empresário “aventureiro”, sempre transitando entre cidades e estados, com o ímpeto de progresso, ou seja, reformulando estradas, espaços, modos de vida. Em várias homenagens às personalidades do período, é de praxe constar a caracterização de empreendedor. Nas próprias referências a Irineu Marinho (fundador do Jornal), em citações póstumas, ele é caracterizado como “espírito ativo, empreendedor e pertinaz”⁷⁰. Uma tentativa ousada de voo transatlântico da Irlanda para a Alemanha, em 15 de março de 1928, é noticiada como: “Será o capitão Koelh, o empreendedor desse arriscado ‘raid’⁷¹?”⁷². O processo de urbanização da cidade de Campos, é descrito como resultado da “força de vontade dos filhos, homens activos e empreendedores”⁷³. A inauguração de uma escola de “dactylographia”, na cidade de Ponte Nova, em Minas Gerais, é creditada ao “Sr. José Mendonça, espírito empreendedor”⁷⁴.

Grandes empresários do período, como Francisco Matarazzo (1854-1937), em São Paulo, ou Guilherme Guinle (1882-1960), no Rio de Janeiro, eram a personificação acabada do empreendedor: estáveis, arrojados, mecenas, aventureiros, progressistas, urbanos. Para um profissional liberal ser vinculado à noção de “empreendedor”, era um tom apreciativo. Até em momentos de crise, o vocábulo era explorado no intuito de atenuar o peso de uma notícia. Vejamos uma reunião de cafeicultores, no ano de 1930, após uma crise econômica no ano anterior, cujo título da reportagem é: “A crise do café e os impenitentes do optimismo”. A liderança do cafeicultor, Joaquim Candido de Azevedo, é descrita como “entusiasta empreendedor”⁷⁵. Percebe-se que o termo sempre vem próximo de palavras como otimismo, entusiasmo, futuro e, no presente caso, superação.

⁷⁰ Sem autor. “Irineu Marinho: As referências da imprensa em honra à sua memória”, *O Globo*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1.143, 23 de agosto de 1928, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo o Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁷¹ Devido às limitações tecnológicas do período, os voos tinham limitações locais de radar. Os pilotos que iam além e aventuravam-se em territórios desconhecidos, mesmo com riscos, eram denominados “empreendedores do Raid”.

⁷² Sem autor. A Alemanha vai testar um novo transatlântico, *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 953, 15 de março de 1928, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo o Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁷³ Sem autor. Urbanização em Campos, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1929, n. 1269, 28 de janeiro de 1929, Geral p. 6. Disponível em: “Acervo o Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁷⁴ Ponte Nova já tem uma escola de dactylographia, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1928, Ano IV n. 904, 24 de janeiro de 1928, Geral, p. 6. Disponível em: “Acervo o Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁷⁵ Sem autor. A crise do café e os impenitentes do optimismo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1930, Ano VI, n. 1774, 24 de junho de 1930, Capa, p. 1. Disponível em: “Acervo o Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

A partir da década de 1940, o termo empreendedor é ressignificado num viés mais global, mais amplo. A relação cantillonista de “aventureiro” dá espaço à compreensão de Jean Baptiste Say, vinculada à ideia racional do empreender como um ato de resposta a uma demanda surgida segundo o mercado. Se nos periódicos dos anos trinta, o empreendedor sempre se vinculava a algum profissional liberal ou empresário em tom apreciativo, na década de quarenta o termo “empreendedor” é adicionado a grandes projetos urbanísticos, industriais e comerciais. Temos, como exemplo, a inauguração do Hotel Quitandinha, em São Paulo, em 1944, que é tratado, no subtítulo, como “Um milagre da técnica, trabalho e espírito empreendedor”⁷⁶. Percebe-se a adoção da “técnica” como um elemento discursivo que traz uma ideia de “racionalidade”, “sobriedade”, distante da ideia anterior de “casualidade”, assim como o “trabalho” já bastante exaltado no governo getulista.

A nacionalização da Galeria Carioca⁷⁷ (localizada na esquina das Ruas Gonçalves Dias com a Ouvidor, no Centro do Rio de Janeiro), em 1944, por um comerciante brasileiro, foi descrita como o atendimento à “vitalidade e o espírito empreendedor do comércio nacional”⁷⁸. A mesma condição de ampliação de tais medidas se encontra no avanço de novos centros culturais, conforme a inauguração do Cinema Rydan, em Petrópolis/RJ, no dia 26 de dezembro de 1944; o título alerta: “A linda cidade de Petrópolis dotada de um grande empreendimento” e o subtítulo vem para preencher uma “lacuna na vida social e trabalhista petropolitana”⁷⁹. Vemos, aqui, que o termo “empreendedor” ganha flexão para o substantivo “empreendimento”, ou seja, há a transferência do sujeito, indivíduo, pessoa, aventureiro, para uma ideia ampla de materialização no âmbito especial e econômico: é o resultado concreto de uma abstração.

Essa ressignificação vai tomando fôlego na década de 1950, com uma nova formulação acerca do empreendedor, agora visto como “administrador”. É abandonada, de vez, a ideia de “aventureiro”, dos anos 1920, com a consolidação do novo ideário “tecnicista”. Isso se evidencia na escolha do prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1951, após o pedido de exoneração de Mendes de Moraes. Para a indicação do presidente Getúlio Vargas, ventilou-se o nome do famoso político paulista, Adhemar de Barros, em contraste ao engenheiro e

⁷⁶ Sem autor. Inauguração do Hotel Quitandinha, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1944, Ano XIX n. 5422, 7 de janeiro de 1944, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo o Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁷⁷ No período, era uma das referências em compras de roupas na cidade.

⁷⁸ Sem autor. A nacionalização da “Galeria Carioca”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1944, Ano XIX n. 5564, 26 de junho de 1944, Geral, p. 4. Disponível em: “Acervo o Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁷⁹ Sem autor. A linda cidade de Petrópolis dotada de um grande empreendimento: lacuna na vida social e trabalhista petropolitana, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1944, Ano XIX n. 5719, 26 de dezembro de 1944, Geral, p. 8. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

referência em Administração, João Carlos Vital. *O Globo*, favorável ao segundo e crítico à preferência em Adhemar, nomeou esse movimento da seguinte forma: “Um prefeito político, ao invés de um prefeito empreendedor”⁸⁰. Esse linguajar, no meio político, ganharia capilaridade enquanto referência de um administrador “descontaminado” pelas questões de “politicagem”.

Em entrevista ao *O Globo*, em 14 de abril de 1954, o concorrente ao governo de São Paulo, Lucas Garcez, assim caracteriza suas aspirações⁸¹: “Hei de fazer tudo para honrar a confiança que em mim foi depositada para realizar uma campanha de alto teor democrático e esclarecimento popular e para, se for eleito, realizar um governo digno e empreendedor”. Essa evidência de *O Globo* em valorizar os ditos quadros técnicos, em detrimento dos políticos para cargos de poder, vinha tomando forma, nesse período, e o “empreendedor” era o tom de credibilidade dos mesmos.

A evidência dessa nova caracterização do “empreendedor” enquanto algo racional, na década de 1950, é a reportagem que se refere a inquéritos no Banco do Brasil, em 1953, que trata do uso de créditos bancários a aberturas de negócios para “proveito próprio”, o que o título da reportagem conclama da seguinte forma: “Confundindo aventureiros com empreendedores”⁸². No âmbito dos aspectos culturais ou esportivos, a figura do empreendedor é recorrente, em geral, o sujeito que tem soluções para litígios, uma espécie de “padrinho”. No pré-carnaval de 1953, no Rio de Janeiro, o Periódico assume a função de porta-voz das “sociedades carnavalescas”⁸³ e destaca a falta de “barracões” para agregar as novas sociedades que surgiam. O Jornal incita que o problema será “confiado” ao Diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura, Sr. Alfredo Pessoa, “um homem dinâmico, empreendedor e paciente”⁸⁴. Essa mesma percepção se dá com o Ginásio do Maracanã (Maracanãzinho), no final daquele ano. O mesmo receberia o II Campeonato Mundial de Basquetebol, no ano seguinte, e se encontrava com obras inacabadas, cabendo à Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovar uma

⁸⁰ Sem autor. Um prefeito político, ao invés de um prefeito empreendedor, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1951, Ano: não tem. n. não tem, 9 de fevereiro de 1951, Geral, p. 1. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁸¹ Sem autor. Entrevista com Lucas Garcez, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1954, Ano XXX n. 8569, 14 de abril de 1954, Geral, p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁸² Sem autor. Confundindo aventureiros com empreendedores, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1953, Ano XXIX n. 8827, 6 de fevereiro de 1953, Capa, p. 1 Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁸³ Seriam embriões das atuais escolas de samba, geralmente, clubes que desfilavam com músicas do período. O mais conhecido, atualmente, é o Cordão do Bola Preta.

⁸⁴ Sem autor. Carnaval: os barracões das grandes sociedades, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1953, Ano XXIX n. 8193, 21 de janeiro de 1953, Geral, p. 3. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

verba suplementar para a conclusão do que estava pendente. O Periódico definiu, da seguinte forma, os vereadores responsáveis por assumir a pauta: “Mais uma vez surgiram homens públicos de boa vontade para com os desportos e de espírito empreendedor, para se empenharem novamente na luta pela construção do Ginásio do Maracanã”⁸⁵.

Assim que o presidente Juscelino Kubitschek assume, em 1956, e põe em voga seu Plano de Metas, estratégias de viés desenvolvimentista, que trazia como ação a transformação da infraestrutura brasileira em diversas áreas, em destaque, a indústria. Nessa linha, o Brasil se tornava um país frutífero para obras e empreiteiras onde o vocábulo “empreendimento” viria a ser constantemente acionado nas mídias, no caso do nosso estudo, no Jornal O Globo. A construção da nova capital do país, em Brasília, é o exemplo mais didático e simbólico dessa referência, conforme uma exposição em Bruxelas, na Bélgica, onde a cidade foi apresentada através de uma maquete e citada da seguinte forma: “Brasília, símbolo do espírito empreendedor no Brasil”, objetivada “a vontade de construir uma nação moderna”⁸⁶.

O debate econômico e administrativo tomava grande parte dos periódicos, com espaços para entidades representativas de frações da burguesia, como comerciantes, industriais e do grande setor rural. O balanço econômico era rotineiro, proporcionado por grandes economistas, como Eugênio Gudin (1886-1986), um liberal que chegou a representar o Brasil na Conferência de Bretton Woods⁸⁷, em 1944. Sua abordagem monetarista e pró-capital estrangeiro caracterizava a leitura de O Globo, cada vez mais intensa na difusão ideológica dessa vertente e que culminaria no golpe empresarial-militar, em 1964. O economista, em uma coluna, diverge do presidente Juscelino, quanto ao Plano de Metas, e se escora em sua tradição monetarista: “Se o empreendimento que visa a realizar depende de importações, as coisas se complicam com a incerteza não só da taxa cambial como até das possibilidades de remessa”⁸⁸. Aqui, a ideia de “empreendimento” remete ao projeto de JK em dar tratamento ao seu programa econômico, que cita as questões sociais e traz como empecilho da volatilidade da moeda, segundo o colunista.

⁸⁵ Sem autor. A batalha do ginásio do Maracanã, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1953, Ano XXIX n 8447., 18 de novembro de 1953, Geral, p. 18. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁸⁶ Sem autor. Brasília, símbolo do espírito empreendedor no Brasil, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1958, Ano XXXIII n. 9746, 10 de fevereiro de 1958, Geral, p. 8. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁸⁷ Foi a Conferência responsável pela criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

⁸⁸ GUDIN, Eugênio. A balela de acordar o gigante, Rio de Janeiro, ano XXXVI n. 10677, 22 de fevereiro de 1961, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021..

A incorporação do “empreendimento” se torna uma recorrência nas análises técnicas e econômicas desse período. Gudin ainda cita, na mesma coluna, a questão dos empreendedores, prejudicados por essa política econômica, esse “empreendimento”: “De outro lado, as leis sociais criam para os empreendedores um ‘passivo contingente’ de dispensa de empregados por vezes maior que o valor da fábrica ou estabelecimento”.

Nessa última leitura, transita-se do “empreendedor”, como adjetivo, e assume-se o significado de “patrão”, “dono”. É fundamental destacar essa leitura, vinda de um intelectual liberal, pois carrega consigo um profundo diálogo com organismos transnacionais já naquele período. Pela afirmativa, rascunhava-se uma nova releitura acerca do vocábulo: um peso mais decisivo de “empresariado”, que seria mais agudo nas décadas posteriores. E, dentro dessa perspectiva, Gudin assume papel central, junto ao *O Globo*, para reproduzir uma caracterização concisa do termo. Se num primeiro momento, ele apenas rascunha uma percepção, na década de 1960, ele procura transcrever e sofisticar seu entendimento do que é “empreendedor”.

Nesse sentido, o artigo de 22 novembro de 1960, é o primeiro que busca desenvolver um entendimento do termo, porém, acima disso, visa combater entendimentos anteriores que relacionavam a figura do “empreendedor” com estadistas ou qualquer relação com a máquina estatal. O título do artigo: “O empreendedor e o homem do Estado”⁸⁹, já nos dá dicas da proposição de Gudin, um liberal que, em sua essência, já sinalizava para uma movimentação que culminaria no golpe empresarial-militar de 1964, segundo um forte peso argumentativo e crítico, a figura do estadista, no caso, JK, e reivindicativo do capital internacional. Gudin (1960) abre o artigo alertando:

O empreendedor é uma figura essencialmente uma figura do sistema capitalista, de iniciativa privada. Deixando de lado, o aspecto semântico do vocábulo, o consenso geral é de que a figura do empreendedor se caracteriza pela imaginação, pela iniciativa, pela aceitação do risco e pela importância “relativamente” secundária dos lucros (GUDIN, 1960, p. 2).

É a primeira tentativa de se conceituar um vocábulo, que vinha sendo acionado com recorrência no Brasil. Em seguida, Gudin (1960, p. 2) diferencia o “empreendedor” do “administrador”, revisando sua argumentação de três anos antes, que incitava um entendimento de equidade em relação aos termos. Ele recorre a Schumpeter para delimitar uma compreensão do empreendedor como alguém que cria sem uma motivação de retorno, de lucros, para, em

⁸⁹ GUDIN, Eugênio. O empreendedor e o homem do Estado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1960, Ano XXXVI n. 10.000, 22 novembro de 1960, Geral, p. 2. Disponível em: Acervo “O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

seguida, demarcar que o mesmo não deve ser confundido somente com um inventor. Assim define: “O empreendedor congrega o inventor, os capitalistas, ‘os promotores’, os técnicos e os administradores”.

Essa definição genérica, é melhor explorada nos parágrafos seguintes, nos quais ele disserta sobre os dois tipos de “empreendedores” nos “países desenvolvidos”, divididos em “autônomos” ou “induzidos”. O primeiro, constitui o “fruto de uma inovação, de um produto ou pelo menos de um novo método de produzir melhor e mais barato um produto existente”, já o “induzido” é “quando os investimentos resultam do aumento da procura das mercadorias ou serviços, seja em consequência do aumento da população ou do maior poder de compra da população existente”. Quando fala em país subdesenvolvido, Gudin (1960) reitera que é comum somente o segundo empreendedor: o induzido. A partir daí, ele discorre sobre qual é o papel do “homem do Estado” em desenvolver mecanismos que dê subsídios para esse empreendedor.

O liberal era um profundo erudito e uma referência intelectual no campo da direita, no período. Suas ideias chocavam-se com os economistas, que viam, no Brasil, um potencial industrial, dimensão que deveria ser tomada ao capital internacional, segundo o economista carioca, e cabia ao país explorar sua característica agroexportadora, dada à sua dimensão. Em contrapartida, Gudin via, no Estado, um “mediador” para viabilizar essas conjecturas. No artigo, ele é taxativo em afirmar que: “O homem do Estado não se confunde com o empreendedor” (IBIDEM, p. 2), cabendo à figura estatal “regular a moeda” e desenvolver a infraestrutura para o empreendedor. No final do seu artigo, ele procura resgatar o termo “empreendedor” para o terreno liberal e “esvaziá-lo” dos vínculos a estadistas, em destaque, Juscelino Kubitschek. Essa revitalização da noção tem uma relação direta com a cruzada que as frações liberais da burguesia fariam nos anos seguintes e que culminaria no golpe empresarial-militar de 1964, portanto, não era interessante a ideia de “empreendedor” estar ligada a alvos que seriam ressignificados a partir de ataques reacionários.

O homem do Estado não é no campo governamental o paralelo do empreendedor no campo privado. [...] Não tem, portanto, cabimento o “slogan”, que por aí corre, de par com muitos outros, na Voz do Brasil e nas organizações congêneres de reclame governamental, de que o Brasil se beneficiou da “capacidade de empreendimento de seu Presidente”. *O presidente não é um empreendedor*. [...] E não se vê como elogiar a quem arruinou o País para construir uma floresta de palácios no deserto (GUDIN, 1960, p. 2. Grifo do autor).

O texto de Gudin, demarcaria a “pureza” de uma noção para os liberais que, diante da articulação de forças reacionárias, intensificariam os ataques junto ao Governo JK e, conseqüentemente, ao presidente João Goulart (1961-1964), que assume após uma curta

passagem de Jânio Quadros (pouco menos de sete meses no poder). Essa desvinculação de Gudin, do empreendedor para o estadista, recolocaria a figura do “empreendedor” como uma “vítima” do Estado, alguém que necessita de subsídios para avançar em suas intenções, mas é prejudicado pela “máquina burocrática estatal” (GUDIN, 1964, p. 2), conforme vemos nessa coluna do próprio economista, em 8 de janeiro de 1964⁹⁰, cujo título é “No reino da Utopia”⁹¹. Ali, ele faz críticas aos “católicos da esquerda teocomunistas”, que atribuem a má distribuição de renda para a pobreza. O economista liberal imputa uma “utopia” para tal afirmação e imputa que tal desigualdade só será reduzida com “o trabalho”. E alerta que “a vida do empreendedor, sobretudo em sua fase inicial e, mais ainda, em um país estável como este, e de uma dificuldade e de tormentos” (IBIDEM, p. 2), pois:

[...] quem nunca trabalhou efetivamente em uma empresa privada, não em empresa do governo, que é a pior escola que há, arrisca-se a acreditar que a remuneração que recebe no fim do mês decorre de algum direito imanente... (IBIDEM, p. 2).

Nessa perspectiva, florescia o antagonismo empreendedor/empregado do Estado, uma condição que, embrionariamente, tomaria forma nas próximas décadas.

Executado o golpe empresarial-militar, Gudin efetiva, na sua coluna de 16 de agosto de 1965, uma redação agressiva, com o título: “Estímulo ao empreendedor”⁹². No presente texto, o economista defende sua perspectiva em um discurso repleto de metáforas e algumas orações, em caixa alta, para fortalecer o seu ponto de vista. O artigo inicia com uma referência ao Ministro da Fazenda, Octávio Bulhões, no governo de Castelo Branco, amigo e defensor da mesma corrente monetarista de Gudin. A fala de Bulhões, no Sindicato dos Economistas de São Paulo, expõe a “regulamentação econômica” que “desencoraja o que devia ser encorajado”. Gudin (1965, p. 2) reforça a fala, mesclando seu texto, em caixa alta, com a seguinte afirmação: “O Brasil já está precisando de MENOS REGULAMENTOS E MAIS EMPREENDEDORES, o empreendedor que é a encarnação da iniciativa privada, PRECISA DE CLIMA para se lançar a empresa”. Seguindo a tradicional lógica, quase metafísica liberal, da “mão invisível do mercado”, o economista acrescenta, além do recorrente “espírito empreendedor”, agora, a “encarnação da iniciativa privada”. A caixa alta demarca o *slogan* anti-interferência estatal e a

⁹⁰ É importante destacar que o discurso do intelectual economista se torna, cada vez mais, ofensivo aos estadistas, conforme as forças reacionárias vão coexistindo para a execução do golpe em 31 de março de 1964.

⁹¹ GUDIN, Eugênio. No reino da Utopia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1964, Ano XXXIX n. 11556, 8 de janeiro de 1964, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

⁹² GUDIN, Eugênio. Estímulo ao empreendedor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1965, Ano XLI n. 12.047, 16 de agosto de 1965, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 14 de abril de 2021.

referência ao clima como figura de linguagem, complementada com uma certa percepção subjetivada do empreendedor que, nas figuras do próprio, ao perceber no “ambiente, [...] uma atmosfera de antipatia, senão disfarçada de hostilidade, ele se retrai e vai pregar numa outra freguesia”. O liberal reitera que esse “ambiente hostil” ao empreendedor, é o resultado de um “julgamento apriorístico de que todo empreendedor é um tratante, senão efetivo, pelo menos em potencial”. Para Gudin (1965, p. 2), essa atitude dos homens de governo para com o empreendedor é “cômuda e vantajosa; cômuda por facilitar a omissão e vantajosa por ser muito aproveitável para a demagogia”. Em suma, o êxito do empreendedor depende de fatores externos, algo que ele apenas insinua, mas esclarece mais à frente:

Para muitos governadores ou co-governadores, o sistema de iniciativa privada – impropriamente chamado sistema capitalista, é digno de boa acolhida, mas com uma condição – a de que não haja lucro. Quando o empreendedor fracassa perde seu capital e se sepulta no anonimato – o azar é dele. Quando lucra, passa a ser malvisto (IBIDEM, p. 2).

Gudin (1965, p. 2) atribuiu essa “desconfiança” aos governadores do Nordeste e “outras regiões pobres do país” e aos “meios militares”, que vivem afastados de lideranças empresariais. Em contrapartida, “esse espírito não existe em São Paulo, nem nos Estados Unidos, onde o calvinismo prestigia o empreendedor e onde os homens de empresa são chamados ao Governo”. Numa retórica xenofóbica, o economista vincula “riqueza” a “empreendedorismo”, em destaque, São Paulo e EUA, alicerçados numa suposta ética protestante capitalista, diferente do atrasado e pobre Nordeste, sempre alvo de ataques dos liberais críticos a um “patrimonialismo”. Ele demarca, ao final, a necessidade de convencimento dos governadores de que os “empreendedores devem ser estimulados”, afinal (mais uma vez em caixa alta): “O LUCRO É UM INDISPENSÁVEL FATOR DE PROGRESSO”. A fala de Gudin (1965, p. 2) reproduziria a dinâmica comum do liberal pró-empresendedor, uma horda de críticas ao Estado e sua “hostilidade” ao “lucro”, ao “progresso”, à “atmosfera de empreender”.

Gudin elevaria sempre a noção de empreendedor em todos os seus escritos nas páginas de O Globo. Em homenagem ao seu amigo, Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), conhecido poeta da Segunda Fase do Modernismo Brasileiro, editor da Livraria Schmidt⁹³, com

⁹³ Destacou-se pela edição de obras de autores conhecidos, como Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, Vinicius de Moraes, Gilberto Freyre, Jorge Amado, dentre outros.

trânsito nos meios políticos e, também, no esporte⁹⁴, o economista Gudin (1965, p. ?) destacaria, em sua coluna⁹⁵, que quem o chamava de “poeta”, era uma forma de diminuí-lo. Para o autor do texto, o que importava era o Schmidt “empreendedor”. E ele justifica que tal nominalismo ao amigo é proposital, distinguindo-o do “homem de negócios”, afinal, enquanto empreendedor “seu forte no setor empresarial eram a imaginação e a ousadia”; ele “era o ‘empreendedor’ cuja motivação, como dizia Keynes, ia muito além do simples desejo de ganhar dinheiro”.

A obstinação de Gudin por programas que proporcionassem um “ambiente não hostil” para os empreendedores não seria atendida. Seus escritos posteriores, na década de 1960, seriam de críticas tímidas aos militares (principalmente aos Atos-Decreto), caracterizando mais como inabilidade em pregar o “antilucro”⁹⁶. Ocorre a reiteração de escritos anteriores, às vezes, com redações idênticas em defesa do empreendedor. O próprio Jornal O Globo não viria a desenvolver algo concreto, que sintonizasse a perspectiva de empreendedor proposta por Gudin, reproduzindo o uso do termo em várias notícias sem a delimitação rigorosa do economista.

Na década de 1970, a tentativa de uma delimitação do termo é abandonada por Gudin, que procura, em suas colunas, prover comentários acerca das movimentações do governo da situação, com raras críticas. Em contrapartida, O Globo ainda recorre à noção, em sua forma genérica, como a notícia em que se refere “aos notáveis serviços prestados à Guanabara e ao Brasil”⁹⁷, em relação à Rádio Globo, que completava 29 anos de existência naquela data. A homenagem da Assembleia Legislativa da Guanabara é reforçada, pela própria notícia, com uma listagem de importantes radialistas da Empresa e, assim, finaliza-se o texto, com a seguinte justificativa: “Faz justiça ao espírito empreendedor do jornalista Roberto Marinho”. Em suma, aqui é retomada a noção, em tom apreciativo, sempre acompanhada da ideia de “espírito” antecedido ao empreendedor, mas distante daquilo que propunha o economista liberal Gudin.

O uso do “empreendedor”, numa perspectiva genérica, tem eco em todas as seções do Jornal, desde propagandas de empresas diversas até clubes de futebol, como o caso da eleição do Clube de Regatas do Flamengo no biênio 77/78. Ao apresentar a chapa do candidato a presidente, Marcio Braga, e vice, Raul de Mello Rego, citam a necessidade de uma resposta

⁹⁴ Onde foi presidente do Club de Regatas Botafogo, em 1941 e 1942, contribuindo diretamente para a fusão com o clube de futebol homônimo.

⁹⁵ GUDIN, Eugênio. Schmidt. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1965, Ano XL n. 11.892, 12 de fevereiro de 1965, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

⁹⁶ GUDIN, Eugênio. O anti-lucro, erro grave (IV). *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano XLIV, n. 13177, 10 de fevereiro de 1969, Geral, p. 2. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021..

⁹⁷ Sem autor. Rádio Globo elogiada na Assembleia, *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano: XVIII, n. 11.522, 27 de novembro de 1973, Geral, p. 7. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021..

para “a torcida do Flamengo – seu maior patrimônio moral”, que “vem perdendo sua motivação e deixou de expressar o espírito carioca de alegria e festa”⁹⁸. Atrelado a isso, os candidatos “foram informados, por números e fatos, da catastrófica situação econômica e financeira em que se encontra nosso Clube”. A reportagem continua destacando que todas as respostas a essas questões, desenvolvidas pelos candidatos, “encontram eco na grande maioria que quer um Flamengo empreendedor como clube e empolgante como time. Um Flamengo devolvido ao coração do povo”. O deslocamento do uso da noção “empreendedor” e sua utilização, sem o rigor de Gudin, transparece uma generalização com “boa administração financeira”, lado às chamadas “paixões futebolísticas”. A divisão “clube empreendedor” e “time empolgante” determina uma racionalidade e paixão que foge até na conceituação que explora o “empreendedor” como “aventureiro. O uso apreciativo da palavra foi anexado numa relação mais de movimento que o “empreendedor” sugere do que a paralisia do “administrador”, algo que não combina com a “torcida do Flamengo”, vinculada ao “espírito carioca de alegria e festa”.

Caracterização similar, é a “Homenagem aos motoristas do Brasil no dia de seu padroeiro”⁹⁹, escrita pela Confederação Nacional dos Transportes Terrestres. A nota afirma que “Felizes os que podem chegar ao fim de uma jornada na convicção de que cumpriram o dever”. O texto coloca isso como resultado dos motoristas que fazem “rodar pela estrada centenas de veículos, transportando milhares de pessoas e as riquezas que o gênio empreendedor dos brasileiros cria cada dia”. Aqui, o “espírito” é substituído pelo “gênio”, uma aptidão a ser empreendedor que o brasileiro cria, numa metáfora a percorrer estradas. Mais um uso genérico, em grau apreciativo, fundamentado numa ideia de movimento, aventura.

Na década de oitenta, o Periódico deu sequência a essa noção genérica do termo. Destaque para a crise econômica no país, que já se acentuava desde o final dos anos 1970 em virtude dos voluptuosos empréstimos adquiridos pelos militares junto aos americanos para desenvolvimento de “obras faraônicas” no país. No final dos anos setenta, com o aumento do petróleo, foi reajustada a taxa de juros e o engessamento de mais empréstimos, elevando a inflação a níveis estratosféricos na América Latina, em destaque, o Brasil. Nesse sentido, para justificar questões globais de políticas equivocadas dos militares, recorre-se à lógica de

⁹⁸ Sem autor. Flamengo escolhe hoje novo presidente, *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano: LII, n. 15.786, 27 de dezembro de 1976, Esportes, p. 20. Disponível em: “Acervo O Globo” Acesso em: 15 de abril de 2021..

⁹⁹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES TERRESTRES. Homenagem aos motoristas do Brasil no dia do seu padroeiro, *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano LI, n. 15.632, 25 de julho de 1976, O País, p. 5. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

“individualização” das saídas, conforme o artigo de Hermes Fernandes, empresário do ramo varejista farmacêutico, com o título, “O essencial é confiar”¹⁰⁰, no qual ele afirma que: “O povo brasileiro é, por uma série de motivos, um povo empreendedor, criativo, ousado e sensível” para, em seguida, enaltecer as grandezas da natureza do país, em resposta às exigências econômicas dos americanos. Essa caracterização seria acionada com mais recorrência nas décadas seguintes, diante das crises econômicas, em que ela é vista como algo natural e passageiro e o indivíduo, no caso o brasileiro, “sujeito criativo”, poderia superá-la individualmente através do ato de empreender. Logicamente, nesse contexto, com a polarização das Repúblicas Socialistas Soviéticas, havia uma discussão mais aprofundada de projeto sistêmico, então, tal discurso não ganhava capilaridade como na década de noventa. Porém, é interessante notar seu rascunho para uma tônica comum com as recorrentes crises no período posterior.

A peculiaridade da década de 1980 é a organização de uma fração da burguesia que, até então, era secundarizada das decisões políticas. Falamos dos pequenos e médios empresários, que realizaram o I Congresso da Pequena e Média Empresa, em 1979: um “divisor de águas” para esses setores. O Jornal O Globo, fiel aos militares, não fez qualquer menção ao Congresso, principalmente, a partir de reivindicações de setores marginalizados por representações, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Para facilitar a compreensão desse contexto, resgatamos a abordagem do periódico paulista, Jornal da República, surgido no período de 27 de agosto de 1979 até janeiro de 1980, sob a supervisão dos jornalistas críticos à ditadura: Mino Carta e Cláudio Abramo.

Segundo a reportagem, com o título: “E conflito vem à tona... Vaias, gritos. É o protesto contra as decisões tomadas pelas grandes empresas”¹⁰¹, havia um clima de referências à “abertura democrática” e o temor dos pequenos e médios empresários de serem deslocados da sua contemplação no processo. Enquanto as greves do ABC, no mesmo ano, efervesciam e punham o chamado “Grupo dos 14”¹⁰² sob pressão, a fração dos pequenos e médios empresários reivindicavam mais crédito bancário e governamental. A hostilidade desses com o Grupo da

¹⁰⁰ FERNANDES, Hermes. O essencial é confiar. *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano: LV, n. 17.021, 30 de maio de 1980, Economia, p. 19. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁰¹ FÉLIX, A.; DIANEZI, Vicente. E conflito vem à tona... Vaias, gritos: é o protesto contra as decisões tomadas pelas grandes empresas *Jornal da República*, São Paulo, 1979, n. 68, 14 de novembro de 1979, Seção Economia, p. 8. Disponível em: Acervo “Biblioteca Nacional Digital Brasil”. Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹⁰² Trata-se do grupo da FIESP, que representava 22 sindicatos patronais, no período, que tangenciava desde montadoras de carros até indústrias de autopeças.

FIESP, evidenciava uma disputa patronal que iria colocar os secundarizados em pauta nas movimentações posteriores, inclusive, no O Globo.

A mobilização dos Pequenos e Médios Empresários (PMEs), obrigou o grande empresariado a incorporá-los no III Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁰³. É nesse contexto que o CEBRAE assume um papel de mediador das negociações e representante dos pequenos e médios empresários. A ditadura empresarial-militar já vinha em decadência e a burguesia assumia críticas abertas ao Estado como impelidor das demandas liberais que, agora, se rascunhavam. Um exemplo, é a reportagem de 24 de fevereiro de 1983¹⁰⁴ que destaca: “Empresários gaúchos: o governo está perdendo a credibilidade”. A reportagem expõe os mais variados setores do empresariado sulista (comerciantes, banqueiros e industriais) e num dos subtítulos demarca: “Livre iniciativa ameaçada”, no qual os industriais do Rio Grande do Sul afirmam em nota: “Desconfianças de toda ordem, angústias constantes, apreensões contínuas corroem o espírito empreendedor do industrial em meio à mais dura das recessões econômicas”.

A disputa, em torno da noção, coube ao último presidente militar, João Figueiredo (1979-1985), num discurso no Planalto, no Prêmio Tecnologia Liceu, em 1983, em que O Globo destacou no título: “Figueiredo pede trabalho, patriotismo e criatividade”¹⁰⁵. O título já desonera a figura forte do presidente, como alguém desnudo de autoridade, que recorre a um pedido do tripé de um “empreendedorismo à brasileira”: criatividade e patriotismo, lado a lado. O discurso de Figueiredo destaca que “o Brasil precisa do trabalho, da criatividade, da capacidade organizacional, do espírito empreendedor e do patriotismo dos seus filhos”. A resposta do militar aos questionamentos dos empresários gaúchos, na sua forma indireta, em relação ao “espírito empreendedor”, acrescenta o signo “patriotismo”, característica comum do regime militar para repelir críticas. O uso da noção “espírito empreendedor” é apreciativo em ambos os casos, com explorações distintas. Figueiredo inova ao trazer o termo “criatividade”, ação sempre vinculada ao “empreendedor” como “provocação” aos empresários que se queixam da crise.

¹⁰³ Os PNDs foram planos instituídos pelos militares com o objetivo de alavancar a economia e foram três: o primeiro (1972-1974), destacou-se pelos investimentos em infraestrutura; o segundo (1975-1979), propunha estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia; e o terceiro (1980-1985), tinha, como metas, o crescimento de renda e emprego, controle da dívida externa e inflação e desenvolvimento de novas fontes de energia.

¹⁰⁴ Sem autor. Empresários gaúchos: o governo está perdendo a credibilidade, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1983, Ano: LVIII n. 18.009, 24 de fevereiro de 1983, Economia, p. 18. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁰⁵ Sem autor.. Figueiredo pede trabalho, patriotismo e criatividade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1983, Ano: LVIII n. 18.143, 8 de julho de 1983, Economia, p. 17. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Nessa ordem, os pequenos e médios empresários irão incidir numa campanha de “desburocratização” do Estado, norteados por uma pauta de ataques aos “burocratas de escrivania” e em defesa da “desestatização”, conforme reportagem de *O Globo*, de 27 de setembro de 1983¹⁰⁶. A fala de dois quadros dirigentes lojistas, agitadores e vanguarda da fração dos PMEs, Guilherme Afif Domingos¹⁰⁷ e Samuel Schubert¹⁰⁸, reforçam a tônica desse segmento da classe dominante, que atribuía uma desconfiança ao excesso do Estado como responsável pela crise econômica que se acentuava no período. O título equivocado da matéria afirma: “Afif a lojistas: É preciso dizer ‘não’ à presença do Estado”¹⁰⁹. Em seguida, segue um outro título na fala de Schubert: “Schubert: Burocratas e mágicas não solucionam”. Conforme vimos em Fairclough (2016), a referenciação em terceira pessoa, na voz passiva, traz uma outra conotação, que endossa a linha do Periódico, naquele período, comungado com as perspectivas liberais. A reprodução da fala integral de Schubert, traz apenas uma avaliação a partir dos pequenos empresários: “É preciso entender que não há soluções milagrosas, e que os problemas que hoje nos afligem não serão resolvidos por um passe de mágica e nem por um grupo de burocratas encastelados em suas escrivainhas”. Ele continua seu discurso, trazendo como saída para os problemas econômicos: “O mais importante é saber enfrentá-los, confiando em nossa capacidade empreendedora e acreditando que a iniciativa privada terá condições de superar essa fase”.

Se antes os PMEs buscaram direcionar uma crítica especificada ao governo militar, já em fase de decadência, giram agora a um aspecto mais global, que é a defesa das ideias neoliberais através de alegorias como críticas ao “Estado” ou “burocracia”. Importante salientar que se substitui, ali, o vínculo do empreendedor com “espírito” e toma uma referência de “capacidade”, convencional à “iniciativa privada”, ou seja, percebe-se uma alteração do discurso comum a um empreendedorismo como aptidão à iniciativa privada do que algo “cultural”, explorado anteriormente.

¹⁰⁶ Sem autor. Afif a lojistas: É preciso dizer ‘não’ à presença do Estado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1983, Ano: LXI n. 18.224, 27 de setembro de 1983, Seção (se houver), Caderno (se houver), p. 18. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁰⁷ Naquele período, presidente da Associação Comercial de São Paulo. Seria eleito deputado federal em 1987-1991, além de presidente do SEBRAE nas gestões 1990-1994 e 2015-2018, vindo a integrar a Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego de São Paulo, no Governo de José Serra (2007-2010), e o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, no Brasil, no Governo Dilma (2015-2018).

¹⁰⁸ Importante liderança da rede varejista catarinense, também foi um notável intelectual da administração liberal; faleceu em 1993, com 45 anos.

¹⁰⁹ É importante salientar o peso da negativa, conforme vimos em Fairclough (2016).

Com o fim do período militar e a Nova República, inicia-se uma temporada de mediação junto ao governo de José Sarney (1985-1989), que assume após a morte de Tancredo Neves. Apesar da forte crise econômica, ocorreu uma leve trégua no setor empresarial que, agora, disputava suas pautas com as esferas das repúblicas, seja nas representações do Congresso ou no lançamento de candidatos, como o dono da multinacional Votorantim, Antonio Ermírio de Moraes, que perderia as Eleições Gerais de 1986 para o governo de São Paulo. Nesse período, há poucas referências à noção de “empreendedor” numa perspectiva de disputa de fundamentos ou prática, restringindo-se apenas às adjetivações, apreciações de personalidades, embora economistas liberais insistissem com planos de desestatização.

Isso se evidencia numa curta coluna do Jornal, de 20 de março de 1989¹¹⁰, na Seção de Economia, em uma caixa de texto onde não consta o autor (apesar dos outros textos estarem referenciados). O mesmo acaba confundindo-se com a própria opinião do Periódico e dos outros economistas (enviados especiais com notícias da economia internacional). O texto, nomeado “O insepulto”, faz referência a um suposto Estado brasileiro “cartorializado” desde a “época de Cabral”; em síntese, procura uma estrutura “burocratizada”. O interesse é a estruturação do texto, dividido em pequenos parágrafos que ora dialogam com o leitor (com informações), ora dialogam diretamente com o presidente Sarney. O texto abre com a afirmação: “Gerar empregos é uma característica sadia da iniciativa privada. E seu maior trunfo social”. Em seguida, em um outro parágrafo, afirma que a iniciativa privada assegura “os 40 milhões de empregos do que precisa a mão de obra brasileira”. Num outro parágrafo, afirma: “Sabe disto, muito bem, o presidente José Sarney”. Em seguida, em novo parágrafo, relata em tom direto ao presidente, que ele deve “ter recebido com estranheza e espanto” a proposta, de um rico empresário brasileiro, de “incentivos fiscais” para empregar funcionários públicos demitidos. Adiante, sugere que a sociedade já retribui ao empresário todo o “reconhecimento e respeito a todos empreendedores grandes e pequenos”. Essa modalização variada do texto, traz um deliberado caos interpretativo cujo objetivo é vincular ao Estado/governo como empecilhos e o Empresário/iniciativa privada como algo positivo. E, nessa abordagem, “o pequeno e grande empreendedor” são postados como vítimas, graças à tentativa de superar uma característica brasileira “insepulta”.

¹¹⁰ Sem autor, O INSEPULTO, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1989, Ano: LXVI n. 20.207, 20 de março de 1989, Economia, p. 18. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Apesar de o presente texto não ter autoria, a escrita, com referências eruditas, tem uma similaridade muito próxima à do intelectual liberal, José Guilherme Merquior¹¹¹, que detinha uma coluna cativa no Jornal O Globo durante a década de 1980. Crítico feroz ao Estado e do Governo Sarney, Merquior seria um dos formuladores do pensamento de Collor, colaborando, inclusive, no discurso de posse do presidente no ano de 1990. Numa coluna de 22 de outubro de 1989¹¹², denominada “Um pouco de patriotismo”, Merquior contesta as lutas internas entre as diversas classes e frações no país e salienta que a unidade culminará num Brasil “produtivo, investidor, empreendedor e construtivo”. Elementos que darão a tônica da campanha de Collor contra um Lula grevista e desejoso de luta.

Apesar de a década de 1990 caracterizar-se como o auge do neoliberalismo no Brasil, a noção de “empreendedorismo”, ou seja, a formulação sofisticada do termo enquanto ideologia, só aparece a partir do ano de 1997. Nesse sentido, continuamos trabalhando com o aparecimento do vocábulo “empreendedor” que, como vimos, apesar de sempre aparecer em tom apreciativo, possui categorizações gramaticas distintas, ora como adjetivo, em referência à uma personalidade de peso (como Roberto Marinho)¹¹³, ora uma ação acionada a partir de subsídios anteriores, como “espírito empreendedor”¹¹⁴ ou num viés mais cirúrgico e delimitado, como a do intelectual neoliberal Gudin¹¹⁵.

A demarcação da lógica “espírito empreendedor” era sempre acionada por colunistas nos parágrafos conclusivos de opinião para reforçar uma tese pró-capital ou pró-neoliberal. Um exemplo, é a Coluna Opinião do próprio Jornal, com o título, “O único futuro da URSS”¹¹⁶, que comenta sobre o processo de desintegração daquele Estado desde as políticas de Gorbatchov voltadas para uma abertura ao mercado. O texto não tem autoria e confunde-se com um editorial do Periódico, embora, esteja incluído na Seção “País”. Há um louvor em relação a essa abertura e uma rasa comparação com a situação brasileira, que desencoraja os trabalhadores a estímulos diante de “empresas estatais burocratizadas”. Novamente, no último parágrafo, se recorre, em tom de elogio, a Gorbatchov e Albakin¹¹⁷, que “contavam com pessoas audaciosas, com

¹¹¹ Tinha trânsito, também, em Brasília e entre o empresariado brasileiro.

¹¹² MERQUIOR, José Guilherme. Um pouco de patriotismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1989, Ano: LXV n. 20.423, 22 de outubro de 1989, O País, p. 7. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹¹³ Na leitura descompromissada de Cantillon.

¹¹⁴ Na caracterização de Say.

¹¹⁵ Mais próximo de Schumpeter e dos teóricos neoliberais.

¹¹⁶ O ÚNICO FUTURO DA URSS. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1990, Ano: LXV n. 20.599, 16 de abril de 1990, Opinião, País, p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹¹⁷ Economista soviético.

iniciativa, com espírito empreendedor contra essa posição do parasitismo, que a perestroika desmascarou e denunciou”. O crédito a indivíduos pró-mercado sempre perpassa por essa noção apreciativa do “espírito empreendedor”, uma forma de atenuar representações questionáveis e combatidas como “empresário” e “lucro”.

Essa formatação de recorrer ao “empreendedor”, no último parágrafo, é recorrente: uma saída para a delimitação conclusiva. A coluna de Benito Paret¹¹⁸, denominada “Pequenas empresas, muitos empregos: plano contra recessão”¹¹⁹, conclui que a melhor forma de enfrentar a crise econômica seria o financiamento de créditos governamentais para pequenas empresas a juros módicos. Segundo ele, isso “reencantaria” jovens em êxodo para outros países do capitalismo central, pois: “Esse jovem, está mais do que patente, é um empreendedor nato. Um empreendedor que não encontra espaço no seu país sequer para se arriscar e se vê forçado a abandonar família e amigos”. Aqui, diferente do período militar, já num período republicano, é justificada a falta do “patriotismo” como uma questão do Brasil que não incentiva o “jovem empreendedor nato”. O “arriscar” já denota a velha formulação do “espírito aventureiro”, mas que deve estar assegurado pelo Estado com incentivos.

Essa sinalização de Paret, é a essência da contraditória lógica neoliberal de “mercado livre”, mas com incentivos estatais. Nesse sentido, a coluna de Mário Amato¹²⁰ é cirúrgica ao discursar quanto à desoneração do CEBRAE como autarquia estatal, no Governo Collor, desde pressão do empresariado brasileiro, e uma cômoda “sugestão” para colocá-la sob a administração da Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio, a exemplo dos outros serviços do Sistema S. O título, “O congresso e o pequeno empresário: liberdade para agir”¹²¹, é iniciado com a referenciação do argumento de autoridade da figura plena, venerada pela burguesia periférica latino-americana: o presidente dos Estados Unidos, naquele período, George Bush (“pai”). A fala do mesmo, é anunciada como uma apologia à “liberdade econômica” e refere-se aos empreendedores como “um exemplo de organização

¹¹⁸ Naquele período, presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa. Paret é um importante formulador, agitador e tecnocrata do empresariado fluminense, com raízes no ramo de Informática.

¹¹⁹ PARET, Benito. Pequenas empresas, muitos empregos: plano contra recessão, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1990, Ano: LXV n. 20.614, 01 de maio de 1990, O País, p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021

¹²⁰ Importante liderança do grande e pequeno empresariado, transitando entre FIESP, CNI e, depois, o próprio SEBRAE. Reacionário assumido, fez forte campanha, nas grandes mídias, contra Lula na eleição de 1989, coagindo empresários. Nunca exerceu a vida parlamentar, mas era dirigente do APH Instituto Euvaldo Lodi, vinculado à CNI.

¹²¹ AMATO, Mário. O congresso e o pequeno empresário: liberdade para agir, *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano: LXV, n. 20.632, 19 de maio de 1990, O País, p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

social que se desenvolve de maneira próspera, à margem da intervenção do Estado”, segundo o *yankee*. A partir disso, Amato elogia a legislação que transforma o CEBRAE em serviço social autônomo e sugere que “seria desejável o Congresso que levasse em conta a capacidade da CNI e outros órgãos superiores da estrutura empresarial privada para gerir a nova instituição”. E avança em sua avaliação: “Isso significa dar ao empreendedor as condições para realizar e produzir, e às instituições com legitimidade para representa-lo a liberdade para agir”. Novamente, reitera que o “Estado oportunamente se demitiu do Cebrae, convém que a sua reestruturação reflita a profunda alteração existente na economia”, portanto, “a empresa privada e a iniciativa pessoal como os motores que acionam o progresso econômico, e a existência pioneira de sistemas como CNI e CNC”. Ele desonera o fundo neoliberal da política de Collor e vincula ao Estado que “se demite”, dando uma sugestão de “falência” do mesmo na condução da Entidade. O que vira sugestão acima, a administração pela CNI e CNC, assume como assertiva, na conclusão, ao dar a compensação de que esses setores poderiam avançar em condições para o empreendedor.

A falta de uma caracterização inequívoca do termo “empreendedorismo”, enquanto ideologia, se evidencia na reportagem do dia 22 de julho de 1991¹²², nomeada “Capitalismo se aprende na escola” que trata de “empresas juniores”. Ali, afirma-se que “o espírito empresarial pode ser estimulado”. A matéria traz a “Empresa Junior de Consultoria e Informática”, vinculada como projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (existente até hoje). Ali, a reportagem descreve o projeto em que “os objetivos fundamentais são aproximar o mundo acadêmico ao dos negócios e incentivar a capacidade empreendedora dos alunos”. Um dos membros do projeto diz: “A universidade forma empregados, não empresários”. Trata-se da ressignificação do papel educacional que ainda engatinhava nas discussões neoliberais, conforme vimos no capítulo anterior diante do Relatório Delors. Isso reforça as considerações acerca dessas formulações que têm relação direta da educação com o empreendedorismo, ainda distante de uma tentativa de organizar algo específico a isso.

Isso se reitera, por exemplo, na divulgação de um Seminário Internacional, no Rio de Janeiro (com a reprise em vários dias), do intelectual do “empreendedorismo”, Larry Farrel. O anúncio apresenta: “*Entrepreneurship*: os surpreendentes sucessos das empresas que

¹²² VAZ, Lenildo. Capitalismo se aprende na escola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1991, Ano: LXVI n. 21.061, 22 de julho de 1991, Caderno: Informática etc., p. 2. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

substituíram a burocracia pelas técnicas das empresas empreendedoras”¹²³. A nomenclatura, em inglês, apresenta algo que só seria desenvolvido quase no ano 2000: “empreendedorismo”, noção ainda não trabalhada no Brasil daquele período. Quanto a Larry C. Farrel, o mesmo despontava como referência mundial no ensino de empreendedorismo para empresários. Com alguns *best-sellers* sobre o tema, tinha trânsito em vários países, apresentando uma fórmula dinâmica para a aplicação do “*entrepreneurship*”; apesar disso, teve pouco eco no Brasil.

Em 1994, tivemos o embrião de uma das primeiras referências ao que compreendemos como noção de “empreendedorismo”. Trata-se da reportagem, “Empresário não precisa ter talento inato”¹²⁴, referente ao curso “Desenvolvimento do Comportamento Empreendedor”, do Serviço Nacional de Aprendizagem (SEBRAE). Apesar de não abordar, de forma nominal, a compreensão de “empreendedorismo”, explora-se a essência do mesmo segundo a visão dos liberais: “Ninguém precisa nascer com espírito empreendedor. O comportamento pode ser perfeitamente lapidado quando se adquire o conhecimento de como fazer para abrir um negócio próprio”.

Em texto do presidente do SEBRAE, no último ano Governo Itamar Franco, que assume após *impeachment* de Collor, apresenta-se uma “inovadora” leitura da educação, pontuando a perspectiva do SEBRAE nos anos posteriores. Numa coluna, o então presidente da Entidade, Antônio Fábio Ribeiro¹²⁵ demarca essa posição cujo título determina: “Oportunidade em educação”¹²⁶. No artigo, ele diz que a Entidade buscou, no Exterior, novos cursos gerenciais que fujam de uma lógica “padronizada” para formar empregados:

Nossos economistas, advogados, engenheiros, médicos, etc. saem das universidades para prestar concursos, ser empregados e não pequenos empresários, que amanhã, poderão, pelo esforço, perseverança e pertinácia, ser grandes empreendedores (RIBEIRO, 1994, p. 6).

¹²³ *Entrepreneurship*: os surpreendentes sucessos das empresas que substituíram a burocracia pelas técnicas das empresas empreendedoras, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1992, Ano: LXVII n. 21.344, 30 de abril de 1992, Economia, p. 34. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹²⁴ CARVALHO, Cleide. Empresário não precisa ter talento inato, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1994, Ano: LXIX n.22.012, 27 de fevereiro de 1994, Caderno: Boa Chance, p. 3. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹²⁵ Falecido, em 2012, Fábio era um importante empresário do Distrito Federal no ramo das indústrias de Informação.

¹²⁶ RIBEIRO, Antônio Fábio. Oportunidade em educação, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1994, Ano: LXIX n. 22.139, 4 de julho de 1994, Opinião, p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

A inauguração de uma escola, em Belo Horizonte, segundo ele, “vem para criar uma cultura do empreendedor: formar o empresário de amanhã” (IBIDEM, p. 6).

A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o SEBRAE é acionado, com maior frequência, no Jornal O Globo no que tange à discussão do “empreendedor”, seja com formações para desenvolver o seu “espírito” ou na organização de eventos para empreendedores. Apesar disso, ainda não encontramos a concepção até o ano de 1997. Para se ter uma ideia, na formação do Instituto Gênese, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), junto ao Centro Técnico-Científico (CTC), um dos primeiros a trabalhar com a ideia de incubação de “potenciais empresários” através do Programa de Formação de Empreendedores, conforme denuncia a matéria “PUC lança projeto para novo empresário: universidade monta incubadora para novas empresas e espera diminuir o número de falência no Rio”¹²⁷.

É, porém, no O Globo de 9 de dezembro de 1997, no Caderno Vestibular¹²⁸, que se explorou, pela primeira vez, a noção de “empreendedorismo” e fez menção ao vocábulo a partir da matéria: “Receita para o êxito profissional na virada do século: talento multifacetado, alto nível de informação e capacidade de atuar em equipe são características cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho”¹²⁹. Logo abaixo, um grupo de jovens em pé, numa dimensão fotográfica que os pega debaixo do corpo para cima, posiciona-se e encara a câmera, com a legenda abaixo da imagem: “Turma do curso de empreendedorismo que é ministrado pela PUC: quanto maior o nível de informação do profissional, maiores são as chances de conseguir um bom lugar num mercado cada vez mais globalizado”. A referência ao curso de empreendedorismo trata-se de uma disciplina eletiva da PUC para os cursos de Administração, Engenharia, Informática e Comunicação. A exploração da nova “era tecnológica” e “trabalho em equipe” são questões que, como vimos, têm relação com as metamorfoses do mundo do trabalho. A primeira citação ao empreendedorismo, no Jornal, trazia uma novidade do capital para os filhos da burguesia, classe empolgada com as transformações do capitalismo e os fenômenos Bill Gates e Steve Jobs. Essa ilusão demoraria menos de uma década para se dissolver.

¹²⁷ Sem autor. PUC lança projeto para novo empresário: Universidade monta incubadora para novas empresas e espera diminuir o número de falências no Rio, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1997, Ano: LXXII n. 23.184, 18 de maio de 1997, Caderno Boa Chance, p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹²⁸ No período, espaço voltado para o jovem classe média carioca, geralmente, vestibulando ou graduando.

¹²⁹ MENDONÇA, Alba Valéria. Receita para o êxito profissional na virada do século, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1997, Ano: LXXIII n. 23.477, 9 de dezembro de 1997, Vestibular, p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Em todo o processo de desenvolvimento da ideia de empreendedor, tivemos fortes influências dos teóricos clássicos do termo como Cantillon, Say, Schumpeter e os mais recentes de ordem neoliberal. A falta de uma definição demarcou o Periódico O Globo, que sempre o explorou em suas variadas nuances diante de contextos históricos, salvo exceções, como o intelectual neoliberal da economia brasileira, consciente de sua caracterização, mas que se mostrou um sujeito deslocado do seu tempo histórico, vindo a abandonar sua reivindicação diante de um bloco histórico empresarial-militar pouco preocupado em se desfazer das relações promíscuas entre Estado e grande capital estrangeiro. Nesse sentido, é somente a partir do final dos anos 1990, que a noção de “empreendedorismo” toma força, ou seja, um compromisso ideológico no campo da educação para contemplar o convencimento da ideia de “empreendedor”, “sujeito individual”, como solução à erosão das leis trabalhistas e ressignificação da precarização do mundo do trabalho.

4.3 O “empreendedorismo”, movimentação da burguesia para convencimento do trabalhador precariado, segundo o Jornal O Globo

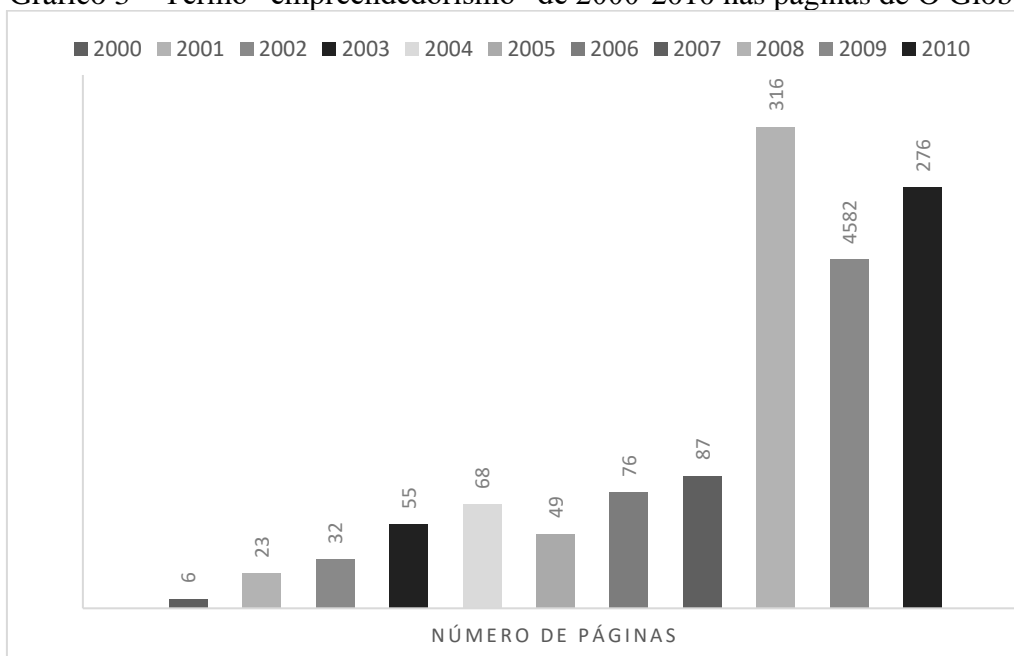
Conforme vimos, a noção de “empreendedorismo” só ganha força conforme a necessidade do capitalismo, leia-se, organismos transnacionais e suas representações executivas nos países periféricos de responderem ao conjunto da classe trabalhadora o processo de precarização do mundo do trabalho. Logicamente, a ideologia dominante determinaria uma formatação que potencializasse valores individuais para fragmentação da classe e descenso dos sindicatos e fermentasse, ainda mais, uma ideia de mérito. Como veremos a seguir, tal tática tomou dimensões que viriam a transversalizar até elementos identitários, além de uma forte intervenção na educação formal.

O “empreendedorismo” não deve ser compreendido como uma resposta imediata à ideia sempre apresentada, de forma genérica, do “empreendedor”, mas sim, como desdobramento de novos valores neoliberais introduzidos, inicialmente, numa juventude classe média empolgada com o ascenso neoliberal e *yuppie*¹³⁰ após vivenciar os últimos resquícios de uma URSS em

¹³⁰ O termo é a abreviação de *Young Urban Professional* (“Jovem Profissional Urbano”), de 20 a 40 anos, comum no auge do neoliberalismo, em países como Inglaterra e EUA. Em antagonismo aos *hippies*, são conservadores e pregam os valores individuais, com um forte apreço ao consumo e à materialidade (roupas de grife, tecnologia sofisticada e restaurantes da elite). No Brasil, ficaram em evidência nos Governos Collor e

crise. Depois do esgotamento para esse setor, diante do balanço negativo da burguesia, da incapacidade sistêmica de prover a livre concorrência, desenvolveram a formulação do empreendedorismo para os setores da classe trabalhadora. No Jornal O Globo, ele aparece, pela primeira vez, de forma tímida, no final do ano de 1997; é relacionado sete vezes em 1998; com uma ampliação para 20 citações em 1999¹³¹. No início dos anos 2000, tem-se uma maior recorrência, mas ainda não relevante. É a partir de 2008, ano da crise do capitalismo, que é citado de forma agressiva, em um momento renovador para a burguesia mundial, que abria mão de qualquer possibilidade civilizatória.

Gráfico 3 – Termo “empreendedorismo” de 2000-2010 nas páginas de O Globo



Fonte: Próprio autor (Adaptado, 2021).¹³²

Em 7 de abril de 1998, em coluna do então presidente do SEBRAE, Mauro Mota Duarte¹³³, pontua com o título “A utopia do possível”¹³⁴. Diante da forte crise econômica

FHC, atuando no mundo corporativo, e sua principal característica foi sempre uma relação de admiração aos EUA e desprezo à cultura local.

¹³¹ A maioria das citações se referem a cursos de empreendedorismo em universidades, como Castelo Branco ou Veiga de Almeida; poucas, são de reportagens.

¹³² Consulta feita até 27 de fevereiro de 2021.

¹³³ “Braço direito” do ex-presidente Itamar Franco, chegou a ser ministro-chefe da Secretaria da Presidência, em 1992. Sua trajetória sempre esteve ligada ao alto escalão da “politicagem” de Brasília, com breves passagens em órgãos empresariais, situação que culminaria em ataques e, até ações, com denúncias de corrupção por parte da FIESP, que não o via como legítimo representante de sua fração. Apesar disso, pelo seu forte tato de articulação, manteve-se na presidência do SEBRAE por dois mandatos seguidos (1994-1996; 1996-1998).

¹³⁴ DUARTE, Mauro Mota. A utopia do possível, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1998, Ano: LXIII n. 23.596, 7 de abril de 1998, Opinião, p. 7. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

daquele ano e o aumento considerável de desempregados no país, Mauro foge ao escopo e enxerga uma breve possibilidade de transformar “informalidade” e trabalho precário em grifes de “empreendedorismo”: “O empreendedorismo se desenvolve com a criação de novas empresas nas pequenas comunidades”. Ele procura vincular essa ideia ao Programa de Emprego e Renda, criado pelo Governo FHC, e vinculá-lo ao SEBRAE. A ideologia empreendedora que surge, inicialmente, como concepção para a classe média alta, é abordada, pela primeira vez no Periódico, como solução para a erosão dos direitos trabalhistas. Em contrapartida, dada a condição de Mauro Duarte, quadro de confiança de FHC, mas não de consenso para a fração dos empresários, essa determinação não encontra eco naquele primeiro momento.

Uma outra entrevista destacada, foi na edição do dia 23 de agosto de 1998¹³⁵, do consultor empresarial, psicólogo e empresário, Waldez Ludwig, no Caderno Boa Chance¹³⁶. Ludwig seria um dos primeiros difusores da ideia do empreendedorismo no Brasil sob uma perspectiva de agitação em palestras nas grandes empresas, convites para programas de TV, além de diversos espaços do mundo corporativo. O título de um trecho de sua entrevista, denominado “Conhecimento importa mais que capital”, tutela ressignificações, termos e expressões. A introdução para a entrevista destaca:

Em tempos de desemprego, [Waldez] não compartilha do mesmo medo que atormenta milhões de brasileiros: o de um belo dia voltar para casa com uma dispensa na carteira de trabalho. Acostumado a inventar a própria profissão [...], leva a vida ensinando trabalhadores a encontrarem trabalho num mundo cada vez mais sem emprego (O GLOBO, 1998, p. 17).

A introdução reitera que Waldez “[...] é adepto do empreendedorismo, da geração de conhecimento e defende uma ampla reforma na educação, para que os trabalhadores mais bem preparados aprendam a administrar suas carreiras”. No decorrer da entrevista, ele reitera questões como o fim dos salários e outras teorias coniventes para o capital no intuito de justificar um sistema que se esgota. O mais fundamental, é nos atermos aos destaques da manchete e a caracterização que ele faz do “conhecimento”, sintonizada à reivindicação dos intelectuais neoliberais: trata-se da lógica do “conhecer o mercado, a demanda de consumo”,

¹³⁵ DUNNINGHAN, Andréa. Entrevista com Waldez Ludwig, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1998, Ano: LXXIV n. 23.794, 23 de agosto de 1998, Boa Chance, p. 17. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹³⁶ O surgimento desse Caderno dominical do Jornal, no dia 12 de setembro de 1993, foi sob o incentivo de empresários e sindicalistas. Ele trazia concepções do empresariado para as transformações do mundo do trabalho e discussões constantes das tendências da patronal em processos seletivos, formas de lidar com o desemprego e classificados, com oportunidades de trabalho. Logicamente, era uma resposta às contradições do neoliberalismo que emergiam.

distante da compreensão de conhecimento conforme o modelo formal educacional hegemônico. É importante destacar, na introdução, a diferenciação que se faz de “trabalho” e “emprego”. De uma forma otimista, o discurso do desemprego é celebrado como a “possibilidade” de desvinculo e autoadministração, na ideia do “homem-empresarial”, como vimos.

No início dos anos 2000, vemos a noção aparecer de forma reduzida, pois sua recorrência ainda será voltada para a juventude classe média. A partir de 23 de maio de 2000, o periódico compacta as Seções Vestibular e Planeta Globo¹³⁷, no Caderno Megazine¹³⁸. Numa linguagem mais simples e voltada para a juventude, com diagramação colorida¹³⁹ e em formato de revista, ali, definiam-se as ideias dominantes para os filhos da classe média. Uma das seções dessa revista, era a Coluna “Oriente-se”, de Patrícia Carlos de Andrade¹⁴⁰, uma das fundadoras, em 2005, do Instituto de Realidade Nacional (IERN), que se tornaria o Instituto Millenium no ano seguinte, uma *think tank* da Nova Direita pró-liberalismo. Em sua coluna de 21 de novembro de 2000¹⁴¹, ela nomeia o conteúdo de “Quero ser dono”, continuando no parágrafo seguinte: “Esta foi a resposta de João, meu sobrinho, quando tinha 3 anos, àquela pergunta que todos nós já ouvimos: ‘O quer você quer ser quando crescer?’”. Dando sequência, ela continua: “Ele já pensava, na época, algo que todo mundo pensa quando surgem insatisfações com a carreira, dúvidas sobre os caminhos a seguir e até uma certa preguiça de ter que ‘ralar para chegar’ a algum lugar: ter seu próprio negócio”. A metáfora da criança prodígio, imatura, mas inteligente, incrementa a argumentação voltada para o leitor, assim como a exploração de gírias “ralar para chegar”. Em sequência, no texto, ela faz um balanço das pequenas empresas que faliram porque faltou o “espírito empreendedor”¹⁴². Elaborando alguns tópicos para êxito dessa ideia, ela afirma: “O perfil do empreendedor, apesar de não definir uma profissão no sentido tradicional da palavra, vem cada vez mais sendo objeto de estudos e de cursos, como os de EMPREENDEDORISMO, e está adquirindo contornos definidos”.

¹³⁷ Voltado para matérias científicas.

¹³⁸ Durou até 30 de agosto de 2011. A última capa, referiu-se aos protestos dos jovens no mundo árabe, EUA, Londres, Paris e Chile. O retorno da juventude às ruas representou um esgotamento de parte dessa ideologia.

¹³⁹ A maioria do jornal ainda era em preto e branco.

¹⁴⁰ Filha do falecido jornalista Evandro Carlos de Andrade, responsável pela Central Globo de Jornalismo em todo o período FHC e uma das lideranças de implementação da GloboNews, em 2001.

¹⁴¹ ANDRADE, Patrícia Carlos de. Quero ser dono, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2000, Ano: LXXV n. 24.341, 21 de novembro de 2000, Oriente-se, Megazine, p. 12. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁴² Aproveitando a ferramenta das cores, ela demarca de vermelho essa parte.

Em outra Coluna, denominada “Oportunidades para empreender”¹⁴³, ela procura desenvolver uma semiótica do empreendedor: “Quando pensamos num jovem executivo, vem logo à mente a imagem de um homem elegante lá pelos seus 40 anos. Isso se deve a mensagens constantes transmitidas pela mídia”. E continua:

Implícita nesta imagem, está a noção de que não há lugar para jovens empresários. Quando eles aparecem, são imediatamente associados a computadores e internet. Mas, este não é o retrato fiel da realidade: JOVENS EMPREENDEDORES (ANDRADE, 2000, p. 14. Grifo da autora).

Numa linguagem simples e de desconstrução de uma imagem, ela alerta, em caixa alta, uma possível convocação do leitor. Embaixo, ela transcreve os “Empreendedores do meio ambiente”, diante da abertura dessas possibilidades a partir das grandes empresas que evitam a construção de um departamento específico e contratam micro e pequenas empresas na área, fenômeno que ela assume como “terceirização”. E finaliza, em sua reduzida coluna: “Empreender também se aprende na escola”, na qual explora os cursos do SEBRAE e cursos de gestão em algumas universidades do Rio de Janeiro.

Esse movimento de entendimento do empreendedorismo e uma fé ingênua de uma pequena burguesia nessa ideia da capacidade do mérito, promoveu um *boom* inicial da disciplina em alguns colégios particulares da elite do Rio de Janeiro conforme a matéria: “Revolução nos bancos escolares: crianças têm aula de educação financeira e adolescentes já viram empresários”¹⁴⁴. São citadas escolas, como Gay-Lussac, Mopi e Sá Pereira, onde alunos são apreciados pelos conhecimentos acerca do valor da moeda, compra e troca, dentre outros. Salienta-se que “as aulas são apenas o início da revolução que está transformando as escolas. A prática é levada ao extremo por organizações como a *Junior Achievement*¹⁴⁵, que estimula o empreendedorismo em adolescentes em todo o país”. O Colégio Everest Internacional¹⁴⁶, por

¹⁴³ ANDRADE, Patrícia Carlos de. Oportunidades para empreender, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1990, Ano: LXXVI n. 24.562, 28 de novembro de 2000, Oriente-se, Magazine, p. 14. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁴⁴ ELOY, Patricia.. Revolução nos bancos escolares: crianças têm aula de educação financeira e adolescentes já viram empresários, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2002, Ano: LXXVIII n. 25.214, 18 de agosto de 2002, Economia, p. 36. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁴⁵ Conforme havíamos citado, no capítulo anterior, a *Junior Achievement* é um Aparelho Privado de Hegemonia (APH), que forma jovens para a lógica do empreendedorismo. É financiada por diversas grandes empresas e atua através de licitações de redes públicas ou privadas de ensino. Encontra-se em todo o território nacional.

¹⁴⁶ Educandos da classe média baixa.

exemplo, é citado em uma reportagem denominada: “Ensino fica mais fácil na prática”¹⁴⁷, em que a coordenadora pedagógica da escola diz que “criou um projeto baseado no principal conceito pedagógico da escola: o empreendedorismo”.

Esse impacto da pequena burguesia, vai dando lugar às novas elucidações acerca do empreendedorismo. Conforme se avança, caracterizações do “empreendedor”, como uma resignificação do “trabalhador informal” ou “precariado”, e a exploração dessa noção, vão ganhando novos contornos. Em reportagem de Luciana Rodrigues¹⁴⁸, jornalista de Economia de O Globo, o despertar dessas condições vão desnudando-se, conforme o título: “Brasil é o país do empreendedor por necessidade”¹⁴⁹. A reportagem destaca que, entre os 37 países pesquisados, “Brasil é o que tem a maior parcela da população adulta que resolveu abrir um negócio por falta de alternativa”. Ela continua: “Seja uma birosca na esquina, uma carrocinha de cachorro-quente ou uma franquias. Estima-se que 7,5% ou 8 milhões de brasileiros se encontram nesse caso. Outros 6% [...] são empreendedores”. Essa reportagem de Luciana foge à normalidade do editorial de O Globo, sempre pró-mercado e naturalização das precarizações das relações trabalhistas. Inclusive, a própria caracterização “birosca na esquina” ou “carrocinha de cachorro-quente” pouco sintoniza a referência do Grupo O Globo em sua valorização e romantização do individual. Logicamente, essa reportagem é algo não convencional, a começar pelo contraste das outras linhas do próprio Jornal de supervalorização do empreendedor. Cabe um alerta nessa mesma notícia, pois demarca as contradições do meio, nem sempre com o controle integral de suas matérias.

A reportagem acima se distancia, por exemplo, da publicada em 25 de maio de 2003, nomeada: “Apoio ao que é novo: quem são as entidades que dão suportes a empreendedores inovadores”¹⁵⁰. Essa recorre aos mecanismos comuns de valorização da noção do “empreendedor”, que são: “novo”, “inovador”, “novidade”, “moderno”. Trata-se da mesma tática utilizada pelos neoliberais quando fundamentam seus ataques a direitos trabalhistas:

¹⁴⁷ Sem autor. Ensino fica mais fácil na prática, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2002, Ano: LXXVIII n. 25.295, 7 de novembro de 2002, Educação, Caderno Zona Norte, p. 9. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁴⁸ Luciana foi promovida à editora de Economia de O Globo, em 2017. Pode ser compreendida como social-liberal a partir de sua formação e reportagens.

¹⁴⁹ RODRIGUES, Luciana. Brasil é o país do empreendedor por necessidade, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2003, Ano: LXXVIII n. 25.543, 13 de julho de 2003, Economia, p. 37. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁵⁰ RIBEIRO, Fabiana. Apoio ao que é novo: quem são as entidades que dão suportes a empreendedores inovadores, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2003, Ano: LXXVIII n. 25.494, 25 de maio de 2003, Boa Chance, p. 1. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

recorrem a termos como “reforma”, “modernização”, em suma, algo sempre ponteadado num futuro idealizado cujas problemáticas do presente serão resolvidas com “mudanças”, “novidades”. O subtítulo da reportagem afirma: “Firmas assistidas: novas ideias e alta taxa de crescimento”. Esse “novo” sempre vem vinculado à ideia de “crescimento”, “aumento”, “expansão”, “desenvolvimento”. A reportagem, em questão, se encontra no Caderno Boa Chance, conforme vimos, uma seção construída para reproduzir as ideias dominantes do empresariado brasileiro. Ali, ela cita algumas entidades que aplicam formações para o empreendedorismo: Instituto Empreender Eavor¹⁵¹, Ibmec Business School e Ashoka¹⁵². Tais APHs recorrem à dinâmica de incorporarem, aos seus quadros, intelectuais de “grife”, ou seja, formados em universidades respeitadas do Brasil, dos âmbitos público e privado. Logicamente, esses APHs, citados na reportagem, atuarão em menos peso e dimensão do que o SEBRAE, o principal reprodutor da ideia de empreendedorismo. Há conexões e parcerias, entre eles, porém o último, diante do longo histórico no Brasil e sua relação promíscua com frações da burguesia brasileira, além de forte relação estatal, tem mais peso do ideário.

Esse peso, de tal Entidade, se evidencia na reportagem: “Empreendedorismo, uma disciplina em alta”¹⁵³. A reportagem destaca, a partir do estudo do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), vinculado à Confederação Nacional da Indústria (CNI), que ocorreu um aumento das instituições que aderiam ao projeto do SEBRAE, denominado “Universitário de Empreendedorismo”. O IEL é um APH da CNI, criada em 1969, que formula concepções desenvolvidas para o empresariado da FIESP e tem fortes relações com o SEBRAE e o Serviço Social da Indústria (SESI). A reportagem destaca que, de 1998 até 2001, 112 mil alunos tiveram acesso à disciplina. Logicamente, o objetivo da reportagem é apenas fazer um diagnóstico de que algo vinha ampliando-se, porém é interessante analisar a conclusão de uma coordenadora da CNI com esse aprendizado: “Os alunos passam a ter postura pró-ativa. Mas precisamos

¹⁵¹ Trata-se de um APH, localizado em Nova York, com forte intervenção nos organismos supranacionais, na capilarização do ideário do empreendedorismo no mundo, presente em mais de 30 países. Chegou ao Brasil, em 2000, pelas mãos de Beto Sucupira e Jorge Paulo Lemann, e esteve em diversas empresas relacionadas a Tecnologias de Informação, em destaque, Descomplica, Portal Educação, Quero Educação, Move Edu e Passei Direto.

¹⁵² Fundada na Índia, em 1980, a Ashoka desenvolveu o termo de “empreendedorismo social”, voltado para os países periféricos do capitalismo. No Brasil, chega em 1987, onde atua em comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, além de nichos seculares, como o Artesãos Rurais, dentre outros. O objetivo é inculcar a ideia do “empreendedorismo” junto a esses grupos. Sua principal ferramenta de reprodução, é o programa “Escolas Transformadoras”, em parceria com algumas escolas do país, que desenvolve a dinâmica do empreendedorismo, além do vínculo de várias intelectuais incorporadas em redes públicas de educação.

¹⁵³ Sem autor. Empreendedorismo: uma disciplina em alta, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2004, Ano: LXXIX n. 25.718, 4 de janeiro de 2004, Boa Chance, p. 8. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

verificar como acompanhar a carreira deles”. Essa afirmação evidencia que o acesso à disciplina não conclui numa carreira exitosa, ponderação que será cada vez mais abandonada na década posterior quando se necessita de uma ideologização com mais força dessa lógica.

Em contrapartida, a falência da lógica empreendedora, vinculada ao microempresário, assume uma suposição que ganha força a partir de 2004: a burocracia estatal. A concepção liberal de demonização do Estado é justificada na reportagem: “O longo caminho para se tornar um empresário: levantamento do Banco Mundial mostra que Brasil é um dos países com mais entraves ao empreendedorismo”¹⁵⁴. É importante salientar que a reportagem está localizada no Caderno de Economia. Se antes, surgia como alternativa para a juventude no Megazine ou Boa Chance, agora, ela toma papel central na discussão globalizante do país, nivelada como uma ferramenta central para a burguesia, principalmente, quando os organismos transnacionais determinam diretrizes cada vez mais firmes para o empreendedorismo. Uma outra abordagem, que é importante alertar, é a noção de empreendedorismo como um movimento, uma ação, que culminaria no “pequeno empresário” e não mais na caracterização genérica do “empreendedor”, em suma, um pequeno empresário bem-sucedido percorreu o processo de “empreender”, não apenas no sentido comum de abertura de um negócio, mas também, no âmbito formativo, com o “empreendedorismo”. A reportagem argumenta que, no Brasil, há uma forte “burocracia” para abrir uma empresa, com 152 dias de execução, conforme pesquisa do Banco Mundial, e os microcréditos “adiantam”, afinal, o maior entrave é a burocracia. Para balizar a autoridade dessa afirmativa, o presidente do SEBRAE, no período, Paulo Okamoto, recorre à argumentação liberal de crítica ao arcaico: “[...] Falta uma visão mais moderna no Brasil em relação ao pequeno negócio”. A solução é dada no tópico seguinte: “A Lei Geral da Pequena Empresa é apontada como o caminho para reduzir a burocracia”.

Uma outra reportagem, que trata da temática de demonização de exigências para o “empreendedorismo no Brasil”, é a que relata a ação do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Rio (SINDLOJAS-RJ) em contribuir na formalização de pequenas empresas. O título: “Dando um chega-pra-lá na burocracia: em dois anos, programa do Sindlojas do Rio ajudou 200

¹⁵⁴ RIBEIRO, Erica. O longo caminho para se tornar um empresário: levantamento do Banco Mundial mostra que Brasil é um dos países com mais entraves ao empreendedorismo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2004, Ano: LXXIX n. 25.794, 21 de março de 2004, Economia, p. 37. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

empreendedores a se legalizarem”¹⁵⁵. O tom otimista do Boa Chance sempre vai contrastar na discussão do mesmo tema quando é citado na Seção Economia, conforme a que afirma: “Brasil é o 6º maior empreendedor. Mas, pesquisa diz que empresas do país têm dificuldade para expandir”¹⁵⁶. O tom “positivo” de um ranking, é sequenciado por uma adversidade: “A dificuldade para expandir”. A movimentação organizada pelo SEBRAE para a aprovação da Lei Geral, que seria feita em 2006, conforme vimos, tinha a simpatia do presidente, no período, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002. Na política de conciliação de classes do partido, Lula vinha aproximando-se dos defensores dessa noção, conforme nota da Seção Economia, do dia 16 de outubro de 2004¹⁵⁷, que relata:

A Fundação Schwab para o Empreendedorismo Social fará em Campinas, de 4 a 6 de novembro, sua primeira reunião fora da Suíça. Participarão do evento, que debaterá o futuro do empreendedorismo social, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico (O GLOBO, 2004, p. 31).

O empreendedorismo ia tomando outras seções do Periódico O Globo, como o “Jornal da Família”, categoria criada em 1972 para reproduzir, junto à classe média, os valores conservadores da ditadura empresarial-militar. Essa Seção é extinta em julho de 2004 e substituída pela circulação da Revista de Domingo. Antes de ser extinto, vemos a seguinte reportagem no Jornal da Família: “A formação do caráter começa ainda no berço: quando família e escola falham, resta ao mercado fazer sua parte, valorizando o primeiro emprego”¹⁵⁸. O artigo afirma que cabe à família reproduzir valores do mundo corporativo aos seus filhos:

Boa parte das qualidades que o mercado profissional pede hoje, como criatividade, proatividade e empreendedorismo – ou a falta dessas qualidades – têm a ver com o exercício de direitos e deveres em família (O GLOBO, 2004, p. 3).

¹⁵⁵ RIBEIRO, Fabiana. Dando um chega-pra-lá na burocracia: em dois anos, programa do Sindlojas do Rio ajudou 200 empreendedores a se legalizarem, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2004, Ano: LXXX n. 25.948, 22 de agosto de 2004, Boa Chance, p. 3. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁵⁶ DOCA, Gevalda. Brasil é o 6º maior empreendedor. Mas, pesquisa diz que empresas do país têm dificuldade para expandir, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2004, Ano: LXXIX n. 25.749, 4 de fevereiro de 2004, Economia, p. 29. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁵⁷ Sem autor. Nota, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2004, Ano: LXXX n. 26.003, 16 de outubro de 2004, Economia, p. 31. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁵⁸ NEVES, Tania. A formação do caráter começa ainda no berço: quando família e escola falham, resta ao mercado fazer sua parte, valorizando o primeiro emprego, *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano: LXXIX, n. 25.718, 4 de janeiro de 2004, Jornal da Família, p. 3. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

O empreendedorismo, agora, coabitava valores da educação familiar e sai da esfera do Boa Chance ou da Economia: transitava o cotidiano das casas, a esfera privada, a intimidade das famílias.

Uma outra iniciativa, que surge no Periódico, em junho de 2003, é o Encarte “Razão Social”, uma iniciativa do jornal para expor iniciativas de grandes empresas do capitalismo com viés voltado ao ideário social-liberal, uma preocupação cômoda e pouco revolucionária com a desigualdade social num diálogo com o Governo Lula, que havia acabado de assumir e se demonstraria praticante dessa noção. A Revista Razão Social sofre uma fusão à Seção Planeta Terra, que tratava de temas ambientais, e surge a Revista “O Globo Amanhã”, em agosto de 2012, com a incorporação de novos temas do capitalismo como “desenvolvimento sustentável”. Em relação à Razão Social, é importante trazer uma reportagem de 7 de junho de 2004¹⁵⁹, que relata: “Empresas investem em programa que ensina noções de empreendedorismo em escolas no Rio: bom capitalismo vira lição para alunos carentes”. A caracterização “bom capitalismo”, relacionada ao empreendedorismo, torna-se lição para alunos “carentes”, leia-se, estudantes da escola pública municipal do Rio de Janeiro. O formador é o APH, *Junior Achievement*. De qualquer forma, essas pequenas transformações do empreendedorismo, que vão além dos Cadernos Economia e Boa Chance, dão a dimensão de que tal elemento estava a se expandir no cotidiano dos brasileiros, adentrando em escolas públicas do Brasil, superando o alvo inicial que era a classe média brasileira.

A administração executiva de Lula vai fomentar ainda mais a capilaridade do empreendedorismo, de acordo com a reportagem do Boa Chance, em janeiro de 2005: “O negócio da ocasião: cresce apoio institucional para quem criar ou ampliar um empreendimento”¹⁶⁰. A reportagem alerta que “há quem acredite que o emprego tradicional, o da carteira assinada, jamais vai recuperar o terreno perdido para a abertura comercial e a globalização”. Essa naturalização, da erosão de direitos trabalhistas, é questionada retoricamente: “Fazer o quê? Empreender, respondem os especialistas”. São apresentadas novas entidades e apoio do governo federal para fomentar tal condição; destaque para o seguinte trecho: “Nos últimos anos, o SEBRAE, que tradicionalmente orienta empreendedores, vem

¹⁵⁹ MOTTA, Ayadano André. Bom capitalismo vira lição para alunos carentes, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2004, Ano: LXXIX n. 25.872, 7 de junho de 2004, Razão Social, p. 19. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁶⁰ CRISTINA, L.; RIBEIRO, Fabiana. O negócio da ocasião: cresce apoio institucional para quem criar ou ampliar um empreendimento, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2005, Ano: LXXX n. 26.088, 9 de janeiro de 2005, Boa Chance, p. 1. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

ganhando ajuda”. Daí, são citadas a Ashoka, *Junior Achievement* e Avina¹⁶¹, entidades potencializando-se em parceria com o SEBRAE.

Apesar do crescimento do empreendedorismo no Brasil, a passos largos, nos anos 2000, ainda não havia sequer uma caracterização comum do que se tratava a ação. Muito motivada, também, pelas questões materiais concretas, afinal, as movimentações dos seus formuladores e difusores ainda se chocavam, conforme vimos, em qual objetivação de classe e grupo ele deveria ser priorizado. Nesse sentido, a reportagem: “Uma palavra à procura de espaço no dicionário: oficialmente, o termo empreendedorismo nem existe”¹⁶², lançada no Boa Chance, expõe isso. O texto apela para que o vocábulo esteja presente na quarta edição do Dicionário Aurélio e relata uma “campanha de marketing”, do Instituto Endeavor, que agradece à imprensa pela constância da noção. O Boa Chance afirma que consultou especialistas sobre o significado do termo e “uns acham que ela [a palavra] se refere ao que é novo. Outros, não necessariamente”. Essa diferença de concepção do vocábulo reitera as diferentes compreensões das frações burguesas, como a citada Fundação Getúlio Vargas¹⁶³, que compreende o empreendedorismo como a “capacidade de interagir com o meio ambiente, identificando vantagens competitivas, para desenvolver atividades inovadoras ou não, que gerem riqueza”, uma visão próxima à pregada por Schumpeter e os teóricos neoliberais, numa leitura global, macro, que pouco explora as relações de trabalho. Em contrapartida, o APH Endeavor afirma que: “É a habilidade de concretizar planos a partir de recursos escassos, de começar pequeno, mas sonhos ambiciosos”, uma afirmação que vai de encontro às demandas de ideologização do mundo do trabalho onde se abandona a ideia do trabalhador “clássico” do capitalismo fordista e supera, inclusive, o da era do Toyotismo, determinado pela ideia liberal individual de homem-empresário, competitivo.

Essa segunda concepção se difunde com mais facilidade, junto ao conjunto da classe trabalhadora, e soma à uma abordagem potencializada de confronto ao Estado burocrático; uma

¹⁶¹ Este APH, é vinculada à Plataforma F-20, criada antes da reunião do G-20, em Hamburgo (2017). A Plataforma reúne várias fundações privadas, que desenvolvem política no planeta desde os diálogos estabelecidos pelos organismos transnacionais. Os eixos de suas ações giram em “combate à desigualdade” e pela “estabilidade climática”. Sua representação, na América Latina, é a Fundação Avina, fundada em 1994, pelo bilionário suíço, Stephan Schmidheiny. Seu objetivo é difundir o empreendedorismo, com viés social, a partir de soluções para as mazelas da América Latina.

¹⁶² CRISTINA, Léa. Uma palavra à procura de espaço no dicionário: oficialmente, o termo empreendedorismo nem existe, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2005, Ano: LXXX n. 26.088, 9 de janeiro de 2005, Boa Chance, p. 1. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁶³ Trata-se de uma instituição brasileira de ensino superior, fundada em 1944, com diversos cursos de graduação e pós-graduação. É considerada uma das maiores *think tanks* (ou APH) do mundo. É dali que saem os grandes intelectuais da burguesia, defensores da ideologia neoliberal.

leitura reduzida e pragmática do neoliberalismo, mas conveniente. Na Carta dos Leitores, em 24 de abril de 2005¹⁶⁴, chama a atenção a explanação de Luiz Ramos da Silva Filho, cujo título alerta: “Pobre empreendedor”. Ali, ele alerta ao se regular as pequenas empresas no Brasil, focalizando-se a tributação, afinal: “Esquecem-se os nossos criadores de políticas públicas que o foco deve estar no empreendedor, pobre coitado que tenta e é devorado sempre por impostos, taxas, contribuições várias, que levam seus sonhos e economias”. O signo criado pelo leitor retoma a uma constante explorada pela cartilha dos liberais: a ideia do “leão devorador”, referência ao Estado, que engole os empresários com tributações e “atrapalha” esse setor. O discurso do grande empresário, ao recorrer tal metáfora, é que essa tributação seria um empecilho à “ampliação de empregos”, porém, no caso do empreendedor, reduz-se a “sonhos e economias”. Uma caracterização que se ampliaria, conforme essa ideia de “homem-empresa” se capilariza, é a atomização das subjetividades em confronto à análise complexa de âmbito amplo e respostas de ordem coletiva, representadas pelos movimentos sociais.

O caso brasileiro vai fomentar essa condição devido à exploração da informalidade cada vez mais deslocada para atribuir uma concepção. O título da reportagem: “SEBRAE analisa os efeitos do nível de formação do empreendedor brasileiro: só 14% dos que abrem empresa têm curso superior, diz pesquisa”¹⁶⁵. A reportagem destaca o quanto o “empreendedorismo” é algo acessível, que não exige escolaridade, desde que se tenha uma compreensão da demanda, conforme ponderado pelos intelectuais clássicos da noção. Exemplo, é a reportagem: “Vila Mimosa gira R\$1 milhão ao redor do sexo: negócios na região vão de bares à lavanderia e governo faz projeto de capacitação para tirar mulheres da prostituição”¹⁶⁶. Desprezando o moralismo, a ilicitude e a marginalização da região, ressaltam-se as “empreendedoras”, que reconheceram, no nicho, uma forma de abrir seu negócio, como o caso da auxiliar de Enfermagem, Cristina de Fátima Soares, que “identificou no gueto uma maneira de abrir seu negócio”, já que “preocupada com a concorrência da rua, Cristina fez cursos de empreendedorismo no SEBRAE” para abrir sua lavadeira popular. Nesse período, incorporam-se, também, questões do debate identitário: “Que sexo frágil, que nada: prêmio vai

¹⁶⁴ SILVA FILHO, Luiz Ramos da. Pobre empreendedor, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2005, n. (se houver), 24 de abril de 2005, Carta dos Leitores, p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁶⁵ Sem autor. SEBRAE analisa os efeitos do nível de formação do empreendedor brasileiro: só 14% dos que abrem empresa têm curso superior, diz pesquisa, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2005, Ano: LXXX n. 26.193, 8 de maio de 2005, Boa Chance, p. 2. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁶⁶ RIBEIRO, Fabiana. Vila Mimosa gira R\$1 milhão ao redor do sexo: negócios na região vão de bares à lavanderia e governo faz projeto de capacitação para tirar mulheres da prostituição, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2005, Ano: LXXX n. 26.221, 22 de maio de 2005, Economia, p. 38. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

dar viagem internacional de negócios a mulheres empreendedoras”¹⁶⁷, trata a notícia de uma viagem cedida pelo SEBRAE num processo seletivo que conste a melhor história de “mulher empreendedora”, perspectiva que será cada vez mais explorada nos anos seguintes como resposta ao represamento de movimentos sociais antissistêmicos da esquerda.

A partir de 2006, se consolida a noção de empreendedorismo com o viés exigido pelo novo capitalismo, de ressignificação das antigas caracterizações referentes às ocupações localizadas no mundo do trabalho precarizado. O que era considerado o desdobramento de “crises econômicas”, como o trabalho informal, agora, é vinculado à uma ótica de “fase” para transitar a figura do empreendedor. O Caderno Economia, que sempre se referiu com preocupação a esse setor, agora, apresenta uma nova compreensão, conforme a reportagem: “Sob um sol escaldante, negócios milionários: empreendedores de praia apostam em serviços e produtos diferenciados e movimentam até R\$50 milhões por mês”¹⁶⁸. A narrativa de descrever um possível cenário econômico, amplo e rentável, é “engatada” com um exemplo individual, no caso, o “barraqueiro” Pelé que, “ao longo de duas décadas, deixou de ser mais um na areia: apostou em serviços e formação (graduou-se em educação física)”. Descreve-se, ali, um programa de “fidelidade”, criado pelo barraqueiro, que ampliou seu “negócio” e “deixou São João de Meriti para morar bem pertinho do trabalho, em Ipanema”. A imagem meritocrática e de ascensão social de “Pelé”, é explicada diante de seu objetivo, que é transformar sua barraca numa espécie de “clube”, com associados. A mesma relação, é explorada na reportagem com o “barraqueiro” “Baiano de Copacabana”, que, em “seu mini-escritório na areia: criou comandas e tem uma cozinha fora da praia”. Estruturas tradicionais, como “clube” e “escritório”, são ressignificadas para nesse novo aspecto, justamente para apresentar uma ideia de solidez, concretude, estabilidade: a “barraca” vira “clube” e “escritório” e impõe-se uma administração similar à uma grande empresa, por exemplo.

Na mesma reportagem, temos a leitura de dois setores da fração burguesa acerca desse fenômeno. O primeiro deles, é o representante do SEBRAE, que afirma: “A economia da praia tem um potencial enorme. Mostraremos a importância de o empreendedor se associar, por

¹⁶⁷ Sem autor. Que sexo frágil, que nada: prêmio vai dar viagem internacional de negócios a mulheres empreendedoras, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2005, Ano: LXXXI n. 26.389, 6 de novembro de 2005, Boa Chance, p. 10. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁶⁸ RIBEIRO, Fabiana. Sob um sol escaldante, negócios milionários: empreendedores de praia apostam em serviços e produtos diferenciados e movimentam até R\$50 milhões por mês, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2006, Ano: LXXXI n. 26.487, 12 de fevereiro de 2006, Economia, p. 34. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

exemplo. Assim, esperamos melhorar a renda dos envolvidos no primeiro ano de atividade”. Já o representante da Fundação Getúlio Vargas alerta:

Acredito que 99% dos vendedores de praia são por necessidade de sobrevivência. [...] Quem se destaca é quem conseguiu encontrar um algo a mais, um espaço novo. Há aqueles que têm o gene do empreendedorismo, há os que não têm (BARONE, Francisco, 2006, p. 34).

Essas leituras distintas corroboram a representação de cada APH em sua compreensão do “empreendedorismo”. O SEBRAE, fundamentado em diretrizes amplas de organismos transnacionais da burguesia, imputa uma condição de “formação” para potencializar o “empreendedorismo”, ignorando as relações de trabalho; já a FGV, em sua tradicionalidade e uma concepção anterior do empreendedor muito vinculada à ideia do “jovem urbano classe média criativo” e “pequeno empresário”, dá um parecer antropológico e com desdém sobre essa modalidade do empreendedor da classe, como o que “assume o empreendedorismo por necessidade”, em que uma minoria obtém êxito por uma questão do “gene empreendedor”.

Essa concepção do SEBRAE vai ser incorporada pelo Governo Lula em suas intenções e contradições. Isso se evidencia na entrevista do então Ministro do Trabalho e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho¹⁶⁹. Na primeira pergunta, feita pela repórter Léa Cristina (editora do Caderno, naquele período, e pró-social liberalismo), há a seguinte indagação: “O emprego acabou como dizem alguns consultores? A saída é o empreendedorismo?”. Logicamente, trata-se de um questionamento “contaminado” pela tendência que se desenvolvia na linha do periódico, o qual é respondido da seguinte forma pelo ministro: “Tem gente que diz muita bobagem. Um navio não é produzido por computador. Um livro comprado pela internet não chega sozinho na casa do comprador, alguém tem que entregar. O avanço da tecnologia não elimina o emprego”. Nessa primeira parte da resposta, percebe-se a exploração de um outro aspecto do mundo do trabalho: desemprego estrutural, o que não responde, diretamente, sobre o fim do emprego (fim de direitos trabalhistas), mas sim, sobre questionamentos sobre o fim do trabalho. De qualquer forma, ele continua: “Temos muitas ações de empreendedorismo, os novos e pequenos negócios, a economia solidária, a indústria de artesanato... todas essas são oportunidades que estão sendo criadas”. Aqui, ele assume alternativas para o núcleo da pergunta, explorando as transformações do mundo do trabalho,

¹⁶⁹ CRISTINA, Léa. Entrevista com Luiz Marinho, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2006, Ano: LXXXI n. 26.508, 5 de março de 2006, Economia, p. 1. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

segundo nuances do capitalismo, em sua atribuição generalizada a partir de termos que emergiam no período. A entrevistadora insiste: “Mas é essa linha desses consultores, que o trabalhador precisa se reinventar...”. Ela não caracteriza quem seriam os supostos consultores, embora, saibamos que se trata da fração representada por FIESP e outros empresários. Marinho responde: “Sim e não. Não aceito a lógica que o emprego tradicional acabou. Nós temos que olhar o mercado como um todo. Ainda teremos emprego pelos próximos 50 anos, pelo menos [...]”. O “sim” e o “não” são significativos na resposta de Marinho, pois dialoga com o espectro da política de conciliação de classes do Governo Lula. Com a insistência da entrevistadora, ele sinaliza positivamente para os empresários, mas não se omite de oferecer uma resposta para os trabalhadores ao negar e afirmar a manutenção da ideia de “emprego”. Trabalhadores esses, entende-se, como a base do Governo PT, em destaque, a própria Central Única dos Trabalhadores.

O ataque à “ideia” de emprego também toma outras dimensões, como uma concepção de transição das gerações. Isso se evidencia na reportagem do Boa Chance: “Emprego como herança: histórias de pais que financiam a carreira ou empreendimento dos filhos”¹⁷⁰. A reportagem ilustra situações em que pais ricos e estáveis financiam negócios para seus filhos, ou seja, abertura de pequenas empresas, que eles chamam de “empreendimentos”. Um dos exemplos, é o de Diogo cuja mãe empresária e ex-dona do restaurante árabe Hagi, no Leblon, fez uma reforma de R\$200 mil e “transformou o lugar num botequim ao estilo pé-limpo, o Desacato” para entregá-lo ao filho. A reportagem alerta que Diogo “trancou” a faculdade de Administração e “começou a fazer uma série de cursos de empreendedorismo e gastronomia no SEBRAE e SENAC Rio”. Outro exemplo, é o de Anelise Hariel, que “ganhou uma cafeteria Fran’s Café para administrar”. Formada em Administração, ela “deixou a carreira que apenas começava” e optou em “se dedicar ao futuro que lhe foi oferecido”. A reportagem incide numa movimentação comum da classe abastada, que é o repasse dos bens e patrimônios para os filhos ou financiamento de negócios. Porém, ali se ressignifica essa ideia, como uma novidade dos “nossos tempos”, evidenciada em seu aspecto geracional para legitimar o “fim do emprego”.

O contexto da crise mundial 2007-2008 se desdobra no avanço do desemprego em números recordes no mundo. A lógica sistêmica se configurará nos países periféricos pela intensificação da precarização do mundo do trabalho. Nessa condição, o “empreendedorismo”

¹⁷⁰ RODIGUES, Flávia. Emprego como herança: histórias de pais que financiam a carreira ou empreendimento dos filhos, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2006, Ano: LXXXII n. 26.732, 15 de outubro de 2006, Boa Chance, p. 1. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

se torna um aliado ideológico cada vez mais estratégico para a burguesia mundial. As edições de *O Globo*, em 2008, têm recordes de citação da noção, embora, muitas referências estejam vinculadas a encartes e propagandas de cursos em instituições educacionais do ensino superior. De qualquer forma, é ultrajante a recorrência do termo nos últimos meses do ano de 2008 (outubro, novembro e dezembro). O incremento da Semana Global do Empreendedorismo, que seria realizada no Brasil em novembro de 2008, também potencializaria a recorrência do termo. Formulada em 2007, essa Semana contava com 131 países que traziam, como perspectiva, aprofundar a ideologia do empreendedorismo. A organização do evento, no Brasil, seria feita pelo APH Endeavor, como veremos.

Antes de avançarmos para esse cenário, vale a análise de algumas reportagens referentes ao empreendedorismo ainda no início de 2008. No fortalecimento do debate identitário, cabe segmentar a matéria da Seção “Jornais de Bairro”¹⁷¹ para a zona oeste do Rio de Janeiro, região caracterizada pela forte presença do proletariado fluminense com grande influência evangélica. Na matéria denominada: “Mulheres unidas para batalhar: Programa do SEBRAE incentiva o espírito empreendedor feminino em Campo Grande”¹⁷² se evidencia a relação com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. A formação rápida, através do curso “Aprender a Empreender”, administrado pelo SEBRAE, teria como objetivo, para as mulheres, a “independência financeira por meio do empreendedorismo”. A tripla jornada feminina é citada na entrevista de uma das alunas, Sônia Abreu, que diz: “Nós sempre precisamos ser lembradas da questão da auto-estima e da problemática da convivência trabalho-casa-família, temas bem explorados pelo seminário, assim como a tendência do mercado, o trabalho em rede”. O reconhecimento das contradições do mundo do trabalho e da opressão às mulheres no capitalismo, é realizado na fala de Sônia, que desenvolve a seguinte percepção para superá-las: “Tenho uma livraria evangélica há sete anos. Ver a mulher conquistar o profissionalismo é fascinante. E tempo investido em conhecimento, é lucro certo mais adiante”. A relação estabelecida do capital como emancipador, dialoga com o governo social-liberal do PT, daquele

¹⁷¹ Criada em 1982, por Roberto Marinho, tinha o objetivo de cobrir os bairros da cidade do Rio de Janeiro. Iniciou-se com Tijuca, Méier, Barra, Copacabana, Ipanema, Madureira, Botafogo, Leopoldina, Ilha e Niterói. Depois, iria ampliar-se para a “Zona Oeste” e regiões/cidades: “Baixada”, “São Gonçalo” e “Serrana”.

¹⁷² MOTA, Jackeline. Mulheres unidas para batalhar: Programa do SEBRAE incentiva o espírito empreendedor feminino em Campo Grande, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIII n. 27.187, 13 de janeiro de 2008, Jornais de Bairro, Zona Oeste, p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

período, fundamentado numa política de aparência social, com pequenas concessões focalizadas no âmbito do consumo, mas com sequência da agenda neoliberal.

Numa entrevista com o docente da Fundação Getúlio Vargas, José Cezar Castanhar, percebe-se que, até a linha dessa instituição, é reinventada diante do fortalecimento de tal concepção atribuída à reformulação do empreendedor como reformulação do mundo do trabalho. O título, com o trecho da entrevista: “Não ignore o empreendedor local”¹⁷³, reitera a conclusão de que o empreendedorismo é uma saída provinciana para responder ao desemprego em cidades do interior. Ele compreende o empreendedorismo como resposta imediata para a desocupação e, diferente da estrutura convencional da FGV, não enxerga a escolarização como fundamental para criar uma pequena empresa:

“Grau de escolaridade não tem a ver com empreendedorismo. Para se tornar um empresário bem sucedido, a escolaridade não é um pré-requisito. Paradoxalmente, a empresa que quer crescer pode exigir desafios administrativos mais complexos. E isso, sim, pode exigir formação” (CASTANHAR, 2008, p. 39).

A abordagem do APH FGV vai assumindo novas feições do que a inicial, restrita a um viés voltado para um empreendedorismo que contemplasse a classe média voltada para o mundo corporativo.

Enquanto a incidência, no mundo do trabalho, da ideia de empreendedorismo se convencionava, os APHs ampliavam suas intervenções no campo educacional formal. Na Seção específica para Notícias do Rio de Janeiro, alertava-se: “Escolas terão atividades de empreendedorismo”¹⁷⁴. A seção entrevista o subsecretário de Gestão e Rede de Ensino da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), Rafael Martinez, que é taxativo: “O que nós queremos é um cidadão que seja protagonista da sua vida profissional, não importando se ele vai ser empregado ou se vai ter o seu próprio negócio”. Para ilustrar o que compreende como empreendedorismo, ele afirma: “Todos os alunos gostam de festa junina, por exemplo. Eles poderiam ajudar a organizar essa festa, calculando quantas espigas de milho serão necessárias, vendo o horário e a logística”. A leitura defendida de uma educação essencialmente racionalizada no mercado, é consistente à defesa dos teóricos neoliberais, conforme vimos. As intenções de Rafael Martinez são compreensíveis conforme sua

¹⁷³ RIBEIRO, Fabiana. Entrevista com o José Cezar Castanhar: “Não ignore o empreendedor local”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIII n. 27.278, 13 de abril de 2008, Economia, p. 39. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁷⁴ GOMES, A.; MONTEAGUDO, C.. Escolas terão atividades de empreendedorismo. Entrevista com Rafael Martinez, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.426, 8 de setembro de 2008, Notícias, p. 13. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

constituição enquanto um quadro intelectual orgânico da burguesia. Graduado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fez MBA em Finanças, na FGV e mestrado profissional, pela Universidade de Harvard, em Política Educacional Internacional, com bolsa da Fundação Lemann. Antes de ser convocado para o cargo junto à SEEDUC, no ano de 2008, havia sido secretário de Educação (2005-2008), em Resende. Ele também era sócio da empresa de investimentos, BR Investimentos, criada pelo economista e Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes. O “currículo” de Martinez reitera seu comprometimento com a educação neoliberal em sua dimensão cotidiana-pedagógica via empreendedorismo.

Esse fenômeno do empreendedorismo no Brasil ganhou contornos mais intensos ao sediar a Semana Global do Empreendedorismo, que durou de 17 a 23 de novembro de 2008, organizado pelo APH Endeavor. Várias empresas e entidades formadoras para o empreendedorismo confirmaram presença. O Globo explorou o tema em todas as suas seções, onde se identificava o *slogan* “Faça e aconteça”, principalmente, no referente a “Bairros” cujo objetivo era narrar as mais variadas histórias de “empreendedores”, como o Caderno Baixada, que trazia o título: “Empreendedorismo está na moda”¹⁷⁵, demarcando um estilista que tem um pequeno *atelier* em Nova Iguaçu. Histórias similares foram exploradas em outras regiões e Cadernos onde, ao final, se pontuava: “Esta reportagem integra o projeto Faça e Aconteça, uma ação da Editora Globo para incentivar o empreendedorismo”.

Essa linha de reportagens sobre empreendedorismo foi a tônica do evento “Encontros O Globo”, geralmente, debates com personalidades em diversos temas. No caso da abordagem foi: “A reinvenção do Rio pelo Empreendedorismo”. O título que descreveu o evento alerta: “O Rio tornou-se a capital do empreendedorismo”¹⁷⁶. Debateu-se o que seria fundamental para alavancar o “empreendedorismo”, no Rio de Janeiro, com a presença de Oscar Metsavaht, dono da grife Osklen, Mario Chadt, dono das redes Spoleto, Domino’s e Jony, e o cineasta José Padilha, famoso pelo filme “Tropa de elite”. Mediado por Vitor Lopes, do APH Endeavor, o debate trouxe uma série de visões que reforçavam o ideário meritocrata e liberal de mundo. O próprio Vitor reitera: “No caso do Rio, a cultura de um funcionalismo público é muito forte. O principal é pensar em fazer acontecer, estimular os jovens”. A crítica à estrutura estatal é

¹⁷⁵ AUTOR (se houver). Empreendedorismo está na moda, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.459, 11 de outubro de 2008, Bairros, Baixada, p. 10. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁷⁶ Sem autor. O Rio tornou-se a capital do empreendedorismo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.465, 17 de outubro de 2008, Economia, p. 33. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

reiterada por Padilha, que diz: “No Brasil, grande parte do esforço empreendedor não é para te premiar e, sim, para premiar o governo”. O discurso meritocrata se resume à fala de Oscar: “Não vale ficar no banco da praça reclamando e, sim, empreender o que temos de melhor”; e Mario: “Não se pode olhar apenas o próprio umbigo. Os problemas não podem ser desculpas para não se buscar solução”. Essas abordagens irão tomando cada vez mais forças e recorrência no discurso acerca do tema.

Conforme dito, na Seção Bairros, eram exploradas inúmeras iniciativas, de forma apreciativa, que envolviam artesanato de cerâmica negra na Maré¹⁷⁷; copeiro de restaurante que se tornou dono de churrascaria no Recreio¹⁷⁸; lojistas que ampliaram seu negócio de venda de objetos para festas temáticas na zona sul¹⁷⁹; estilista de Niterói que criou uma grife para exportação¹⁸⁰; ex-varredora de rua que se tornou confeitadeira em São João de Meriti¹⁸¹; professoras aposentadoras que criaram panos de prato para crianças¹⁸²; cabeleireiras que criaram um salão especializado em cachos¹⁸³, dentre outros diversos exemplos, nas mais variadas regiões do Rio de Janeiro, de gênero e idade. A empreitada de O Globo era massacrar, ideologicamente, a perspectiva empreendedora como natural.

A temática é explorada numa entrevista com o já citado “pedagogo do empreendedorismo”, Fernando Dolabela¹⁸⁴. Na entrevista, ele expõe concepções que demarcam

¹⁷⁷ VICTOR, Duilio. O progresso tirado da pedra, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.436, 18 de setembro de 2008, Jornais de Bairro, Tijuca, p. 8. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁷⁸ LIMA, Flávia. De copeiro a homem de negócios, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.445, 27 de setembro de 2008, Jornais de Bairros, Zona Oeste, p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁷⁹ GARES, Débora. Charme e bom humor, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.450, 2 de outubro de 2008, Jornais de Bairros, Barra, p. 17. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁸⁰ AMARAL, Melina. Histórias de um empreendedor “made in Niterói”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.452, 4 de outubro de 2008, Jornais de Bairros, Niterói p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁸¹ MULLER, Mariana. Da limpeza ao preparo de pães, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.453, 5 de outubro de 2008, Jornais de Bairros, Baixada p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁸² LEITE, Lilian. Livros de pano estimulam e alavancam confecção niteroiense, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.459, 11 de outubro de 2008, Jornais de Bairros, Niterói p. 5. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁸³ LEITE, Renata. Passo-a-passo dos cachos, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.464, 16 de outubro de 2008, Jornais de Bairros, Tijuca p. 8. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁸⁴ ALMEIDA, Cássia. Entrevista com Fernando Dolabela, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2008, Ano: LXXXIV n. 27.496, 17 de novembro de 2008, Economia, p. 20. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

a visão de um formulador que desenvolveu uma teoria específica para a aplicação do “empreendedorismo” nas escolas. No diálogo, ele não se aprofunda, mas expõe algumas conclusões sobre o tema no Brasil, como as universidades, por exemplo, que são obstáculos para a reprodução do empreendedorismo, afinal, tal noção “não faz parte do conteúdo acadêmico”. Como superar isso, ele responde, com o “autoconhecimento, fazer o aluno descobrir seu sonho” e, depois, “fazer o aluno conhecer o *bussiness*”. O “sonho” é encarado, na direção liberal, de gozo do mérito, em suma, cabendo ao conhecimento do mercado para executá-lo. Questionado sobre as pesquisas que colocam o povo brasileiro como “empreendedor”, ele responde com a afirmação recorrente dos intelectuais da área: “O povo brasileiro é empreendedor pela necessidade”, uma afirmação que se choca, mais uma vez, com a intenção sistêmica, que é escamotear a metamorfose do mundo do trabalho com a ideologia empreendedora. Dolabela se incomoda com esse legado dado ao tema e ponteia a necessidade de ser algo convencional na essência do brasileiro: o empreender. Para justificar, afirma: “Os jovens da elite querem o concurso público ou o emprego em grandes empresas. E a família estimula isso”, ou seja, a consciência dos que têm acesso às condições primárias de vida, é a busca pela estabilidade. Questionado como sua pedagogia vem sendo executada, pela retomada à parceria com o Instituto Euvaldo Lodi e sua reprodução em redes de escolas públicas em mais de 126 cidades do país. Mais uma vez, ele reitera que o objetivo não é ensinar a criança a abrir uma empresa, mas “transformar o desejo maior da pessoa para si e para comunidade”. Essa afirmação resgata o objetivo final desses intelectuais, que não é uma “capacitação” curta, técnica, mas sim, introjetar uma ontologia do mercado no educando, o homem-empresa em sua plenitude. A Semana do Empreendedorismo sacramentaria a necessidade de avançar, agressivamente, para capilarizar essa concepção nas escolas brasileiras.

A ofensiva do Jornal acerca do empreendedorismo seguiu no ano de 2009, repetindo a fórmula de expor “empreendedores que tiveram êxito”. A Endeavor saiu fortalecida após a Semana do Empreendedorismo Global, no ano anterior, e foi incorporada pelo Periódico em recorrência nas suas reportagens, como a do Boa Chance, que afirma: “Endeavor quer ampliar sua atuação no Brasil”¹⁸⁵. O destaque, é a substituição de Paulo Veras¹⁸⁶ por Rodrigo Teles no

¹⁸⁵ Sem autor. Endeavor quer ampliar sua atuação no Brasil, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2009, Ano: LXXXIV n. 27.600, 15 de março de 2009, Boa Chance, p. 10. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁸⁶ Conhecido pela criação do aplicativo 99 Táxis no Brasil. Sua trajetória é diferenciada dos outros intelectuais formuladores e responsáveis por APHs difusores do empreendedorismo no Brasil. Ao encerrar a graduação em Engenharia Mecânica, na Universidade de São Paulo (USP), Veras abriu uma pequena empresa, que obteve êxito. Seu crescimento no mundo corporativo, o levou ao recrutamento pelo programa de Harvard, responsável

comando do APH. Rodrigo vinha de uma trajetória de formação na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, no campo da Administração, complementada na Universidade de Viena, na Áustria, e, por fim, na *Kauffman Fellows Program*, APH localizada na Califórnia (EUA), responsável por formar lideranças internacionais para atuarem em países da periferia do capitalismo com o objetivo de fomento do empreendedorismo¹⁸⁷. Teles assume com a responsabilidade de ampliação da empresa: “Teremos desafios mais sistêmicos daqui em diante. Queremos mexer não só com a sociedade, mas também com educação e governo”. Ele dá continuidade à sua afirmação, ressaltando a necessidade de se capilarizar junto à educação pública, terreno ocupado pelo SEBRAE e seus parceiros, como o APH *Junior Achievement*.

À campanha “Faça e aconteça” foi dada a sequência restrita à Seção Bairros. Vários exemplos de “empreendedores”, que transitaram do desemprego, ou “trabalhos burocráticos”, para a abertura de uma “pequena empresa”, são citados como, por exemplo, as reportagens: “Um pedreiro que virou empresário”¹⁸⁸, “Um empresário de brincadeiras”¹⁸⁹, “Sucesso relâmpago à base de tacos e suor”¹⁹⁰ e “De pé-sujo a uma rede com quatro casas”¹⁹¹. As expressões “criatividade”, “inovação”, “sucesso”, “moderno”, “ousadia” são comuns ante “tradição”, “burocracia” e “paralisado”.

Nesse período, as escolas da classe média carioca retomam a ênfase no “empreendedorismo”, após um longo hiato nos anos 2000, conforme a matéria no Caderno Economia: “Empreendedorismo ganha força na sala de aula”¹⁹². Logicamente, quando se trata dessa elite, não irão adotar o APH SEBRAE, voltado para induzir, ideologicamente, a classe

por difundir o empreendedorismo na América Latina. A partir daí, suas ações tomaram uma intervenção racionalizada para reproduzir a ideologia empreendedora.

¹⁸⁷ Em 2013, Rodrigo iria ser convocado por Lemann para dirigir a Fundação Estudar, que seleciona quadros a serem custeados por bolsas de pós-graduação no Exterior sob a tutela do próprio Lemann. No Brasil, a maior expoente dessa ação é a jovem deputada federal, Tabata Amaral (PDT-SP).

¹⁸⁸ SANTIAGO, Ana Luiza. Um pedreiro que virou empresário, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2009, Ano: LXXXV n. 27.823, 10 de outubro de 2009, Jornais de Bairros, Zona Oeste p. 8. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁸⁹ SANTIAGO, Ana Luiza. Um empresário de brincadeiras, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2009, Ano: LXXXV n. 27.851, 7 de novembro de 2009, Jornais de Bairros, Zona Oeste p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁹⁰ MAIA, Eduardo. Sucesso relâmpago a base de tacos e suor, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2009, Ano: LXXXV n. 27.852, 8 de novembro de 2009, Jornais de Bairros, Tijuca p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁹¹ MACHADO, Renata. De pé-sujo a uma rede com quatro casas, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2009, Ano: LXXXV n. 27.856, 12 de novembro de 2009, Jornais de Bairros, p. 16. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁹² ROSA, Bruno. Empreendedorismo ganha força na sala de aula, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2009, Ano: LXXXV n.27.859, 15 de novembro de 2009, Economia, p. 37. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

trabalhadora e seus filhos. A recorrência é do *Junior Achievement*, inserido em colégios, como o Notre Dame, em Ipanema; Centro Educacional da Lagoa (CEL); Santo Inácio, em Botafogo; e Mopi, na Tijuca. Diferente das iniciativas para a classe trabalhadora, que objetiva abrir um “pequeno negócio” diante do desemprego, nas escolas da elite, a formação é para saber como “vender ações da companhia, por R\$1 para obter capital de giro”, por exemplo, e desenvolver coletivamente (junto a sócios, amigos de turma) a abertura de empresas. No caso do Colégio Mopi, inclusive, ocorre intercâmbio com outros países, através de *chat* e videoconferência, segundo o coordenador pedagógico: “Na hora de fazerem o orçamento de uma família, podem ver que, para um lar brasileiro, comer feijão é barato, o que não ocorre em El Salvador. A ideia é comparar as diferentes soluções”.

A Lei Complementar nº 128, que foi sancionada em 1º de julho de 2009, referente à criação da figura jurídica do microempreendedor, pode ser compreendida a partir de toda a pressão estabelecida por APHs nacionais e internacionais no decorrer do ano 2000. A crise sistêmica de 2008 também foi determinante para responder o que seria o acelerado processo de erosão de direitos trabalhistas e precarização do mundo do trabalho. Em reportagem do Caderno Razão Social, de 15 de dezembro de 2009¹⁹³, o título é expressivo: “Crise zero para os micros negócios: autônomos decidem se legalizar para trabalhar com segurança, garantir benefícios e facilitar crédito e vendas”. Na reportagem, é referenciado o Rio Poupa Tempo¹⁹⁴, no Bangu Shopping, localizado na zona oeste, região periférica do Rio de Janeiro. No setor referente ao núcleo de microempreendedorismo, há uma forte recorrência, segundo a reportagem. Traz, como exemplo, um casal de trabalhadores com uma “microempresa” chamada “Foto Maluca”, que carrega adereços ultrajantes para fotos. Segundo a dona: “Eu queria legalizar meu serviço porque quero microcrédito para comprar uma nova impressora das fotos e mercadorias para fazer festas completas”. Ela demarca que, com o programa do Microempreendedor Individual, economizou “2 mil reais com burocracia”. Outro exemplo, é o de um trabalhador que abriu uma barraquinha de conserto de relógios. Todos passaram por um processo de “pejotização”, ou seja, saíram da condição de pessoa física para pessoa jurídica, num processo acessível até por uma rede de internet residencial. A reportagem demarca, com entusiasmo, os megaeventos que estariam por vir. O Brasil entrava numa nova dinâmica e a década de 2010, sucumbiria às

¹⁹³ CÁSSIA, Cristiane de. Crise zero para os micros negócios: autônomos decidem se legalizar para trabalhar com segurança, garantir benefícios e facilitar crédito e vendas, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2009, Ano: LXXXV n. 27.889, 15 de dezembro de 2009, Razão Social, p. 10. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁹⁴ Órgão público responsável por confeccionar documentos oficiais em tempo ágil.

transformações de mobilizações da juventude no planeta e novas resoluções para os países periféricos com o esgotamento do modelo social-liberal.

4.4 Do otimismo burguês dos megaeventos à agressividade ultraliberal: a década de 2010

A década de 2010 vai ser tomada pela empolgação dos megaeventos no Brasil, seja com a Copa do Mundo, em 2014, ou com os Jogos Olímpicos, em 2016. Nessa ordem, teremos um Rio de Janeiro povoado pelas ideias de criatividade, inovação e transformações urbanas profundas para receber estas festividades esportivas. E para responder à lógica de um país periférico, sem rigor das legislações trabalhistas e com uma crescente de pauperização e precarização da classe, a recorrência à identidade vai ser um ponto crucial. Seja na perspectiva regional, do “carioca criativo”, ou de incorporação dos debates sociais referentes a gênero e raça, questões incorporadas facilmente pela ideologia do empreendedorismo e algo reforçado, com vitalidade no O Globo, após a pavimentação dessa ideia em toda a década de 2000¹⁹⁵.

A reportagem, “Mesmo em meio à crise, número de empreendedores avança no Brasil”¹⁹⁶, demarcaria a tônica da década: a naturalização da precarização das relações trabalhistas e o *boom* deste movimento. “Rio sedia evento de empreendedores: Endeavor comemora crescimento do setor no Brasil e faz seleção de iniciativas”¹⁹⁷, diz a reportagem no Caderno Economia. A propósito, a precarização que, até então, era citada como exótica e desconfiada, agora, toma ares de centralidade para a economia, como o título: “Ouro na areia: economia das praias do Rio já movimenta R\$7 bi e emprega 200 mil”¹⁹⁸. Parte da reportagem assim se refere a esses trabalhadores:

¹⁹⁵ Para aprofundamento desse debate sobre os megaeventos no Rio de Janeiro e o avanço do empreendedorismo no âmbito cultural, recomenda-se a dissertação do presente autor: DUQUE, Felipe da Silva. *Para uma crítica da economia criativa no Brasil: empreendendo precariados*. 2015. 124 f. Orientador: José Rodrigues. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2015.

¹⁹⁶ GOMES, Wagner. Mesmo em meio à crise, número de empreendedores avança no Brasil, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.002, 07 de abril de 2010, Economia, p. 20. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁹⁷ Sem autor. Rio sedia evento de empreendedores: Endeavor comemora crescimento do setor no Brasil e faz seleção de iniciativas, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.017, 22 de abril de 2010, Economia, p. 20. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

¹⁹⁸ OSWALD, Vivian. Ouro na areia: economia das praias do Rio já movimenta R\$7 bi e emprega 200 mil, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.146, 29 de agosto de 2010, Economia, p. 35. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Com recursos da Fundação Banco do Brasil, o Instituto-E também está formando 50 empreendedores de praia (barraqueiros) e 50 trabalhadores em hotéis, quiosques e restaurantes da Orla de Copacabana para serem brigadistas do meio ambiente (O GLOBO, 2010, p. 35).

Percebe-se a distinção de “trabalhadores” para “empreendedores de praia”, a qual explica, entre parênteses, “barraqueiros”. A segmentação ainda demarca a dificuldade de nulidade de uma caracterização histórica da classe dominada: trabalhadores, uma localização que traz consigo uma “ideia” de direitos.

O tema do “empreendedorismo” ganhou centralidade, inclusive, nas pautas dos candidatos à presidência daquele ano. Em título do Boa Chance, há o “Discurso ao incentivo: nas vésperas da Semana Global do Empreendedorismo, conheça as propostas dos presidenciais”¹⁹⁹, onde Dilma Roussef (PT), Marina Silva (PV), José Serra (PSDB) e Plínio Arruda (PSOL) dissertam sobre como potencializar o empreendedorismo no país. Lateral a isso, o Caderno Bairros dá continuidade com o especial “Faça e aconteça”, reproduzindo as mais variadas iniciativas, no Rio de Janeiro, compreendidas como empreendedorismo. A recorrência a uma irreverência nos títulos para demarcar essas reportagens visa, logicamente, dar uma ideia de simplicidade ao que, teoricamente, seria algo complexo, como a abertura de um pequeno negócio, numa suavização da função do setor. É o exemplo de “Em Guaratiba, o bar está pra peixe: Divina de Souza conta como transformou uma ‘portinha’ em um dos pontos mais badalados de Guaratiba”²⁰⁰; “Um saboroso negócio de família”²⁰¹; “Sucesso cheio de gás em Magé”²⁰²; “Eles botam a mão na massa”²⁰³; “Crescendo como fermento de pão”²⁰⁴; “O melhor

¹⁹⁹ DIAS, Paulo.. Discurso ao incentivo: nas vésperas da Semana Global do Empreendedorismo, conheça as propostas dos presidenciais, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, n. 28.160, 12 de setembro de 2010, Boa Chance, p. 1. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰⁰ PACHECO, Ana Cleide. Em Guaratiba, o bar está pra peixe, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.166, 18 de setembro de 2010, Jornal dos Bairros, Zona Oeste p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰¹ PAES, Marta. Um saboroso negócio de família, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.160, 12 de setembro de 2010, Jornal dos Bairros, Zona Oeste p. 10. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰² SEPULVEDA, Raquel. Sucesso cheio de gás em Magé, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.166, 18 de setembro de 2010, Jornal dos Bairros, Baixada p. 12. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰³ RIBEIRO, Talita. Eles botam a mão na massa, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.167, 19 de setembro de 2010, Jornal dos Bairros, Ilha p. 9. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰⁴ SEPULVEDA, Raquel. Crescendo como fermento de pão, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.187, 2 de outubro de 2010, Jornal dos Bairros, Baixada p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

ingrediente é a vontade”²⁰⁵; “Da carrocinha às lojas franqueadas”²⁰⁶; “A moda é trabalhar para vencer”²⁰⁷; “Moda e ousadia na mesma família”²⁰⁸; “Sacode a poeira e dá a volta por cima”²⁰⁹; “Negócio feito com muito amor”²¹⁰; “Esperança armazenada a 196º graus”²¹¹; “Receita caseira para ir longe”²¹²; “Seu trabalho é garantir a diversão”²¹³; dentre outras reportagens, nessa dinâmica, em que há uma metáfora do setor do “empreendedor” e uma relação de “vitória”, “superação”.

As palavras “sucesso” e “inovador”, além da expressão “mão na massa”, serão recorrentes nesses artigos. A constância de balanços das iniciativas em periferias e comunidades demarcam o aprofundamento do “empreendedorismo” como resposta ao ágil processo de precarização dos trabalhadores. As mudanças no mundo do trabalho serão reproduzidas pela ideia romântica do empreendedor, como demonstra o artigo no Caderno Economia, denominado: “Negócio próprio, o sonho nas favelas: em áreas pacificadas, 64% querem ter uma empresa”²¹⁴. Segundo a reportagem, a pesquisa foi encomendada pela Secretaria Estadual de

²⁰⁵ PACHECO, Ana Cleide. O melhor ingrediente é a vontade, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.186, 9 de outubro de 2010, Jornal dos Bairros, Zona Oeste p. 19. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰⁶ SEPULVEDA, Raquel. Da carrocinha às lojas franqueadas, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.186, 9 de outubro de 2010, Jornal dos Bairros, Baixada p. 14. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰⁷ SEPULVEDA, Raquel. A moda é trabalhar pra vencer, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 21.188, 16 de outubro de 2010, Jornal dos Bairros, Baixada p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰⁸ VASCONCELOS, Vanessa. Moda e ousadia na mesma família, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 21.189, 17 de outubro de 2010, Jornal dos Bairros, Ilha p. 9. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²⁰⁹ AVELLAR, Simone. Sacode a poeira, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, Ano: LXXXV n. 28.208, 30 de outubro de 2010, Jornal dos Bairros, Zona Oeste p. 24. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²¹⁰ VASCONCELOS, Monique. Negócio feito com amor, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, n. 28.223, 14 de novembro de 2010, Jornal dos Bairros, Ilha p. 10. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²¹¹ FELIX, Diogo. Esperança armazenada a 196º graus negativos, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, n. 28.230, 21 de novembro de 2010, Jornal dos Bairros, Ilha p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²¹² CUNHA, Bruno. Receita caseira para ir longe, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, n. (se houver), 27 de novembro de 2010, Jornal dos Bairros, Zona Oeste p. 5. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²¹³ AVELLAR, Simone. Seu trabalho é garantir a diversão, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2010, n. (se houver), 27 de novembro de 2010, Jornal dos Bairros, Baixada p. 6. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²¹⁴ DURÃO, Mariana. Negócio próprio, o sonho nas favelas: em áreas pacificadas, 64% querem ter uma empresa, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2011, Ano: LXXXVII n. 28.594, 20 de novembro de 2011, Economia, p. 33. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Trabalho do Rio e foi feita em 17 favelas “pacificadas”²¹⁵, sendo aplicada, de forma cômoda, pela Endeavor. A frase inicial da coluna afirma: “Ter um emprego com carteira assinada não é o maior sonho dos moradores nas comunidades cariocas”. Essa dedução não corresponde quando se justifica o questionamento através das questões que, “independência pessoal” e “obtenção de renda melhor no futuro” são as conclusões e as demandas dos entrevistados. Logicamente, essas ponderações não significam uma percepção da modalidade de trabalho alternativa, mas sim, com precarização das relações de trabalho e demandas imediatas de qualquer trabalhador no sistema capitalista: “independência” e “renda digna”. Um dos entrevistados que, segundo o artigo, optou pelo trabalho estável clássico se justifica, afirmando que “nasceu para trabalhar para os outros”. O trecho destacado vai de encontro à retórica liberal de rotular uma visão individual como fundamentada a empreender e ser “patrão de si”, o “homem-empresa”. Relações de longa duração são determinadas à “escravidão”.

Uma outra pesquisa nas comunidades, em 2013, dois anos depois, já naturaliza esse trabalhador precarizado ou com um pequeno negócio como “empreendedor”, e vai além: traz consigo comparativos entre eles a partir da renda e do “tamanho do negócio”, conforme o título: “Favelas pacificadas no Rio, mas ainda muito desiguais: pesquisa do Sebrae mostra que distância da renda de empreendedores das comunidades chega a 100%”²¹⁶. A pesquisa, encomendada pelo SEBRAE, foi efetivada pelo Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), fundado em 1999 pelo economista André Urani, intelectual com trânsito nas esferas públicas e em organismos transnacionais. A pesquisa compara o que eles caracterizam como “empreendedores” de diferentes comunidades “pacificadas” e destaca o extremo do “empreendedor” no Morro dos Prazeres, que é de R\$734, 95, enquanto no Chapéu-Mangueira, seria de R\$1.435,00. Eles caracterizam empreendedor como “donos de pequenos negócios que ‘tocam sozinhos’, de guias turísticos a mecânicos de oficinas, de donos de botecos a serviços como correios e até provedor de internet”. A pesquisa denuncia que “93% dos empreendedores não empregam ninguém”. Dentre as empreendedoras, há uma moradora do Morro Dona Marta, com 28 anos, que “decidiu aproveitar a boa fase da favela após a pacificação para investir em seu negócio próprio”. Fez um “treinamento para guia”, junto ao SEBRAE, e ela afirma: “No

²¹⁵ “Favelas pacificadas” é referente à política de invasão das comunidades pelos militares numa intenção de “Guerra às drogas” a partir das “Unidades de Polícia Pacificadora” (UPPs). Anos depois, essa política foi abandonada.

²¹⁶ ALMEIDA, C.; CORRÊA, M. Favelas pacificadas no Rio, mas ainda muito desiguais: pesquisa do Sebrae mostra que distância da renda de empreendedores das comunidades chega a 100%, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2013, Ano :LXXXVIII n. 29.084, 24 de março de 2013, Economia, p. 46. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

início, com a capacitação na área de turismo, pensei em procurar emprego. Mas, depois, percebi que não precisava. Aqui é uma mina de ouro”. A própria definição da formação distinta, que a reportagem e a entrevistada assumem, dão uma dimensão dos olhares diferenciados de intenções. Enquanto o SEBRAE cita “treinamento para guia”, ela vê “área de turismo”, “emprego”, diante da falta de postos de trabalho, e é impelida a atuar ali, o que é visto positivamente pela reportagem, afinal, isso é “empreender”. O intelectual, José Cezar Castanhar (FGV), já citado, que enxerga o empreendedorismo sob uma ótica racionalizada ao modelo produtivo, pontua que “falta criar capital social nas favelas, para que não prevaleça apenas o empreendedorismo estilo de vida”, o que ele entende que são os abertos por necessidade. A precarização do mundo do trabalho é romantizada e abordada nessa dinâmica, em que o autossustento por necessidade, é ressignificado na lógica empreendedora. E diferente das outras frações, o SEBRAE toma essa centralidade ao apontar, nesses ambientes, com formações pragmáticas e genéricas.

A reportagem citada explora as mulheres como maioria nesse “empreendedorismo de favela”. Uma característica comum do mundo do trabalho metamorfoseado: a inclusão de mulheres solteiras, com baixos salários. Mas, nesse caso, diante do ampliado exército de reserva, dispensa-se qualquer perspectiva de entrada no trabalho formal e traça o “bico”, a informalidade, o autossustento. Condição que vai ser ressignificada desde o desembarque das discussões identitárias de gênero exploradas pelos liberais. Na Coluna Opinião²¹⁷, os autores, Eduardo Ferreira²¹⁸ e Frederico Celentano²¹⁹, destacam um artigo para as mulheres com o título: “Emancipadas, integradas e poderosas”. Cientes das discussões da burguesia internacional, eles alertam que é crescente o “apoio” ao empreendedorismo feminino no mundo todo, afinal, “organismos multilaterais, órgãos de fomento, governos e instituições financeiras demonstram engajamento e apoio a um movimento que cresce exponencialmente dia após dia”.

Discussão reiterada na matéria: “Em uma década, cresce 21,4% número de mulheres empreendedoras: três em cada dez empresas no Brasil são comandadas pela força feminina”²²⁰.

²¹⁷ FERREIRA, Eduardo; CELENTANO, Frederico. Emancipadas, integradas e poderosas, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2013, Ano: LXXXIX n. 29.257, 13 de setembro de 2013, Opinião, p. 21. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²¹⁸ Alto executivo do Banco Itaú.

²¹⁹ Havia assumido cargos em organismos transnacionais, como Banco Mundial e *Planet Finance*, além de consultor do SEBRAE. Na coluna, ele se apresenta como psicanalista e cientista político.

²²⁰ OLIVEIRA, Eliane. Em uma década, cresce 21,4% número de mulheres empreendedoras: três em cada dez empresas no Brasil são comandadas pela força feminina, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2013, Ano: LXXXIX n. 29.258, 14 de outubro de 2013, Economia, p. 15. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Esses números, segundo a reportagem, são a partir de “atributos que tornam imbatíveis” a mulher frente ao homem, como: “mais atenção ao cliente, investe mais em capacitação; e costuma conciliar melhor as atividades pessoais e profissionais”. A discussão suaviza questões tipo a dupla jornada como “conciliação de atividades”. A necessidade das mulheres se projetarem num ambiente trabalhista em declínio é, mais uma vez, romantizada numa reportagem que se limita a esmiuçar a pesquisa com exemplos genéricos e discursos diretos, como a de uma “empreendedora” que vende sushis em marmitas: “Meu marido é descendente de japonês e, depois que morei lá, peguei gosto pela culinária local. Quando cheguei aqui, resolvi fazer da paixão um negócio”²²¹. A reportagem da jornalista Eliane Oliveira traz consigo uma abordagem da análise de uma economista, sem as discussões identitárias da Coluna Opinião anterior. Por isso, recorre ao senso comum do debate de gênero, de vínculo com o patriarcado, sem palavras-chave como “empoderada” ou “emancipada”. A pesquisa, também encomendada pelo SEBRAE, no Iets, é finalizada com a fala do presidente da Entidade formativa, Luiz Barreto²²², que destaca o avanço feminino no empreendedorismo.

Nesse período, o “empreendedorismo” voltado para a elite também se metamorfoseia. Diferente para a classe trabalhadora, que busca a ressignificação dos signos da precarização do mundo do trabalho, os de setores da classe dominante têm, como objetivo, a formação de ambientes empresariais voltados para as mudanças tecnológicas em ambientes flexíveis, fora da lógica comum do escritório padronizado, denominados *startups*, geralmente jovens filhos da elite, que apenas desenvolvem uma projeção de empresa com um capital assegurado. Iniciativas desse tipo, que traziam, como tema a educação, foram proliferando-se, conforme a reportagem: “Educação é aposta de time de jovens empreendedores: mais startups dedicam-se a criar soluções e produtos criativos para educar, unindo tecnologia à pedagogia”²²³. A reportagem se refere a uma iniciativa de jovens que desenvolveram uma plataforma digital para gravação de aulas. Um dos fundadores, é descrito como “engenheiro de computação formado pelo ITA, depois de uma temporada de um ano nos Estados Unidos, onde estagiou no Google e na

²²¹ OLIVEIRA, Eliane. Em uma década, cresce 21,4% número de mulheres empreendedoras: três em cada dez empresas no Brasil são comandadas pela força feminina, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2013, Ano: LXXXIX n. 29.258, 14 de outubro de 2013, Economia, p. 15. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021..

²²² Presidente do SEBRAE, de 2011 a 2015. Importante quadro do PT, sua política na Entidade, deliberadamente, foi desenvolver políticas para jovens e mulheres a partir do empreendedorismo.

²²³ Sem autor. Educação é aposta de time de jovens empreendedores: mais startups dedicam-se a criar soluções e produtos criativos para educar, unindo tecnologia à pedagogia, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2014, Ano: LXXXIX n. 29.398, 9 de fevereiro de 2014, Boa Chance, p. 4. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Microsoft, resolveu ficar no Rio de Janeiro para empreender”. O lastro de atividades e formação evidencia alguém de uma classe abastada, com “opções”, como ficar no Rio de Janeiro. O discurso é sempre crítico aos espaços formais de educação – conforme a lógica liberal –, que não desenvolve habilidades para a competição natural ao sistema, segundo afirma o fundador: “A empresa nasceu de uma sensação que eu tinha de que a faculdade não me ensinava tudo o que eu precisava para ser bem-sucedido no mercado de trabalho”. O fetiche na tecnologia, é outra característica comum: “Por mais que novas tecnologias estejam surgindo, o ensino tradicional não dá conta. É meio que óbvio que temos de mudar algo na educação, com um mix de conteúdo, pedagogia e tecnologia”. Novamente, surge a comparação de séculos, da escola como local conservador: “O aluno do século 21 nasce high-tech, mas o modelo de sala de aula ainda é do século 19”. A “velha” ideia de modernização para introduzir perspectivas de orientação ao ideário dos autores neoliberais. Em síntese, essa é a concepção de empreendedorismo para a classe dominante: a abertura de negócios a partir de uma posição de acesso a bens que o “empreendedor” da favela jamais teria, determinando a fuga ao “bico” como alternativa ao expressivo exército de reserva.

Logicamente, essa diferenciação de “empreendedorismo” nunca vai ficar evidente para a classe. A matéria no Caderno Economia, denominada “Expert em *start-ups*: ‘empreender é profissão’”²²⁴, determinava uma concepção comum de parte da burguesia, representada por frações, como a intelectualidade da Fundação Getúlio Vargas. O “empreendedorismo” deveria ser uma ação com o fim de produzir empresários, como “Larry Page, do Google, ou Mark Zuckerberg, do Facebook”. Quem afirma isso é Talita Lombardi, descrita como uma criadora de um *blog* dedicado a empresas novatas nas *startups*. Formada pela FGV, mas sem relevância como “formuladora” intelectual, ela reproduz o ideário “ingênuo” do que seria o “empreendedor” bem-sucedido; lógica que iria de desencontro às orientações dos organismos transnacionais, inclusive, diagnóstico no aprofundamento do “empreendedorismo” para a classe desfavorecida.

Essa última, impulsionada a abrir negócios, “pejotiza-se”, conforme o artigo do Boa Chance: “Mulheres de áreas pacificadas aprendem a empreender: curso inclui oficinas, palestras e orientação para abrir a empresa”²²⁵. O título já nos oferece elementos de uma legitimação da

²²⁴ MACHADO, André. Expert em *start-ups*: “empreender é profissão”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2014, Ano: LXXXIX n. 29.412, 15 de fevereiro de 2014, Economia, p. 36. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²²⁵ RIBAS, Raphaela. Mulheres de áreas pacificadas aprendem a empreender: curso inclui oficinas, palestras e orientação para abrir a empresa, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2014, Ano: LXXXIX n. 29.413, 16 de fevereiro de 2014, Boa Chance, p. 8. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

mulher da comunidade “dominada” pela “pacificação” e que se forma para a “novidade civilizatória” do capitalismo contemporâneo: o empreender através do curso “Empreendedorismo para mulheres”, com 120 horas de duração. Segundo a reportagem, o foco seria “Gastronomia” e “Artesanato”, em suma, prática comum das mulheres da classe – cozinhar e costurar – que, aqui, toma dimensão de possibilidades de empreendimento.

A crise do capital desembocaria em medidas paliativas desde uma formação genérica voltada para o empreendedorismo. Numa coluna de Opinião²²⁶, escrita por Guilherme Afif Domingos²²⁷, ele afirma: “Microempresa, caminho para os jovens” em que naturaliza o desemprego entre a juventude e oferece, como solução, o programa da ex-presidente Dilma, o “Pronatec Aprendiz na Micro Empresa”. Ele cita o “forte empreendedorismo” brasileiro para impulsionar essa iniciativa e recorre, inclusive, a questões de caráter subjetivo, como a de “milhares de mães brasileiras” que “sobrevivem com o coração na mão, angustiadas com a falta de oportunidades para seu filho, sabendo que ele pode estar à mercê da escola do crime”. Essa abordagem é impulsionada conforme a crise do capital se acentua no Brasil. A compreensão do empreendedorismo, como solução ao desemprego, ganha força e inflexiona críticas das frações representativas pela FGV.

O Caderno Economia anuncia: “Na crise, avança registro de empreendedores: no Estado do Rio, número de MEIs cresceu 36% em janeiro e fevereiro”²²⁸. Guilherme Afif afirma: “Tem gente que está crescendo na crise porque está enxergando oportunidades onde os outros estão saindo”. O empreendedorismo saiu de uma ação genérica para fortalecer a ideia do microempreendedor. O Sebrae toma a frente dessa nova organização, que se rascunhava, e fundamenta, com mais vigor, essa modalidade “empresarial” do sujeito que não tem sócios e trabalha por conta própria, como vimos, com renda até R\$60 mil. A “pejotização” é encorajada com mais rigor, principalmente, diante do Simples Nacional que desonerava tributos federais.

O identitarismo também incorpora, nessa nova dimensão, além do gênero, outros vocábulos como “afroempreendedorismo” ou “Universidade da Correria”, criada pelo

²²⁶ DOMINGOS, Guilherme Afif. Microempresa: caminho para os jovens, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2015, Ano: XC n. 29.940, 28 de julho de 2015, Opinião, p. 15. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²²⁷ Importante dirigente, representativo da fração da burguesia comercial por São Paulo. No período, no governo Dilma (2011-2015), Afif ocuparia a extinta posição de Ministro-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Depois, seria conduzido à presidência do SEBRAE (2015-2018). No Governo Bolsonaro, a convite de Paulo Guedes, é nomeado Assessor Especial de Empreendedorismo e Desburocratização.

²²⁸ DOMINGOS, Guilherme Afif. Na crise, avança registro de empreendedores: no Estado do Rio, número de MEIs cresceu 36% em janeiro e fevereiro, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2016, Ano: XCI n. 30.173, 17 de março de 2016, Economia, p. 22. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

humorista, Anderson França²²⁹, responsável por lecionar cursos rápidos de empreendedorismo na Comunidade da Maré, conforme destaca a matéria: “Anderson França: sobre o Rio em Shamas”²³⁰. As Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, vão aprofundar ainda mais essa relação de romantização da pobreza, no Periódico, da vida precária do trabalhador de periferia e sua flexibilização para lidar com as fragilidades orçamentárias²³¹. Essa ação reproduz a ideia de “Quando a saída para a crise é virar patrão”²³², destacada no Caderno Economia, nas movimentações de abertura de franquias no Rio de Janeiro. Os atalhos para “se transformar no patrão” fomentam a individualidade e o destacamento da “arcaica” condição de coletividade e fraternidade elevados, em outrora, no legado da classe operária.

A influência dos organismos transnacionais é citada no artigo: “Cultura, raízes e negócios: BID cria programa para ampliar a participação de negros e pardos entre as grandes empresas”²³³, onde uma representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento afirma: “O Brasil tem 70% da população negra da América Latina. São 11 milhões de empreendedores afrodescendentes. Ficou claro que o programa tem que começar pelo Brasil”. O citado “afroempreendedorismo” também demarcaria a formação de quadros da negritude, de viés liberal, conforme anuncia a reportagem quando cita o Instituto Adolpho Bauer, localizado no Paraná, e restrito a fomentar negros empreendedores. Cita-se, também, o Comunidade Sebrae, voltado para desenvolver o “empoderamento da cultura negra”.

Em um contexto de Brasil, do presidente interino Michel Temer (PMDB), tivemos o avanço da reforma trabalhista e o respaldo legal para a derrubada de direitos históricos do trabalhismo, adquiridos ainda no governo de Getúlio Vargas, nos anos 1940. A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, era eliminada pela burguesia no ímpeto de calcificação do que chamavam de “modernização” das leis trabalhistas, que ampliariam o número de empregos. Nesse sentido, o empreendedorismo surgia como legítimo de condições para críticas de que o

²²⁹ Tornou-se conhecido por postar grandes textos na plataforma virtual, Facebook, em que ironizava as diferenças de concepção das classes no Rio de Janeiro (zona sul e zona norte).

²³⁰ FILGUEIRAS, Mariana. Anderson França: sobre o Rio em Shamas, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2016, Ano: XCI n. 30.240, 23 de maio de 2016, Segundo Caderno, p. 5. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²³¹ O tema de abertura dos Jogos foi “Gambiarra”, uma solução provisória para lidar com um problema em referência ao cotidiano do trabalhador brasileiro.

²³² NOGUEIRA, Danielle. Quando a saída para a crise é virar patrão, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2016, Ano: XCII n. 30.386, 16 de outubro de 2016, Economia, p. 36. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

²³³ CAVALCANTI, Glauce. Cultura, raízes e negócios: BID cria programa para ampliar a participação de negros e pardos entre as grandes empresas, *O Globo*, Rio de Janeiro, 2017, Ano: XCII n. 30.478, 16 de janeiro de 2017, Economia, p. 15. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

“excesso de direito” prejudicava os pequenos empresários. A instabilidade política era um outro fenômeno que contribuía nessa condição, a tal ponto de Rodrigo Baggio²³⁴ escrever a coluna: “Empreendedorismo cívico e resgate da democracia”²³⁵, onde disserta sobre as críticas internacionais ao frágil regime republicano liberal brasileiro e oferece, como solução, o “empreendedorismo cívico”, desenvolvimento da tecnologia para participação popular a distância, ou seja, numa nova amostragem do que a terminologia “empreendedor” poderia flexibilizar para outras áreas.

Essas determinações salientariam a adoção do empreendedorismo como uma ideologia central para demarcar uma resposta às mudanças do mundo do trabalho, que passaria por transformações de concepção para a classe média e a classe trabalhadora, calcificando-se uma ideia de substituição do trabalho padrão da CLT. Para isso, seria fundamental convencer a classe e o SEBRAE assumiria um papel importante, mas sem abrir mão de outros APHs com vínculos internacionais. O diferencial do SEBRAE foi sua conexão com os organismos transnacionais e, acima de tudo, dar respostas à desigualdade social no Brasil, ressignificando caracterizações como “informal”, “bico” e outros, para “empreender”. As edições de *O Globo* denunciaram essas transformações sem se distanciar das disputas fracionais e do seu forte apelo para reprodução da ideologia do empreendedorismo. As perspectivas dos intelectuais neoliberais, de 1930, afirmavam-se na mídia e em escolas quase um século depois: o *ethos* do homem-empresa e a ontologia do mercado se rascunhavam com o aval dos comitês executivos da burguesia de todo o Brasil.

²³⁴ Formado em Ciências Sociais, pela UFRJ, adentrou em ONGs e entidades que intervêm na periferia com a lógica do “empoderamento digital”.

²³⁵ BAGGIO, Rodrigo. Empreendedorismo cívico e resgate da democracia, *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano: XCII, n. 30.579, 26 de abril de 2017, Opinião, p. 19. Disponível em: “Acervo O Globo”. Acesso em: 15 de abril de 2021.

CONCLUSÃO

Procurei expor no presente trabalho a relação *empreendedorismo* na educação e o mundo do trabalho, com destaque aos aparelhos responsáveis por difundir tal noção, assim como a as transformações do termo a partir de uma análise do jornal “O Globo”. Nessa empreitada, tornou-se fundamental conectar uma condição determinante para a emergência da noção, a ascensão do modelo neoliberal e o ataque aos direitos trabalhistas. O conhecimento fundamental do modo de produção capitalista, a partir da compreensão do que é capital, é central para determinar o que a leitura marxiana compreende como trabalho, assim como daquilo que norteia a manutenção sistêmica socio metabólico desse, conforme salienta MESZÁROS (2011).

Essas movimentações têm consignas refletidas na constituição dos aspectos superestruturais, em destaque, a ideologia, que se transforma, conforme o bloco histórico determina e as disputas de classe e fracionais agem. Essa elementar constatação culmina numa sofisticada ferramenta analítica para compreendermos o sistema capitalista, sagaz em sua engenharia de reconstrução e que incorreu à saída para o modelo neoliberal, de reducionismo estatal e minimização das questões sociais, como medida de manutenção sistêmica, a partir da década de setenta. Em conexão a reestruturação produtiva, determinou mudanças profundas no mundo do trabalho: polivalência, proatividade, dentre outras características que abandonaram aquele trabalhador clássico do fordismo.

Em contrapartida, o neoliberal necessitava fundamentar uma visão do mundo além do debate estatal, precisava ampliar para o campo ideológico do trabalhador, buscando atomizá-lo de qualquer consciência coletiva e, conseqüentemente naturalizar a ideia meritocrática, ou seja, que o acesso a um padrão sugestionado como de bem-estar tem uma relação causal com esforço individual, em desprezo a todas as contradições sistêmicas. O “empreendedorismo” surge como medida equilibrada para calcificar essa percepção de mundo pelos autores do neoliberalismo clássico, quando ressignificam o termo já explorado em outros períodos. A ambição é destacá-lo como núcleo de formação em um mundo onde a ontologia do ser é o mercado.

A “estabilidade” e a “carteira de trabalho” passam a ser “vilanizadas” no novo cenário e o espectro do individualismo é ressaltado. O objetivo é responder ao aumento do exército de reserva que jamais entrará para a formalidade com uma prerrogativa que convencie a precarização como algo glamouroso, ou seja, a transforme num patamar de modernidade que dê a falsa impressão de equidade com o “andar de cima”, trata-se do empreendedor. Para isso,

a formulação inequívoca traz em sua dimensão características de organismos transnacionais que enxergam no aspecto formativo como o mais apropriado para incorporar tal ideia junto as novas gerações, em destaque, as competências e as minuciosas e graduais inserções no campo das políticas públicas com variados aparelhos privados de hegemonia, onde o SEBRAE tem função indispensável, principalmente, quando se torna uma representação de confiança da fração do pequeno e médio empresariado brasileiro. Sua regência na formação para o empreendedorismo tem articulações com outras organizações estrangeiras instaladas no Brasil que trazem consigo propostas diferenciadas para se pensar onde conduzir esse empreendedor.

Uma análise do jornal “O Globo” a partir dos termos “empreendedor” oferece sua referenciação embrionária do que seria o sentido atual até os periódicos da década de noventa. Salvo alguns intelectuais como Gudin, a noção trazia uma leitura generalizada de “aventureiro” ou “empresário impetuoso”, caracterização similar às primeiras obras de Cantillon e Say nos séculos XVIII e XIX. É na década de noventa que o termo vai se delineando até alcançar nos anos dois mil a versão que compreendemos, uma formulação que o conecta a alguém a parte do trabalho formal, mas num sentido apreciativo, com a suposta “liberdade” e “autonomia” que os liberais discorrem, o chamado “patrão de si mesmo”, quando na verdade, é o escamoteio de uma precarização da vida e do trabalho. Logicamente, que a exploração do termo para os setores da classe dominante assume uma outra conotação e as relação de mesclar ambos é proposital para a falsa impressão da ascensão da classe.

Essas ponderações postularam reflexões acerca da representação do que é o “trabalhador” na contemporaneidade e a sua própria recorrência nos discursos midiáticos e educacionais, quando o vocábulo vai ser erodindo conforme os direitos trabalhistas clássicos varguistas seguem nessa proporção. A crise estrutural e a saída neoliberal, que abrem mão de quaisquer perspectivas civilizatórias, naturalizam a ampliação da desigualdade como peça importante para continuidade sistêmica, afinal, como já alertava MARX e ENGELS (2009), o pressuposto de qualquer existência humana, o “fazer história” da espécie humana, é fundamental moradia, comida, bebida e algumas vestimenta. Qualquer coisa diferente disso, é a busca pela sobrevivência e num contexto onde a monetarização do acesso está convencionalizado, alguns termos não se ressignificam como aluguel, luz, mercado, dentre outros.

A conformação à democracia liberal burguesia e suas representações, onde os transnacionais monopolizam ideias e o “indivíduo” incorpora apenas demandas pragmáticas de necessidades primárias, não há cabimento perspectivas coletivas, do trabalhador padrão e a carteira de trabalho se torna obsoleta. Logicamente, uma leitura apocalíptica traria um diagnóstico de decadência natural de nossa espécie, em contrapartida, devemos resgatar que o

motor da história é a luta de classes e enquanto existirem os imprescindíveis, tais percepções serão exploradas na mais profunda criticidade.

Nesse sentido, a busca pela “verdade” em sua empreitada etimológica e epistemológica do “empreendedorismo” como projeto de uma burguesia pró-neoliberal, que determina a ideia do “homem-empresa” e naturaliza o precariado foi ambicionada no presente trabalho. Porém, o mais fundamental, adotar centralmente o papel da escola nesse processo e suas relações macro para a formação desse novo sujeito do capitalismo que deve adotar como essência o “mercado” em sua suposta engenharia, mas que, porém, despreza toda complexidade do capital em sua natural existência contraditória de cisão em classes e acumulação. Portanto, os tempos vindouros determinam o sujeito não mais como um ser coletivo, mas formado para atuar em moléculas fragmentadas determinadas pela necessidade de “sobrevivência” numa ilusão que o empreender os coloca num patamar de “entender crises”, quando seus direitos foram depredados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ÂREAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 2012. 352 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012.

BALL, Stephen J. *Educação global S. A.: as novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2014.

BEA; BLS. *Capitalismo & Crises Econômicas*. Atualizado em: 11/2018. Disponível em: <<http://www.capitalism-and-crisis.info/pt/Bem-vindo/Novo>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BOLLMAN, M. G. N. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 31, n. 112, p. 657-676, 2010.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Decreto nº 19.441, de 11 de abril 1931. Dispõe sobre mudanças no ensino universitário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 5800, 15 abr. 1931.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 11.429, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 novembro de 1968. Fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 10369, 29 nov. 1968.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 6377, 12 ago. 1971.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Decreto nº 99.570 de 9 de outubro de 1990. Desvincula o CEBRAE da Administração Pública tornando-o autônomo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 19157, 10 de outubro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990. Dispões sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 7101, 13 de abr de 1990.

BRASIL. Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 25973, 6 de dez de 1996.

BRASIL. Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998. Lei das Instituições Filantrópicas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 4, 13 de dez de 1998.

BRASIL. Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 40, 6 de out de 1999.

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 15 de dezembro de 2006.

BRASIL. Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008. Alteração da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 22 de dezembro de 2008.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 6.340 de 6 de novembro de 2012. Institui o PEE – Programa Educação Empreendedora nas Escola do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, p. 1, 7 de novembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece novas diretrizes para o Ensino Médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, 17 de fevereiro de 2017.

RIO DE JANEIRO. Portaria SEEDUC/RJ nº 649 de 23 de novembro de 2017. Dispõe do do convênio de capacitação dos professores da rede estadual pelo SEBRAE. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, p. 13, 27 de novembro de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 07/2018, de 18 de dezembro de 2018.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 157-196, 2002.

CANTILLON, R. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Trad. Fani Goldfarb Figueira. Curitiba, PR: Segesta, 2002.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, v. 5, 1979.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 173-200.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 4 ed. São Paulo, Cortez; Niterói, RJ: Editora da UFF; Brasília, DF: FLACSO Brasil, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a02.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEGEN, R. J. *O empreendedor: empreender como opção de carreira*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DELORS, J. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 1998.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DOLABELA, Fernando. *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DUQUE, Felipe da Silva. *Para uma crítica da economia criativa no Brasil: empreendendo precariados*. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2015.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3 ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FÉLIZ, Mariano; LÓPEZ, Emiliano. *¿Modelo nacional-popular o nueva etapa en desarrollo capitalista?* Buenos Aires: Herramienta; El Coletivo, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out-dez., 2014.

FUKUYAMA, Francis. The End of History?. *The National Interest*, p.3-18, Summer, 1989.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GRAMSCI, Antonio. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2 ed. São Paulo, 2011b.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HAYEK, F. A. Economia e conhecimento. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, São Paulo, v. III, n. 1, ed. 5, p. 55-70, Janeiro-Junho, 2015.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

KIRZNER, Israel M. *The meaning of market process: essays in the development of modern Austrian economics*. London: Taylor & Francis e-Library, 2001.

KONDER, L. *O que é dialética*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do Trabalho*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 55-92.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 10a. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 285-372, maio/ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a07v11n32.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MANCUSO, José Humberto. *SEBRAE 30 anos parceiro dos brasileiros*. Brasília, DF: SEBRAE Nacional, 2002.

MANDEL, Ernest. Iniciação à teoria econômica marxista. In: MANDEL, Ernest. (Org.). *Introdução à teoria econômica*. São Paulo: ILAESE/Editora Sundermann, 2006.

MARIANI, Édio João. A trajetória de implantação do Neoliberalismo. *Revista Urutágua*, Maringá-PR, n. 13, ago/set/out/nov. 2007.

MARTINS, A. M. S.; NEVES, L. M. W. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson, Williams. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 13, n. 51, p. 341-359, 20/09/2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640281>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo, Editora Ensaio, 1989.

MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Sônia R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*, Rio de Janeiro: UFF, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan/jun. 2014.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILLER, Janet L. Teorização do currículo como antídoto contra/na cultura da testagem. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 2043-2063, out./dez. 2014.

MISES, Ludwig von. *Ação Humana: um tratado de economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010a.

MISES, Ludwig von. *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010b.

MISES, Ludwig von. *A mentalidade anticapitalista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010c.

MONTAÑO, C. E. *Micro Empresa na era da globalização: uma abordagem crítica*. São Paulo: Cortez, 1999.

NEDER, Gizlene. Modernização Conservadora ou Via Prussiana: mimetismo e imaginação sociológica no Brasil. *Cadernos do ICHF*, Rio de Janeiro: UFF, n. 57, Jul/1993.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículo e processos de *aprendizagemensino*: políticas práticas educacionais cotidianas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Julio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 67-107.

PNUD. *Promoção do Empreendedorismo e da Inovação Social Juvenil na América Latina: Estudo Regional*. Panamá: PNUD/OIT, 2016, p. 1-60. Disponível em: <www.br.undp.org>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RANNIERY, Thiago. Currículo, socialidade *Queer* e política da imaginação. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 52-67, Out./Dez. 2017.

RODRIGUES, J. *O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação; curvatura da vara; onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas*. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3 ed. rev. 1 reimp. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *Movimento: Revista de Educação*, UFF, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 4, p. 54-84, 2016.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado sobre economia política*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Trad. Maria Silva Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEBRAE. *Programa Nacional de Educação Empreendedora*. Manual de Gestão. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 14-33.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal*. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2011.

TAUBMAN, Peter M. Alain Badiou, Jacques Lacan and the Ethics of Teaching. *Educational Philosophy and Theory*, v. 42, issue 2, p. 196-212, 11 February 2010. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1469-5812.2009.00532.x>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

TROTSKY, León. *História da revolução russa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

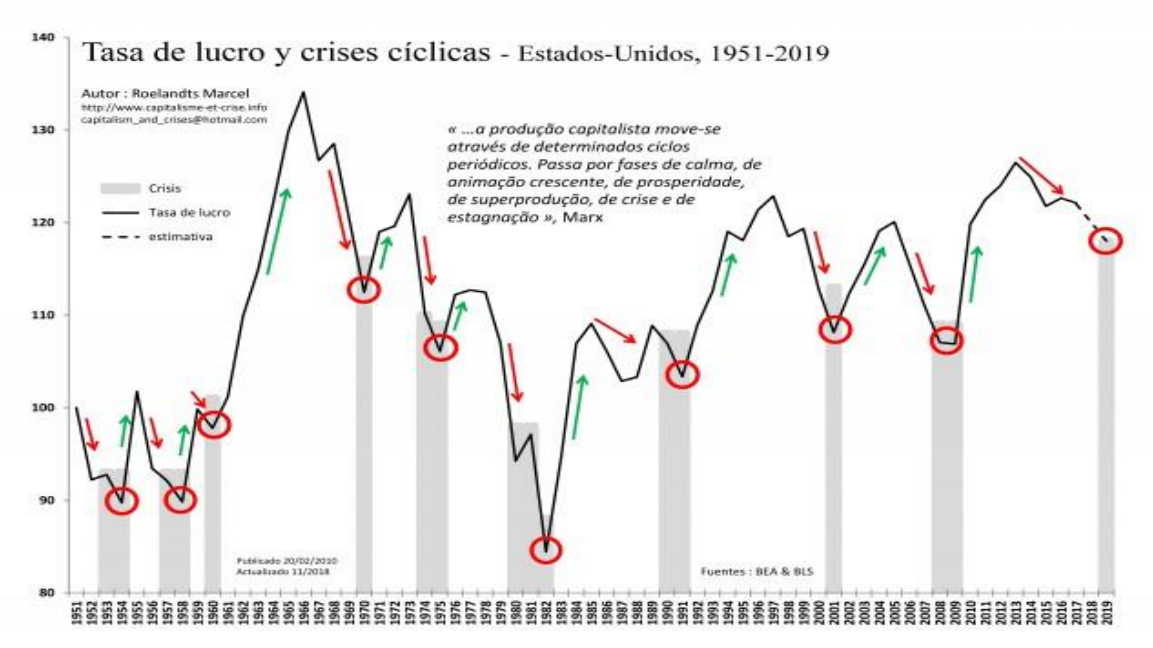
TROTSKY, León. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

TSÉ-TUNG, Mao. *Sobre a prática e a contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2011.

YOUNG, Michael. Teoria do Currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 151, p. 190-202, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v44n151/10.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ANEXO A - Tasa de Lucro y Crises Cíclicas – Estados Unidos, 1951-2019



Fonte: BEA e BLS (2018).

ANEXO B - Taxas de Atividades Femininas segundo Faixas de Idade**Taxas de atividades femininas
segundo faixas de idade**

Faixas de idade	1970	1980	1990	1998
10 a 14 anos	6,5	8,4	10,6	11,4
15 a 19 anos	23,6	31,3	41,4	41,6
20 a 24 anos	27,7	38,5	52,9	61,6
25 a 29 anos	23,1	36,3	52,7	64,5
30 a 39 anos	20,1	35,1	54,7	66,4
40 a 49 anos	19,5	30,7	49,5	62,6
50 a 59 anos	15,4	21,5	34,5	46,6
60 anos e mais	7,9	7,5	11,5	19,1
Total	18,2	26,6	39,2	47,5

Fonte: UNICEF/IBGE, FIBGE/Censo e PNADs.

Fonte: BRUSCHINI e LOMBARDI (2002).